

história do império BIZantino



5ª EDIÇÃO



MÁRIO CURTIS GIORDANI

HISTÓRIA DO IMPÉRIO BIZANTINO

por

MARIO CURTIS GIORDANI

**Titular de Direito Romano da Faculdade de
Direito Cândido Mendes, RJ**

5ª Edição

 **EDITORA
VOZES**

**Petrópolis
2001**

DEDICATÓRIA

A meus queridos filhos:

Maria Inês,
Maria Lúcia,
Maria Cecília,
Mário,
José Acir.

A memória do inesquecível

Dr. Edésio Silveira,
médico e amigo certo
nas horas incertas.

As fotografias das oito estampas
fora de texto desta obra são
cortesia da Embaixada Real da Grécia.

Sumário

INTRODUÇÃO A IDADE MÉDIA	9
HISTÓRIA DO IMPÉRIO BIZANTINO	35
Capítulo I: O Quadro Geográfico e a População	37
Capítulo II: História Política	43
Capítulo III: Instituições político-administrativas	105
Capítulo IV: A Diplomacia	121
Capítulo V: As Forças Armadas	130
Capítulo VII: As Finanças e a Economia	139
Capítulo VII: A Família e a Educação	154
Capítulo VIII: A estrutura Social	162
Capítulo IX: Aspecto sda Vida Urbana	169
Capítulo X: A Literatura	182
Capítulo XI: A Filosofia	209
Capítulo XII: O Direito e a Justiça	229
Capítulo XIII: As Artes	250
Capítulo XIV: As Ciências	262
Capítulo XV: A Igreja	269
Capítulo XVI: O Legado	284
BIBLIOGRAFIA	294

Sumário	7
---------------	---

INTRODUÇÃO A IDADE MÉDIA

1. O nome	9	4. Rumos da História	17
2. Limites no tempo e no espaço	10	5. Civilização árabe	30
3. Reabilitação	11	6. As fontes	32

HISTÓRIA DO IMPÉRIO BIZANTINO

Introdução	35
------------------	----

CAPÍTULO I: O QUADRO GEOGRÁFICO E A POPULAÇÃO	37
---	----

CAPÍTULO II: HISTÓRIA POLÍTICA

Observação preliminar	43	8. Dinastia Ducas (1059-1081)	79
1. Dinastia Teodosiana (395-457) .	44	9. Dinastia dos Comnenos (1081-1185)	80
2. Dinastia Leonina (457-518) ...	45	10. Dinastia dos Ângelos (1185-1204)	86
3. Dinastia Justiniana (518-602) .	46	11. Dinastia dos Lascáridas (Império de Nicéia, 1204-1261) ...	88
4. Dinastia Heracliana (610-717) .	58	12. Dinastia dos Paleólogos (1258-1453)	..
5. Dinastia Isáurica (717-802) ...	63		
6. Dinastia Amória ou Frígia (820-867)	66		
7. Dinastia Macedônica (867-1056)	67		

CAPÍTULO III: INSTITUIÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

Introdução	105	Do século VII ao fim do século XI	111
O Imperador	105	As últimas transformações	114
A hierarquia administrativa	108	O Senado	115
1º Período: De Constantino a Justiniano	109	As Assembléias	116
O século de Justiniano	110	Instituições político-administrativas de Constantinopla	117
Criação dos Exarcados	111		

CAPÍTULO IV: A DIPLOMACIA

Introdução	121	Métodos	124
A organização	121	Conclusões	128
Bizâncio e os Estados Estrangeiros	122		

CAPÍTULO V: AS FORÇAS ARMADAS 130

O Exército	131	A Marinha	146
----------------------	-----	---------------------	-----

CAPÍTULO VI: AS FINANÇAS E A ECONOMIA

1. As Finanças	139	2. A Economia	144
--------------------------	-----	-------------------------	-----

CAPÍTULO VII: A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

1. A Família	154	2. Educação	156
------------------------	-----	-----------------------	-----

CAPÍTULO VIII: A ESTRUTURA SOCIAL

Introdução	162	2. A Sociedade rural	163
1. A Família Imperial	162	3. A Sociedade Urbana	167

CAPÍTULO IX: ASPECTOS DA VIDA URBANA

Introdução	161	5. Os banhos	176
1. Traços característicos do bizantino	169	6. O Hipódromo	177
2. As grandes cidades do Império	171	7. Outros divertimentos	178
3. O traje	174	8. Práticas religiosas	180
4. A refeição	175	9. As superstições	181

CAPÍTULO X: A LITERATURA

1. Os livros	182	4. Os Gêneros literários	186
2. A língua	183	5. Principais vultos e obras	189
3. Características gerais	183		

CAPÍTULO XI: A FILOSOFIA

Introdução	209	3. Principais vultos do pensamento filosófico	211
1. Dificuldades	209		
2. Características	210		

CAPÍTULO XII: O DIREITO E A JUSTIÇA

Introdução	229	2. A Justiça	245
1. O Direito	229		

CAPÍTULO XIII: AS ARTES

1. Origens e evolução	250	5. Pintura e outras atividades ar- tísticas	259
2. Traços Característicos	252	6. Música	261
3. Arquitetura	254		
4. Escultura	257		

CAPÍTULO XIV: AS CIÊNCIAS

Introdução	262	3. Medicina	265
1. Matemática e Astronomia	262	4. Geografia	267
2. Física, química e ciências na- turais	264		

CAPÍTULO XV: A IGREJA

Introdução	269	ções entre a Santa Sé e os pa- triarcas de Constantinopla	276
1. Resumo histórico	270	3. As Instituições Eclesiásticas	279
2. Retrospecto histórico das rela- ções			

CAPÍTULO XVI: O LEGADO

Introdução	284	Bizâncio e as Artes	288
Bizâncio e os árabes	285	Bizâncio e a Literatura	289
Bizâncio e os turcos	286	Bizâncio e a Filosofia	289
Bizâncio e os povos eslavos	286	Bizâncio e o Direito	290
Bizâncio e a Grécia	287	Bizâncio e as Ciências	292
Bizâncio e a Religião	288	Bizâncio e a Renascença	292

BIBLIOGRAFIA	295
------------------------	-----

ESTAMPAS E MAPAS

Estampa I: Mosaico bizantino na ba- síllica de São Demétrio, Tessalonica.	Estampa VI: Templo de Mistra, do fi- nal do Império. — Igreja de São Teodoro, em Atenas.
Estampa II: Capitel de Estilo páleo- cristão. — Igreja dos Doze Apósto- los em Tessalonica.	Estampa VII: Manuscrito do século XII, num Mosteiro de Monte Atos.
Estampa III: Templo de Tessalonica. — Mosteiro de São Dionísio, Monte Atos.	Estampa VIII: Afrêscos da época do Império, em Mistra.
Estampa IV: Mosteiro de Monte Atos. — Mosteiro de Chilandório, no mes- mo monte.	Mapa I: Império de Justiniano 40-41
Estampa V: Igreja do Mosteiro de São Lucas. — Igreja do período final do Império em Artol, no Epiro.	Mapa II: Império Bizantino após a conquista da Dinastia Mace- dônica 58-57
	Mapa III: Oriente Grego após após os Cruzados 72-73



Constantino e Justiniano apresentam à Virgem, o primeiro a cidade de Bizâncio e o segundo a basílica de Santa Sofia.

Mosaico no tímpano do vestibulo das
"Belas Portas" de Santa Sofia.

INTRODUÇÃO À IDADE MÉDIA

1. O nome.

O MAIS antigo emprego da expressão *Media tempestas*, referindo-se à Idade Média, de que temos notícia, encontra-se numa edição de Apuleio feita por Giovanni Andrea dei Bussi, bispo da Aleria na Córsega. Nessa obra, que data de 1469, o futuro bibliotecário do Vaticano faz o elogio póstumo do Cardeal Nicolau de Cusa, apontando-o como conhecedor da Idade Média (*media tempestas*). Aliás, já na primeira metade do século XV, Flávio Biondo em suas *Historiarum ab inclinatione romanorum decades*, adverte que os séculos compreendidos entre o V e o XV constituem uma unidade histórica (*unum historiae corpus*), sem, contudo, dar a esse período uma designação particular.

A título de exemplo, vamos citar outros autores que, nos séculos XVI e XVII, usaram da mesma expressão.

Em 1518 o humanista suíço Joaquim Von Watt (*Vadianus*), ao referir-se a determinado autor, na crônica da abadia de S. Gall, qualifica-o de *mediae aetatis auctor non ignobilis*.

John Heerwagen, em 1532, e Hadrianus Junius em 1575 empregam o termo «idade média». Na obra deste último, *Batavia*, impressa somente em 1588, encontramos a referência aos escritores da Idade Média: «*mediae aetatis scriptores*». O jurista alemão *Canisius* usa expressão análoga em 1601. Melchor Goldast fala, no ano 1604, em *consuetudo medii aevi*. O teólogo holandês Gilberto Voetuis publica em 1644 uma obra em que aparece a História da Igreja dividida em: 1) *Antiquitas Ecclesiae* (até 500-600), 2) *Intermedia Aetas* (600-1517), 3) *Nova seu recens aetas* (de 1517 em diante). Jorge Horn em seu *Orbis politicus* (1667) emprega também a expressão «idade média». Na monumental obra *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis* de Du Cange publicada em 1678, a designação de *idade média* possui uma significação meramente filológica e literária, caracterizando apenas dita época como a de máxima decadência da latinidade.

Convém sublinhar aqui a predominância do conteúdo filológico sobre o conteúdo histórico nas expressões *medium aevum*, *media aetas*, *media tempestas* quando usadas pelos humanistas. É que esses cultores apaixonados da Antiguidade Clássica, admiradores exaltados do latim

de Cícero e de Virgílio, distinguíam uma tríplice latinidade: *latinitas superior* (até Constantino Magno), *latinitas media* (até Carlos Magno) e *latinitas infima* ou *inferior* até a Renascença.

Não sabemos quem teria introduzido pela primeira vez a terminologia *medium aevum*, *media aetas*, *media tempestas* no campo da História propriamente dita. Coube a Cristóvão Keller (Cellarius), professor alemão que lecionava na Universidade de Halle, consagrar a tríplice divisão da História em sua *Historia Tripartita* que abrangia *Historia Antiqua* (publicada em 1685), *Historia Medii Aevi* (em 1688) e *Historia Nova* (em 1696). O segundo volume dessa obra intitulava-se «*Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*». Como vemos, o historiador alemão estabelecia os dois termos (inicial e final) da Idade Média: reinado de Constantino e queda de Constantinopla. A divisão tripartida da História não foi desde logo aceita pelos estudiosos do assunto. Muito tempo passaria até que a mesma se tornasse uma noção corrente não só entre eruditos mas entre os próprios estudantes da História. Assim é que Bosuet, em seu famoso *Discours sur l'Histoire Universelle* (1681) desconhece a tripartição: considera a Antiguidade como a época que se estende até Carlos Magno; daí em diante inicia-se a época moderna.

— As aulas proferidas na Sorbonne, de 1828 a 1830, por Guizot sob o título *Histoire de la civilisation depuis de la chute de l'Empire romain* foram publicadas já desde 1828 sob a rubrica *Cours d'Histoire Moderne*. Entretanto, encontramos em 1829 a obra de Ovídio Chrysorthe Desmichels, reitor da academia de Aix, intitulada *Histoire Général du Moyen Age*. O mesmo autor já publicara em 1823 um Manual com o título «Quadro cronológico da História da Idade Média» e em 1827 um «Précis de l'histoire du Moyen Age». E' possível que esses escritos de Desmichels tenham introduzido a expressão Idade Média nos meios pedagógicos. Em 1838 os programas escolares vão consagrar definitivamente essa designação como parte da História Geral.

2. Limites no tempo e no espaço.

Explicada a origem da expressão «Idade Média», passemos a um breve exame sobre os limites que, no tempo e no espaço, servem de referência para precisarmos os acontecimentos que configuram esse período da História da Humanidade.

Diversos fatos de indiscutível repercussão na evolução histórica podem ser citados como marco inicial, como *terminus a quo* da Idade Medieval. A inauguração solene de Constantinopla em 330, a divisão definitiva do Império Romano em 395, as invasões maciças de bárbaros (a «grande invasão» se deu em 406), a queda do Império Romano do Ocidente em 476, a expansão ocidental do Islã e a destruição da unidade do Mediterrâneo (famosa tese defendida pelo historiador Henri Pirenne), a coroação de Carlos Magno em 800, eis os principais acontecimentos

que, não sem controvérsia, são apontados pelos historiadores como pontos de partida da Idade Média.

A escolha do término final, o *terminus ad quem*, desse período originou menores dúvidas. Em geral os historiadores situam-no em uma das três datas que assinalam decisivos eventos da História: 1453 (tomada de Constantinopla pelos turcos), 1492 (descobrimento da América) e 1517 (início do movimento luterano).

Delineados os possíveis limites temporais da Idade Média, passemos para o problema de seus limites geográficos que pode ser formulado da seguinte maneira: qual o cenário geográfico cujos acontecimentos se enquadram no período histórico em foco? Um simples passar d'olhos por sobre os compêndios de História Universal revelará ao leitor que, sob a epígrafe «Idade Média», os autores colocam invariavelmente três tipos distintos de civilizações: a Civilização Ocidental, que se desenvolveu a partir das grandes invasões e sob a influência marcante das concepções cristãs; a Civilização Bizantina e a Civilização Árabe. O quadro geográfico em que se originaram e se expandiram essas civilizações fornece os imprecisos horizontes territoriais da Idade Média.

Como o leitor terá observado imediatamente, os limites cronológicos e espaciais da Idade Média não só se revestem de um aspecto artificial mas excluem expressamente de seu âmbito civilizações importantes (como, v.g., a da China) que integram a grande corrente de acontecimentos constitutivos da História Geral da Humanidade. Na obra que estamos elaborando sob o título de Idade Média, estudaremos as três civilizações acima mencionadas e, de um modo accidental, as civilizações que com as mesmas apresentaram qualquer nexos no decorrer do milênio que vai desde a decadência do Império Romano do Ocidente até a queda de Constantinopla. Daremos ênfase à exposição dos acontecimentos que, especialmente no Ocidente Europeu, compõem a gênese de nossa civilização. Os eventos que, em outras regiões do globo (v.g., no Oriente Distante e na própria América Pré-Colombiana), se situam no mesmo plano cronológico da «Idade Média» deverão ser expostos em volumes à parte.

O alargamento dos horizontes geográficos da mentalidade européia na grande era dos descobrimentos marítimos facilita sobremaneira a tarefa do Historiador. Com efeito, a partir dessa época, a Humanidade começa a dar os primeiros (embora tímidos) passos para uma interpenetração das diferentes civilizações.

3. Reabilitação.

O sentido pejorativo que por tanto tempo acompanhou a expressão Idade Média (e que ainda hoje é repetido em obras de sublitteratura histórica) encontra suas raízes na carência de perspectiva histórica e na falta quase absoluta de conhecimentos filosóficos dos humanistas.

O critério filológico de periodização em que se desprezaram outros importantes valores da civilização para levar-se em consideração somente a História do Latim, dá-nos conta da visão simplista com que foram encarados os dez séculos que, *grosso modo*, medeiam entre a decadência romana e o Renascimento. Para os humanistas, toda a civilização medieval teria acompanhado o baixo nível da latinidade que não mais ostentava os esplendores dos áureos tempos de Virgílio e de Cícero. Ao latim considerado bárbaro deveria corresponder uma civilização de bárbaros. Essa mentalidade estreita reponta já em Petrarca¹ (por tantos títulos merecedor de encômios) ao aludir à barbárie medieval em uma saudação a Urbano V: *Sumus enim non graeci, non barbari, sed itali et latini* (Somos, pois, não gregos, não bárbaros, mas italianos e latinos). Essa visão deformada da realidade histórica reflete-se, por exemplo, no incrível desprezo que foi lançado sobre a arquitetura ogival apelidada de gótica, palavra usada, então, como sinônimo de bárbaro.

Ao lado da carência de perspectiva histórica (que não lhes permitiu perceber o significado da própria época em que viveram como sendo rigorosamente a culminação de um longo e vivificante processo evolutivo de civilização) primaram os humanistas pelo desconhecimento das produções do pensamento medieval cristão, ao qual denominaram pura e simplesmente de *escolástico*, dando a esse termo um sentido pejorativo. Ainda aqui ressalta a superficialidade da conceituação. Num julgamento apressado e não condizente com a inegável erudição, que sob diferentes pontos de vista os caracteriza, os humanistas confundiram a legítima e fecunda elaboração filosófico-teológica de pensadores do porte de um Alberto Magno, um Boaventura e um Tomás de Aquino, com a filosofia e a teologia da escolástica decadente encarnada sobretudo na corrente nominalista que se perdia em sutilezas inúteis e em problemas considerados absurdos e insignificantes pelos humanistas mas «cujo fundo, por outro lado, não eram capazes de compreender».²

A falsa concepção dos humanistas sobre a Idade Média constituiu um terreno fecundo em que seriam desenvolvidas as mais disparatadas idéias acerca da mesma época pelos historiadores protestantes dos séculos que seguiram ao movimento luterano. Vejamos alguns exemplos: Tribbechov (Adam Tribbechovius 1641-1689) em sua obra *De doctoribus scholasticis et corrupta per eos divinarum humanarumque rerum scientia*, revelando palmar ignorância do pensamento medieval, invectiva, pura e simplesmente, contra todos os escolásticos chamando-os de bárbaros incultos e soberbos, anticristãos, que se ocupavam em trivialidades e sutilezas e que antepunham o papa a Cristo (*Pontificem Christo praeferunt*) e Aristóteles à Sagrada Escritura (*Aristoteles sacris litteris praepositus*). Ainda segundo o mesmo autor, os pensadores medievais teriam aprendido dos árabes a arte sofisticada. (*Arabum philosophia scholasticae magistra. Sophisticam suam ab arabibus hauserunt*). Dentro da mesma orientação e repetindo os mesmos absurdos de Tribbechov,

seguem-se outros autores protestantes tais como Morhof (Daniel Georgius Morhofus, 1639-1691), autor de *Polyhistor litterarius, philosophicus et practicus*, Thomasius (Christian Thomasius, 1655-1728) autor de *Institutiones Iurisprudentiae Divinae libri tres*. Heumann (Christophorus Augustus Heumannus, 1681-1764), que escreveu o prólogo da segunda edição da obra de Tribbechov, Stolle (Gottlieb Stolle, 1673-1744) autor de *Introductio in historiam litterariam, in gratiam cultorum elegantiarum litterarum et philosophiae conscripta*, e outros.

Em 1742 aparece a «*Historia critica philosophiae a mundi incunabilis ad nostram usque aetatem deducta*» de Brucker (Ioannes Iacobus Brucker, 1696-1770), a qual, «não obstante seu pretensioso adjetivo, revela uma informação de tão escassa qualidade como todos os seus antecessores».³

— No que tange à concepção da Idade Média, os enciclopedistas do século XVIII afinam pelo mesmo diapasão dos autores protestantes, revelando a mesma ignorância de documentação e a mesma inspiração sectária contra a Igreja Católica. A semente plantada pelos humanistas já floresce agora em frondosa árvore.

Copiosa literatura esmera-se em paralelos desfavoráveis aos tempos medievais: à barbárie de antanho opõe-se a civilização, à superstição a razão, à tirania a liberdade, às trevas a luz. «A Idade Média teria estado dominada completamente pela tirania do feudalismo e da Igreja. A história daqueles tempos só deve ser estudada para ser depreciada (Voltaire). Sua filosofia foi uma das maiores pragas do espírito humano (Diderot). Helvécio e Raynal falam de trevas sem número e estéril barbárie. Montesquieu qualifica de idiotas todas as leis dos povos bárbaros. Os reis e os papas combateram na questão das investiduras por uma cerimônia insignificante».⁴

— Entre os primeiros historiadores do séc. XIX a Idade Média continua a ser encarada como a noite de mil anos iluminada apenas pelas fogueiras da inquisição. O famoso Michelet (autor da afirmação «nul bain pendant mille ans; nenhum banho durante mil anos) afina pelo mesmo diapasão.

Entretanto, uma reação favorável à Idade Média já se iniciara com os começos do Romantismo em fins do século XVIII. Esta reabilitação revestiu-se mais de um caráter estético e literário que propriamente histórico. «Os homens de letras mais por instinto de alma romântica que por sólida documentação histórica, sentiram-se atraídos para ela e celebraram-na, às vezes, liricamente».⁵

«O Romantismo poético, amigo do fantástico e romanesco, entusiasmado com a arte popular, exaltou as sublimes belezas cristãs nacionais e cavalleirescas da Idade Média sobre as do mundo clássico. A historiografia romântica do século XIX, ao desempoeirar códigos, publicar documentos e estudar com carinho as instituições, as idéias, o direito e as personalidades mais relevantes, foi-nos revelando os múltiplos aspectos da enorme e delicada Idade Média...»⁶

Nessa reabilitação romântica podemos citar, entre muitos outros, os nomes de Goethe, de Schiller, de Chateaubriand e de Montalembert. O grande mérito do Romantismo, no terreno da História, foi ter chamado definitivamente a atenção para a riqueza da documentação medieval até então superficialmente consultada ou simplesmente desconhecida pelos detratores da Idade Média.

Os intelectuais católicos, especialmente os historiadores, tomaram, então, consciência da importância que teria para a História da Igreja a revelação crítica e objetiva do conteúdo dos arquivos concernentes à época que sucedera à queda do Império Romano do Ocidente e que preparara a moderna civilização européia.

Ainda a título de exemplo convém citar dois eminentes professores universitários que se notabilizaram pela pesquisa concernente à civilização Medieval no século passado: Frederico Ozanam e Godofredo Kurth. O primeiro, famoso fundador das Conferências de S. Vicente de Paulo e professor de Literatura, concebera o plano de uma vasta síntese que deveria abranger toda a História da Civilização desde a decadência do Império Romano e as primeiras manifestações do gênio cristão até ao fim do século XIII. Entre as obras de Ozanam relacionadas com a Idade Média, convém anotar: *La Civilisation au V^{ème} siècle, Etudes germaniques, Dante et la philosophie catholique au XIII^{ème} siècle, Poètes franciscains en Italie au XIII^{ème} siècle e Documents inédits pour servir à l'histoire de l'Italie depuis le VIII^{ème} siècle jusqu'au XII^{ème} siècle*. A morte prematura de Ozanam em 1853 impediu-o de realizar uma obra mais vasta.

Godofredo Kurth († 1915), professor da Universidade de Liège, segue as pegadas de Ozanam em *Les origines de la civilisation moderne*.

Não podemos encerrar essas citações (sem dúvida incompletas) de estudiosos reabilitadores da História Medieval, sem mencionar os nomes de Augusto Comte e de seu discípulo Littré: «Quem encarou, porém, o problema da Idade Média no seu aspecto mais geral, procurando definir-lhe o sentido na história geral da civilização, consoante o que se chamava então a filosofia da história, foi o pai da filosofia positiva Augusto Comte, e o seu grande discípulo Emílio Littré, que tão decisiva influência exerceram na direção do espírito contemporâneo. Como tantas vezes tem sucedido, foram filósofos que, por acostumados a verem os problemas na sua maior generalidade, ensinaram a lição aos historiadores — no que estes não perderam, nem em largueza de vistas, nem na liberdade da investigação.

Augusto Comte, tendo dirigido de muito cedo o conjunto das suas meditações sociológicas para a apreciação da Idade Média «como nó essencial duma verdadeira filosofia da história», guiado pela sua lei da evolução espiritual, reconheceu nela uma grande época histórica, a que não regateia palavras de admiração.»

Littré, autor dos «*Etudes sur les Barbares et le Moyen Age*» (1867), escreve que «a Idade Média não é uma era estéril e deserdada, na qual

se rompe a tradição, mas, antes pelo contrário, continuou, através das dificuldades legadas e adquiridas, o movimento, de que não mudou nem a natureza nem a direção... Àquele que fizer esta revisão (da marcha da humanidade) há de apresentar-se a Idade Média como um período suspeito a muitos espíritos, porque é a era da feudalidade e do catolicismo... E' contra estas aversões naturais, mas falsas historicamente, que foram escritos os artigos que compõem o presente volume. A verdade científica deve sempre ser dita imparcialmente, suceda o que suceder».⁹

— Do que se escreveu até aqui, o leitor terá extraído duas conclusões: *Primeira*, a falsidade da posição dos humanistas e de seus seguidores em face da Idade Média. Essa posição explica-se principalmente pela ignorância da documentação. *Segunda*, a importância enorme do Período Medieval para o estudo da formação de nossa civilização. Tal importância passa a ser reconhecida à medida em que se aprofundam as pesquisas através de todo o século XIX. Criou-se, assim, uma nova mentalidade histórica que passou a atribuir à Idade Média o lugar que lhe competia. «A noção do Medieval foi implantada quando este período era considerado de decadência e profunda estagnação. Mas os progressos da história e os estudos monográficos mais recentes desafiam tal modo de pensar. A Idade Média marca, ao contrário do que se julgou por tanto tempo, o surgimento do mundo moderno. Ela é a matriz da civilização ocidental, sustenta Troeltsch. E' o instante em que a civilização penetra mais profundamente o mundo ocidental, ganha a Germânia e depois os países eslavos. Do ponto de vista da ciência matemática é o momento em que os árabes emprestam ao mundo ocidental a álgebra, que prepara os espantosos progressos do mundo moderno».¹⁰

Burns¹¹ em sua História da Civilização Ocidental, ao iniciar o estudo da Idade Média, comenta: «Entre esses dois períodos (o autor refere-se à Antiguidade Clássica e à Idade Moderna) localiza-se a Idade Média, considerada como um interlúdio de profunda ignorância e superstição, no qual o homem viveu com os olhos vendados, esquecido das maravilhas do conhecimento e interessado somente em fugir às misérias deste mundo e dos tormentos do inferno. A própria palavra «medieval» tem um significado odioso na mente comum contemporânea. Tornou-se sinônimo de reacionário e contrário ao progresso. Desse modo, quando um reformador moderno deseja lançar uma exprobração às idéias de um seu adversário conservador, tudo o que tem a fazer é estigmatizá-las como «medievais». Sem dúvida ele ficaria muito surpreso se soubesse que as doutrinas sociais e econômicas de alguns dos pensadores medievais são, na realidade, bastante semelhantes às nossas». Ainda o mesmo autor explica que essa confusão deflui da concepção de toda a Idade Média como uma Unidade Cultural. Burns distingue os começos da Idade Média (de 400 a 800) e o período de florescimento que se iniciou com a Renascença Carolíngia e durou até ao fim do século XIII. Com relação à primeira fase o autor citado comenta:

«Somente este período é que se caracterizou por grande parte dos atributos comumente referidos como «medievais». A cultura dos começos da Idade Média representou, sem dúvida, em certos aspectos, uma volta ao barbarismo. O intelecto não só estagnou como mergulhou em abismos profundos de ignorância e crueldade. A atividade econômica declinou a níveis primitivos de troca direta e ruralismo, enquanto o ascetismo mórbido e o desprezo por este mundo invalidou grande parte das atitudes sociais normais». Sobre a segunda fase, Burns observa: «Com a Renascença Carlovíngia do século IX, iniciou-se, no entanto, uma nova vida na Europa. O espírito humano alçou-se a píncaros maravilhosos na literatura, na filosofia e na arte. Daí saiu outra das grandes culturas do mundo, também caracterizada pelo progresso intelectual e um alto grau de prosperidade e liberdade. Na verdade esta civilização medieval final, que durou até o fim do século XIII, foi mais intimamente semelhante à idade moderna do que muita gente pensa».

Embora a opinião de Burns com relação ao que ele considera primeira civilização medieval mereça alguns reparos, importa ressaltar a importância que o historiador contemporâneo empresta à História Medieval e até mesmo o entusiasmo com que se refere à civilização medieval final.

Para concluirmos este item, seja-nos lícito emitir nossa opinião pessoal a respeito da Idade Média. Cremos ser acertado, ao julgá-la, afastar todo o tom polêmico. Na realidade, para um público atualizado com os problemas da História, qualquer «defesa» da Idade Média deve soar como algo anacrônico. Isto porque a Idade Média não carece de defesa e sim de conhecimento. Foi sobretudo a ignorância (não raro aliada à má-fé) que durante tanto tempo projetou escuras sombras sobre o Medievo. O que importa agora é o estudo sério, objetivo e crítico desses mil anos, à luz projetada pela documentação. Essa luz espantará as trevas, mas, evidentemente, não revelará somente os vitrais coloridos encrustados nos poemas de pedra que são as catedrais góticas. Seria aliás uma pretensão bem utópica querer encontrar em qualquer fase da História Humana uma época em que tudo brilhasse à luz de um sol radioso de liberdade e de progresso. Um integrante da «civilização» do século XX, contemporâneo e talvez testemunha ocular de terrificantes monstruosidades cometidas pelo homem contra sua própria espécie, deverá encher-se de humildade ao proferir qualquer julgamento sobre épocas e atitudes passadas.

Ao estudarmos a Idade Média, parece-nos indispensável ter em mira três importantes normas que devem presidir o trabalho de qualquer historiador:

- 1) Levar em consideração a documentação devidamente selecionada pela crítica imparcial de acordo com os usuais métodos científicos.
- 2) Não querer pura e simplesmente aplicar ao passado o critério com que julgamos o presente. Embora a natureza humana tenha

permanecido fundamentalmente as mesmas durante milênios, existiriam inegavelmente, e em épocas diversas, «mentalidades» diferentes.

3) A melhor maneira de compreendermos (o que necessariamente não significa justificar ou aprovar) o passado é procurarmos, de certo modo, estar presentes ao mesmo por meio de um estudo sério e bem documentado. Esta presença no passado afigura-se-nos, em termos, a melhor e talvez mesmo a única maneira legítima de estudar História.

4. Rumos da História.

Neste item tentaremos delinear os principais rumos dos acontecimentos da Idade Medieval de modo a propiciar ao leitor uma visão geral dos temas que serão estudados neste e nos seguintes volumes. Começaremos com o Império Bizantino cuja História é simplesmente a continuação e a evolução da História de Roma na parte Oriental do Antigo Império. Se investigarmos as raízes dos rumos que a História do Império Romano vai seguir no Oriente, encontramos, além do poderoso substratum cultural helênico, a crise do século III (de 235 a 268 aproximadamente) caracterizada pela discórdia interna, pelas ameaças bárbaras, pelos graves problemas econômicos e finalmente pelo terrível surto de peste. A energia dos generais ilírios vai ainda salvar a unidade imperial. Mas, note-se, a civilização do Ocidente romano sofre um acentuado recuo que se manifesta pela decadência da vida urbana cuja população diminui e passa a vegetar cercada pelas muralhas que a protegem, mas também a isolam em limitados horizontes. Em oposição ao Ocidente que regride, o Oriente oferece um quadro diferente: «Permanece urbano, animado e brilhante. Cidades importantes, tais como Bizâncio, prometida a um futuro tão grande, Tessalonica, cuja prosperidade durará séculos, Antioquia e Alexandrina, dão o tom. Cidades cosmopolitas onde o comércio vai a par da indústria, especialmente da indústria de luxo; onde as especulações filosóficas e seguidamente teológicas continuam nas escolas, e cujas riquezas asseguram o desabrochar de uma nova arte impregnada de asiaticismo. A vida do mundo antigo concentra-se nas margens do Bósforo e nas costas da Ásia e do Egito. Será de admirar que Constantino transfira para lá a sua capital em 330?»¹²

O contraste e mesmo a oposição que se intensificam entre Oriente e Ocidente vão explicar as divisões de governo até a definitiva separação a partir de 395.

Quando as migrações bárbaras se desencadeiam como um furacão sobre o Império, o rompimento entre Oriente e Ocidente mais se acentua. Os imperadores orientais souberam desviar habilmente, mais pela diplomacia que pelas armas, para as regiões ocidentais as correntes de bárbaros que haviam atravessado o Danúbio inferior. Com a unidade política (note-se contudo que «idealmente», mesmo após 395, havia ain-

da um único Império Romano) vai desaparecendo a identidade das instituições administrativas (que sofrem alterações sensíveis em Bizâncio a partir de Heráclio), vai-se sublinhando a diferença cultural, vão-se quebrando os próprios laços religiosos. A antiga «România» fraciona-se em duas partes distintas: a grega e a latina. Mas é bom que evitemos aqui os exageros. A separação não foi absoluta. Não se cavou um abismo intransponível entre os dois mundos. Génicot¹³ chama a atenção para esse fato em substancial página, lembrando que o Ocidente não afastou de todo a influência do Oriente Bizantino: «Mas em nenhum campo deu um corte. Nem econômico: o parecer de Pirenne assenta sobre fenômenos de que exagera ou deforma o alcance, mas cuja realidade se não discute. Nem intelectual: para citar apenas um fato: foi em Constantinopla que foram editadas, entre 522 e 526, as monografias do «último dos romanos», Boécio. Nem estético: mesmo admitindo que os elementos essenciais da futura arte românica foram reunidos na Itália e na Gália desde os séculos IV e V, não se poderá recusar qualquer influência aos edifícios e principalmente aos mosaicos, aos tecidos e às joalherias, aos marfins e às miniaturas de Bizâncio e da Ásia. Nem religioso: as freqüentes intervenções do Papado no patriarcado de Constantinopla, o número de Orientais que ascenderam à cátedra de São Pedro — uma dúzia de 640 a 741 — a vitalidade dos mosteiros gregos em Roma, dos quais sai, provavelmente em 668, o organizador da cristandade anglo-saxônica, Teodoro nascido em Tarso e formado em Atenas; a introdução à roda de 500 do *Kyrie* e do *Gloria* na missa latina, a adoção do Ocidente de festas bizantinas tais como a da Cruz e principalmente as da Virgem, a freqüência das peregrinações aos lugares santos; esta enumeração, com ser eloqüente, não é exhaustiva. As relações rarefizeram-se. Não cessaram. E não hão de cessar durante toda a Idade Média. Os mercadores carolíngios hão de comprar mais tecidos exóticos do que o fizeram os seus antecessores merovíngios. Os artistas que executam iluminuras e os fundidores otônianos do século X impregnaram-se do hieratismo bizantino. Os homens e as comunidades que, após o ano mil, se dedicam às obras de misericórdia espirituais, seguem os modelos orientais. Poderíamos prosseguir com estes exemplos até 1500. E' então somente que o Ocidente se afasta de um Oriente caído nas mãos dos turcos. Esta reviravolta constitui um dos sintomas do advento de um novo período histórico».

Procuremos, agora, estabelecer em rápida síntese as linhas da longa e não rara gloriosa História do Império Bizantino. De Constantino a Justiniano duas tarefas pesam sobre os imperadores: a defesa do Cristianismo contra as heresias e da parte oriental do Império contra as invasões. Neste período de quase duzentos anos em que se sucedem três dinastias, o traço mais característico da História do Império Bizantino é o agravamento da oposição entre Oriente e Ocidente motivado por três fatores: prosperidade material e intelectual de Constantinopla, divergências religiosas e desvio das correntes bárbaras para o

Ocidente. A evolução de Constantinopla para o Oriente sofre uma interrupção com a ascensão de Justiniano ao trono. Esse camponês da Macedônia tinha por ideal a reconstituição do Império Romano dentro da velha concepção de que o Mediterrâneo deveria ser o *Mare Nostrum* e o eixo da economia imperial. A par desse ideal político de unidade, Justiniano inspirou-se também em um ideal de restauração da ortodoxia religiosa. Ao voltar-se para o Ocidente, o imperador teria cometido «um erro de proporções grandiosas», na expressão de Lemerle,¹⁴ ao interromper uma evolução normal e necessária e ao negligenciar os perigos ameaçadores que se acumulavam no Oriente. O traço mais característico da política interna de Justiniano foi sua monumental obra legislativa.

A dinastia de Heráclio assinala uma época decisiva da História do Império: este adquire os traços característicos que doravante marcarão os séculos vindouros até a queda fatal em 1453. Com Heráclio começa propriamente a História Bizantina. Até então poder-se-ia falar em História Romana.

Na História interna anotemos a crise religioso-social e a reforma administrativa. Na História externa o acontecimento decisivo, rico de conseqüências a longo prazo é a expansão árabe.

A dinastia isáurica é marcada internamente pela questão das imagens. Externamente, os isáuricos tiveram que enfrentar os árabes. A derrota diante de Bizâncio em 718 assinala o término do avanço árabe no Oriente como a batalha de Poitiers em 732 é o marco final da expansão muçulmana no Ocidente e o início do recuo sarraceno.

Podemos dizer com Runciman¹⁵ que o «destino dos imperadores isáurios foi salvar o império dos sarracenos e transformá-lo na melhor organização defensiva que a cristandade já conheceu».

Com os «macedônios», o Império Bizantino atinge o apogeu de sua História, readquirindo o prestígio de que usufruía na época de Justiniano. Esse prestígio não é motivado somente pelos êxitos militares, mas também por razões de ordem interna, como v.g. a obra legislativa de Leão VI que fez publicar as famosas *basílicas* ou leis imperiais. Após a dinastia macedônica, inicia-se um período de profundo antagonismo entre, de uma parte, o exército e a aristocracia provinciana e, de outra parte, a administração central. A ascensão ao trono de Aléxis Comneno equivale ao triunfo dos primeiros. Os Comnenos vão dar ao Império, durante um século, uma administração estável e sólida. Mas externamente surgia no horizonte a grave ameaça dos turcos seldjúcidas que iria provocar a reação do Ocidente traduzida nas famosas cruzadas. A salvação do Império Oriental frente à ameaça turca encontrava-se no auxílio do Ocidente. Cabe aqui, entretanto, a observação de Baynes: «Necessitar proteção e detestar as únicas forças que podem proporcioná-la é talvez a amargura suprema para um enorme império». A tomada de Constantinopla pelos cruzados em 1204 é um dos episódios mais

tristes da História dos povos cristãos. Foi um golpe do qual Bizâncio jamais conseguiu refazer-se. O Império de Nicéia fundado por Teodoro Lascáris tornou-se por pouco mais de meio século o refúgio da civilização e do patriotismo bizantinos.

Quando, em 1261, Miguel Paleólogo retomou Constantinopla aos latinos, encontrou uma cidade despovoada e parcialmente em ruínas. O restaurador do Império Bizantino foi também seu último grande soberano. Com sua morte, anota Diehl,¹⁶ «deu-se início à decadência, que não teve mais fim». Com efeito, podemos dizer, de um modo geral, que tiveram que resignar-se a retardar a data fatal da queda. O império era então, na palavra do mesmo autor,¹⁷ «um corpo débil, enfraquecido e miserável, com uma cabeça enorme, Constantinopla». Quando essa cabeça foi ferida mortalmente a 29 de maio de 1453, os homens que viviam conscientemente a sua época puderam sentir que uma página importante da História fora virada. As consequências desse infeliz evento foram tais que com razão os historiadores nele viram o começo de uma nova etapa da marcha da Humanidade do tempo.

Eis em ligeiras pinceladas um quase esboço da História Bizantina. Cremos ter dito o suficiente para que o leitor compreenda a razão pela qual dedicamos o primeiro volume da História Média à interessante e brilhante civilização de Bizâncio. Tentemos, a seguir, completar o quadro da Idade Média, delineando os eventos mais característicos da civilização da Europa Ocidental e da civilização árabe.

— A Idade Média Ocidental está longe de constituir um todo homogêneo, uma época indivisa com determinados traços característicos. Cerejeira¹⁸ acentua com precisão: «Da Idade Média, porém, não se podem definir gerais características diferenciais, sem cair no risco de a destemporizar, por lhe atribuir em globo uma individualidade pouco harmônica com as diferenças particulares de cada período. Quantos o tem tentado, se não soçobraram, dificilmente iludiram este escolho». Não é fácil, entretanto, estabelecer uma periodização da Idade Média Ocidental. Sem maiores pretensões, julgamos que, para facilitar o estudo, podemos distinguir quatro fases na evolução dos acontecimentos que entretecem a História Medieval do Ocidente. Em primeiro lugar figura a aurora dos novos tempos, os inícios da Idade Média. Segue-se a época dos Reinos Bárbaros durante a qual se processa de certo modo a fusão de elementos germânicos com elementos greco-romanos ou a assimilação destes por aqueles. A Igreja desempenha, então, papel relevante de mestra e guia da nova civilização em elaboração. Esta segunda fase possui alguns pontos culminantes entre os quais convém salientar a coroação de Carlos Magno como imperador do Ocidente no ano 800 e a fundação do Santo Império Romano Germânico em 962.

A terceira fase da Idade Média é a do Feudalismo Clássico. Tal fase, que se estende do fim do século X ao fim do século XIII representa o apogeu da Civilização Medieval. Segue-se a última fase que

inclui os séculos XIV e XV. E' a fase de Declínio da Idade Média. Tentemos nas páginas seguintes estabelecer os traços que configuram cada uma dessas fases. Advertimos, desde logo, o leitor de que a periodização adotada está longe de pretender ser a única admissível. Como a História é um contínuo fluxo de acontecimentos, torna-se, às vezes, difícil, senão mesmo impossível, fixar limites mai sou menos rígidos para as diferentes épocas.

A aurora da Idade Média está marcada por um acontecimento bem característico: as invasões. Calmette¹⁹ sublinha: «A invasão é o fato inicial da Idade Média. Nenhum fato da mesma amplitude ou de conseqüências comparáveis se produziu depois, e a História subsequente, entendida corretamente, nada mais foi que a evolução da sociedade resultante da invasão. E' necessário entender por *invasão* a penetração desses dois elementos até então separados: o civilizado grego ou latino, helenizado ou latinizado, e o bárbaro recém-chegado sobre o solo imperial».

Intimamente relacionados com as invasões podemos apontar os seguintes acontecimentos que configuram a aurora medieval:²⁰

a) Modificação das condições sociais, políticas e econômicas do império.

b) «A sociedade agrária, com suas instituições, diferindo das anteriores pela natureza de seu início, rudemente talhada, penosamente estabelecida, mas flexível e rija».

c) «As novas invenções e adaptações tecnológicas».

d) Papel relevante e decisivo desempenha a Igreja na fase de transição entre a Antiguidade e a Idade Média.

Para os intelectuais cristãos tornava-se clara a responsabilidade da religião que triunfara do paganismo greco-romano, em face da nova cultura que se elaborava. E' importante lembrar aqui a figura genial de Agostinho. Vivendo numa terrível encruzilhada da História, sentiu perfeitamente a necessidade de firmar a independência dos princípios cristãos perante o evoluir da civilização. Assim é que chamou a atenção para que não se confundisse ou identificasse a prosperidade do Cristianismo com a prosperidade de Roma. «Compreendeu Agostinho integralmente que estava ajudando a preparar o caminho que o novo mundo do futuro seguiria ao se afastar das ruínas do Império Romano e do passado clássico? Não se pode esperar tanto de nenhum homem. Como Orósio, Agostinho tinha reservas sobre as realizações de Roma, mas ainda esperava que o Império resistisse. Não era onisciente. Sua tarefa foi preparar o espírito de seus contemporâneos mais ponderados, e dos sucessores, para a possibilidade de uma modificação na situação política que conheciam, e prepará-los para se adaptarem a essa modificação. Foi um pioneiro nas fronteiras do pensamento. Como todos os pioneiros, penetrou em vastas áreas desconhecidas, abriu seu caminho da melhor forma, e nem sem-

pre acreditou totalmente em tudo o que viu do alto das montanhas. Abriu trilhas novas, ampliou-as, levou-as mais à frente». ²¹

Os germanos que haviam atravessado o Danúbio em 376 e o Reno em 406, depois de haverem destruído os exércitos imperiais e dominado a resistência das populações ocidentais, encontram-se, no início do século VI, definitivamente instalados. Os Reinos Bárbaros que agora sucedem à desintegração política do Império dão novas cores ao mapa do Ocidente Europeu. Estamos na segunda fase da Idade Média. Merovíngios e Carolíngios vão constituir, por alguns séculos, o eixo da História do Ocidente europeu. Com relação ao prestígio do reino franco, deve-se chamar a atenção para o apoio que o mesmo recebeu da Igreja. Mais que a oposição entre bárbaros e romanos, o que divide o Ocidente no início dessa fase é o conflito entre o catolicismo e o arianismo. «A Igreja preferia aos reis burgúndios e visigodos romanizados, cristãos mas arianos, um pagão francamente bárbaro que ela poderia transformar em católico». ²² Na conversão de Clóvis encontramos a explicação da proeminência dos francos sobre os demais povos germânicos. É curioso notar também que entre esses povos não existia nenhuma solidariedade racial. Como observa Pirenne, ²³ Clóvis impediu a profunda germanização com que os alamanos ameaçavam a Gália. Note-se aliás que sob Merovíngios e Carolíngios existe uma dualidade jurídico-social: ao norte prevalece o regime germânico da posse solidária, ao sul o regime romano da propriedade individual. O primeiro se orienta para a propriedade familiar, o segundo se enfraquece e dissolve em um sistema senhoril «no seio do qual se reconstitui a solidariedade de família». ²⁴ «Essas duas evoluções em sentido contrário — progresso entre os germanos que passam da solidariedade tribal para a propriedade privada, decadência entre os galo-romanos cuja sociedade individualista desaparece submersa pela organização dominial — se reencontram na época carolíngia para se fundirem em um mesmo sistema que será o da feudalidade senhoril». ²⁵

Os sucessores de Clóvis não se revelam à altura da missão de liderar o Ocidente. A mediocridade dos soberanos, as discórdias familiares, o sistema de partilhas, o poder crescente da aristocracia ameaçam a desintegração completa do reino franco. Surgem então os Carolíngios, que não só vão salvar a unidade do reino mas concretizar novamente a idéia imperial no Ocidente. A vitória de Carlos Martelo sobre os árabes em Poitiers (732) cerca a família com a auréola de campeã da cruz e salvadora da Cristandade contra a ameaça islâmica.

O golpe de Estado de Pepino, o Breve, em 751 que consagra juridicamente uma situação de fato com o apoio da Igreja, prepara o terreno para um dos acontecimentos culminantes da Idade Média: a coroação de Carlos Magno como imperador, na noite de Natal do ano 800 pelo papa Leão III. A antiga concepção imperial

renasce enquadrada em uma fórmula cristã na qual aparece uma dualidade hierárquica em cujo cimo se encontram o papa, guia espiritual supremo, e o imperador, chefe temporal do Ocidente. As páginas da História Medieval que se desdobram a partir da noite da coroação, mostram de maneira insofismável o alcance e a profunda repercussão do ato de Leão III. Não é exagero afirmar que, um milênio depois da restauração do Império Romano do Ocidente, o acontecimento encontra ainda um eco na coroação de Napoleão.

No âmbito internacional observa-se, com Carlos Magno, um sistema de equilíbrio de forças que se traduz pelo Império carolíngio no Ocidente, pelo Império de Bagdad na Ásia Anterior e pelo Império Bizantino entre ambos.

A imensidade do território, a diversidade racial e cultural dos povos submetidos, a fraqueza dos sucessores de Carlos Magno e ainda o velho costume de partilha constituem as causas principais do declínio carolíngio. O juramento de Estrasburgo em 842 e o tratado de Verdun em 843 são marcos da desagregação carolíngia. Verdun consagra a divisão da Europa, lançando as bases da França e da Alemanha.

O século IX é marcado pelas invasões normandas, sarracenas e húngaras. O poder central revela-se incapaz de proteger as populações ameaçadas que buscam o amparo dos senhores locais, favorecendo o estabelecimento do feudalismo. O Império Carolíngio não é mais que uma ficção.

Em fevereiro de 962 a dignidade imperial foi restabelecida em favor de Otão I, surgindo assim o Sacro Império Romano-Germânico. Desde então a coroa imperial fica unida à coroa alemã. Esse acontecimento teve seculares repercussões na História Européia. «Os reis da Alemanha, feitos imperadores, exerceram, associando-se à Igreja, uma hegemonia que se ligava à tradição antiga do império ecumênico, conservada pelo papa de Roma. No império assim concebido, a soberania, que encontrava sua fonte no poder espiritual do papa, era exercida pelo imperador. O papa e o imperador, estreitamente unidos, representavam sobre a terra a autoridade de Deus». ²⁸ Note-se que o novo Império, ao contrário do que acontecia com o de Carlos Magno, não incluía entre seus limites a *Francia Occidentalis*.

Delineados, em linhas bem gerais, alguns dos principais acontecimentos políticos da fase da Idade Média ora focalizada, passemos a um registro sumário do papel da Igreja na mesma época.

Expansão e defesa da fé cristã, primazia e independência da Sé Romana, integração dos bárbaros na Civilização Ocidental cristã, orientação e organização dos quadros espirituais e temporais da mesma Civilização, eis, em poucas palavras, a atuação da Igreja nesses séculos cruciais em que estava em gestação a Europa Moderna. Mestra e Mãe, a Igreja viveu todas as horas amargas ou gloriosas, pelas quais a cristandade atravessou nessa fase difícil da História. Leão Magno, Gre-

gório Magno e Nicolau I são os nomes culminantes do pontificado romano.

O monaquismo, na vida interna, e a aliança com os francos na vida externa, constituem duas das linhas mestras que marcaram o rumo da História Eclesiástica na segunda fase da História Medieval.

— A terceira fase da Idade Média é a do Feudalismo Clássico.²⁷ Nessa época «bateu plenamente o coração dessa idade heróica; então se formaram quase todos (Guizot diz todos) os elementos essenciais da civilização européia; Carlyle, depois de A. Comte, admirou nele o «sublime catolicismo»! a «nobre feudalidade!» como «a mais elevada coisa que a nossa Europa ainda fez; a sua aliança era tão íntima, que o papado e o império pareciam os dois grandes pilares do mundo (as duas metades, lhes chamou Dante...)».²⁸

Esses três séculos caracterizam-se por um conjunto de fecundas criações em todos os principais setores da atividade humana. É importante sublinhar que a mentalidade medieval busca inspiração para essas criações nos elementos mais heterogêneos. Revela-se aqui o espírito enciclopédico desses séculos que se abrem a todas as influências e alimentam-se das fontes mais variadas: Antiguidade Clássica ou cristã, Oriente bizantino ou armênio, mundo árabe ou celta.

O que nos chama a atenção em primeiro lugar, na fase focalizada, é o desenvolvimento do feudalismo, que, entretanto, não revestiu os mesmos traços nem teve uma evolução simultânea em toda a Europa. O sistema feudal tem, na Idade Média, repercussões profundas na vida política, social, jurídica e religiosa. A nobreza, a cavalaria, a cortesia e a galanteria estão intimamente relacionadas com o feudalismo. Num sentido de certo modo oposto a essas instituições, temos o desenvolvimento das cidades, da indústria e do comércio, as feiras, as corporações de ofício e o aparecimento da burguesia. Esta última aliar-se-á aos reis contra os senhores feudais e preparará, assim, o aparecimento do absolutismo.

No terreno artístico podemos assinalar o progresso das artes, sobretudo da arquitetura com o apogeu do estilo românico (século XI) e do estilo gótico (século XIII). No terreno filosófico temos a escolástica com o maior representante da Filosofia Cristã, Tomás de Aquino.

No terreno literário contemplamos o nascer das línguas modernas, as canções de gesta, os romances. Temos, sobretudo, a *Divina Comédia*, que, surgindo embora no alvorecer do século XIV, sintetiza de modo sublime o espírito da fase medieval em tela, na qual decorreu a maior parte da existência de Dante.

No vértice dos acontecimentos dessa fase da Idade Média encontra-se sobretudo a Igreja, presente na criação de novas ordens religiosas, no combate à heresia (a tão debatida Inquisição!), na defesa da cristandade ameaçada pelo perigo muçulmano (a organização das cruzadas), na luta pela supremacia do espiritual sobre o temporal (Que-

rela das Investiduras e Querela entre o Sacerdócio e o Império), na educação popular e na formação da elite intelectual (Colégios e Universidades) e em muitos outros setores que oportunamente serão estudados.

Gregório VII e Inocêncio III assinalam dois pontos altos do Pontificado Romano da época a que se refere Victor Hugo: "

Le pape et l'empereur! ce n'était plus deux hommes.

Pierre et César! en eux accouplant les deux Romes...

— Para que o leitor tenha uma visão mais precisa dos três grandes séculos da Idade Média, vamos apresentar nas linhas seguintes o sumário de alguns dos acontecimentos mais marcantes e também mais fecundos em consequências para a formação da Civilização Ocidental. No século XI podemos citar:

1) A organização definitiva da Trégua de Deus (1041) para mitigar o costume bárbaro das guerras privadas;

2) O cisma do Oriente (1054) que separa Roma de Constantinopla.

3) O famoso decreto do papa Nicolau II que reserva aos cardeais a eleição do pontífice romano (1059).

4) A batalha de Hastings (1066) que dá a Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia, o trono inglês. Estabelece-se, então, na Inglaterra um feudalismo vinculado ao governo central monárquico.

5) Decreto do papa Gregório VII proibindo a investidura leiga (1075).

6) Episódio de Canossa em que Henrique IV é absolvido da excomunhão por Gregório VII (1077).

7) As vitórias dos turcos seldjúcidas vão provocar as Cruzadas. No Concílio de Clermont, Urbano II convoca os cristãos para a defesa da Terra Santa (1095). Na península ibérica prossegue a luta da população cristã pela reconquista do território ocupado pelos mouros.

No século XII, podemos anotar:

1) Os sarracenos continuam a ser combatidos pelos cruzados. No Oriente encontram-se estabelecidos principados cristãos fundados pelos ocidentais que introduzem aí o sistema feudal.

2) A querela das investiduras termina pela Concordata de Worms (1122).

3) A vitória de Afonso Henriques sobre os mouros em Ourique é um capítulo decisivo na formação do Reino Português (1139).

4) O imperador Frederico Barba-Roxa é derrotado na batalha de Legnano (1176) e submete-se ao papa no ano seguinte.

5) O 3º concílio de Latrão estabelece a regra segundo a qual só seria reconhecido papa aquele que tivesse sido eleito por dois terços dos votos (1179).

6) A terceira cruzada é realizada pelos três soberanos mais poderosos da Europa: Frederico Barba-Roxa, imperador da Alemanha, Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra, e Filipe Augusto, rei da França (1189-1192).

O século XIII é rico em acontecimentos de capital importância para os rumos da História nos séculos seguintes. Eis alguns:

1) O pontificado de Inocêncio III marca o apogeu do prestígio dos papas na Idade Média (1198-1216).

2) De 1202 a 1204 realiza-se a quarta cruzada desviada de seus fins para a conquista de Constantinopla e a fundação do Império Latino do Oriente.

3) Entre as heresias destaca-se a dos Albigenses e a dos Valdenses. No combate às mesmas convém lembrar a Cruzada contra os Albigenses (a partir de 1208) e a instituição da Inquisição (1231).

4) Na luta contra os mouros, os espanhóis obtêm apreciável vitória na batalha de Las Navas de Tolosa (1212).

5) A batalha de Bouvines (1214) vencida por Filipe Augusto contra uma vasta coligação de adversários entre os quais figuravam João sem Terra e o imperador Otão, tem um significado especial para a História da França. Consagra o triunfo dos Capetíngios sobre os Plantagenetas. A derrota de João sem Terra prepara o terreno para a Magna Charta.

6) Este precioso documento, imposto ao rei pelos barões ingleses, embora tenha o sentido de uma vitória do feudalismo sobre a monarquia, constitui também o triunfo dos homens livres da Inglaterra que nela viram a garantia contra a arbitrariedade (1215).

7) A fundação das Ordens Mendicantes por São Francisco de Assis († 1226) e São Domingos de Gusmão († 1221) dão novo e surpreendente impulso à vida religiosa.

8) O reinado de São Luís na França (1226-1270) assinala um dos mais brilhantes capítulos da História da Europa Ocidental.

9) Na Inglaterra reúne-se em 1265 o Grande Parlamento. Nele tomaram parte, além dos prelados e barões, cavaleiros e representantes da burguesia.

10) Em 1274 morre S. Tomás de Aquino, o maior pensador cristão de todos os tempos.

11) Um dos acontecimentos mais importantes do século XIII foi a invasão mongólica em diversas regiões da Europa.

— Vamos encerrar essas linhas sobre o XIII século com a seguinte página de Leonel Franca. "

«E' o tempo da renascença cristã, mais digna, mais nobre, mais humana que a pagã dos séculos XV e XVI.

No *governo da Igreja* é o século de Inocêncio III e de Gregório IX, paladinos do direito, protetores das ciências e das letras, defensores dos interesses dos povos.

Na *política*, em França é o século de São Luís, personificação sublime do cavalheirismo cristão em toda a sua augusta majestade (Montalembert); na Espanha é o século de São Fernando, libertador de quase todo o território pátrio, guerreiro tão destemido quanto piedoso e santo; na Inglaterra, se a realeza se degrada e dá escândalos, a Igre-

ja brilha em todo o seu esplendor — é o século de S. Edmundo de Cantuária, de Ricardo de Winchester, de Estêvão Langton e dos barões católicos a cujo zelo e coragem deve a Inglaterra o melhor de suas liberdades tradicionais: o *Parlamento britânico* e a *Magna Charta*, reabilitação das leis de S. Eduardo e consagração do direito público da Europa cristã.

E nas artes? Que admirável florescência artística!

Na arquitetura, é o século das grandes catedrais góticas de Colônia, Chartres, Reims, Auxerre, Amiens, Salisbury, Westminster, Burgos e Toledo, nas quais o gênio cristão, sublime na humildade obscura e anônima de seu amor, elevou monumentos dignos da grandeza daquelas almas, e simbolicamente expressivos da sua tendência para o céu. Como a representam bem o esguio das flechas, o aprumado das torres, a esbelta elegância destas colunas que, simetricamente fronteiras, se elevam, com a prece, para, lá no alto, quais mãos postas, se aproximarem no arco das ogivas!

Na pintura, é o século de Guido de Siena, de Giotto e Cimabue, que preparam Fra Angélico e as grandes escolas da pintura italiana; é o século das miniaturas religiosas, das iluminuras, milagres de paciência e de acabamento, destes vitrais singelos pelos quais coa nas nossas igrejas a luz do sol, com a luz da fé — através das cenas do Evangelho.

E na poesia? Que revoada de poetas, gênios sem nome que, na epopéia, na elegia, nas trovas inspiradas, cantaram todos os grandes assuntos: Deus e o céu, a alma e a natureza, a glória, o amor, a honra e a bravura! E o *Lauda Sion*, o *Dies Irae*, o *Stabat Mater*? E não bastaria Dante para imortalizar um século? Na ciência, é o século da introdução da álgebra e dos algarismos árabes no Ocidente, o da invenção ou, pelo menos, da admissão geral da bússola, o século do primeiro despertar das ciências experimentais».

— A quarta e última fase da Idade Média é considerada uma época de declínio. Note-se, contudo, que nem por isso deixa de ser fértil em acontecimentos que preparam a Idade Moderna. Na realidade, muitos aspectos deste último período histórico encontram sua gênese nos últimos séculos da Idade Média. Assim, v.g., o Absolutismo, a Renascença, a Reforma, etc...

Apontaremos, a seguir, alguns dos principais traços característicos do outono medieval e resumiremos, depois, uma seqüência cronológica de alguns dos mais importantes e decisivos acontecimentos.

A História Ocidental nos séculos XIV e XV toma novos rumos com transformações fundamentais de ordem política, econômica, social, intelectual e religiosa. Vinculados de um modo ou de outro a essas transformações, estão as terríveis calamidades que então assolaram as populações: a fome, a peste e a guerra. Com relação à primeira basta lembrar, como exemplo, a que devastou o Ocidente de 1315 a 1317 matando só em Ypres 15% da população. Quanto à peste, é suficiente recordar a tristemente famosa peste negra que entre 1347 e 1350 arrebatou cer-

ca de um terço da população da maior parte das nações ocidentais. No que tange às guerras, apontemos apenas a guerra dos cem anos com todo o séquito de conseqüências desastrosas. Génicot¹¹ observa que a Idade Média «acaba na miséria e na confusão». Nas transformações políticas figuram em primeiro plano os reis com um vasto programa que pode ser resumido em duas palavras: *centralização monárquica*. Filipe, o Belo, é exemplo típico desses monarcas dos tempos do fim medieval. Apoiado na burguesia que com ele partilha do desejo de diminuir os poderes da nobreza feudal, nos banqueiros italianos que lhe fornecem meios para seus empreendimentos e nos legistas que, inspirados no Direito Romano, revigoram as noções de soberania e de Estado, o rei da França marcha resoluto para a concentração dos poderes em suas mãos e conseqüentemente para a unidade nacional. O sentimento nacional ia substituir o sentido universal da comunidade cristã. As pretensões monárquicas centralizadoras e absolutistas encontraram dois adversários sérios: a nobreza e a Igreja.

Ainda no terreno das transformações políticas e intimamente relacionadas com a marcha para a centralização, temos novas instituições como as assembléias, os exércitos permanentes, certos impostos e tribunais com juizes permanentes. Paralelas às inovações políticas seguem as mudanças econômicas. Eis, de modo bem geral, o rumo seguido pelo movimento econômico no final da Idade Média: ao lado da riqueza territorial que se desenvolvera em plena Idade Média, surgira uma fortuna mobiliária nas cidades. Com o surto comercial reaparece o capitalismo e a expansão da rede bancária. Conseqüência desta é a intensificação de cunhagem de moedas de ouro. No século XIV encontramos desenvolvido um comércio de caráter internacional. A Itália, por sua situação geográfica, desempenha papel econômico importante: «Intermediária forçada entre o Ocidente e o Oriente, repleta de capitais e mais hábil que ninguém no seu emprego, a Itália conserva nos séculos XIV e XV uma hegemonia sobre a economia»,¹² mas, em breve, a época dos descobrimentos ia deslocar o eixo econômico do Mundo Ocidental.

As comoções sociais abalam os séculos finais da Idade Média. Nas zonas rurais aldeões premidos pela miséria ou embriagados pela idéia de acabar com o regime senhorial entregam-se à prática de violências. Nas grandes cidades as baixas camadas da população revoltam-se contra a opressão econômica. Acrescentemos a isso as depredações praticadas pelos soldados quando em períodos de ócio motivados pelas tréguas, e os sérios problemas criados pela libertação dos servos.

O fim do papel político da nobreza feudal acarreta também o fim de seu papel social. O nobre passa de um líder de comunidade a um simples proprietário. Uma nova nobreza, civil (em oposição ao caráter militar dos feudais) e real (criada pelo rei e colocada a seu serviço) vai substituir a antiga.

O campo cultural reflete a mentalidade dos novos tempos. Assim como a unidade nacional substitui a unidade universal em matéria política, a unidade cultural também se desintegra e sofre as consequências da centralização monárquica: «Os habitantes de cada país adquirem a consciência do que lhes é próprio e comum: a língua, os interesses materiais, a herança de um passado glorioso. A importância das cidades que, pela sua riqueza, se tornaram os centros da vida social, dá um novo valor a estas características que assinalam vigorosamente os seus burgueses. Isso leva o Ocidente, sobretudo no século XV, a dividir-se em entidades culturais e até religiosas. Os protestos dos ingleses contra a concessão de benefícios a estrangeiros são veementes. As reformas das ordens religiosas realizam por meio de congregações nacionais. A heresia de João Huss é um assunto tcheco. O filósofo e sábio Nicolau Oresme escreve em francês, os historiadores Villani e López de Ayala em italiano e em espanhol, o seu êmulo Ruysbroeck l'Admirable, em neerlandês, o teórico da política, John Fortescue, em inglês. Existe nestas obras mais que simples diferença de língua: encontra-se nelas uma diferença de povo. No monge de Groenendael, por exemplo, este especulativo do concreto, que alcança os cumes mais elevados da espiritualidade, sem perder contudo o sentimento do concreto, como não havemos de reconhecer um antepassado dos artistas flamengos, que, ao pintarem a realidade com exatidão minuciosa, traduzem estados d'alma? Principiam destarte as civilizações diferenciadas a tomar o lugar da civilização única que o século XIII havia conhecido. Ou, para empregar uma expressão mais exata, esboçam-se variações nacionais sobre o mesmo tema.»

Enquanto no apogeu da Idade Média, as ciências se haviam agrupado em torno da teologia e as técnicas se tinham vinculado à arquitetura, o que se percebe agora é a autonomia dos diferentes ramos das artes e das ciências. Nesta evolução revela-se o espírito crítico e individualista dos séculos XIV e XV que à síntese preferem a análise, à disciplina antepõem a liberdade.»

Finalmente, temos as transformações de ordem religiosa. A Igreja atravessa uma profunda crise que ameaça sua estrutura hierárquica e doutrinária: o cativeiro de Avinhão, o Grande Cisma do Ocidente, o nacionalismo religioso, as doutrinas conciliares, as heresias declaradas constituem acontecimentos férteis em consequências desintegradoras da unidade da autoridade eclesiástica e da própria Fé Cristã. «Para muitos homens dessa época cava-se um fosso entre a religião e a vida, ou entre o cristianismo e o catolicismo. A imensa maioria dos políticos, dos negociantes, dos sábios e dos artistas conserva a fé; mas para muitos deles deixou de ser a mestra de seus atos, e pretendem ter dela um modo de ver pessoal. No povo a piedade conserva-se viva, mas alimenta-se menos dos sacramentos e da oração coletiva que dos exercícios individuais, das práticas de devoção que se multiplicam, tais como a Via-Sacra. Todos os meios se vão libertando mais ou menos da Igre-

ja, da hierarquia e das suas prescrições. Terminava assim a unidade da civilização ocidental, que tinha a Igreja como base sólida». ³⁵

Vejamos, agora, em ordem cronológica, apenas alguns dos principais acontecimentos da última fase da Idade Média.

1302 — Filipe, o Belo, convoca os primeiros «Estados Gerais».

1303 — Atentado de Anagni e morte de Bonifácio VIII.

1309 — 1377 — «Cativoiro de Avinhão».

1321 — Morte de Dante.

1337 — 1453 — Guerra dos Cem Anos.

1346 — Batalha de Crécy.

1356 — 1358 — Revolta da burguesia parisiense dirigida por Étienne Marcel.

1358 — Revolta de Camponeses na França.

1378 — 1417 — O Grande Cisma do Ocidente.

1384 — Morte de Wiclef.

1415 — Morte de Huss na fogueira.

1431 — Joana d'Arc é queimada em Ruão.

1453 — Queda de Constantinopla — Data tradicional para assinalar o fim da Idade Média.

5. Civilização árabe.

Para concluir esse rápido estudo dos rumos dos acontecimentos da Idade Média, resta-nos dizer algumas palavras sobre a civilização árabe.

Desde épocas remotas, a vasta península arábica desempenhara papel decisivo nas relações econômicas entre Ocidente e Oriente, quer por meio das caravanas que atravessavam os desertos transportando mercadorias, quer por meio da navegação de cabotagem através de seu extenso litoral. No século VII os árabes iam ocupar o primeiro plano dos acontecimentos históricos pondo em xeque a vida política de grandes impérios e ameaçando a própria estrutura da cristandade. Tal é a importância da irrupção árabe que, como já observamos, o famoso historiador Henri Pirenne apontou a expansão ocidental do Islã como marco inicial da Idade Média. A partir das conquistas árabes, a História de Bizâncio e a do Ocidente tomam novos rumos. Um fator novo, inquietante, ameaçador vai traumatizar as civilizações que se desenvolvem sobre as bases da civilização greco-romana. Mas este novo fator — Islã — não será sempre um elemento de destruição. Ao contrário. As guerras trarão interpenetrações e intercâmbios que se revelarão fecundos especialmente para o Mundo Ocidental.

Contactos com diversas correntes religiosas (especialmente cristãs e judaicas) despertaram no complexo temperamento de Maomé a inspiração para a pregação religiosa. Fatores econômico-sociais contribuíram decisivamente para o triunfo do profeta na sua própria terra natal.

A extrema simplicidade da nova religião (só há um Deus e Maomé é seu profeta) tornou-a de imediato acessível a beduínos e citadinos.

Maomé não foi tanto um criador de religião. Foi antes um sintetizador de doutrinas e preceitos existentes em outras formas religiosas. A religião assim elaborada reveste um aspecto nacional (nas suas origens, na sua língua, nos seus primeiros adeptos) e outro internacional (acolhe todos os povos sem distinção de raça). Compreende-se pois sua extraordinária propagação tanto para o Oriente como para o Ocidente.

Maomé nada deixou escrito mas seus ensinamentos foram recolhidos pelos discípulos que os escreveram em peles, palmas, louças de barro, etc... ou, ainda, os guardaram de cor. Esses fragmentos constituíram o Alcorão, a Bíblia muçulmana redigida definitivamente em 650 e destinada a ter influência enorme sobre grande parte da humanidade.

Superada a crise política surgida com a morte de Maomé (632), tem início a fulminante expansão árabe que não se caracteriza sempre como uma ação demolidora. A fraqueza dos adversários (Bizâncio e Pérsia estavam exauridos pelas contínuas lutas), o entusiasmo dos neo-conquistadores despertado não só por motivos religiosos mas também pela perspectiva de boas presas, o bom acolhimento dos povos dominados por Bizâncio (para sírios, judeus e egípcios os árabes foram considerados libertadores), eis algumas causas que explicam satisfatoriamente o sucesso dos nômades do deserto unidos sob o sinal de uma nova crença.

De 628 a 643 os árabes haviam estendido seus domínios do Mar Cáspio à Cirenaica. No início do século seguinte a conquista atinge, no Oriente, as portas do Turquestão chinês e, no Ocidente, a Espanha.

O Islamismo, a essa altura dos fatos, ganha dimensões universais, deixando de ser apenas um fenômeno árabe, pois nos territórios conquistados, povos das mais diversas raças abraçam a doutrina de Maomé. Entretanto o povo líder da nova religião continua sendo o árabe. Através de uma língua semita (o aramaico) esse povo entra em contacto com os legados da civilização greco-romana e da civilização iraniana. Essa herança, entretanto, não dilui a personalidade da nação árabe. Moscati²⁸ acentua com precisão: «E' uma grande honra para o modesto povo árabe não se haver deixado submergir pela onda das civilizações milenares: ao contrário, continuando a formar o fundo da nova civilização, fornece, por assim dizer, a ossatura necessária ao vasto processo evolutivo em curso no mundo oriental: Pela língua, pelo privilégio político, por numerosas formas do pensamento e da arte, o elemento árabe semítico impregnou a história do grande império nascido de sua terra».

Vejamos, em poucas palavras, as linhas mestras da expansão muçulmana. Os quatro primeiros califas que sucedem a Maomé dão o grande impulso inicial às conquistas. Com os Omíadas o califado transforma-se de eletivo em hereditário. Estabelece-se na grande metrópole econômica de Damasco, que se torna centro de vasto império. A dinastia dos Abássidas instala em Bagdad a sede do Império que passa a ter um caráter essencialmente continental. O mundo muçulmano cinde-se e em Córdoba constitui-se um califado cuja prosperidade se baseia nas re-

lações marítimas. A epopéia cristã da reconquista encontra nesse império o grande adversário.

A aliança, no século XI, entre o califa de Bagdad e os turcos seldjúcidas assinala o declínio da brilhante civilização criada pelos árabes. «Entregue a bárbaros mal saídos do nomadismo, o Islã ia perder, em menos de cinquenta anos, a magnífica cultura que tinha conhecido desde o século oitavo. O elo que o unia à antiguidade greco-oriental estava rompido; esterilizado, ia fixar-se na imobilidade; e a sua tradicional tolerância para com os cristãos, os judeus e os masdeístas, iria ser substituída pela concepção da guerra santa...»³⁷

O domínio turco no Oriente ia não só provocar, por sua intolerância, as cruzadas mas também um recuo da civilização. Na Síria a arabização do elemento turco diminui os efeitos da barbarização. Na Ásia Menor os efeitos da conquista turca foram funestos. Pirenne³⁸ observa que essa região, que o helenismo havia transformado em uma das partes mais civilizadas do mundo, «passou em alguns anos à barbárie total».

Encerremos esse rápido passar d'olhos na origem e evolução da civilização árabe lembrando, em ordem cronológica, somente alguns dos principais acontecimentos relacionados com a expansão árabe.

- 570 — Nascimento de Maomé.
- 622 — Hégira.
- 630 — Maomé ocupa Meca.
- 632 — Morte de Maomé.
- 634 — 636 — Conquista da Síria.
- 634 — 639 — Conquista do Egito.
- 642 — Vitória sobre os persas em Nehavend.
- 661 — 750 — Dinastia dos Omíadas em Damasco.
- 711 — Batalha de Guadalete na Espanha. O Índus é ocupado.
- 732 — Batalha de Poitiers.
- 750 — Califado Abássida.
- 755 — Dissidência do Emirato Omíada de Córdoba.
- 1055 — Os turcos seldjúcidas protetores do califa abássida.

6. As Fontes.

A História se escreve sobre documentos. Evidentemente a História da Idade Média não foge a essa regra. E a documentação existente (por muito tempo ignorada) é de tal monta que proporciona um vastíssimo campo de pesquisa para os medievalistas. Neste último item pretendemos apenas chamar a atenção do leitor para o problema das fontes da História Medieval. Uma orientação mais ampla e bem documentada encontra-se na indispensável *Initiation aux études d'Histoire du Moyen Age* da autoria de Louis Halphen.³⁹ Digamos de passagem que diferentes disciplinas auxiliares do estudo da História⁴⁰ são indispensáveis pa-

ra um melhor entendimento da documentação medieval. Assim, v.g., papel importante é desempenhado pela paleografia (a ciência das escritas antigas). Importante é também o domínio da língua latina, especialmente do latim usado na Idade Média, o qual se afasta, em muitos aspectos, do latim clássico. Lembre-se o leitor de que grande parte dos documentos da Idade Média Ocidental foram redigidos em latim.

Para simplificar o problema, podemos distinguir dois tipos de fontes medievais: as literárias e as arqueológicas.

Entre as fontes literárias estão em primeiro lugar os historiadores medievais. Claro está que a leitura e o aproveitamento desses escritores supõem um aparato crítico. Quando estudarmos a Literatura Medieval em capítulos especiais, mencionaremos os mais importantes autores de obras de conteúdo histórico e seu respectivo valor. Mas ao lado dos historiadores propriamente ditos figura o colossal acervo de toda a Literatura Medieval que nos introduz nos mais diferentes aspectos da vida familiar, social, religiosa, etc... Citemos, somente para exemplificar e quase ao acaso, a Regra de São Bento, A Divina Comédia, a Chanson de Roland, etc... Esses e outros exemplos citados por Halphen revelam-nos melhor que as próprias obras de História a verdadeira mentalidade medieval.

Ao lado das fontes literárias temos as fontes arqueológicas que ou ainda estão por explorar ou já se encontram devidamente estudadas e catalogadas em museus especializados (por exemplo, o *Musée des monuments français* localizado no *Palais de Chaillot* em Paris) ou ainda disseminadas em centenas de localidades integrando plenamente o panorama das mesmas e servindo à vida pública e privada da população. Tais são, v.g., as monumentais catedrais, os mosteiros, os castelos, certos edifícios, etc., etc... Estão à disposição dos estudiosos que deles recebem lições não só sobre os diferentes ramos da arte medieval mas também sobre a vida cotidiana da época em que foram construídos.

Para a pesquisa da História Medieval o estudante europeu goza, sem dúvida, de uma situação privilegiada. Possui a seu alcance não só monumentos que acabamos de citar mas uma apreciável quantidade de arquivos e bibliotecas em que se encontram para consultas documentos originais devidamente catalogados. Dentre essas numerosas instituições citemos como exemplo os arquivos e as bibliotecas do Vaticano. A propósito deles Halphen, na obra já citada, comenta: «Para o medievalista mais do que para qualquer outro, é verdadeiro o ditado: todos os caminhos levam a Roma. Pois não existe realmente pesquisa concernente à Idade Média européia que não leve ao Vaticano onde se encontram reunidos ao mesmo tempo os arquivos e as coleções manuscritas do papado».

A moderna prática de microfilmagem possibilita hoje ao estudioso obter e transportar consigo quantidade enorme de documentos que são reproduções fidelíssimas do original.

— Concluamos essas breves linhas sobre as Fontes da História Medieval lembrando o papel decisivo que as mesmas desempenham para ampliar o conhecimento de uma época tão rica em acontecimentos decisivos para a formação de nossa Civilização. Para os que só viam trevas no Medievo (note-se que em todas as fases da História Humana e mui especialmente na atual, as civilizações apresentam aspectos positivos e negativos) só há uma resposta que elimina todo o tom polêmico inútil e se reveste de um caráter científico: *consultem as fontes!*

¹ Apud Fraile, *Historia*, II, p.13.

² Idem, *ibidem*. As vãs discussões dos nominalistas explicam certamente as palavras de Kempis na imortal "Imitação de Cristo": "Quiescesse a nimio sciendi desiderio: quia magna ibi invenitur distractio et deceptio. Quid prodest magna cavillatio de occultis et obscuris rebus, de quibus nec arguemur in iudicio, quia ignorabimus? Et quid curae nobis de generibus et speciebus? Taceant omnes doctores; sileant universae creaturae in conspectu tuo: tu mihi loquere solus" (Liv. I, 2 e 3). — Sentimos todo o desprezo dos humanistas pela escolástica decadente nessas expressões de Erasmo: "Nostrae tempestatis theologorum cerebellis nihil putridius, lingua nihil barbarius, ingenio nihil stupidius, o ratione nihil virulentius, pectore nihil nigrius" (Apud Fraile, *Obr. citada* p.13).

³ Fraile, *Historia*, II, p.16. — O leitor encontrará nesta obra um excelente e atualizado estudo sobre o conceito de Idade Média.

⁴ Idem, *ibidem*, p.17.

⁵ Cerejeira, *A Idade Média*, p.13.

⁶ R. García Villoslada, *Historia de la Iglesia*, t. 2: *La Edad Media*, BAC. Madrid 1953 — apud Fraile, *Historia* t. II, p.19.

⁷ Schnürer, *L'Eglise*, I, p.13.

⁸ Cerejeira, *A Idade Média*, p.19.

⁹ Idem, *ibidem*, p.22.

¹⁰ Rodrigues, *Teoria da História*, pp.60-61.

¹¹ Burns, *História*, pp.271 e 272.

¹² Génicot, *Linhas de rumo*, p.34.

¹³ Idem, *ibidem*, p.49.

¹⁴ Lemerle, *Histoire*, p.46.

¹⁵ Runciman, *A civilização*, p.35.

¹⁶ Diehl, *Os grandes problemas*, p.72.

¹⁷ Apud Lemerle, *Histoire*, p.113.

¹⁸ Cerejeira, *A Idade Média*, p.39.

¹⁹ Calmette, *Le Monde*, p.1.

²⁰ Bark, *Origens* p.155.

²¹ Idem, *ibidem*, p.110.

²² Pirenne, *Les Grands*, I, p.433.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.434.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Idem, *Les Grands*, II, p.37.

²⁷ Ganshof, *Que é Feudalismo?* p.88.

²⁸ Cerejeira, *A Idade Média*, p.40.

²⁹ Victor Hugo, *Hernani*, act IV, se. 2ª — Apud Cerejeira, *A Idade Média*, p.41.

³⁰ Franca, *Noções*, p.97.

³¹ Génicot, *Linhas de rumo* — p.265.

³² Idem, *ibidem*, p.284.

³³ Idem, *ibidem*, p.286.

³⁴ Idem, *ibidem*, p.307.

³⁵ Idem, *ibidem*, p.302.

³⁶ Moscati, *Histoire*, p.212.

³⁷ Pirenne, *Les Grands*, II, p.72.

³⁸ Idem, *ibidem*, p.73.

³⁹ O leitor encontrará também documentação de primeira classe sobre a Idade Média em "Textes et documents d'Histoire — Moyen Age — Clio e em Documents d'Histoire vivante de l'antiquité à nos jours (Moyen Age) — Editions sociales. Nos volumes da coleção Clio referentes à Idade Média existem, após cada capítulo, seguras indicações sobre as fontes utilizadas.

⁴⁰ Já as mencionamos sucintamente em nossa *História da Antiguidade Oriental*.



Friso ornamental

HISTÓRIA DO IMPÉRIO BIZANTINO

Introdução

MAIS de mil anos decorreram entre a divisão definitiva do Império Romano em Império do Ocidente e do Oriente (395 a.C.) e a tomada de Constantinopla pelos turcos. Nesse longo período desenrolaram-se, dentro dos limites do estado bizantino, acontecimentos de maior relevância para os destinos de nossa civilização.

Infelizmente a ignorância e o descaso puseram à margem durante muito tempo o estudo da História de Bizâncio.

Os filósofos do século XVIII condenaram em Bizâncio «a mais perfeita realização de uma monarquia absoluta e de um estado religioso».¹

Voltaire² chegou mesmo a escrever que existe «uma história ainda mais ridícula que a História Romana depois de Tácito: é a História Bizantina». Para o mesmo autor, essa história não passa de «uma coleção de declamações e de milagres».

Criou-se, assim, a falsa idéia de que a História de Bizâncio não merecia ser levada em conta. O Império do Oriente teria sido apenas uma pálida sobrevivência do Império Romano e sua História nada mais era que uma decadência contínua e fatal para a ruína definitiva «em meio a querelas de monges e de cerimônias complicadas de uma corte quase bárbara».³

No século passado processou-se a reabilitação da Civilização Bizantina. Entre os nomes que contribuíram decisivamente para colocar a História dessa Civilização no lugar merecido, figura o historiador francês Charles Diehl: «Mas é com Charles Diehl (1859-1944) que os estudos bizantinos se afirmam em forma definitiva como parte integrante de uma sólida cultura moderna».

«Foi mister — afirma Juan Ramón Masoliver (prefácio à edição espanhola da História do Império Bizantino de A. A. Vasíliev) — chegar aos Finlay e aos Bury, a Krumbacher, à escola francesa egregiamente presidida por Schlumberger e principalmente por Charles Diehl, o grande orientalista recentemente falecido, para que a civilização bizantina adquirisse a nossos olhos o lugar eminente que lhe corresponde».⁴

— Na presente obra pretendemos apresentar ao leitor uma visão de conjunto da Civilização Bizantina em seus principais aspectos.

O último capítulo será consagrado ao estudo das influências que Bizâncio exerceu nas grandes correntes históricas. Nesse legado encon-

tra-se a principal razão pela qual Bizâncio merece um estudo especial nas páginas da História Universal. Mas a Civilização Bizantina não vale só pelo legado que deixou. Essa milenar civilização possui um valor intrínseco. Sua longevidade impressionante foi extremamente rica em todos os aspectos das possibilidades culturais do homem. Sua longa História reveste-se de profunda dramaticidade.

Antes de iniciarmos seu estudo com mais minúcias, tentemos apontar alguns traços que, de certa forma, a caracterizam.

Ei-los:

1) Em primeiro lugar a falta de unidade racial. Os «romanos» do Oriente eram na realidade gregos, egípcios, semitas, etc...

2) Falta de unidade lingüística: embora o latim permanecesse, durante muito tempo, a língua oficial, sofria, contudo, a forte concorrência do grego. Este era falado por uma grande parte da população; outra boa parte falava diversos dialetos Orientais:

3) Grande influência dos problemas religiosos. Os bizantinos não se entusiasmavam somente com corridas de circo ou com sucessões imperiais. As disputas teológicas repercutiam intensamente em todas as camadas da população, produzindo, não raro, violentíssimas reações, como v.g. no caso das imagens.

4) Outro traço característico de Bizâncio é o fato de haver sido o Império do Oriente, durante muitos séculos, o grande baluarte da Cristandade contra os ataques muçulmanos.

5) Bizâncio constituiu também, por muito tempo, o centro conservador e irradiador da cultura clássica. Enquanto esta sofria no Ocidente a grave ameaça dos bárbaros, em Constantinopla se desenvolvia uma intensa atividade intelectual.

6) Para não nos alongarmos sobre esses e outros traços característicos (que o leitor facilmente depreenderá da leitura da presente obra) vamos encerrar essa enumeração tentando caracterizar a Civilização Bizantina com três palavras.

Foi oriental, grega e romana.

Mais greco-romana que oriental.

Encontramos influências orientais no campo artístico (arquitetura, arte decorativa), no campo jurídico (no direito penal) e no terreno político (v.g., a concepção persa da monarquia como um dom de Deus misturada com a teoria romana do *imperium* do magistrado).

A Roma Oriental foi grega pela língua, pela literatura, pela teologia e pelo culto; foi romana na tradição militar (os soldados aclamavam os novos imperadores em latim, enquanto a população o fazia em grego), no direito, na diplomacia, nas finanças e na concepção da supremacia do estado e do governo central.⁵

¹ Lemerle, *Histoire*, p.6.

² Idem, *ibidem*.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Riolando Azzl, *Introdução* à obra de Diehl "Os grandes problemas...". Nessa Introdução o leitor encontrará um bom resumo da

historiografia bizantina. Um estudo mais completo sobre o mesmo tema, encontra-se em Vasiliev, *Historia del Imperio*, cap. primeiro.
⁵ Consultar a propósito dessas características Baynes, *El Imperio*, p.190 ss.

CAPÍTULO I

O Quadro Geográfico e a População

A TRAVÉS da longa História do Império Bizantino suas fronteiras variaram bastante de acordo com as vicissitudes sofridas pelo prestígio das armas imperiais. Assim é que nesta breve exposição do cenário geográfico em que se desenrolaram os eventos constitutivos da História Bizantina, convém, desde logo, distinguir duas zonas: 1) os territórios que integravam a região de que Constantinopla era naturalmente o centro político; 2) as regiões por assim dizer exteriores a esse domínio, as quais, por uma quase fatalidade geográfica, estavam destinadas a se desintegrarem da comunidade imperial sob a influência de diferentes forças centrífugas.

Faziam parte da primeira zona: a Síria Setentrional com Antioquia, a Alta Mesopotâmia, a Transcaucásia, a Ásia Menor, o litoral do Mar Negro, o vale do Danúbio, o litoral Adriático e a península balcânica. «Tal é o quadro determinado pela natureza para constituir um Estado cujo centro é Constantinopla».¹

À segunda zona pertenciam o Egito, parte da Síria, o norte da África e a própria Itália.

O Mar Negro e o Mar Egeu que separam a Europa da Ásia Sul-Occidental estão em comunicação por dois estreitos canais (o Bósforo e o Helesponto ou Dardanelos) entre os quais se situa ainda o mar de Mármara. De relativamente fácil acesso tanto do continente asiático como do europeu, constituindo passagem marítima obrigatória para o tráfego do Mar Negro para o Egeu e Mediterrâneo ou vice-versa, o Bósforo estava fadado a desempenhar relevante papel político e econômico através dos tempos. — «No ponto em que as águas do Bósforo passam para o Mármara estende-se para o noroeste uma soberba baía, de uns onze quilômetros de extensão, curva como uma foice ou um chifre e conhecida na História como o Chifre de Ouro. Entre ela e o Mármara fica um promontório montanhoso, na forma aproximada de um triângulo isósceles, cujo vértice rombudo está voltado para a Ásia».² Nesse promontório gregos de Mégara haviam fundado (séc. VII) uma colônia que recebeu o nome de Bizâncio, derivado, ao que parece, de Byzas, chefe da expedição fundadora.

O historiador grego Políbio (séc. II a.C.) «analisa brilhantemente a situação política e sobretudo econômica de Bizâncio, reconhece a

grande importância do intercâmbio que se mantinha entre a Grécia e as cidades do Mar Negro, e escreve que nenhum navio mercante poderia entrar ou sair desse mar contra a vontade dos moradores de Bizâncio, que, diz, possuem em suas mãos todos os produtos do Ponto, indispensáveis à humanidade».³

Quando Constantino, após ter examinado outros lugares, escolheu Bizâncio para a construção da nova Roma, a antiga colônia megárica tinha o aspecto de um povoado sem maior importância e «só ocupava uma parte do promontório que se adianta no mar de Mármara».⁴

— Delineado o cenário geográfico da História do Império Bizantino, passemos a uma sucinta enumeração das influências do meio físico nos acontecimentos.

Em primeiro lugar, a situação excepcional de Constantinopla.

Construída numa encruzilhada de importantes rotas marítimas e terrestres (via marítima entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo, vias terrestres da Europa Continental ao Índico e do vale do Danúbio ao do Eufrates,⁵ estava fadada a tornar-se simultaneamente um centro político e econômico de primeira grandeza. Em virtude de sua situação geográfica, Constantinopla seria ao mesmo tempo potência marítima e continental.

«O papel histórico de Constantinopla consistiu em defender essas grandes vias e em utilizá-las para sua expansão: elas serviram igualmente a seus exércitos, a seus negociantes, a seus missionários que irradiavam longe sua influência».⁶

Já acentuamos que Constantinopla era o centro político natural de um conjunto de regiões situadas em ambos os continentes. Um simples olhar sobre uma carta geográfica revelará que a grande cidade não podia continuar a ser o que Roma fora: capital de um império em que o Mediterrâneo era verdadeiramente o *mare nostrum*. Essa impossibilidade geográfica de ser a sede de um Império Mediterrâneo chocava-se com a mentalidade restauradora dos imperadores que sonhavam com o domínio das velhas províncias ocidentais. Acrescente-se a necessidade em que se encontrava Constantinopla de defender as rotas que a ligavam com seu domínio geográfico natural.

A chave da explicação de numerosos acontecimentos da política interna e externa bizantina encontra-se em parte nesses fatores de ordem geográfica. O estudo dos fatores populacionais contribuirá ainda mais para o esclarecimento dos rumos históricos de Bizâncio.

O traço fundamental da população do Império Bizantino, inclusive da própria capital, é a heterogeneidade. Na sede do governo, ao lado de uma maioria de gregos ou de habitantes completamente helenizados, encontramos numerosos imigrantes estrangeiros entre os quais sobressaem os armênios. Claro está que a origem dos estrangeiros residentes

em Constantinopla variou muito de acordo com os rumos da política externa do Império. E' impossível pois apresentar em poucas linhas um quadro dessa população extremamente flutuante. Entre os orientais, além dos armênios, encontramos capadócijs, semitas e egípcios. Esclavos, búlgaros e até turcos, conforme a época, integraram essa população cosmopolita.

A intensificação das relações com o Ocidente contribuiu ainda para acentuar mais o colorido racial dos habitantes de Constantinopla: anglo-saxões, normandos, franceses, italianos, catalães viviam lado a lado com os orientais.

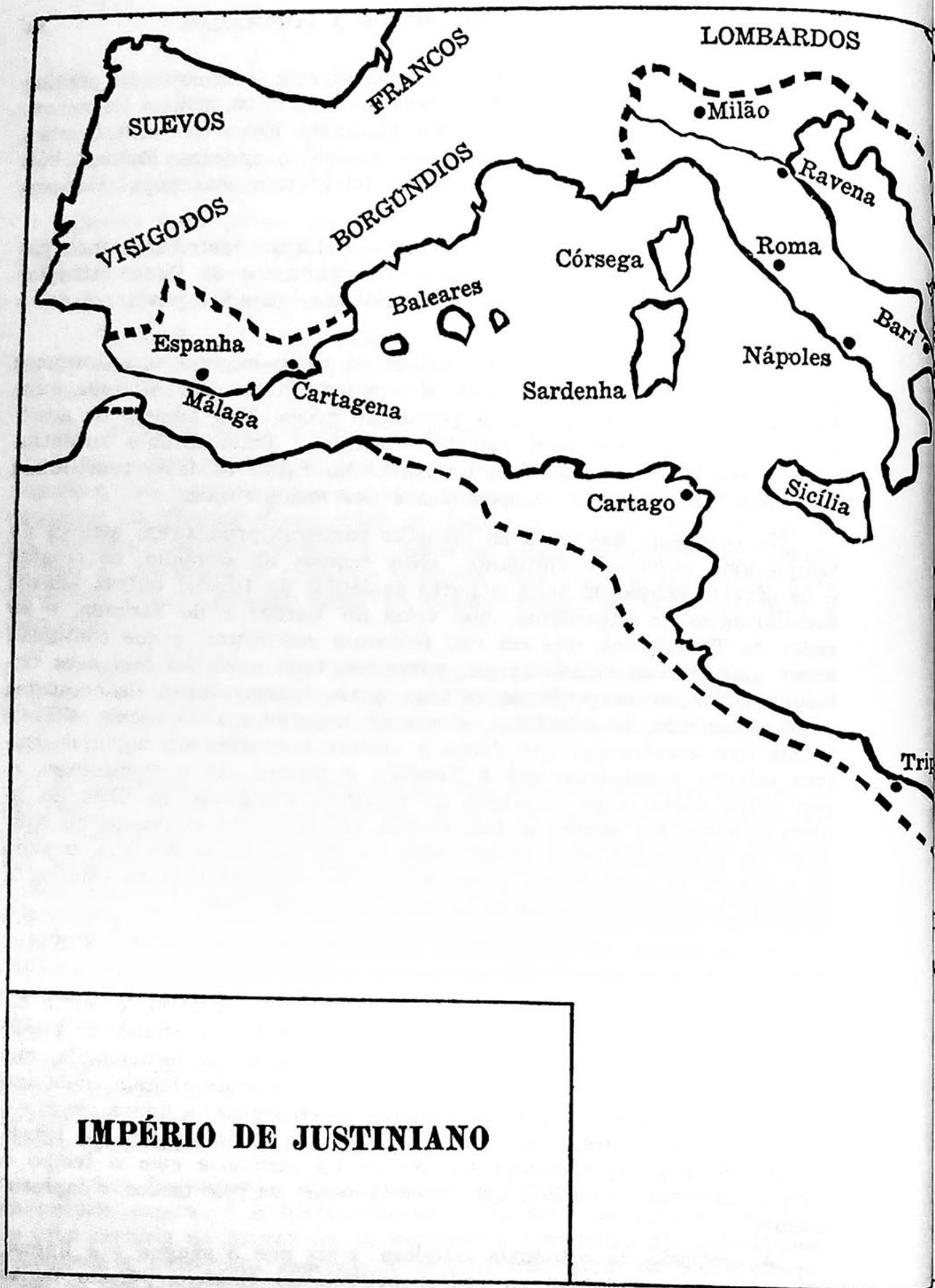
Se examinarmos as demais regiões do vasto império encontraremos a mesma e ainda mais acentuada diversidade étnica. Na Anatólia existia ao lado de grande parte da população grega, bom número de armênios, capadócijs, cilicianos, isauros e semitas.¹ Estes últimos encontravam-se em grande quantidade na Síria. No Egito os felás constituíam boa parte da população, especialmente nos meios rurais.

Na península balcânica as invasões bárbaras produziram através do tempo uma população flutuante. «Nos tempos de Heráclio, os croatas e os sérvios ocuparam toda a parte ocidental do Ilírico; outros eslavos instalaram-se na Macedônia, nos vales do Vardar e do Strimon, e ao redor de Tessalonica, que em vão tentaram conquistar, e que continuou a ser uma grande cidade grega; povoaram toda a região com suas tribos, que formaram pequenos estados quase independentes denominados pelos bizantinos de eslavínios, e que os imperadores do século VII tiveram que constranger por força a aceitar a autoridade imperial. Outros eslavos penetraram até à Tessália e mesmo até o Peloponeso, e, por outra parte, suas incursões de pirataria atingiram as ilhas do litoral asiático, até mesmo a Ásia Menor. Havia outros eslavínios no Nordeste da península: eram os da Mésia; e, no fim do século VII, quando os búlgaros se apoderaram dessa região, fundindo-se com os eslavos, a mudança etnográfica tornou-se aí mais profunda ainda».²

Na península balcânica foram introduzidos no século IX turcos e persas pelo imperador Teófilo.

— Dêsse quadro incompleto da população do Império, o leitor terá extraído uma conclusão necessária: não existia nacionalidade bizantina. Havia, contudo, especialmente naquela região já mencionada, que constituía naturalmente o domínio político de Constantinopla, dois importantes fatores de união dessa população heterogênea: a língua grega e a religião cristã. O grego, que era a língua da administração, da Igreja e dos principais estabelecimentos de ensino tornou-se com o tempo a «língua nacional do império que todos falavam, ou pelo menos, compreendiam».³

A profissão da ortodoxia religiosa, mais que o sangue e a língua, integrava as populações na ordem política do Império. «Como muito





bem já o notou Rambaud, no Império Bizantino a ortodoxia tomava o lugar da nacionalidade». ¹⁰

Nem sempre a língua e a religião puderam evitar as forças centrífugas representadas pelas diferentes nacionalidades que conservavam uma cultura tradicional e que não raro constituíam dissidências no plano religioso (como, v.g., o Monofisismo).

¹ Bréhier, L. *Le Monde*, I, p.6. O leitor encontrará nesta obra um excelente estudo do Quadro geográfico.

² Runciman, *a civilização*, pp.9-10. Consultar também pp.140 ss.

³ Vasiliev, *Historia*, p.70. O autor refere-se a Políbio, IV, 38, 44.

⁴ Idem, *ibidem*, p.71.

⁵ Bréhier, L., *Le Monde* I, pp.2 ss.

⁶ Idem, *ibidem*, p.6.

⁷ Diehl, *Os grandes problemas*, p.59.

⁸ Idem, *ibidem*, p.58.

⁹ Idem, *ibidem*, p.77.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp.77-78.



Virgem do século XI, esculpida em marfim.

CAPÍTULO II

História Política

Observação preliminar.

PROCURAREMOS, no presente capítulo, sintetizar os mais importantes acontecimentos da História do Império Bizantino. Diversos são os critérios adotados pelos historiadores na divisão dessa longa História. Para Louis Bréhier¹ «são as peripécias por que passou o domínio geográfico de Bizâncio que marcam as divisões naturais de sua História». Esse domínio foi gravemente ameaçado três vezes: no século V pelas invasões bárbaras, no século VII pelos árabes e eslavos e no século XIII pelos cruzados ocidentais.

O Império conseguiu sobreviver a essas ameaças de ruína e desintegração assinalando três épocas distintas de soerguimento e de restauração.

Outros historiadores dão preferência à periodização da História Bizantina fundamentada quer nas evoluções das instituições políticas, quer na sucessão das diferentes dinastias. Sem discutir os méritos ou deméritos de cada um desses critérios, vamos adotar aqui o último deles por parecer-nos mais prático.

— Quanto ao marco inicial da História Bizantina, também não estão acordes os historiadores. As preferências dividem-se entre o reinado de Constantino (e de modo especial a data de 330, inauguração de Constantinopla) e a divisão do Império Romano em Ocidente e Oriente no ano de 395. Iniciaremos nosso breve estudo a partir desta última data e o fazemos por duas razões:

1) porque em nossa História de Roma já expusemos de modo sucinto os principais eventos do Império Romano até o fim do reinado de Teodósio;

2) porque a divisão efetuada por esse imperador em favor de seus dois filhos tornou-se definitiva embora não parecesse tal aos contemporâneos.² Assim é que a data de 395 bem pode ser considerada como ponto de partida da História do Império do Oriente. Como acontece com outras datas que se utilizam para assinalar o início ou o término de períodos históricos, o ano de 395 não corresponde em si a uma virada brusca da corrente histórica. Só o curso posterior dos acontecimentos é que viria revelar ter sido aquela data o início de uma cisão

que, de um modo geral, tenderia gradativamente a acentuar-se cada vez mais.

1. Dinastia teodosiana (395-457)

Assinalemos, preliminarmente, o quadro geográfico inicial do Império do Oriente.

Em 395 o Império Romano do Oriente possuía as seguintes fronteiras: na Europa limitava-se ao Norte pelo rio Danúbio desde sua foz até a confluência com o Save; daí a linha divisória seguia o curso deste rio até a confluência do Drina; êste último constituía a fronteira que se prolongava por uma linha até o Adriático entre a foz do Cattaro e do lago Scuttari.

Na Ásia a linha divisória começava na foz do Licos, no Mar Negro, seguia o curso inferior, tomando, depois, o rumo Norte-Sul; cortava o Araxes, seguia o curso do Nínfios até a confluência deste com o Tigre e, por uma linha situada entre Dara (a oeste) e Nísiba (a leste), atingia o curso do Aborras (Khabur) acompanhando-o até Circésium no Eufrates. Daí, cortando do nordeste ao sudoeste o deserto da Síria, atingia o mar Vermelho na altura do 25º grau de latitude norte.

Na África, a fronteira do império no Egito chegava até a primeira Catarata, dirigia-se para o noroeste contornando a Cirenaica e alcançando o Mediterrâneo no fundo da Grande Sirtres.³

Arcádio (395-408)

O filho de Teodósio subiu ao trono com apenas dezessete anos. Carecia da experiência e também da força de vontade indispensáveis para o desempenho das altas funções de que estava revestido. Compreende-se, assim, um dos traços característicos de seu reinado: a influência maléfica dos favoritos. O grande problema que Arcádio teve que enfrentar foi a ameaça germânica. Esta se traduziu externamente pela invasão dos godos comandados por Alarico na península balcânica (devastação da Grécia) e internamente pela preponderância do partido germânico na própria capital do Império. Esse agrupamento reunia altas personalidades de raça germânica que, em religião, seguiam o arianismo. Outro grupo político era constituído pelos seguidores do favorito Eutrópio. Um terceiro partido abrangia os senadores, os funcionários e grande parte do clero. Esta última facção se opunha em nome do patriotismo e da religião à influência dos bárbaros e heréticos.

A ameaça de Alarico foi contornada por Arcádio que nomeou Alarico *magister militum per Illyricum*. A tempestade visigótica ia desabar sobre o Ocidente.

A insolência dos godos em Constantinopla provocou uma revolta (400) contra os mesmos e seu líder Gainas que acabou sendo morto pelos hunos. O grande vulto do reinado de Arcádio foi S. João Crisóstomo.

Teodósio II (408-450)

Filho de Arcádio, sucedeu a este no trono. Durante seu longo reinado soube cercar-se de pessoas capazes que influíram decisivamente na direção política do império. Entre essas pessoas deve ser mencionada Pulquéria, irmã do imperador. Na política externa Teodósio teve que enfrentar os hunos que chegaram a ameaçar Constantinopla e foram contidos mediante pagamento de humilhante tributo e a cessão de territórios ao sul do Danúbio.

O grande acampamento huno da Panônia foi visitado por uma embaixada bizantina, fato esse objeto de interessante relato histórico de uma testemunha ocular, Prisco.⁴ Na política interna do reinado de Teodósio, ao lado do problema religioso (Nestorianismo, Concílio de Éfeso em 431, monofisismo, etc.), que será devidamente estudado no capítulo referente à Igreja, temos a assinalar a criação da Escola Superior de Constantinopla (onde se devia ensinar gramática, retórica, direito e filosofia) e a publicação do Código de Teodósio (*Codex Theodosianus*) em 438, de capital importância para o estudo da História do Direito Romano. Para defender Constantinopla contra a ameaça bárbara (o saque de Roma em 410 servira de severa advertência), foram construídas sob Teodósio II poderosas muralhas cujos remanescentes ainda hoje podem ser admirados.

Marciano (450-457)

O sucessor de Teodósio foi o trácio Marciano, «soldado capaz, porém modesto», com quem casara Pulquéria.⁵

O início do reinado de Marciano é assinalado pela migração dos hunos para o Ocidente e sua derrota em 451 nos campos cataláunicos. Com a morte de Átila desaparecia uma das maiores ameaças que pesavam sobre Constantinopla. Acontecimento marcante foi o quarto Concílio ecumênico de Calcedônia que condenou o monofisismo. A grande consequência política desse concílio foi a oposição à Constantinopla feita pelas províncias orientais (Síria e Egito), onde a população adotara o monofisismo. Essa forma do cristianismo passou então a expressar o sentimento nacionalista e separatista que iria facilitar a conquista árabe.

2. Dinastia Leonina (457-518)

Após a morte de Marciano, subiu ao trono Leão I (457-474), graças à influência de Aspar, chefe militar de origem alana. Este já impusera Marciano à Pulquéria e não se tornara imperador em virtude de professar o arianismo. Estava nos planos de Aspar fundar uma dinastia quando seu filho Patrício estivesse em idade de suceder a Leão I. Este, porém, com o auxílio de uma milícia indígena recrutada nas montanhas da Isáuria, os belicosos isauros, enfrentou as tropas góticas

que apoiavam Aspar. Este foi morto com parte de sua família. Sofreu, assim, a influência germânica na corte de Constantinopla um golpe mortal.

Leão I foi substituído por seu neto Leão II (474), filho de Ariadne e do isauro Tarasicodissa, que trocara seu nome bárbaro por Zenon e que comandara as milícias isáuricas na luta contra Aspar. Como Leão II morresse no mesmo ano de sua ascensão ao poder, Zenon (que fora associado ao trono do filho) tornou-se o único imperador, vencendo a oposição de Basiliscos, cunhado de Leão I.

Zenon (474-491)

Na política interna do reinado de Zenon podemos assinalar dois eventos importantes: 1) A tentativa fracassada do imperador de conciliar ortodoxos e monofisitas através do famoso edito de união chamado *Henótico* publicado em 482. 2) A influência dos bárbaros isáuricos na corte de Constantinopla que ocuparam as dignidades e postos mais elevados.

Na política externa, os grandes acontecimentos se relacionam com a queda do Império Romano do Ocidente. Odoacro (ou Odovácar), chefe bárbaro, havia deposto Rômulo Augústulo e enviado as insígnias imperiais a Zenon. Este, a pedido do bárbaro e impossibilitado de reagir, delegou a Odoacro o governo da Itália. Os ostrogodos sob a chefia de Teodorico constituíam séria ameaça para Constantinopla. Zenon soube com habilidade afastar definitivamente esses bárbaros da península balcânica concordando com a conquista da Itália por Teodorico e prometendo a este a sucessão de Odoacro. O chefe hérulo foi vencido pelo ostrogodo que fundou um reino na Itália.

À morte de Zenon, sua viúva Ariadne escolheu para sucessor *Anastácio de Dirráquio* (491-518), que desempenhava uma modesta função na corte imperial.

Na política interna Anastácio enfrentou os isáuricos que haviam adquirido imenso poder, praticou reformas administrativas e financeiras (foi excelente administrador), mas criou sérios problemas religiosos ao dar apoio aos monofisitas. Para proteger a capital do Império contra os ataques dos bárbaros, Anastácio fez construir a quarenta quilômetros a oeste da cidade, a Longa Muralha que se estendia do mar de Mármara ao mar Negro. No Ocidente começam a organizar-se os reinos bárbaros. Teoricamente o Império Romano continuava a existir; e Anastácio era o único imperador. Compreende-se, assim, que o mesmo tenha reconhecido Teodorico como soberano da Itália e tenha concedido a Clóvis as insígnias do consulado. Esses fatos legitimavam os poderes dos novos senhores do Ocidente perante a população romana.

3. Dinastia Justiniana (518-602)

Ao morrer, Anastácio não se preocupou em designar como sucessor nenhum de seus três sobrinhos que, por estarem ligados à ortodoxia, ha-

viam feito oposição à política religiosa do imperador. O eunuco Amân-cio, ministro favorito de Anastácio, pretendia dar o trono a um monofisita, no que foi impedido pelo Senado que, de acordo com o povo da capital, proclamou imperador Justino I, militar de pouca instrução e chefe da guarda (*comes excubitorum*).

Justino I (518-527)

Era dotado de um notável bom-senso que o levou a proporcionar sólida educação a seus dois sobrinhos, Germano (que se tornaria insigne general) e Justiniano que, desde a ascensão do tio ao trono, participou ativamente do governo. «De fato, é bastante difícil apreciar a parte exata de Justino na nova política bizantina, pois sua saúde obrigou-o rapidamente a abandonar completamente o exercício do poder a Justiniano que, parece, tomou desde o início a iniciativa das mudanças que se impunham». ⁶ Compreende-se, assim, que Justiniano não encontrasse dificuldade alguma em ascender ao trono por ocasião da morte de seu tio.

Justiniano (527-565)

E' dessas figuras históricas que marcam uma época. Diehl ⁷ chama-o «o último dos grandes imperadores de Roma». Sua personalidade apresenta traços fortes, porém contraditórios: trabalhador infatigável («o imperador que nunca dorme»), dotado de inteligência lúcida, autoritário, orgulhoso, amante da glória, do fausto, do prestígio da púrpura, da ordem, vaidoso, ciumento, hesitante, mesquinho mas também piedoso.

Originário de uma família da Macedônia (seus antepassados eram ilírios ou albaneses romanizados e sua língua materna era o latim), Justiniano recebeu, graças a seu tio Justino, uma sólida formação intelectual, à qual aliava um profundo interesse pelos problemas teológicos. «Um Estado, uma Lei, uma Igreja», eis a breve fórmula em que pode ser sintetizado todo o programa político do camponês macedônico elevado à culminância do trono dos Césares. Esse programa está profundamente vinculado com o temperamento ambicioso, com a formação intelectual e a educação religiosa de Justiniano. Mas, antes de estudarmos a maneira como o famoso imperador procurou executá-lo, é indispensável dizer algumas palavras sobre a imperatriz Teodora, pois não se compreende uma parte (até 548) do reinado de Justiniano sem que se leve em consideração o papel desempenhado por sua esposa, «uma das mulheres mais interessantes e melhor dotadas da história bizantina». ⁸ O historiador Procópio, em sua *História Secreta*, apresenta-nos um retrato muito vivo (mas não muito digno de fé) da vida tempestuosa da filha de um domador de ursos, a qual, na palavra de Diehl, ⁹ «divertiu, encantou e escandalizou Constantinopla». Mas, após uma estadia na África, Teodora volta transformada à capital do império e cativa com sua beleza Justiniano. «Em seu novo papel, Teodora se mostrou à altura da situação, mantendo-se fiel a seu marido, interessando-

se nos assuntos do Estado, demonstrando grande penetração e exercendo considerável influência sobre Justiniano em matéria de governo». ¹⁰ Teodora tinha de comum com o esposo a ambição e o gosto pelo poder, mas dele diferia na visão política e religiosa dos acontecimentos: aos planos ocidentais e ortodoxos de Justiniano, opunha sua concepção de um Império Oriental e suas convicções monofisitas.

Passemos, agora, a um estudo do sumário dos principais acontecimentos e realizações do reinado de Justiniano na política interna e externa. Na primeira temos a assinalar a famosa revolta da Nika, a obra administrativa, os problemas religiosos, as construções e sobretudo a obra legislativa. Na política externa figuram as guerras defensivas e ofensivas e a preocupação missionária de propagação do cristianismo.

A «Nika» (532) — Provocada por motivos de ordem dinástica (os parentes de Anastácio não se conformavam com a subida ao trono da dinastia justiniana), de ordem política (oposição à alta administração, especialmente contra o prefeito do Pretório, João da Capadócia e o famoso jurista Triboniano) e de ordem religiosa (os monofisitas estavam descontentes com a ortodoxia de Justiniano), estourou uma terrível sedição. Os sublevados clamando *Nika* (Vitória), promoveram grande tumulto, incendiaram belos edifícios e importantes monumentos artísticos e proclamaram imperador um sobrinho de Anastácio. Justiniano e seus conselheiros refugiados no palácio pensaram em fugir ao que se opôs Teodora que os incitou a resistir preferindo morrer a fugir, pois a púrpura «era uma boa mortalha». Coube ao general Belisário conter a rebelião, cercando a multidão revoltada no hipódromo e matando aí cerca de trinta a quarenta mil rebeldes. Os parentes de Anastácio foram executados e o trono de Justiniano foi salvo.

A obra administrativa — Na esfera administrativa Justiniano desenvolveu notável atividade visando consolidar a autoridade imperial e reprimir os abusos. Em sentido contrário ao sistema instituído pela tetrarquia, procurou simplificar a organização administrativa, reduzindo o número de províncias e de funcionários. Nas regiões mais ameaçadas pelo inimigo os poderes civis e militares foram concentrados nas mesmas mãos. O imperador procurou estabelecer uma rigorosa fiscalização sobre o funcionalismo exigindo estrita obediência e probidade. É curioso observar que foi atribuído aos bispos a missão de velar sobre o procedimento dos agentes imperiais. A papirologia, as Novelas de Justiniano, o tratado de João, o Lídio, *Da Administração do Estado Romano* e ainda a *História Secreta* de Procópio fornecem-nos abundantes dados sobre a obra administrativa do imperador. Um dos aspectos mais característicos da política interna de Justiniano foi sua campanha contra a aristocracia proprietária de terras, que administrava seus grandes domínios sem levar em consideração o poder central. O imperador procurou sistematicamente destruir a mentalidade feudal, que cada vez mais se desenvolvia nas províncias do Império. Empregou nessa campanha os mais diferentes processos: intromissão nas he-

ranças, doações forçadas (e até falsificadas) ao imperador, confiscos de propriedades, etc... Um papiro egípcio dá-nos a idéia dos abusos a que haviam chegado certos poderosos proprietários de terra: a família Apion reinava sobre territórios imensos, possuindo seus próprios soldados e até mesmo prisões.¹¹

Os problemas religiosos — Encontramos em Justiniano o tipo acabado de Cesaropapismo. Seu autoritarismo estendeu-se também às consciências. Judeus, pagãos e heréticos seriam alvo das decisões imperiais em matéria religiosa. O próprio papa não conseguiria fugir ao conflito com o basileu transformado em teólogo.

Os judeus da Palestina sofreram tanta perseguição que se sublevaram. Muitas sinagogas foram destruídas e nas que permaneceram de pé tornou-se proibida a leitura do Antigo Testamento no texto hebraico.

Justiniano resolveu também exterminar de modo radical os últimos vestígios do paganismo e com essa intenção mandou fechar a famosa Escola Filosófica de Atenas, último baluarte da religião da Antiguidade Clássica. Ordenou, em seguida, a conversão em massa dos pagãos.

Dentre os heréticos, os monofisitas constituíam a maior porção. Em 527 e 528 o imperador tomou severas medidas repressivas contra a heresia. Seus adeptos foram excluídos das funções públicas e das profissões liberais, suas assembleias foram extintas e parte de seus direitos civis foi cassada.

Sob a influência de Teodora, Justiniano tentou uma reconciliação dos monofisitas com a ortodoxia, chegando mesmo a chamar de volta os bispos e monges proscritos (530). Por volta de 535, quando a sé patriarcal de Constantinopla foi ocupada por Antimo de Trebízonda em virtude da interferência de Teodora, parecia próximo um quase triunfo dos monofisitas. Deu-se então a intervenção papal. Estudaremos, em outro volume, as relações entre Justiniano e o Pontífice Romano. Por enquanto anotemos apenas que a tentativa de unificação religiosa do imperador fracassou. Não só a ortodoxia e o monofisismo não se reconciliaram mas continuaram a subsistir outras heresias tais como o nestorianismo e o maniqueísmo. Igualmente o judaísmo e, até certo ponto, o paganismo não se extinguíram.

As construções — Na obra interna de Justiniano figura em destaque sua atividade construtora. Em primeiro lugar lembremos as fortificações levantadas para defenderem o Império. Essas fortificações (*castella*) estendiam-se através de todas as fronteiras: na África do Norte, às margens do Danúbio, do Eufrates, sobre as montanhas da Armênia e até nas distantes paragens da Criméia. Mas Justiniano não se limitou a construir fortificações. Estradas, pontes, templos (entre os quais a famosa igreja de Santa Sofia) e edifícios públicos atestam o zelo criador do imperador.

A obra legislativa — A maior e mais duradoura obra de Justiniano situa-se no terreno jurídico. No capítulo referente ao Direito estudaremos com mais minúcias as famosas compilações justinianas. O ideal

de atualizar a ciência jurídica está intimamente vinculado ao plano de restauração do antigo Império Romano. Um Estado, uma Lei... «Do caos dos textos, Justiniano quer fazer sair uma ordem. Seu espírito claro e lógico exige que as contradições desapareçam, que os artigos inaplicáveis sejam eliminados, que as superabundâncias sejam podadas, que as prescrições em desuso ou chocantes sejam corrigidas: esforço gigantesco e de uma amplitude que não tem semelhante em toda a história do direito».¹²

Passemos, agora, ao estudo da política externa. Antes de enumerarmos brevemente as guerras defensivas e ofensivas que configuram essa política, parece-nos oportuno dizer algumas palavras sobre a mentalidade imperante na época de Justiniano quanto ao restabelecimento da antiga unidade política. Apesar dos graves eventos que haviam provocado a queda do Império do Ocidente, continuava ainda viva a ficção da *România*, isto é, de um só Império cuja extensão atingia as colunas de Hércules no Ocidente e a Criméia no Oriente. A *Pars occidentalis* desse império, embora conquistada pelos bárbaros, estava bem longe de haver sido assimilada pelos mesmos. Ao contrário. Os dominadores deixaram-se desde logo fascinar pelo brilho da civilização greco-romana e pelo esplendor do trono dos Césares. O prestígio de Roma perante os bárbaros germânicos pode bem ser avaliado pelo favor de que gozavam, nas cortes dos novos soberanos, letrados romanos como um Boécio e um Cassiodoro. Os chefes bárbaros não hesitavam em ver no imperador de Constantinopla «uma espécie de soberano superior que lhes delegava seu poder».¹³ As populações romanas tinham seus olhares constantemente voltados para Constantinopla. Um Teodorico, por exemplo, só era considerado rei de seu próprio povo, os godos. Os demais habitantes da península viam no rei bárbaro um representante do imperador. Embora entre o Ocidente e o Oriente não existisse na realidade uma unidade política, havia contudo certos traços de união intelectual (a tradição literária), econômica (comerciantes sírios percorriam constantemente o ocidente e o oriente) e religiosa (o cristianismo era a religião dominante). A tradição da civilização romana estava bem viva no Ocidente e se manifestava não só na maneira de trajar, mas nas construções (a persistência do tipo de cidade romana) e até na própria cunhagem de moedas dos reinos bárbaros. Compreende-se, pois, que na época de Justiniano existisse uma mentalidade ecumênica que se expressava no ideal do restabelecimento da unidade política da *România* e que encontrou uma perfeita encarnação no jovem camponês da Macedônia, cuja educação estivera profundamente impregnada da tradição do imperialismo de Roma. A execução da política externa obedecia a dois planos: defender as fronteiras estabelecidas na Ásia e na península balcânica e reconquistar os territórios perdidos na África, na Espanha e na Itália. A Gália permaneceu fora da ação das armas bizantinas por uma razão simples: convertendo-se ao catolicismo, a dinastia merovíngia integrara-se na fé das populações conquistadas e consolidara assim

seu domínio. Nas demais regiões dominavam soberanos arianos detestados pelos habitantes de fé católica.

A empresa de defesa e de reconquista de Justiniano revestia-se de um caráter essencialmente militar. Mas um empreendimento militar supõe uma sólida base econômico-financeira que foi assegurada pelas economias de Anastácio. Justiniano pessoalmente não era chefe militar. Teve entretanto notáveis homens de guerra que lhe asseguraram inúmeras vitórias: Belisário, Narsés e outros.

As guerras defensivas — As guerras defensivas de Justiniano foram motivadas pelos persas, a Leste, e pelos eslavos e hunos ao Norte. Tais guerras terminaram, às vezes, de modo humilhante para o Império Bizantino.

De 527 a 532 travou-se entre bizantinos e persas uma longa e indecisa luta que terminou em 532 por uma *paz perpétua* conseguida sob a condição de que o Império pagaria um considerável tributo anual ao soberano da Pérsia. Essa paz interessava a Justiniano porque lhe deixava as mãos livres para agir no Ocidente.

Em 540, aproveitando-se da ausência dos exércitos bizantinos que lutavam na parte ocidental, o rei persa Cosroés, o justo, denuncia a paz «perpétua» e inicia as hostilidades contra o Império: invade a Síria, saqueia e destrói Antioquia e atinge o litoral do Mediterrâneo. Mas a luta sem quartel acabou por fatigar e enfraquecer os dois adversários que convieram em uma paz de cinquenta anos (562). Justiniano se comprometeu a pagar um tributo anual aos persas e estes, por sua vez, deveriam abandonar aos bizantinos a província de Lazíquia (antiga Cólquida) na margem oriental do Ponto Euxino e conceder liberdade religiosa aos cristãos da Pérsia sob a condição de não fazerem proselitismo.

Na península balcânica e na fronteira danubiana Justiniano teve que enfrentar a ameaça dos bárbaros. Os eslavos aparecem então pela primeira vez com essa designação. Procópio chama-os «eslavões».¹⁴ Doravante a ameaça eslava pairará constantemente sobre o Império Bizantino. Quase anualmente bandos eslavos transpunham o Danúbio e internavam-se em território imperial. Tessalonica, uma das mais importantes cidades do império, esteve ameaçada por esses bárbaros quando os mesmos tentaram atingir o Mar Egeu. As tropas imperiais, embora muitas vezes tivessem forçado a retirada dos eslavos para a outra margem do Danúbio, não conseguiram, contudo, expulsá-los totalmente e pôr fim definitivo a suas excursões. «A época de Justiniano foi transcendente no sentido de que assentou os alicerces do problema eslavo na Península Balcânica, problema que deveria ter a máxima importância para Bizâncio em fins do século VI ou princípios do VII».¹⁵

Além dos eslavos, a península balcânica foi invadida pelos gépídeos e pelos cutrigures (ramo dos hunos). De 558 a 559 estes últimos comandados por Zabergan chegaram até as proximidades de Constantinopla levando por toda a parte a devastação e o pânico. Graças a Be-

lisário, Zabergan foi derrotado. O perigo húnico se fez sentir também na Criméia. Para conjurá-lo Justiniano mandou erigir poderosas fortificações cujos vestígios ainda hoje podem ser notados.

As guerras ofensivas — Ao iniciar sua ofensiva no Ocidente, Justiniano se coloca num ponto de vista legal que não pode ser contestado pelos próprios bárbaros: o território em questão é parte integrante do Império e seus novos ocupantes têm plena consciência desse fato.¹⁶ A reconquista vai encontrar três fatores favoráveis: a decadência em que se encontraram os reinos bárbaros, a discórdia reinante entre os mesmos e a oposição religiosa existente entre os dominadores adeptos do arianismo e as populações católicas. Essas populações favoreceram sobremaneira a ação bélica dos exércitos de Justiniano cujos efetivos eram bem modestos e, portanto, desproporcionais à grande extensão do território a reconquistar.¹⁷

O primeiro ataque foi dirigido contra o reino vândalo estabelecido ao norte da África e onde o rei Hilderico fora deposto por seu primo Gelimer. Os outrora ferozes e devastadores bárbaros haviam perdido muito de sua prístina energia ao contacto com o clima quente e com a decadente civilização romana. Após uma breve hesitação, Justiniano envia Belisário à África com quinhentos navios, seis mil cavaleiros e dez mil infantess. Num breve período (533-534), após brilhantes vitórias, Belisário reocupa todo o reino vândalo, voltando, a seguir, para Constantinopla onde celebra um triunfo à moda antiga. Justiniano assume os títulos de Vandálico e de Africano. Na África, entretanto, na ausência de Belisário e de grande parte do exército bizantino, estourou terrível rebelião de uma tribo berbere. Salomão, sucessor de Belisário, pereceu na luta (544). A autoridade imperial só foi restabelecida em 548 pelo hábil general João Troglita, cujos êxitos asseguraram a paz na África por cerca de quarenta anos. Com a maior parte da África do Norte haviam sido reincorporadas ao Império as ilhas de Córsega, Sardenha e as Baleares. Na zona ocidental da África do Norte, nas proximidades do Atlântico, o poder imperial não fora de todo restaurado, mas estava representado na poderosa fortaleza de Septum (hoje Ceuta).

— A luta contra os ostrogodos na Itália se estendeu de 535 a 554. Dois exércitos bizantinos atacam o domínio bárbaro. Um inicia a conquista da Dalmácia, o outro (sob o comando de Belisário) ocupa a Sicília, passa para a península, penetra em Nápoles e chega a Roma (10 de dezembro de 536). Em 540 Ravena, capital dos ostrogodos, cai em poder de Belisário. Justiniano acrescenta a seus títulos o de *Gótico*. Quando porém a Itália parecia definitivamente reintegrada no Império, surge o intrépido chefe ostrogodo Tótila que aproveita a ausência de Belisário. Este é então reenviado da Pérsia para a península itálica, mas, à míngua de recursos, não consegue impedir que Tótila entre em Roma (dezembro de 546). Belisário é substituído por Narsés, outro competente general, que consegue submeter os ostrogodos, derrotando de-

finitivamente Tótala (batalha de Busa-Gallorum na Úmbria) em 552. O último defensor da independência dos ostrogodos foi morto quando fugia. Em 554 Justiniano promulgou a Sanção Pragmática que restituía à aristocracia latifundiária da Itália e à Igreja as propriedades arrebatadas pelos ostrogodos.

— O terceiro ato do drama da reconquista justiniana se passa na península ibérica (550-554) onde as guerras civis pelo trono visigótico ensejam a intervenção armada do imperador. O patrício Libério enviado de Constantinopla obteve um fácil êxito, apesar de não contar com poderosas forças. Valência, Cartagena, Málaga, Múrcia e Córdoba tornam-se cidades imperiais.

— Façamos, agora, um breve balanço dos resultados das prolongadas guerras de Justiniano.

Ao chegar ao fim de seu reinado o imperador podia ter a ilusão de haver restaurado quase completamente a unidade romana. As fronteiras do Império se estendiam desde as colunas de Hércules até o Eufrates. O Mediterrâneo tornara-se novamente o *mare nostrum*. Ficavam, entretanto, fora do âmbito da autoridade imperial parte da África ocidental do Norte, boa porção da Península Ibérica, a região situada ao norte dos Alpes (antigas províncias da Rétia e Nórico) e finalmente a Gália. Mas as guerras haviam arruinado as finanças imperiais e a economia de certas regiões, como a Itália, cuja indústria e comércio sofreram durante os anos de luta contra os ostrogodos uma verdadeira estagnação.

Entretanto seria errôneo ver só desastres econômicos como consequências das ações bélicas de Justiniano. O embaraço causado pelos persas às transações comerciais com o Oriente distante forçou os bizantinos a procurarem novas rotas. Assim é que os comerciantes utilizaram caminhos que permaneciam fora do controle persa: através do Mar Vermelho promoveram intercâmbio com os orientais. Justiniano chegou mesmo a enviar uma missão comercial a Ceilão partindo da Etiópia. Aquela ilha era então um centro de redistribuições de produtos da Índia e da China. Outra rota comercial utilizada contornava a Pérsia utilizando as antigas colônias gregas da Criméia.¹⁸

A reconquista do Ocidente influenciou também no restabelecimento da navegação mediterrânea colocando a capital do Império em relações comerciais diretas com a Itália, a Gália e a Espanha.

— O Império de Justiniano revelar-se-ia extremamente precário por uma razão bastante simples. As aspirações do imperador não correspondiam à evolução natural dos acontecimentos. O curso normal do Império levava-o para o Oriente. A população do Império Oriental contemporânea de Justiniano estava longe de acompanhar a elevada concepção de romanidade do mesmo. A aristocracia bizantina, observa Guiland,¹⁹ «cujo ideal era um ideal romano, não possuía mais nenhum dos caracteres distintivos romanos e era incapaz de seguir o imperador nesse caminho; quanto ao povo, estava helenizado e orientalizado». O

erro político de Justiniano foi não ter levado em consideração esse estado de coisas. Contudo não podemos deixar de expressar nossa admiração pela grandeza do último dos imperadores romanos. «Força é, contudo, reconhecer que Justiniano foi um grande homem de Estado, vítima de sua lógica e da sinceridade de sua fé, não menos que da estreiteza de suas vistas e da violência de seus métodos. Mas ninguém pode ignorar a grandeza de seus fins, nobre e pesada herança deixada por ele a seus sucessores». ²⁰

— Com a morte de Justiniano inicia-se um período que se estende até 610 e que é considerado pelos historiadores o mais triste da História Bizantina. «A anarquia, a miséria, as calamidades se desencadearam em todo o Império. As turbulências então reinantes levaram João de Éfeso, o historiador do reinado de Justino II, a dizer que o fim do mundo se aproximava». ²¹

Justino II, o Jovem (565-578)

Sobrinho de Justiniano, casado com Sofia, sobrinha de Teodora, foi o sucessor imediato de Justiniano. Após alguns anos de reinado, o novo imperador foi atacado por loucura. Num intervalo de lucidez Justino II adotou como filho e designou como César (574) a *Tibério II*, vencedor dos ávaros e velho conhecido do imperador. Com a morte de Justino II, Tibério subiu ao trono governando até 582. Pouco antes de morrer, o novo imperador casou sua filha Constantina com Maurício, notável general pertencente a uma família romana da Capadócia. *Maurício* reinou de 582 a 602 tendo sido deposto por uma revolta do exército do Danúbio chefiada por um oficial subalterno, Focas, e assassinado em companhia de seus filhos por ordem do usurpador. Sob o reinado de Focas (602-610) as ameaças externas e as revoltas internas levaram o Império à iminência da destruição. Salvou-o Heráclio o exarca de Cartago, cujo filho, também de nome Heráclio, tomou Constantinopla e foi aclamado imperador.

Depois dessa rápida enumeração dos governantes bizantinos que se situam entre Justiniano e Heráclio, procuremos estudar, ainda que em linhas gerais, alguns dos principais acontecimentos da política interna e externa desse período de mais de meio século.

Na política interna temos a assinalar os problemas de ordem financeira, o problema religioso e a criação dos dois exarcados.

A situação financeira legada por Justiniano a seus sucessores exigia imediatas providências. O que agravava sobremaneira os cofres do Estado eram os pesados tributos pagos aos persas e aos bárbaros. Justino procurou remediar esses males por diversas medidas, entre as quais a supressão do imposto anual aos persas, e deixou a seu sucessor Tibério as finanças em parte restauradas. Tibério, porém, praticou uma política de despesas, o que provocou nova crise. Maurício, ao contrário, procurou restaurar o equilíbrio financeiro, o que lhe valeu a fama de avarento e lhe acarretou forte impopularidade, provocando até mesmo

sua deposição. A atuação interna de Maurício havia colocado o império no caminho de uma real e promissora prosperidade que, entretanto, foi irremediavelmente comprometida pela desastrosa administração de Focas, cujos métodos de governo provocaram contra ele a união de todos os seus adversários.

Os problemas religiosos ocuparam papel relevante na política interna dos sucessores de Justiniano. Justino II procurou estabelecer uma conciliação religiosa, o que não impediu prisões e perseguições. Maurício, apesar de profundamente apegado à ortodoxia, desejava pôr fim à agitação religiosa e às controvérsias cristológicas, sem contudo imiscuir-se diretamente nas próprias questões dogmáticas pois, ao contrário de Justiniano, não se considerava teólogo. E' sob o reinado de Maurício que, pela primeira vez, as relações entre a Santa Sé e o governo imperial vão ser encaradas sob o ponto de vista de jurisdição. A questão em foco era o título de «ecumênico» assumido pelo patriarca de Constantinopla. Focas proibiu o uso desse título e declarou que «o trono apostólico do bem-aventurado apóstolo Pedro era a cabeça de todas as Igrejas».²²

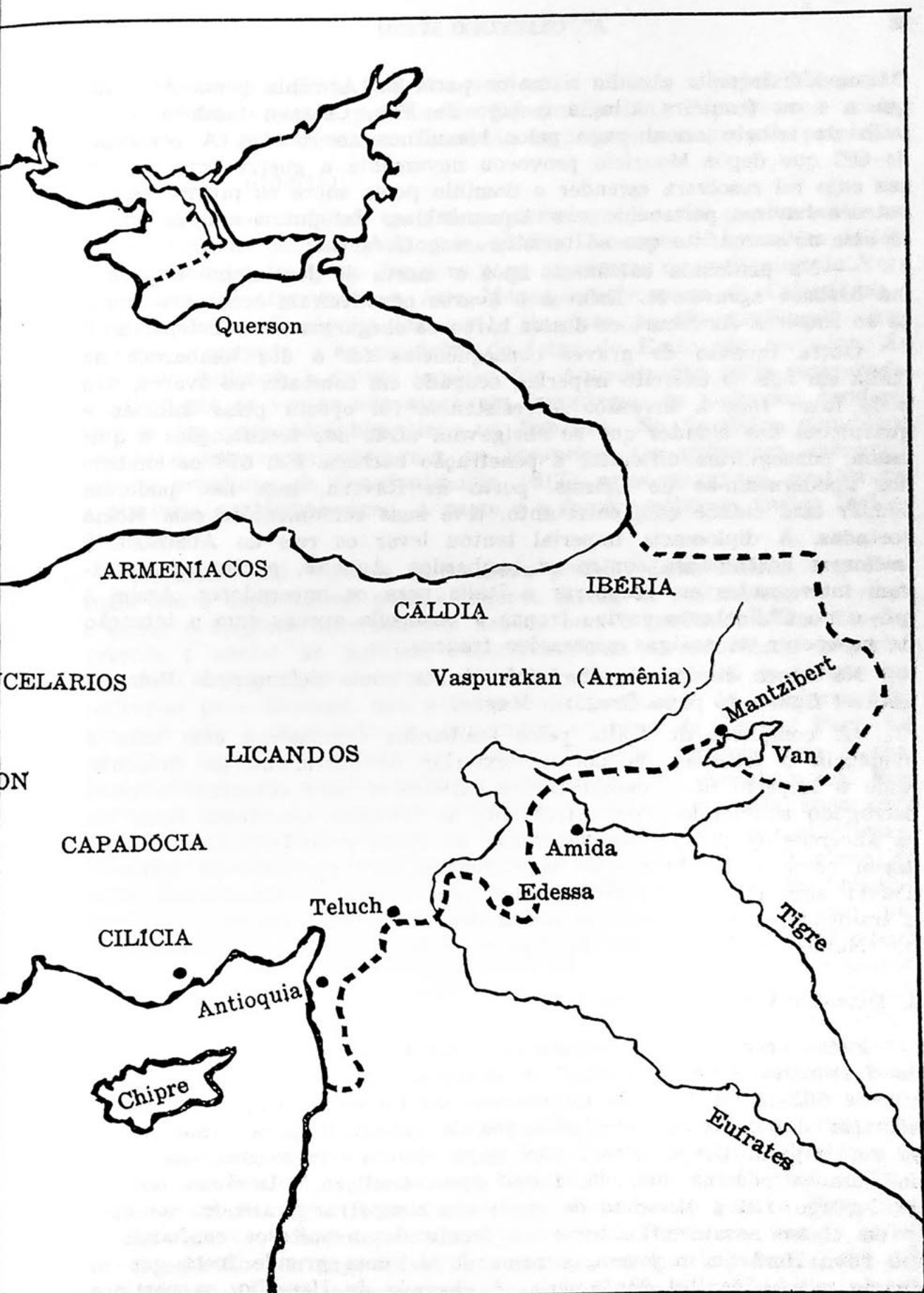
Acontecimento importante foi a criação dos exarcados de Ravena e de Cartago sob o reinado de Maurício. O primeiro foi motivado pela invasão dos lombardos e o segundo pelas ameaças dos indígenas africanos. Os exarcas uniam poderes civis e militares. A criação dos exarcados constitui a origem da reforma territorial do império bizantino, reforma essa que será estudada no capítulo referente às Instituições políticas. Os exarcados assinalam também o início da preponderância militar sobre o poder civil. A defesa do Império é a grande preocupação da política externa. Essa defesa se fez através de guerras contra os persas, contra os eslavos e ávaros na península balcânica e contra os lombardos na Itália. Justino II provocou a guerra com os persas ao recusar em 572 o tributo devido em virtude do tratado de 562. Por essa ocasião aparecem no cenário da política externa bizantina os turcos que, então, ocupavam as regiões compreendidas entre a China e a Pérsia.

— Em 573 Cosroés tomou a importante praça fortificada de Daras, o que parece ter provocado o estado de demência de Justino. A imperatriz Sofia conseguiu então uma trégua a peso de ouro (574). Mas no decurso das negociações destinadas a prolongarem a trégua, o rei persa invadiu a Armênia romana e se dirigiu para a Capadócia tendo porém sofrido grande derrota em Mitilene (575). Em 578 Cosroés invade novamente a Armênia romana mas encontra uma reação decidida. No ano seguinte morre o velho Cosroés e seu filho e sucessor Hormizd IV resolve continuar a luta. Maurício concentra todos os esforços contra os tradicionais adversários do Império no Oriente e toma a ofensiva na Mesopotâmia em 583. Dissensões internas na Pérsia favorecem a ofensiva bizantina. Em 591 Maurício adotou Cosroés II como filho e o repôs no trono persa (havia fugido em virtude da rebelião do general persa Bahran que se proclamara sei sob o nome de Bahran VI), concluindo um importante tratado segundo o qual a Pérsia restituía ao Império



IMPÉRIO BIZANTINO

após as conquistas da
Dinastia Macedônica



Daras, Martirópolis e cedia a maior parte da Armênia persa de modo que a nova fronteira atingia o lago de Van. Cessava também o humilhante tributo anual pago pelos bizantinos aos persas. A revolução de 602 que depôs Maurício provocou novamente a guerra com os persas cujo rei resolvera estender o domínio persa sobre as províncias que outrora haviam pertencido aos Aquemênidas. Estudaremos mais adiante esse novo conflito que só terminou sob Heráclio.

— Na península balcânica, após a morte de Justiniano, o problema bárbaro agravou-se. Eslavos e ávaros constituíram constante ameaça ao Império. As incursões desses bárbaros chegaram até o Peloponeso.²³

Outra invasão de graves conseqüências foi a dos lombardos na Itália em 568. O exército imperial, ocupado em combater os ávaros, não pode fazer face à invasão. A resistência foi oposta pelas milícias e guarnições das cidades que se abrigavam atrás das fortificações e que, assim, conseguiram dificultar a penetração bárbara. Em 578 os lombardos apoderaram-se de Clássis, porto de Ravena, mas não puderam ocupar esta cidade que, entretanto, teve suas comunicações com Roma cortadas. A diplomacia imperial tentou levar os reis da Austrásia a iniciarem hostilidades contra os lombardos. Aqueles, porém, não estavam interessados em recuperar a Itália para os imperadores. Assim é que o rei Childeberto enviou tropas à península apenas com a intenção de recuperar as antigas possessões francas.

Na época da invasão lombarda avulta como defensor de Roma a notável figura do papa Gregório Magno.

«A conquista da Itália pelos lombardos demonstrou com toda a evidência o fracasso da política exterior de Justiniano no Ocidente, onde o Império não possuía forças suficientes para conservar o reino ostrogodo submetido. Por outro lado, as invasões lombardas lançaram os alicerces da progressiva separação da Itália e do Império bizantino, assim como o debilitamento da influência do imperador na Itália». ²⁴ Talvez seja oportuno registrar aqui que carece de fundamento sério a tradição segundo a qual os lombardos teriam sido chamados à Itália por Narsés, antigo general de Justiniano e governador da península.

4. Dinastia Heracliana (610-717)

Focas revelou-se um imperador incapaz que comprometeu a obra de Justiniano e de Maurício.²⁵ A anarquia desencadeada pela revolução de 602 ia debilitar de tal maneira as forças do Império que este deixaria doravante de ser praticamente universal para transformar-se em Império Grego. Focas não tinha tido a compreensão do valor da herança romana nem da força dessa tradição.²⁶ Heráclio, exarca de Cartago, fiel a Maurício de quem era compatriota, atendeu ao apelo da classe senatorial e tomou a frente dos revoltosos confiando a seu filho Heráclio, o jovem, o comando de uma grande frota que se dirigiu para a capital do Império. À chegada de Heráclio, os partidos

dos Verdes e dos Azuis (o leitor verá mais adiante o papel desses partidos na vida social e política de Constantinopla) depuseram e mataram Focas. O filho do exarca foi então coroado imperador pelo patriarca.

Heráclio (610-641)

Encontrou o Império em franca desintegração. Os persas estão em plena ofensiva: ocupam Antioquia (612), Damasco e Jerusalém (614), onde incendiam o Santo Sepulcro e se apoderam das relíquias da Vera Cruz. Em 615 atravessam a Ásia Menor, apoderam-se de Calcedônia e instalam-se em Crisópolis (Scutari), em face de Constantinopla. Alexandria é ocupada e as provisões de trigo do Egito são cortadas. Ao que tudo indicava, o antigo império dos Aquemênidas seria restaurado. No Ocidente os ventos não sopravam favoráveis: os visigodos apoderavam-se das possessões bizantinas na Espanha. Na fronteira danubiana ávaros e eslavos recomeçavam as incursões. Os primeiros chegaram até os arredores de Constantinopla (617) e os segundos praticavam a pirataria no Mediterrâneo. A peste e a fome assolavam vastas regiões do Império.

Heráclio, com trinta e cinco anos, possuía dotes físicos e intelectuais que o capacitavam para a ingente tarefa de restabelecer a ordem e salvar o Império. Internamente acabou com o predomínio das facções (verdes e azuis) na política, subordinando-as à autoridade imperial. Em face dos perigos externos, Heráclio chegou mesmo a pensar em retirar-se para Cartago, não o fazendo às instâncias do patriarca Sérgio que pôs à disposição do imperador os bens da Igreja. Para ter as mãos livres no combate aos persas, Heráclio concluiu com o chefe dos ávaros um acordo mediante o pagamento de elevada soma. Preparou, a seguir, a campanha contra os persas. «Leva seis anos para realizar esta concepção digna de Aníbal e que faz dele o maior estrategista que produziu o Império Romano desde Trajano». ²¹ O plano de campanha de Heráclio era digno de um Alexandre ou de um Aníbal. ²² O exército foi cuidadosamente reorganizado, especialmente no que tangia à disciplina. A guerra aos persas foi apresentada como verdadeira guerra santa com o fim de recuperar a Santa Cruz e os lugares santos. Na primavera de 622 o imperador tomou a ofensiva assumindo pessoalmente a direção das operações e batendo os exércitos persas em diversas batalhas. Em 626 Cosroés II fez uma aliança com o Kan dos ávaros com a finalidade de empreenderem um ataque conjugado a Constantinopla. Os bárbaros sitiaram a capital que resistiu valentemente conseguindo mesmo forçar os ávaros a baterem em retirada, fato esse que assinala o enfraquecimento do poderio bélico desse povo. Em face da derrota dos ávaros, os persas, que haviam chegado até Calcedônia (não puderam ir além por falta de navios), retiraram-se para a Síria. Heráclio correu o risco de continuar o ataque à Pérsia em vez de socorrer Constantinopla, cuja defesa fora entregue ao patrício Bonus. Em 627 o Kan dos Kazaes com seu exército vai juntar-se a Heráclio que si-

tia Tiflis. Após atravessar o maciço do Ararate, o imperador invade a Mesopotâmia e bate os persas nas proximidades das ruínas de Nínive. Avança então até as províncias centrais apoderando-se de rica presa. Cosroés II foi destronado e morto e seu sucessor Kawadh implora a paz (628). O general Schahrbaraz que havia comandado os exércitos persas que ameaçaram Constantinopla, não se conformara com a capitulação do rei persa, porém foi forçado a abandonar as províncias bizantinas ocupadas e a restituir a Vera Cruz. Em março de 630 Heráclio entrou solenemente em Jerusalém onde foi reposta a famosa relíquia da Paixão. As vitórias do imperador repercutiram do distante Oriente ao Ocidente: um soberano da Índia enviou-lhe felicitações e grande quantidade de pedras preciosas. Dagoberto, rei dos francos, enviou mensageiros a Bizâncio e concluiu uma paz perpétua. A derrota dos persas e dos ávaros restabelecia as fronteiras do Eufrates e do Danúbio. Heráclio tomou pela primeira vez oficialmente o nome de basileu, título esse já corrente nas regiões de língua grega.

Mas apenas cessavam os hinos da vitória de Heráclio e outro perigo gravíssimo surgia no horizonte: a ameaça árabe. A prolongada guerra com os persas havia exaurido as forças do Império, que, minado pelas eternas dissensões religiosas, estava impossibilitado de enfrentar a avalanche muçulmana. Em sua seqüência cronológica são as seguintes as vitórias árabes obtidas ainda sob o reinado de Heráclio: em 634 apoderam-se da fortaleza bizantina de Bothra (Bosra), em 635 tomam Damasco, em 636 vencem a batalha de Iarmuk, o que lhes permite conquistar toda a província síria. Em fins de 637 Jerusalém se rende após um cerco de dois anos. A Santa Cruz fora antes transportada para Constantinopla. Quando Heráclio morreu (fevereiro de 641), o Egito estava sendo conquistado pelos muçulmanos. A perda do Egito teria como consequência o fim do Império Universal abrangendo o Ocidente e o Oriente e o retraimento do mesmo aos domínios geográficos de Constantinopla.

Após o efêmero reinado dos dois filhos de Heráclio (Constantino III e Heracleonas) sucedeu no trono Constante II, filho de Constantino III.

Constante II (641-668)

Dedicou a maior parte de seu reinado a combater os árabes. Em 647 estes penetram na província da África e batem o exarca Gregório em Sufétula. O governador árabe da Síria, Moáwia, ataca Chipre em 649 e Rodes em 654. Em face da ameaça de um ataque naval a Constantinopla, Constante II assumiu o comando da frota bizantina, mas foi derrotado no litoral da Lícia. Os bizantinos perdiam então o domínio do mar adquirido desde a destruição do reino vândalo. A vitória porém custou caro aos árabes, que se viram forçados a desistir momentaneamente ao ataque à capital bizantina. Na Ásia entretanto Moáwia obteve êxitos (657-661), conseguindo separar de Bizâncio por longo tempo a grande Armênia. Dissensões internas no Impé-

rio árabe trouxeram certa tranqüilidade aos bizantinos. As fontes dessa época são escassas. Sabemos que em 658 Constante dirigiu uma expedição contra os eslavos. Em 660 deixou Constantinopla, permanecendo longo tempo em Tessalônica, em Atenas e partindo, depois, para a Itália onde lutou contra os lombardos e visitou Roma. Por fim o soberano bizantino fixou residência em Siracusa onde permaneceu durante cinco anos até ser assassinado em 668. Sucedeu-lhe seu filho *Constantino IV* (668-685) que reiniciou a luta contra os árabes. Durante cinco anos (673-677) a frota árabe tentou forçar a entrada do Chifre de Ouro encontrando sempre uma defesa bem organizada. Os atacantes desistiram do seu intento em 677, mas foram então cercados em Cízico e perderam grande parte de suas tropas. Uma violenta tempestade causou-lhes verdadeiro desastre nas costas da Panfília, desastre esse agravado pelos ataques da frota bizantina. O impulso do ataque árabe fora quebrado e Moáwia assinou um tratado de paz por trinta anos.

Convém notar que a defesa de Constantinopla foi facilitada pelo emprego do fogo grego ou fogo marinho, líquido à base de óleo de nafta que facilmente queimava sobre a água e que era lançado com o auxílio de tubos munidos de propulsores. O segredo desse invento fôra vendido ao Império pelo arquiteto sírio Calinico.²⁹

Em 679 Constantino IV comandou uma expedição contra os búlgaros. Essa expedição terminou em derrota para os bizantinos, que se viram forçados a admitir os invasores dentro do próprio domínio natural de Constantinopla. «Era um inimigo colocado em seus flancos, o qual interceptava as rotas do Danúbio e se tornava para a cidade imperial uma ameaça perpétua».³⁰

Constantino IV morreu repentinamente aos 32 anos de idade, deixando como sucessor seu filho Justiniano II (685-695 e de 705-711), que contava apenas dezesseis anos. O novo imperador, embora dotado de notáveis qualidades, havia também herdado «todas as taras de seus ascendentes, a neurastenia de Heráclio, a violência e a crueldade de Constante II».³¹ Justiniano II desejava vivamente seguir o exemplo de seu ilustre homônimo. A época era entretanto diferente. Eslavos e árabes ameaçavam a integridade do Império e o imperador teve que contentar-se com um programa defensivo no qual figura o desenvolvimento da instituição dos temas, isto é, «corpos de exército acantonados em províncias que são suas bases de recrutamento e cujos chefes exercem os poderes civis e militares».³² O imperador procurou repovoar as regiões devastadas pelas contínuas guerras promovendo verdadeiras transmigrações de populações, como a dos guerreiros Mardaítas do Líbano que, em virtude de um tratado concluído com os árabes, foram espalhados com suas famílias por diversas partes do Império: Atália, Peloponeso, Epiro, etc... A retirada dos bravos Mardaítas do Líbano, onde se opunham decididamente ao domínio árabe, constitui um grave erro de Justiniano II, erro esse que fortaleceu a posição dos árabes na Ásia.

Após haver recuperado a Armênia em breve campanha (686-687) que se beneficiou com as lutas internas dos árabes, o imperador perdeu-a novamente poucos anos depois. Internamente Justiniano revelou-se «um tirano brilhante em quem não se podia confiar, amante de sangue». ³³ As prisões estavam repletas de presos políticos, entre os quais chefes do exército como Leôncio, que havia reconquistado a Armênia. Quando este foi libertado, organizou uma revolta que depôs Justiniano (que teve seu nariz cortado e foi exilado em Quersônia na Crimeia) e queimou vivos seus ministros (695). Segue-se, então, um período de golpes militares com curtos reinados, entre os quais se conta o do próprio Justiniano II que conseguiu voltar triunfante a Constantinopla e reinar ainda por seis anos caracterizados por terríveis perseguições contra os que outrora haviam feito oposição ao tirano. O homônimo do grande Justiniano teve um fim trágico: foi preso e decapitado em 711. Extinguia-se, assim, a dinastia de Heráclio. Nessa época de graves dissensões internas em que o Império sofre a maior crise desde o século V, os árabes ampliam suas conquistas territoriais e chegam a ameaçar a própria capital. Sob o reinado de Leôncio (695-698), a luta se fere em torno de Cartago que cai definitivamente em poder dos muçulmanos (primavera de 698). Sob Tibério III (698-705) os árabes completam a conquista da África do Norte atingindo o Oceano Atlântico em 704. Segue-se o desastroso retorno de Justiniano II. Em 711, sob o pretexto de vingar a morte deste, os búlgaros se precipitam sobre a Trácia. Os árabes aproveitam a oportunidade e retomam o caminho das conquistas na Ásia Menor. Em 714 a situação política apresenta um quadro sombrio para toda a Cristandade: A Espanha caíra sob o domínio sarraceno, cujos olhares estão voltados, no Ocidente, para a própria Gália. O califa Walid organiza nessa mesma época uma ofensiva que tem por alvo a conquista de Constantinopla.

A coroação de Leão III, o Isáurio, o maior general do Império, marcaria o início de uma reação. A nova dinastia, a dinastia isáurica, teria a missão de «salvar o império dos sarracenos e transformá-los na melhor organização defensiva que a Cristandade já conheceu». ³⁴ Antes porém de estudarmos a ação dos Isáurios, vamos sublinhar dois aspectos da política interna da dinastia de Heráclio: as questões religiosas e a organização dos temas.

Quando Heráclio reintegrou no Império as províncias do Egito, da Síria e da Palestina, ressurgiram os problemas concernentes ao Monofisismo. Heráclio tentou uma conciliação religiosa, na qual desempenharia papel decisivo a doutrina do Monotelismo. (O leitor deverá consultar o capítulo referente à Igreja para obter um esclarecimento sobre o sentido dessa expressão). O avanço árabe com a ocupação das províncias monofisitas diminuiu bastante o conteúdo político do problema sobre a natureza ou as naturezas de Cristo. Esses problemas não raro produziram tensão entre a Sé Apostólica e Constantinopla.

Sob Constantino IV foi convocado em Constantinopla (680) o sexto Concílio ecumênico que condenou o Monotelismo. As conseqüências políticas desse concílio foram a aproximação entre Constantinopla e Roma e o afastamento das províncias monofisitas, fato esse que facilitou a ocupação e a influência árabe. Sob o reinado de Justiniano II as relações deste com o papa passaram por duas etapas de acordo com as duas fases do reinado. Na primeira etapa foram tensas. O imperador tentou desterrar o papa Sérgio porque o mesmo se negou a assinar as atas de um sínodo convocado pelo imperador (692). Na segunda etapa o papa Constantino foi a Constantinopla a convite do imperador (o último papa que foi, por assim dizer, chamado à capital do Império do Oriente), tendo sido recebido com o máximo respeito.

— As medidas militares adotadas por Heráclio, após a vitória sobre os persas, encontram-se na gênese do regime administrativo dos temas. Assim, ao reorganizar a Armênia, o imperador não designou um administrador civil. Note-se, contudo, que a divisão do Império em temas se processou lenta e gradativamente. Primeiramente a palavra grega *tema* designa um corpo de exército acantonado em uma província. Posteriormente (pelo século VIII) esse vocábulo passou a designar não só as forças militares mas a província ocupada pelas mesmas.

5. Dinastia Isáurica (717-802)

No início da dinastia Isáurica, o domínio territorial do Império do Oriente reduziu-se praticamente ao domínio geográfico de Constantinopla. As antigas províncias orientais estão perdidas. A Itália representa ainda um tênue elo que liga politicamente o Império ao Ocidente, elo esse que se romperá em breve. A retração das fronteiras do Império dá-lhe, entretanto, uma unidade territorial, lingüística e religiosa cujo centro orgânico é a cidade de Constantinopla, capital política, intelectual, artística e religiosa da civilização bizantina. O Império, como observa Bréhier,³⁵ tende a transformar-se em uma nação, a România. Um olhar para o futuro da História bizantina a partir dos Isáurios permite-nos distinguir três etapas. A primeira, que se estende do início do século VIII ao meio do século X, caracteriza-se pela resistência contra os agentes de dissolução e a crise iconoclástica. A segunda etapa vai até ao meio do século XI e se caracteriza pela expansão macedônica. Finalmente a terceira etapa é a fase da decadência retardada pelos Comnenos.³⁶

Leão III (717-741)

O fundador da nova dinastia era originário da Isáuria segundo alguns, da Síria segundo outros. Na política externa Leão III procurou enfrentar a expansão árabe. De 717 a 718 Constantinopla resistiu vitoriosamente ao cerco de um imenso exército comandado por Moslemah e auxiliado por uma poderosa frota de 1.800 navios. A grande muralha

da capital, a cadeia de ferro estendida através do Chifre de Ouro e o fogo grego foram os poderosos auxiliares com que a energia e o talento de Leão III quebraram a ofensiva árabe. Os sitiados foram forçados a uma retirada desastrosa, na qual parte da frota foi destruída por uma tempestade e o exército dizimado. De 718 a 726 a Ásia Menor ficou livre de ataque árabe. A diplomacia de Leão III conseguiu a aliança dos khazares contra os árabes. Em 740 o basileu e seu filho Constantino, associado ao trono, tomaram a ofensiva na Ásia Menor, obtendo notável vitória em Acroïnon, na Frígia, sobre os árabes, obrigando-os a evacuarem a parte ocidental da Ásia Menor.

Na política interna, Leão III ocupou-se em restabelecer a ordem, reorganizar o exército, reparar as finanças, desenvolver os temas e realizar uma importante obra legislativa, a *Écloga*, que será devidamente estudada no capítulo referente ao Direito. Leão III ficou famoso na História pelo movimento iconoclasta, cujas origens não são bem conhecidas em virtude da deficiência de fontes. O problema do culto das imagens abalou o Império numa época em que as antigas querelas dogmáticas pareciam superadas. A grave crise religiosa ia perdurar por mais de um século.

A tensão que o movimento iconoclasta provocou entre os imperadores bizantinos e os papas encontra-se na gênese da restauração do Império Romano do Ocidente em 800.

Constantino V (741-775)

Continuou a obra militar de seu pai. Aproveitou as dissensões internas existentes entre os árabes (queda da dinastia dos Omíadas) para tomar a ofensiva e reforçar as fronteiras. Contra os búlgaros o imperador dirigiu cerca de oito campanhas que livraram durante muito tempo Constantinopla da ameaça desses bárbaros.

Interiormente Constantino V, após uma certa moderação no problema das imagens, agravou a situação convocando um Concílio, que se reuniu em 754 e condenou sob severas penas a fabricação, a posse e a veneração de ícones. O próprio soberano, transformado em teólogo, escreveu uma obra em que empregava termos heréticos. Entre as vítimas do furor iconoclasta de Constantino V figuraram os monges que, em grande parte, sofreram o exílio, a prisão e mesmo a mutilação. Essa política religiosa teve péssima repercussão na Itália onde se refugiava grande número de proscritos. O prestígio do basileu declinava rapidamente na península em contraposição à influência crescente do rei franco.

Leão IV (775-780)

Filho de Constantino V, conservou as linhas diretrizes da política externa de seu pai. Os árabes, ao tentarem retomar a ofensiva na Ásia Menor sofreram duas grandes derrotas. Em matéria religiosa Leão IV professava idéias diferentes de seu antecessor, embora continuasse a

orientação iconoclástica do mesmo. Ao morrer inesperadamente aos trinta anos de idade, Leão IV deixou como herdeiro seu filho Constantino VI de apenas dez anos. A rainha-mãe Irene, nascida em Atenas, assumiu o controle da situação mas em 790 entrou em choque com o filho que desejava sacudir a tutela materna. Com o apoio do tema dos Armeníacos e de outros temas, Constantino VI assume sozinho o poder, porém comete tantos erros (entre os quais o divórcio seguido de um segundo casamento), que em breve adquire forte impopularidade. Irene conspira contra o próprio filho, aprisiona-o em 797 e cega-o. Durante cinco anos a nova imperatriz vai reger os destinos de Bizâncio. Curioso é que nos decretos e documentos oficiais Irene é qualificada de *basileu* e não de *basilissa* (imperador e não imperatriz). E' que a presença de uma mulher no trono, detentora de fato e de direito do poder, ia de encontro a todas as tradições do Império. Daí a designação pelo título masculino. «Segundo os conceitos da época, só um imperador, quer dizer, um homem, podia legislar oficialmente e por isso foi necessário adotar-se a ficção que fazia de Irene um imperador».

— Irene era favorável ao culto das imagens. Assim é que em 784 a *basilissa* escreveu ao papa Adriano pedindo a convocação de um Concílio ecumênico que restabelecesse aquele culto. O Concílio (o sétimo Concílio ecumênico) reuniu-se em Nicéia em 787. Quando se encontrou sozinha no trono, Irene procurou tornar-se popular a todo custo, praticando uma desastrosa política financeira, abolindo impostos e empobrecendo assim o Tesouro do Estado. Nas relações com os árabes cometeu a leviandade de permitir ao famoso califa Harum-al-Rachid estabelecer entre a Síria e a Cilícia uma marca militar que se tornou constante ameaça à segurança do Império. No Ocidente a coroação de Carlos Magno constituiu um golpe de conseqüências incalculáveis para o prestígio do Império Bizantino. Uma conspiração de altos dignitários pôs fim ao desastroso governo de Irene. Esta foi exilada e subiu ao trono *Nicéforo*, o ministro do Tesouro (802-811).

Para alguns historiadores de Bizâncio o período que se situa entre os começos do século IX e a ascensão da dinastia macedônica em 867 é considerado como fase transitória entre a renovação isáurica e a época de apogeu da dinastia macedônica. Tentemos, nas seguintes linhas, resumir os principais episódios dessa fase.

Convém notar preliminarmente que a revolução de 802 difere de quase todos os demais movimentos congêneres da História bizantina, por ter sido dirigida por um civil, Nicéforo. Este era hábil financista mas pouco ou nada entendia da arte militar, o que talvez explique a atitude orgulhosa com que pretendeu enfrentar os adversários do Império sem levar em consideração a falta de um exército forte e disciplinado. A imprudência e incompetência do *basileu* acarretaram-lhe reveses em face dos árabes e dos búlgaros. Numa expedição contra estes últimos Nicéforo foi morto com grande parte de seus soldados.

Estaurácio, filho do imperador morto, substituiu-o no trono por alguns meses vindo a falecer em virtude de ferimentos recebidos na mesma campanha contra os búlgaros. Antes mesmo do falecimento de Estaurácio, os senadores forçaram sua abdicação proclamando soberano seu cunhado *Miguel Rangabé* (811-813). Este membro de uma família de altos dignitários procurou manter boas relações com o Ocidente, dando amistosa acolhida aos embaixadores que Carlos Magno havia enviado a Nicéforo e, fato importante, saudando Carlos Magno com o título de basileu, «o que equivalia a legitimar a existência de um Império do Ocidente e a restabelecer a unidade política do mundo cristão»³⁸

Esse ato de 812 legalizava a eleição imperial de 800 e ressuscitava teoricamente «o estado de coisas do século V. Miguel e Carlos, Leão V e Ludovico Pio eram, um em face do outro, como Arcádio e Honório, Valentiniano III e Teodósio II; o «Imperium Romanum» se estendia das fronteiras da Armênia às margens do Atlântico».³⁹

Uma revolta militar chefiada pelo estrategista da Anatólia, Leão o Armênio, depôs Miguel em 813. O ex-basileu internou-se na ilha de Plati onde se fez monge. *Leão V* (813-820) procura restabelecer a ordem no Império reprimindo as revoltas militares e afastando o perigo de invasão búlgara. Esta última tarefa foi facilitada pela morte do chefe húngaro Krum (814).

Interiormente Leão V ressuscitou o iconoclasmo, porém com menor violência que a do século VIII. Em 820 Leão V foi assassinado por partidários de Miguel, chefe da guarda imperial.

6. Dinastia Amória ou Frígia (820-867)

Miguel II (820-829), natural de Amorion, na Frígia, iria fundar uma dinastia que, durante quase meio século, presidiria os destinos do Império.

O novo basileu era um «provinciano grosseiro e ignorante».⁴⁰ No início de seu reinado teve que enfrentar a rebelião de Tomás, o Esclavo, que durante mais de dois anos pôs o trono de Miguel II em perigo. Quase toda a Ásia Menor tomou parte na sublevação. O próprio califa Mamum apoiou o movimento. Tomás soube aproveitar o descontentamento das populações diante da renovação do iconoclasmo e conseguiu também a adesão das classes menos favorecidas revoltadas contra os latifundiários. Assim é que essa revolta se revestiu de um aspecto político, religioso e social. Com o auxílio da esquadra do Egeu, Tomás conseguiu assediar a capital durante um ano. A intervenção dos búlgaros porém obrigou-o à retirada para Arcadiópolis onde foi cercado e derrotado (823).

A Miguel II sucedeu seu filho *Teófilo* (829-842) que, ao contrário do pai, possuía uma cuidadosa educação. Entre os conselheiros de Teófilo figurou seu mestre o erudito João, o Gramático, decidido partidário dos iconoclastas. O reinado de Teófilo pode ser considerado como o início de uma verdadeira renascença do Império Bi-

zantino. Restaurou as finanças, promoveu o progresso das artes e incentivou o ensino. Teófilo foi o último imperador iconoclasta, mas seus atos contra o culto das imagens (inspirados provavelmente por João, o Gramático, feito patriarca de Constantinopla), embora tenham tido caráter violento, limitaram-se principalmente à capital e seus arredores e revelaram-se ineficazes, pois a ideologia iconoclástica estava realmente em decadência. A própria imperatriz Teodora venerava secretamente as imagens. — Na política externa Teófilo teve que enfrentar os ataques árabes que em 838 chegaram a ocupar Amorian, berço da dinastia reinante. As discórdias internas do califado impediram, nos últimos anos do reinado de Teófilo, maiores êxitos dos árabes. Ao morrer o imperador em 842, sua esposa Teodora assumiu o poder, pois o herdeiro, Miguel III, era ainda menor. Sob Teodora foi restaurado o culto das imagens, sem que houvesse a oposição da época de Irene. João, o Gramático, foi deposto da sé patriarcal e em seu lugar foi colocado o monge Metódio.

Teodora governou até 856 confiando os assuntos mais importantes do governo a seu favorito Teoctisto. Este foi deposto e assassinado sob a instigação de Bardas, irmão de Teodora. Esta abandonou o governo, internando-se com suas filhas num mosteiro. Miguel III, fraco e corrompido, deixa as rédeas do poder nas mãos de Bardas, que, com o título de César, se considerava herdeiro do sobrinho. O favorito de Miguel, embora pouco escrupuloso, possuía qualidades de homem de estado. Cuidou da defesa de Constantinopla (concluiu a restauração dos muros marítimos), preocupou-se com a administração da justiça e reorganizou a Universidade Imperial. A elevação de Fócio ao patriarcado de Constantinopla criou séria crise interna na Igreja grega e, posteriormente, agravou as relações do Império com Roma, pois o papa Nicolau I recusara reconhecer a deposição do patriarca Inácio e a escolha de Fócio. Este provocou o cisma da Igreja grega, tentando depor o papa e excomungando-o.

A morte de Bardas em abril de 866 provocada por Basílio, favorito de Miguel III e rival de Bardas, possibilitou a adoção de Basílio pelo imperador, que o fez coroar em maio do ano supracitado. Em 867 Basílio, que não mais gozava da simpatia de Miguel III, fê-lo assassinar, tornando-se assim senhor do Império e fundando uma nova dinastia, que estava destinada a elevar o Império Bizantino ao zênite de sua glória medieval.⁴¹

7. Dinastia Macedônica (867-1056)

Podemos distinguir na História do Império Bizantino sob a dinastia macedônica dois períodos. O primeiro se estende de 867 a 1025 e constitui o período mais brilhante da política externa de Bizâncio. Os basileus obtêm grandes triunfos em suas campanhas orientais e setentrionais dirigidas respectivamente contra os árabes, búl-

garos e russos. Na política interna assinalamos um notável progresso intelectual e uma considerável obra legislativa traduzida na publicação de um grande código e de uma série de novelas.

O segundo período, de 1025 a 1056, é uma fase de revoluções palacianas que produzem uma verdadeira anarquia até o reinado dos Comnenos.

Quanto ao nome da dinastia ora em estudo convém lembrar que alguns preferem chamá-la armênia ou armênio-eslava, pois, embora nascido na Macedônia (em Chariúpolis), o fundador da dinastia teria pertencido a uma família armênia já eslavizada.⁴²

Basílio I (867-886)

Sua vida, antes de ser imperador, constitui um verdadeiro romance de aventuras. Mostrou-se à altura do elevado cargo a que fôra guindado, podendo ser considerado «um dos melhores homens de Estado que governaram Bizâncio».⁴³

Na política interna Basílio I revelou-se grande organizador. Executou importantes reformas de caráter financeiro, judiciário e legislativo. Convém sublinhar esta última. Basílio I pretendia criar um código geral de direito greco-romano, adaptando e completando a obra legislativa de Justiniano. No capítulo referente ao Direito trataremos especificamente e com detalhes dêsse aspecto do reinado do fundador da dinastia macedônica. Ainda na política interna devemos anotar o problema religioso que Basílio I herdara de seu antecessor. A Igreja Oriental se debatia em um duplo cisma: um interno, entre partidários do patriarca Inácio e do patriarca Fócio. Outro, por assim dizer externo, relacionava-se com a posição do papa em face de Fócio. Basílio exilou êste último e restabeleceu Inácio. De 869 a 870 realizou-se em Constantinopla o 8º Concílio Ecumênico que condenou Fócio e proclamou a união das duas Igrejas. Mas as boas relações entre o Basileu e o Pontífice Romano iriam ser perturbadas em virtude do problema da jurisdição sobre a Igreja Búlgara. Quando em 877 o patriarca Inácio morreu, Fócio conseguiu ser reconduzido à Sé Patriarcal e procurou reconciliar-se com o papa João VIII. Um novo Concílio reunido em Constantinopla de 879 a 880 e considerado pelos gregos como ecumênico, reabilitou solenemente Fócio. Ao que tudo indica, não tem fundamento a opinião de antigos autores segundo a qual teria havido cisma de Fócio sob o pontificado de João VIII.⁴⁴ Na política externa, Basílio I aproveita a decadência do califado sob a influência dominante dos mercenários turcos: de 871 a 882 os exércitos bizantinos ocupam as passagens do Taurus, conquistam a região entre Cesaréia e Marach (878), obtêm vitórias na Capadócia e na Cilícia (878), que lhes abrem o caminho para a Mesopotâmia. A própria Armênia, vassala do Califa, sofre a interferência do basileu.

No Ocidente Basílio I teve que enfrentar a grande ofensiva sarracena contra a Itália. Em 868 uma frota bizantina dirigiu-se ao Adriático para libertar Ragusa do sítio dos muçulmanos. O litoral dálmatita caiu novamente sob a influência do Império do Oriente. Após uma efêmera aliança entre Basílio I e Luís II, imperador do Ocidente, os bizantinos ocuparam Bari (876), reconquistaram Tarento (880) e tomaram sob sua proteção as cidades de Cápua, Salerno, Nápoles e Benevento. O Império reconquistava assim seu antigo prestígio e sua influência na Itália Meridional. Durante os últimos oito anos de seu reinado Basílio procurou consolidar e ampliar êsse domínio no sul da península. «O resultado dessa política foi a extensão da influência bizantina sobre os dinastas da Itália Meridional e Central, muitos dos quais, como o príncipe de Salerno, o bispo de Nápoles, o duque de Benevento, tornaram-se vassallos do Império».

Leão VI (886-912)

Filho de Basílio I, sucedeu a êste no trono quando o mesmo faleceu em 886. Leão e seu irmão Alexandre já haviam sido associados ao trono em vida de Basílio. O primeiro entretanto (cuja paternidade é duvidosa) conseguiu afastar o segundo do governo. Leão VI era uma figura curiosa: preocupava-se muito com a etiqueta e o cerimonial. Recebera de Fócio uma educação enciclopédica, tendo obtido o título de filósofo, que era o grau mais alto dispensado pela Universidade Imperial. Na política interna assinalamos sob o reinado de Leão VI o domínio de favoritos e as conseqüentes intrigas e conspirações palacianas. Entre êsses favoritos podemos lembrar o eunuco árabe Samonas. Durante quinze anos (896-911) exerceu influência enorme sobre o basileu. Leão VI foi, depois de Justiniano, o maior legislador de Bizâncio, tendo reeditado a obra do mesmo traduzida para o grego. Entre os problemas religiosos do reinado de Leão VI convém anotar a deposição de Fócio e as dissensões entre o basileu e os patriarcas em virtude do quarto casamento daquele.

Na política externa temos a registrar a ameaça da ofensiva búlgara (a conversão ao cristianismo havia fortalecido o poder real entre os búlgaros e cimentado a união dos mesmos), que Leão VI consegue conjurar graças à aliança com os magiares (húngaros, chamados turcos pelos cronistas gregos e árabes), que aparecem na foz do Danúbio pelo ano 880. Os muçulmanos desencadeiam uma ofensiva. O califado ataca na Ásia Menor, os corsários de Creta nas ilhas, os sarracenos da África na Itália e na Sicília. Um acontecimento trágico foi a tomada e o saque de Tessalonica, a segunda cidade do Império, pelos árabes (904).

Três anos depois os russos, sob o comando de Oleg, chegaram até os arredores de Constantinopla. Quando Leão VI morreu em 912, o império tinha dois imperadores: Alexandre, irmão de Leão, e o filho dêste Constantino VII (Porfirogêneto) (912-959).

O curto reinado de Alexandre (912-913) foi perturbado por dissensões religiosas e pelo rompimento do tratado de paz feito entre Leão VI e o soberano búlgaro Simeão.

Uma grave crise segue-se à morte de Alexandre. O governo passa sucessivamente às mãos do patriarca Nicolau, o Místico, de Zoé, mãe de Constantino (quando os búlgaros voltam a ameaçar seriamente o Império) e finalmente do almirante Romano Lecapeno. Este casou sua filha com o basileu e tomou o título de *basileopátor* criado por Leão VI para um de seus favoritos. *Romano Lecapeno* detém o poder de 919 a 944 e pode ser considerado o verdadeiro continuador da obra de Basílio I. Note-se que Constantino VII continuava imperador de direito, embora Romano o fosse de fato. Este «inaugurava assim a série de generais proclamados imperadores para preservarem os direitos dos herdeiros legítimos e foi graças a essa ficção que a dinastia macedônica se perpetuou ainda por um século e meio». Externamente Romano I teve que enfrentar, em primeiro lugar, os repetidos ataques do soberano búlgaro Simeão que aspirava à coroa imperial bizantina. Graças à persistência de Romano, Simeão, após anos de luta, desistiu de conquistar Constantinopla, mas assumiu o título de «Basileu e autocrátor dos Búlgaros e dos Gregos», tendo conseguido a confirmação de seu título pelo papa e a elevação do arcebispo da Bulgária à dignidade patriarcal. Quando Simeão morreu em 927, Romano I conseguiu uma proveitosa aliança com os búlgaros, a qual deixava a estes as mãos livres para a luta contra a ameaça húngara e aos bizantinos a possibilidade de lutar contra os árabes sem maiores preocupações. Nessa época o califado abássida tombava sob o domínio da guarda turca cujo chefe assumira o título de *emir em chefe*. A essa usurpação política juntavam-se as dissensões religiosas provocadas por seitas heréticas e cismas. Por toda a parte a unidade árabe se desintegrava. Tal fragmentação político-religiosa ia favorecer sobremaneira a tarefa de Romano I. Na ofensiva contra os árabes o imperador contou com o auxílio do general João Curcuas que invadiu o vale do Eufrates e a Armênia árabe, apoderando-se de inúmeras cidades muçulmanas, cujas mesquitas foram transformadas em templos cristãos. Essa luta dirigida por João Curcuas durou onze anos (927-938), terminando em uma trégua (938) com o emir Seif-ad-Dauleh que havia infligido uma derrota a Curcuas. Pouco depois Seif, que pertencia à família árabe dos Hamdânidas e era o mais feroz adversário do império, rompia a trégua e iniciava uma nova guerra, que se prolongaria até após a queda de Romano Lecapeno.

Enquanto os bizantinos se ocuparam com os árabes, os russos ameaçaram Constantinopla com uma frota que havia descido o Dnieper. A capital foi salva graças ao fogo grego (941). Uma segunda expedição russa, desta vez por terra, foi sustada graças à ação di-

plomática de Romano I que firmou um tratado com os russos concedendo vantagens aos comerciantes dessa nação.

Na Itália, o domínio bizantino estava ameaçado pelos príncipes lombardos e pelo novo estado árabe dos Fatimitas. A intervenção de Romano I na Itália se fez mais por vias diplomáticas que por grandes expedições, conseguindo, assim, salvar a integridade da Itália bizantina.

Internamente, Lecapeno pôs fim à política de favoritos, cercandose de pessoas competentes e honestas. Entre as medidas legislativas do imperador figuram as tomadas em favor da pequena propriedade e da defesa dos bens militares, que constituíam o fundamento do regime dos temas. Romano I via na democracia rural uma boa fonte de rendas para o estado e de soldados para o exército. O imperador conseguiu restabelecer a união dentro da própria Igreja Bizantina e procurou melhorar as relações com o pontífice romano.

Embora Lecapeno fosse um dos melhores chefes de Estado de Bizâncio, era grande a oposição interna que sofria. Seus próprios filhos conspiraram e destituíram-no em dezembro de 944. Constantino VII assumiu o poder de fato, enviando os conspiradores para junto do pai na ilha de Proti e reinando até 959.

O reinado de *Constantino Porfirogêneto* caracteriza-se por empreendimentos culturais, como v.g. a reorganização da Universidade Imperial com o recrutamento de professores entre os melhores intelectuais do Império. O próprio imperador, que vivera tantos anos uma vida solitária, afastado dos grandes negócios de Estado, adquirira vasta erudição, conseguindo abranger toda a ciência bizantina da época, embora de maneira superficial. As novelas de Constantino VII atestam sua preocupação em proteger os humildes contra os prepotentes.

Graças à excelente organização que Romano Lecapeno havia dado às forças armadas do Império, o prestígio bizantino foi conservado exteriormente. A paz foi mantida com os búlgaros. Os húngaros derrotados por Otão I na batalha de Augsburg (955) deixaram de constituir ameaça. A visita da princesa russa Olga à Constantinopla constituiu grande acontecimento diplomático. Com relação aos árabes, continuou a política de Lecapeno: empreendimentos diplomáticos visando dividir os diferentes principados e isolar, assim, os adversários. De 948 a 949 Bardas Focas foi enviado pelo governo imperial à Mesopotâmia e à fronteira da Armênia. Em 949 fracassou uma tentativa de reconquistar Creta aos corsários árabes. Na Itália o prestígio do Império se firmou.

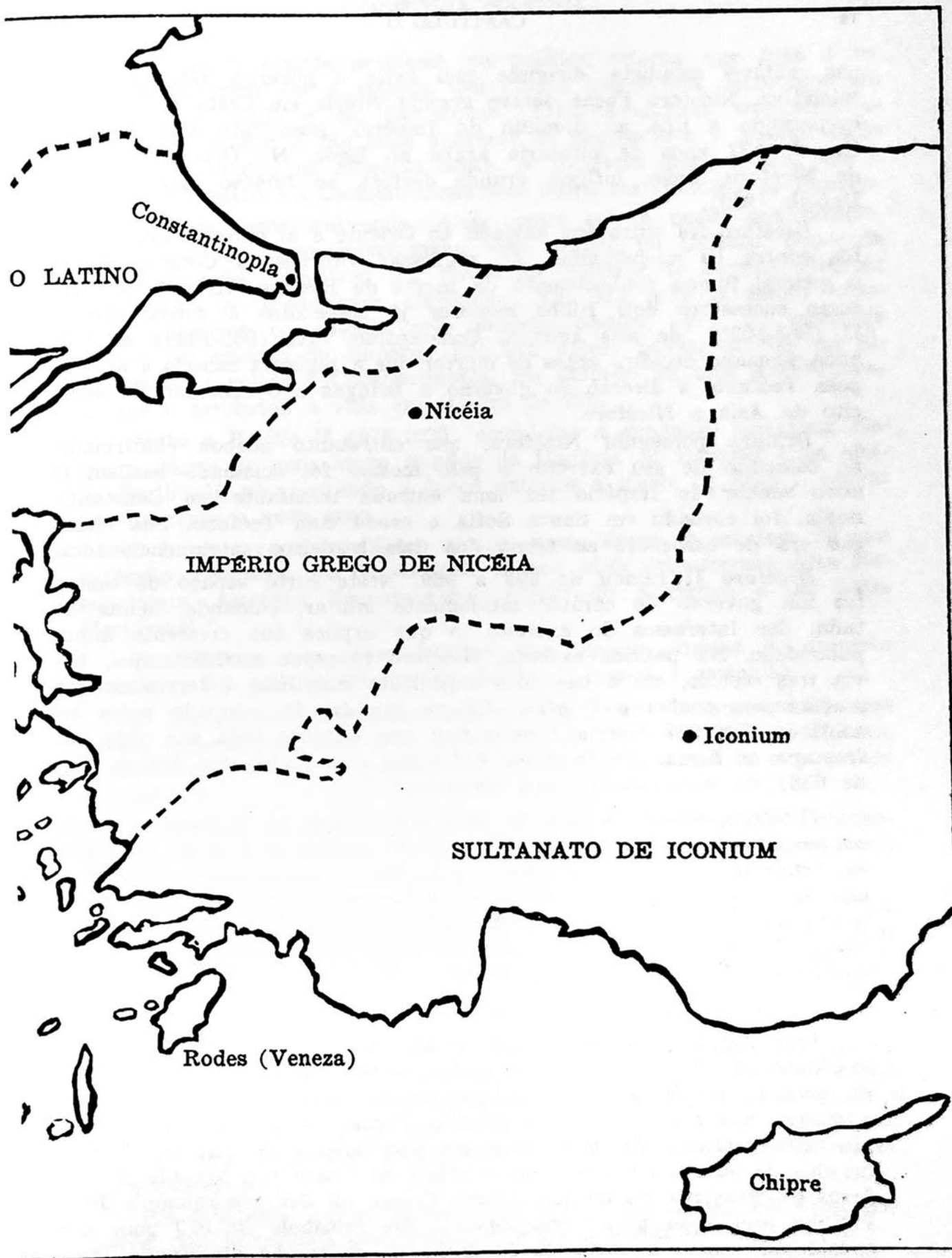
Romano II (959-963)

Sucedeu a seu pai Constantino VII. O novo basileu era um adolescente irresponsável e leviano, que encontrou no poder uma oportunidade para satisfazer a seus caprichos. A indiferença do jovem basileu pelos negócios de Estado deu oportunidade a que José Brin-



ORIENTE GREGO

após as Cruzadas



gas, notável estadista, dirigisse com êxito o governo. Graças à sua iniciativa, Nicéforo Focas obteve grande vitória em Creta (961), reincorporando a ilha ao domínio do Império. Esse fato significava o fim de 137 anos de pirataria árabe no Egeu. No Oriente o irmão de Nicéforo, Leão, infligia grande derrota ao famoso emir Seïf-ad-Dauleh (960).

Nicéforo foi outra vez enviado ao Oriente e aí obteve novos triunfos contra os muçulmanos. Ao regressar vitorioso a Constantinopla, o general tomou conhecimento da morte de Romano II. Este deixara como sucessores dois filhos menores já associados à coroa, Basílio II (963-1025), de seis anos, e Constantino VIII (963-1028) de três anos. Romano decidira antes de morrer que a regência caberia à sua esposa Teófano, a direção do governo a Bringas e o comando do exército da Ásia a Nicéforo.

Bringas perseguiu Nicéforo, que entretanto acabou confirmado no comando de seu exército e pelo mesmo foi aclamado basileu. O novo senhor do Império fez uma entrada triunfante em Constantinopla, foi coroado em Santa Sofia e casou com Teófano. Sua situação era de associado ao trono dos dois herdeiros supramencionados.

Nicéforo II reinou de 963 a 969. Neste curto espaço de tempo fez um governo de caráter nitidamente militar, cuidando, acima de tudo, dos interesses do exército, o que explica sua crescente impopularidade. Na política externa, Nicéforo reocupou a Cilícia que, havia três séculos, era a base das expedições marítimas e terrestres dos muçulmanos contra o Império. Chipre também foi ocupada pelos bizantinos. Em 967 morria o emir Seïf que durante toda sua vida enfrentara as forças do Império. Antioquia (em poder dos árabes desde 638) foi conquistada pelos bizantinos.

Nicéforo rompeu a paz de meio século com os búlgaros e aliou-se aos russos. Esses porém revelaram-se perigosos aliados, pois não só venceram os búlgaros, mas pretenderam estabelecer-se nos Bálcãs. O basileu aproximou-se então novamente dos búlgaros, mas a morte do velho czar Pedro proporcionou oportunidade para novas vitórias dos russos. Esses se dirigiam para Constantinopla sob o comando de Sviatoslav quando Nicéforo foi assassinado.

Na Itália, Nicéforo teve que enfrentar as pretensões de Otão I.

João Tzimiscés (969-976) de acordo com Teófano, chefou o assassinato de seu antigo chefe e amigo, substituindo-o no poder e sendo coroado no Natal de 969. Internamente teve logo que enfrentar e vencer a forte oposição da família Focas. Para tornar-se popular aliviou a cobrança de impostos e fez distribuições de víveres. Cunhou moedas de ouro e de cobre com a efígie de Cristo e a legenda latina: *Jesus Christus rex regnantium* (Jesus Cristo, rei dos que reinam). João I tinha predileção pelo monaquismo e seu crisóbulo de 970 pode ser considerado como a carta de fundação da federação do Monte Atos.

O primeiro grande problema da política externa que João I teve que enfrentar foi a ameaça dos russos que foram derrotados em Arcadiópolis (970) e em Doristolon (971). Sviatoslav comprometia-se por um tratado a não mais aparecer na península e a prestar apoio ao Império contra os inimigos deste. A Bulgária oriental caía sob o domínio bizantino e o Danúbio tornava-se outra vez fronteira do Império.

Na Ásia, após Antioquia, Alepo caíra sob o poder dos bizantinos. A ameaça russa interrompeu esse avanço no Oriente. Superada a mesma, João I resolveu pôr termo ao califado de Bagdad, libertar a Palestina e reconquistar Jerusalém. Em 974 uma brilhante expedição guerreira comandada pelo próprio basileu fazia do emir de Mossul um vassalo do Império. Em 975 obtém novas vitórias na Síria, mas, ao voltar à Constantinopla, foi atacado de uma grave doença que o arrebatou à vida em janeiro de 976.

Coube a *Basílio II* (976-1025) completar a expansão bizantina. Estamos diante do mais longo reinado da História do Império. Com efeito, Basílio II, não contando a época anterior à morte de João I, reinou por quarenta e nove anos.

O Império romano-helênico atinge, nessa época, o máximo de sua extensão: península dos Balcãs, Ásia Menor, Síria Setentrional, Alta Mesopotâmia, Armênia, Transcaucásia, região do Adriático e da Itália Meridional.⁴¹

Examinemos com mais detalhes essa época gloriosa do Império Bizantino. Na política interior de Basílio II temos a assinalar:

1) Um período de guerras civis em que Basílio Lecapeno, tutor dos jovens imperadores, luta pelo poder com rivais como Bardas Skleros, herói da guerra com os russos. Em 985 Basílio II adquiria a plenitude do poder.

2) Em 987 Bardas Focas se proclama imperador e ameaça Constantinopla. Basílio II repele o exército rebelde com o auxílio de seis mil russos enviados pelo príncipe Vladimir.

3) Basílio II governou sem primeiro ministro e sem favoritos. Soube, entretanto, escolher auxiliares de valor, mas costumava tomar pessoalmente as decisões importantes. Uma de suas principais preocupações foi melhorar as finanças do Estado. Ao morrer deixou considerável fortuna.

4) Uma novela de janeiro de 996 aboliu a prescrição de quarenta anos que acobertava as aquisições ilegais de bens de pessoas humildes. Tais bens adquiridos a partir de 922 deveriam ser restituídos a seus antigos proprietários sem indenização. Basílio, com essa lei, tinha em vista os grandes proprietários da Ásia Menor, que haviam apoiado a guerra civil.

Em relação à Igreja parece que Basílio usou de seu autoritarismo, porém não possuímos documentação sobre o assunto.⁴²

Vejamos, agora, a política exterior de Basílio II:

1) O basileu revelou-se homem de guerra de primeira grandeza. «Seus sucessos são devidos a um golpe de vista seguro, que lhe permitia discernir os lugares sensíveis onde era necessário concentrar forças. Possuiu uma verdadeira concepção estratégica que abrangia o Império inteiro. Jamais jogou com a sorte; todos os seus empreendimentos eram pensados. Compreendendo a importância da rapidez de ação, à diferença de outros estrategos, não levava em consideração as estações e impunha às vezes a seus soldados campanhas de inverno».

2) Com relação aos russos, Basílio II adotou o sistema de alianças, concedendo a mão de sua irmã Ana Porfirogêneta ao príncipe Vladimir. Esse casamento teve como consequência a influência da Igreja Bizantina sobre os russos que aliás já se haviam convertido ao cristianismo, graças à ação de missionários latinos provenientes da Escandinávia, da Alemanha e da Morávia.

3) Os búlgaros foram dominados após anos de luta. Três fatores contribuíram para a vitória de Basílio II: seu gênio militar, a superioridade do exército bizantino e a paz com o califa fatimita, a qual permitiu o emprego de todas as forças contra a Bulgária. Esta foi reduzida à província do Império. Pela primeira vez, desde Justiniano, um imperador bizantino via sua autoridade estendida sobre toda a península balcânica do Danúbio até a extremidade do Peloponeso.

4) No Oriente, Basílio II teve que enfrentar o califa fatimita El-Aziz (que tentou tomar Alepo) e seu sucessor El-Hakem. Este último enviou a Constantinopla o patriarca de Jerusalém a fim de pedir a paz. Entre o Império e os fatimitas foi estabelecida uma trégua de dez anos.

5) Para enfrentar, na Itália, as ameaças dos lombardos aliados aos normandos e do imperador Henrique II, Basílio II age com habilidade e energia. Em 1018 o exército bizantino, inflige uma derrota decisiva aos lombardos e normandos na planície de Canas. Essa vitória de Bizâncio tem como consequência o restabelecimento da autoridade imperial na Apúlia. Convém notar, a propósito da Itália, que Basílio II fez aliança com a jovem república de Veneza. Em troca da cessão das embarcações venezianas para o transporte de tropas, o basileu concedeu facilidades aos comerciantes da República no Império.

— Quando Basílio II morreu, em dezembro de 1025, o Império Bizantino gozava de enorme poderio e prestígio.

Constantino VIII, irmão de Basílio II, assumiu o poder, mas não estava à altura das responsabilidades do cargo. Frívolo e indolente, confiou o governo aos eunucos, afastando os chefes militares e funcionários de elite escolhidos por Basílio II. Ao sentir-se irremediavelmente doente, Constantino VIII (que não tinha descendentes masculinos) resolveu dar um marido a uma de suas filhas (Eudóxia, Zoé e Teo-

dora). Eudóxia entrara para um convento, Teodora recusou o marido imposto, Zoé casou com Romano Argiro (que, entretanto, já era casado e foi forçado, sob ameaça, a divorciar-se). Três dias depois desse casamento morreu o basileu, seguindo-se, então, o regime de *príncipes esposos e adotados* que se estenderia de 1028 a 1057. Romano III (1028-1034) pertencia à nobreza militar e possuía «mais pretensões que qualidades reais». ⁸⁰ Um dos atos mais importantes de seu curto reinado foi a abolição da medida com que Basílio II pretendia impedir a extensão abusiva de grandes domínios territoriais a custa da pequena propriedade. Romano III morreu em circunstâncias suspeitas e Zoé apressou-se em casar com seu amante, o jovem e belo paflagônio que governaria por sete anos com o nome de Miguel IV (1034-1041). Com este imperador subiu ao trono uma família de baixa condição social, cujo membro mais ativo (que se tornou verdadeiro chefe de governo) foi o monge e eunuco João Orfanatrofo.

Como a saúde precária de Miguel IV (sofria de epilepsia) tendia a agravar-se, foi escolhido com o consentimento de Zoé um outro membro da família paflagônia adotado como filho pela basilissa para futuro imperador, Miguel V. Miguel V (denominado o Calafate em virtude da profissão do pai) reinou apenas de dezembro de 1041 a abril de 1042. Pessoa de mau caráter e extremamente ambicioso procurou libertar-se de seus benfeitores João Orfanatrofo (a quem exilou em um mosteiro) e Zoé (a quem deportou para Principo). Pretendendo também atacar o patriarca Alexis, este promoveu uma revolta popular que depôs o basileu e aclamou Zoé e Teodora como as duas legítimas detentoras do poder. Embora as duas irmãs se detestassem mutuamente, Zoé recebeu Teodora cordialmente e o gineceu do palácio se transformou em sala do conselho imperial. As duas soberanas tomaram boas medidas, como v.g. afastando as criaturas de Miguel V e suprimindo a venalidade dos cargos. Zoé, apesar dos sessenta e dois anos, resolveu casar pela terceira vez com *Constantino Monômaco*, da nobreza bizantina. Constantino IX governou de 1042 a 1055 (Zoé morreu em 1050). Após a morte do basileu, Teodora permaneceu como única senhora do poder. A última representante da dinastia macedônica revelou uma surpreendente atividade. Antes de morrer (1056), Teodora escolheu para seu sucessor o velho senador *Miguel Estratiótico* que governou apenas por um ano (1056-1057), tendo sido deposto pela classe militar chefiada pelo nobre *Isaac Comneno* (1057-1059).

— Antes de prosseguirmos com a enumeração dos imperadores bizantinos, vamos proceder a um resumo dos principais acontecimentos de 1025 a 1059.

Dentre os ataques externos sofridos pelo Império, podemos anotar:

1) *As incursões dos petchenegues* (patzinakitai; povo de origem turca, que durante muito tempo serviu de intermediário nas relações comerciais dos distritos bizantinos da Criméia com a Rússia e outras re-

giões vizinhas) nos anos 1025, 1033 e 1036. Constantino Monômaco reservou terras na Bulgária para que nas mesmas os petchenegues se estabelecessem e defendessem assim as fronteiras do Império contra as invasões de outras tribos da mesma raça e também contra as incursões dos príncipes russos.⁶¹

2) Em 1040 os búlgaros fazem um levante tendo como causa a transformação do imposto *in natura*, devido pelos camponeses, em pagamento por numerário. A rebelião foi dominada no ano seguinte.

3) No Oriente o Império manteve de modo geral o prestígio adquirido. A cidade de Edessa foi anexada ao Império, o que significava a expansão das fronteiras além do Eufrates.

4) Em 1032 os sarracenos da Sicília fizeram incursões no Mar Jônio e no Mar Adriático.

5) Em 1037 os bizantinos fazem uma expedição à Sicília aproveitando-se das discórdias internas entre os sarracenos. Nova expedição foi tentada no ano seguinte mas as dissensões entre os chefes bizantinos impediram maiores êxitos.

6) Na península italiana os bizantinos tiveram que enfrentar uma aliança entre lombardos e normandos. Quando Constantino Monômaco subiu ao trono, as tropas imperiais só mantinham na Itália algumas praças fortes.

7) Sob o governo de Constantino Monômaco o Império se vê seriamente ameaçado em todas as fronteiras por novos inimigos: os turcos no Oriente, os petchenegues no Danúbio e os normandos na Itália.

A guerra com os petchenegues (1048-1053) terminou com o pedido de paz dos bárbaros mas sem vantagens para o Império, a não ser a cessação das incursões.

As relações com os fatimitas do Egito foram cordiais e Constantino IX pode não só cooperar na reconstrução da Igreja do Santo Sepulcro, mas até mesmo exercer uma espécie de protetorado sobre os cristãos da Palestina.

Foi sob o reinado de Monômaco que os turcos seldjúcidas começaram a violar as fronteiras do Império. Na Itália os normandos praticaram devastações e invadiram a terra de Otranto. Ruía o poder bizantino na península.

8) Acontecimento de graves conseqüências para o Ocidente e para o destino do próprio Império Bizantino foi o cisma do Oriente em 1054 provocado pelas ambições do patriarca Miguel Cerulário.

9) Isaac Comneno, originário dos arredores de Andrinopla, representava a aristocracia militar da província. O novo basileu fez-se representar nas moedas com um sabre na mão, o que simbolizava bem o predomínio do exército. Mas Isaac encontrou dois obstáculos sérios que o impediram de governar e o levaram à abdicação. O primeiro foi

o péssimo estado das finanças em virtude das prodigalidades de Constantino Monômaco. Para remediar essa penúria de dinheiro, o basileu usou de meios impopulares, como v.g. a revogação de doações. O segundo foi a ambição do patriarca Miguel Cerulário que usurpou as insígnias da dignidade imperial. Deposto, o patriarca veio a morrer e passou de réu (ia ser julgado por um tribunal convocado pelo imperador) a santo. O próprio Isaac julgou prudente fazer demonstrações de dor. Tendo caído doente, o imperador resolveu abdicar e designou como sucessor seu companheiro de armas Constantino Ducas.

8. Dinastia Ducas (1059-1081)

Constantino Ducas (1059-1067) ou *Constantino X* pertencia à aristocracia urbana e seu reinado teve o caráter de reação contra o governo militar de Isaac. A redução sistemática das despesas militares (o que acarretou funestas conseqüências), o prestígio dado aos estudos, o restabelecimento da prática de venda de cargos, eis alguns traços da administração de Constantino IX. Ao morrer, decidiu que seus três filhos reinariam sob tutela da mãe que se comprometeu a não contrair novo matrimônio. Sete meses depois, a imperatriz Eudóxia, apesar da promessa em contrário, casava com Romano Diógenes, representante da nobreza militar.

Romano Diógenes ou Romano IV (1067-1071) teve que enfrentar a desintegração do Império. Enquanto na Itália os normandos liquidadam o domínio bizantino (1071), Romano IV, que possuía qualidades de chefe militar, mas que dispunha de um exército mal treinado e mal armado e heterogêneo (compunha-se de normandos, russos, búlgaros e armênios), enfrentava o ataque turco. Em Mantziquerte (1071) o exército bizantino sofreu uma das maiores derrotas de sua História e o próprio basileu caiu prisioneiro. Romano foi tratado com toda consideração pelo sultão, mas teve que pagar pesado resgate e concordar com um elevado tributo anual. A paz devia durar cinquenta anos. «Esta derrota devia ter como conseqüências a ruptura da organização defensiva das fronteiras que até então havia detido as invasões e, no interior, a guerra civil que permitiu aos turcos instalar-se na Ásia Menor». (Bréhier, I, p.281).

— Romano IV foi deposto e exilado em Proti, onde faleceu debaixo de terríveis sofrimentos.

Miguel Ducas ou Miguel VII (1071-1078), que sucedeu a Romano, era filho de Constantino X e de Eudóxia. Teve um reinado infeliz, durante o qual o Império entrou em verdadeira decomposição. O descontentamento da população contra o basileu atingiu o auge em 1076 quando à peste e à fome se somaram as incursões turcas na Ásia Menor. Seguiu-se uma revolta dos exércitos da Europa e da Ásia, cada um dos quais proclamando seu próprio imperador.

— Em 1078 processou-se uma revolta na capital em favor de *Nicéforo Botaniates* (1078-1081), que fora aclamado pelo exército da Ásia.

O novo basileu pertencia à família dos Focas e era um dos grandes generais de Bizâncio. Apesar disso não pode controlar a situação de indisciplina e desorganização em que se encontravam os exércitos. As rebeliões se sucederam ininterruptamente. Nicéforo acabou deposto por uma revolta organizada pelos Comnenos. Começava então uma nova era para o Império.

9. Dinastia dos Comnenos (1081-1185)

Na época em que a dinastia dos Comnenos subia ao poder, o Império havia perdido definitivamente a Itália, estava seriamente ameaçado na parte ocidental da península balcânica, na Ásia Menor, na Mesopotâmia e na Armênia. E' curioso notar que a infiltração turca na Ásia Menor se processara por iniciativa dos próprios pretendentes ao trono bizantino, que haviam contratado mercenários daquela raça e os haviam estabelecido como guarnições em diferentes cidades. Essa ocupação turca por volta de 1081 revestia, na Ásia Menor, dois aspectos: a zona rural era percorrida por bandos nômades que motivavam a emigração das populações para centros civilizados; nas zonas litorâneas (Bitínia, Mísia e Jônia) já se notava um início de organização dos ocupantes turcos. Foi assim que surgiu o Estado seldjúcida de Nicéia.⁵²

Em face dessa verdadeira dissolução do Império Bizantino, a dinastia dos Comnenos iria desenvolver uma notável atividade no sentido de reorganizar o velho Estado e dar-lhe novamente o antigo prestígio. Podemos comparar a missão da dinastia dos Comnenos com a da dinastia macedônica. Observe-se, entretanto, que, tanto no interior como no exterior a situação apresenta aspectos fundamentalmente diversos.

No interior: enquanto os Macedônios atacaram a grande propriedade, os Comnenos nela se apoiaram.

No exterior os estados organizados e civilizados que ameaçavam o Império na época macedônica eram quase que exclusivamente os muçulmanos. Já os Comnenos tiveram que enfrentar, além dos turcos, que se haviam apoderado dos estados árabes do Oriente, e dos normandos, que disputavam o domínio do Mediterrâneo, os grandes estados ocidentais que começavam a emergir do feudalismo com suas dinastias nacionais. Havia ainda as prósperas e ambiciosas repúblicas italianas que cobijavam vantagens comerciais em detrimento da própria economia bizantina.

Para enfrentar todas essas dificuldades os Comnenos desenvolveram uma política de divisão do adversário, política essa que se revelou perigosa e onerosa. Bréhier⁵³ sintetiza de modo claro as conseqüências desse esforço gigantesco: «Para lutar contra os normandos, concederam às repúblicas italianas privilégios econômicos que arruinaram o comércio e a marinha de Bizâncio; contra os imperadores germânicos experimentaram fazer concessões aos papas, sem chegarem a reconciliar a Igreja de Constantinopla com Roma; procuraram explorar o movimen-

to da cruzada em proveito do Império, mas, apesar de sucessos temporários, um mal-entendido original impediu qualquer entendimento durável entre eles e os cruzados; enfim, ao atrair para seus exércitos os auxiliares francos, excitaram as cobiças dos ocidentais que consideraram o Império como um território de colonização, uma espécie de Eldorado em que todo o cavaleiro famélico tinha a certeza de fazer fortuna. Tais são as verdadeiras causas que tornaram precários os sucessos dos Comnenos e prepararam a catástrofe que quebrou a unidade do Império em 1204».

Aleixo Comneno (1081-1118)

Sobrinho de Isaac I, era um aristocrata que tinha recebido uma cuidadosa educação humanística e teológica e havia prestado numerosos serviços ao Estado como militar. A todas essas qualidades aliavam-se habilidades políticas e diplomáticas. Examinemos, a seguir, os principais acontecimentos da política interna e externa do reinado de Aleixo I.

Política interna. Aleixo procurou, antes de mais nada, reformar o exército. O recrutamento de soldados devia contar agora com mercenários ocidentais (francos, normandos, anglo-saxões), cuja fidelidade dependia da pontualidade do pagamento do soldo. Para satisfazer a essa premente necessidade, Aleixo tomou medidas impopulares, como v.g. o confisco de tesouros das igrejas, a alteração de moedas, etc. Certos habitantes das províncias chegaram mesmo a preferir o domínio bárbaro ao de Bizâncio.

Aleixo, que, como já vimos, tinha formação teológica, interessou-se por problemas religiosos, intervindo diretamente em questões disciplinares e até mesmo dogmáticas.

Política externa. Na política externa, o imperador teve que enfrentar o inimigo em três frentes distintas às vezes simultaneamente.

Quando subiu ao trono, a maior ameaça ao Império vinha do normando Roberto de Guiscard. Para enfrentá-lo, o basileu fez diversas alianças, entre as quais se destaca a estabelecida com a República de Veneza, cuja esquadra destruiu a frota normanda. Por terra os normandos obtiveram vitórias sobre o exército bizantino. Boemundo, filho de Roberto, chegou a ocupar a Macedônia ocidental, mas bateu em retirada à mingua de recursos (1083). Discórdias internas entre os normandos impediram-nos de obter êxitos decisivos contra Aleixo.

— A morte do poderoso sultão turco Solimão na luta contra o emir de Damasco (1085) provocou graves dissensões no mundo muçulmano. Aleixo poderia ter aproveitado a oportunidade para restaurar a autoridade imperial na Anatólia se não fosse o ataque dos petchenegues que se haviam instalado entre o Danúbio e os Balcãs e haviam resistido a todas as tentativas de civilização e cristianização. Reforçados por novas hordas que atravessaram o Danúbio, os petchenegues começaram a hostilizar o Império. Aleixo não se encontrava em condições de reprimir o ataque e procurou contornar a situação por meio de

tréguas precárias. Por essa ocasião os turcos começaram a ameaçar Constantinopla. Tzachas, chefe turco que servira outrora a Nicéforo Botaniates, tornou-se pirata e concebeu o plano de atacar a capital por terra e por mar, incitando os petchenegues a romperem a trégua.

Em abril de 1091 os bizantinos conseguiram infligir terrível derrota a esses bárbaros. Suas hordas só reaparecem em 1121 para serem batidos e incorporados a serviço de Bizâncio. Com os turcos Aleixo agiu com habilidade aproveitando as rivalidades internas. O próprio Tzachas acabou assassinado pelo sultão de Nicéia, Quilidj-Arslan, filho de Solimão.

— Após a derrota dos petchenegues, as fronteiras européias foram ameaçadas por novas invasões, entre as quais a dos sérvios. Em 1095 o Império havia conseguido superar todos os perigos e se encontrava em estado de alerta permanente. Suas defesas entretanto eram precárias. Os efetivos reduzidos das tropas levavam o imperador continuamente a buscar auxílio no Ocidente. Mas é importante sublinhar que Aleixo pretendia, acima de tudo, recrutar cavaleiros ocidentais para lutarem como mercenários a favor do Império. Na esperança de facilitar esse recrutamento, Aleixo vinha procurando reaproximar-se da Santa Sé. Mas em vez de mercenários, o Império ia receber uma verdadeira avalanche humana: os cruzados.

Em outro volume sobre a Idade Média trataremos de modo especial sobre as cruzadas e a posição do Império Bizantino em face das mesmas. Convém salientar que, em geral, os estudiosos das Cruzadas focalizam-na de um ponto de vista meramente ocidental. Na realidade o assunto é bem mais amplo e abrange necessariamente a atuação e a mentalidade dos bizantinos. Estes, desde a derrota de Mantziquerte, estavam convencidos de que sozinhos não mais poderiam enfrentar os seldjúcidas. Daí o pedido de auxílio ao Ocidente. Mas quando Aleixo enviou a famosa embaixada a Piacenza onde fora convocado um Concílio reformador pelo papa Urbano II em 1095, não pensava em exércitos cruzados nem desejava uma cruzada para libertar o Santo Sepulcro. Como acentua Vasíliev: " «Só queria mercenários para combater os turcos que avançavam perigosamente para a Ásia Menor». Para os bizantinos não fazia sentido um movimento ocidental visando a reconquistar os Santos Lugares que, havia quatro séculos, não mais lhes pertenciam. Vasíliev⁵⁵ anota: «Para Bizâncio o problema palestino naquela época era assaz abstrato e não ligado aos interesses vitais do Império». Ainda o mesmo autor chama atenção para o fato de que «para Aleixo, os cruzados eram tão bárbaros como os turcos e petchenegues que ameaçavam o Império». O idealismo religioso ocidental, que, em grande parte, inspirou as Cruzadas, era algo estranho, na época, às preocupações bizantinas. Com efeito os orientais «não viram nos chefes cruzados mais que mercenários capazes de recommençarem a epopéia bizantina. Aplicaram-se em fazer deles vassallos e em explorar suas vitórias quanto possível no interesse da România. Daí entre Bizâncio e os Cru-

zados um mal-entendido irreduzível que gerou rancores e guerras inextinguíveis para grande prejuízo da Cristandade».⁶⁶

Aleixo soube aproveitar-se das vitórias dos cruzados sobre os turcos para recuperar territórios perdidos. A conquista de Nicéia e de Doriléia deslocavam para longe de Constantinopla os seldjúcidas, possibilitando ao Império não só reocupar a parte ocidental da Ásia Menor como também agir contra os emires marítimos. Esmirna, Éfeso, a Bitínia, entre outras localidades, foram recuperadas. Os triunfos dos cruzados e a fundação de principados latinos acarretaram problemas com o Império, entre os quais uma verdadeira guerra entre Boemundo e Aleixo. Aquele, depois de muitas peripécias e de uma viagem ao Ocidente em busca de reforços, foi derrotado em Dyrrachium (Durazzo).

— Os últimos anos do reinado de Aleixo transcorreram em lutas contra os turcos da Ásia Menor e na reorganização administrativa dos territórios recuperados. Em agosto de 1118, na idade de 70 anos e após 37 anos de reinado, falecia Aleixo I tendo realizado, dentro de suas possibilidades, uma notável obra de restauração que pode ser resumida nos seguintes itens: reconstituição das forças armadas (exército e marinha), afastamento do perigo de invasões que ameaçavam a capital e, finalmente, recuperação das províncias perdidas durante as guerras civis.⁶⁷

João II ou João Comneno (1118-1143).

Sucedeu a seu pai Aleixo, enfrentando as pretensões de sua irmã Ana que chegou a planejar o assassinato do irmão. João II é considerado «o maior dos Comnenos» e «uma das mais belas figuras entre os imperadores que reinaram em Bizâncio».⁶⁸ No interior o basileu notabilizou-se por suas fundações religiosas e pela preparação do exército imperial. A política externa esteve voltada sobretudo para os assuntos orientais. No Ocidente, João II manteve relações com diversos estados. Veneza, Gênova e Pisa, sobretudo a primeira, gozaram de privilégios mercantis no Império. Para evitar a expansão dos Normandos do sul da Itália e da Sicília, João II fez uma aliança com Lotário e Conrado III.

Os petchenegues que cruzaram o Danúbio foram definitivamente vencidos.

No Oriente, João II conseguiu reconquistar territórios perdidos havia muito tempo. A Armênia Menor foi anexada ao Império e o principado de Antioquia foi forçado a reconhecer a suserania do basileu. Segundo os historiadores, este nutria projetos de estender o domínio bizantino ao vale do Eufrates, porém a morte colheu-o quando, ao caçar nos montes da Cilícia, se feriu na mão com uma flecha envenenada. Antes de morrer designou para sucessor seu filho Manuel.

Manuel I ou Manuel Comneno (1143-1180)

Não possuía os costumes morigerados do pai, fato esse que se refletiu na frivolidade dos costumes da corte. Entretanto era dotado de insaciável curiosidade que o levava a intrometer-se nos mais variados

assuntos desde a teologia até a medicina e a astrologia. A esse desejo de saber aliava grande capacidade como militar e fina habilidade diplomática. Dois traços caracterizam a atuação política de Manuel: suas aspirações ao império universal e suas simpatias pelo Ocidente. Faltou ao basileu percepção da realidade: a situação da política internacional não mais permitia que o Império Bizantino retornasse ao papel de Império Universal. As atividades guerreiras e diplomáticas de Manuel I apresentam um quadro tão complexo que é impossível expô-las em poucas linhas. Limitar-nos-emos aqui a enumerar alguns dos principais episódios dessa complicada política externa.⁵⁹

1) Quando em 1144 o atabek de Mossul (*atabek* ou *atabeg* era o nome dado ao governador seldjúcida que se proclamava independente) se apoderou de Edessa, Manuel I aproveitou a oportunidade para humilhar Raimundo de Poitiers, que fora pedir o auxílio do basileu. Abandonava, assim, os Estados francos às ameaças dos turcos.

2) Manuel viu seus projetos de ataque ao rei normando da Sicília, com apoio de Conrado III, fracassarem diante da pregação da II Cruzada. A passagem dos cruzados pela capital do Império teve por efeito incentivar as desconfianças mútuas entre Oriente e Ocidente. A idéia de conquistar Constantinopla já era debatida entre os cruzados.

3) Rogério II, rei da Sicília, aproveita a oportunidade da segunda cruzada para atacar o Império Bizantino, fazendo pilhagens e levando para a Sicília operários especializados em seda, causando grave prejuízo à economia bizantina.

4) O fracasso da segunda cruzada (motivado em parte pelas rivalidades entre franceses e alemães) contribuiu para firmar a convicção entre os ocidentais de que Bizâncio constituía o principal obstáculo para a libertação dos Lugares Sagrados.

5) Manuel I, após a 2ª Cruzada, preparou ativamente a guerra contra Rogério II, aliando-se a Veneza e a Conrado III. A morte deste em 1152 e daquele em 1154 modificaram a situação. Guilherme I, filho de Rogério, oferece a paz a Manuel I, mas este a rejeita, contando com a aliança de Frederico Barba-Roxa que sucedera a Conrado III. Enquanto o novo imperador do Ocidente estava ocupado com problemas internos, um exército de mercenários restabelece o domínio bizantino em Bari, Trani, Barletta e em outras cidades. Em Brindisi, porém, os bizantinos foram derrotados e um ataque da frota normanda à Eubéia obrigou Manuel a fazer a paz com Guilherme I (1157).

6) Enquanto se desenrolavam esses acontecimentos no sul da Itália, Manuel I enfrentava nos Balcãs os ataques dos sérvios e dos húngaros.

7) No Oriente os armênios, chefiados por Thoros, se apoderavam de diversas praças bizantinas (1152). Por sua vez os estados francos sofriam séria ameaça dos chefes turcos Nur-ed-din (filho do atabek de Mossul assassinado em 1146) aliado a Maçud, sultão de Icônio.

8) Em 1158 Manuel I põe em fuga Thoros, firma seu prestígio junto aos estados francos, conclui uma trégua com Nur-ed-din e recebe a visita de Kilidj-Arslan II, sultão de Icônio (1162). Manuel I encontra-se, então, no apogeu de seu poder.

9) De 1161 a 1173 Manuel I se ocupa dos assuntos balcânicos, interessado em dominar a Hungria e a Sérvia. Da intervenção bizantina na Hungria resultam para o Império a posse da Dalmácia e de uma parte da Croácia.

10) O grande sonho de Manuel era ser coroado imperador do Ocidente, restabelecendo, assim, a unidade do Império Romano. O basileu jogava com a promessa de pôr fim ao cisma religioso e reunir a Igreja Grega e a Latina.

11) Desastrosa para o Império foi o rompimento com a República de Veneza. Diante da aliança de Veneza com o rei da Sicília, Manuel teve que negociar em 1175, permanecendo, contudo, de parte da República do Adriático profunda mágoa pelo confisco de bens e prisão com que, em 1171, os bizantinos haviam tratado os venezianos.

12) Manuel I concebeu o plano de realizar uma verdadeira cruzada conquistando o Egito com o auxílio do rei de Jerusalém Amauri I. O plano não obteve êxito, não só por desentendimento entre os aliados, mas também por motivo da morte de Amauri I em 1174. Manuel não desanimou. Uma frota de 70 navios foi enviada a S. João d'Acre, mas a falta de apoio dos cristãos latinos fez com que a expedição fosse adiada.

13) Diante do poderio crescente e ameaçador do sultanato de Icônio, Manuel resolveu intervir a fim de fazer valer seus direitos de suserano. Em 1176 invadiu a Frígia com um importante exército e marchou contra a sede do sultanato mas sofreu uma terrível derrota em Miriocéfalo. O sultão Kilidj não abusou da espetacular vitória, entrando em negociações com o imperador e fazendo com o mesmo uma paz razoável.⁸⁰

Na realidade a batalha de Miriocéfalo significava a permanência definitiva dos turcos nos domínios do Império Bizantino e, como acen-tua Diehl,⁸¹ «prenunciava a próxima perda de toda a Ásia Menor».

O final do reinado de Manuel Comneno é melancólico e revela que, apesar de toda a atividade guerreira e diplomática do basileu, sua obra não haveria de ser duradoura.

No interior do reino imperava grande descontentamento em virtude da política fiscal de Manuel e das concessões feitas às repúblicas italianas que enriqueciam em detrimento do comércio bizantino. No exterior, além de crescente prestígio de Frederico Barba-Roxa, anotamos a hostilidade do rei da Sicília contra Bizâncio. Podemos dizer que, no Ocidente, se firmava cada vez mais a idéia de uma cruzada contra Constantinopla como única solução para assegurar o futuro dos princi-

pados francos do Oriente.⁶² Estes aliás encontravam-se minados pela discórdia e ameaçados pelo poderio de Saladino, cujos domínios incluíam a Síria muçulmana e o Egito.

— Ao morrer, em setembro de 1180, Manuel deixava o trono a seu filho Aleixo II, de onze anos, sob a tutela da mãe deste, Maria de Antioquia, irmã de Boemundo III, a qual Manuel havia desposado em segundas núpcias no ano de 1161. Mas a regência de Maria de Antioquia e a permanência de Aleixo II (1180-1183) foram efêmeras. O sobrinho de João Comneno, Andronico, cuja vida é um verdadeiro romance de aventuras, usurpa o trono, condena à morte a regente, faz-se coroar em Santa Sofia e manda estrangular Aleixo. A chegada de Andronico a Constantinopla foi precedida de uma terrível revolta da população contra todos os ocidentais que residiam na capital. O massacre dos latinos foi selvagem e geral. Ninguém foi poupado. Até os doentes foram degolados em seus leitos e os próprios mortos desenterrados de suas sepulturas. O cardeal João, legado de Alexandre III, foi decapitado. A repercussão desse acontecimento no Ocidente contribuiu para criar uma situação que mais tarde resultaria no ataque da quarta cruzada.

Andronico (1183-1185) tomou internamente medidas acertadas, como v.g. a supressão da venalidade dos cargos, regularizou a cobrança de impostos evitando as arbitrariedades, etc. Mas a violência e o terror eram os meios de que usava para impor sua autoridade constantemente ameaçada por revoltas e conspirações. A política externa de Andronico revestiu-se de um caráter nitidamente antiocidental. Chegou mesmo a assinar um tratado (1185) com Saladino para repartirem os principados francos. Guilherme II, rei da Sicília, incitado à guerra contra Bizâncio por um sobrinho de Manuel, promoveu uma verdadeira cruzada com a finalidade de conquistar o Império do Oriente. Os normandos obtiveram numerosos êxitos e Andronico foi deposto por Isaac, da família nobre dos Ângelos e parente distante do basileu.

10. Dinastia dos Ângelos (1185-1204)

A ascensão ao trono de Isaac II (1185-1195) «pode ser considerada como vitória da nobreza sobre a política igualitária de Andronico, com o mesmo nacionalismo estreito em face do Ocidente».⁶³

Internamente Isaac fez uma péssima administração, alterando as moedas, aumentando os impostos, vendendo as magistraturas e pagando mal o funcionalismo. Consequência dessas medidas foram revoltas e movimentos separatistas.

Externamente Isaac conseguiu deter a invasão normanda que ameaçava o Império, mas abandonou a região situada entre os Balcãs e o Danúbio aos búlgaros e valáquios. Com o reinado de Isaac a península balcânica começa a formar-se em um verdadeiro mosaico de estados independentes.

O grande acontecimento da política externa de Isaac foi a terceira cruzada. Embora o basileu se tivesse comprometido por um tratado assinado em Nuremberg (1188) a permitir a passagem do exército alemão de Barba-Roxa pelo Império, tomou em relação a este uma posição de verdadeiro inimigo: aliou-se a Saladino, prendeu os embaixadores de Barba-Roxa e interceptou o caminho aos cruzados. Só diante da força e diante da ameaça de conquista de Constantinopla pelos alemães é que Isaac voltou atrás, auxiliando a passagem de Barba-Roxa mas não deixando de pôr Saladino a par do movimento das tropas. Estudaremos em outro volume a terceira cruzada. Observe-se apenas que a atitude de Isaac reforçou de modo considerável a convicção já difundida no Ocidente segundo a qual Constantinopla constituía o principal obstáculo ao êxito das cruzadas. No decorrer da III cruzada o basileu continuou manifestando sua hostilidade às mesmas e entrando em entendimento com Saladino.

Em 1195 Isaac foi deposto por uma conspiração militar encabeçada por seu próprio irmão Aleixo.

Aleixo III (1195-1203) era de caráter frívolo. Sem dar maior importância aos grandes problemas do Império, entregou praticamente o poder à sua esposa Eufrosina. Internamente multiplicaram-se as desordens e as conspirações. No exterior o exército cede em toda a linha aos adversários. Não mais existe frota de guerra e o exército, composto de mercenários estrangeiros, não inspira confiança. Na Ásia Menor o avanço turco faz recuar cada vez mais a população grega. Na Europa a reconstituição do estado búlgaro era uma constante ameaça ao Império. Os corsários italianos aproveitavam a falta de navios de guerra bizantinos para fazerem incursões devastadoras. Aconteceu mesmo que o próprio basileu teve que tomar a seu serviço piratas genoveses. As boas relações com Gênova não agradaram à república de Veneza que via, assim, prejudicados seus empreendimentos comerciais.

Outra grave ameaça ao Império foi o plano de Henrique VI, que casara com a princesa Constância, herdeira legítima de Guilherme II, visando a repetir os ataques normandos e tomar Constantinopla. Esta só foi salva pela morte prematura de Henrique VI em Messina, quando se preparava para a Cruzada antibizantina (1197).

Quando Inocêncio III subiu ao trono pontifício, Aleixo procurou manter boas relações com a Santa Sé admitindo a realização de um Concílio ecumênico em Constantinopla para a reunificação das Igrejas. O basileu visava sobretudo a evitar a cruzada alemã contra o Império.

Convocada por Inocêncio III a IV cruzada, os guerreiros reunidos em Veneza aceitaram conquistar Zara revoltada contra a República do Adriático como pagamento do transporte marítimo para o Egito (alvo da Cruzada). O filho de Isaac II, Aleixo, o jovem, veio a Zara solicitar aos cruzados a restauração do pai no trono, prometendo em troca somas consideráveis e outras compensações. Note-se que o desvio da Cruzada para Constantinopla parece já ter sido decidido pelos chefes an-

tes mesmo da partida para Zara, pois aqueles haviam pedido a aprovação do papa para a restauração de Isaac Ângelo.

Diante do avanço do exército dos cruzados, Aleixo III, impossibilitado de resistir, fugiu vergonhosamente em um navio levando seu tesouro (julho 1203). Isaac II subia novamente ao trono em companhia de seu filho Aleixo IV (1203-1204). Como este último não cumprisse as promessas feitas aos cruzados, acentuaram-se as divergências entre aqueles e os gregos. Uma revolta instigada por Aleixo Ducas Murtzuflo, parente distante dos basileus, lançou Isaac na prisão onde o mesmo morreu e fez assassinar Aleixo III.

A República de Veneza e os cruzados fizeram então um tratado de partilha de Bizâncio (março de 1204). Em abril (9-12) de 1204 a capital era tomada e vergonhosamente pilhada. Em maio o conde Balduíno de Flandres era proclamado imperador.

11. Dinastia dos Lascáridas (Império de Nicéia, 1204-1261)

Estudaremos o Império Latino de Constantinopla no volume consagrado ao Feudalismo. Continuaremos, agora, o breve relato da História do Império do Oriente.

Após a fuga de Murtzuflo em 13 de abril de 1204, foi eleito basileu em Santa Sofia Teodoro Láscaris, genro de Aleixo III, que, abandonando Constantinopla, se estabeleceu em Nicéia.⁶⁴ A nova capital apresentava excelentes condições de defesa e nela se reuniu grande parte dos altos dignitários leigos e eclesiásticos que haviam fugido de Constantinopla. A autoridade do basileu de Nicéia não foi, entretanto, reconhecida por todas as regiões que outrora integravam o Império Bizantino. Várias dessas regiões constituíram-se em principados autônomos. Um rápido olhar sobre a carta política revela-nos em linhas gerais a existência dos seguintes estados:⁶⁵

1) O Império Latino de Constantinopla e os Estados francos vassallos: reino de Tessalônica, ducado de Atenas e Tebas, principado de Acaia (ou Moréia).

2) O Império de Nicéia.

3) O despotado do Epiro.

4) O Império de Trebizonda.

— O Império de Nicéia é que deve ser considerado como verdadeiro continuador das tradições bizantinas. Sob a dinastia dos Lascáridas esse estado cresceu e preparou a retomada de Constantinopla.

Teodoro I Láscaris (1204-1222), usando com energia a força e a diplomacia enfrentou os turcos e os latinos e entrou em contacto com o papa admitindo a possibilidade de pôr fim ao cisma. Ao morrer, em 1222, Teodoro I conseguira consolidar o Império de Nicéia, que se tornara a primeira potência territorial da Ásia Menor, e fizera-se reconhecer como legítimo sucessor dos basileus. Para continuar sua obra

de reconstrução, Teodoro escolheu seu genro João Vatatzes, nobre aparentado com a família dos Ducas.

João III Vatatzes (1222-1254), através de uma atuação inteligente tanto interna como externamente, conseguiu dar ao Império de Nicéia uma época de prosperidade. Incentivou a agricultura, a indústria, intensificou as relações comerciais com os turcos e, ao mesmo tempo, fortaleceu a defesa das fronteiras com a criação de feudos militares. Criou uma frota de guerra que ocupou Lesbos, Quios, Samos, Cos e Rhodes e chegou mesmo a atacar a Creta veneziana em 1233. Vatatzes pensou em reconquistar Constantinopla e para tal fim fez uma aliança com o czar búlgaro João Asen. Os aliados, entretanto, não conseguiram tomar a velha capital.

Vatatzes, após a morte do czar em 1241, dirigiu por terra e mar uma expedição contra Tessalonica, mas não pode conquistar essa cidade em virtude da notícia de que os mongóis de Gengis-Kan haviam invadido a Ásia Menor e derrotado o sultão de Icônio. A principal consequência dessa invasão foi a decadência do poderio seldjúcida.

De 1244 a 1254 Vatatzes ocupa-se ativamente com a restauração do Império. Toma diversas praças da Macedônia e em dezembro de 1246 obtém a própria capital, Tessalonica. No ano seguinte toma Tzurulon, ponto importantíssimo para a defesa da península de Constantinopla. O imperador Balduíno II, que em vão buscara auxílio no Ocidente, teve que resignar-se com o avanço de Vatatzes. A última campanha deste foi encetada em 1252 contra o despotado do Epiro. O imperador de Nicéia tratou de reforçar os territórios conquistados e entabulou negociações com o papa Inocêncio IV visando a facilitar a reocupação de Constantinopla e o restabelecimento de unidade religiosa. Os entendimentos para a união estavam bem encaminhados, porém foram prejudicados com a morte do basileu seguida logo depois pela do papa.

Teodoro II Láscaris (1254-1258), filho de Vatatzes, não soube continuar o ritmo da restauração do Império tão bem mantido por seu pai. Vítima de grave enfermidade, o imperador morreu aos 37 anos deixando a coroa a seu filho João IV, menino de oito anos. O trono foi então usurpado por Miguel Paleólogo que pertencia a uma das famílias mais importantes da nobreza bizantina, os Paleólogos.

12. Dinastia dos Paleólogos (1258-1453)

Miguel VIII, Paleólogo (1258-1282)

O grande alvo da política externa de Miguel VIII era a reconquista de Constantinopla. Um tratado com o déspota do Epiro, outro com os mongóis e ainda uma aliança com o imperador de Trebizonda permitiram a Miguel VIII concentrar todas as suas forças contra o Império Latino que se encontrava em plena desagregação. Os genoveses, prejudicados com as conquistas venezianas no Oriente desde 1204, ofereceram

seu auxílio ao basileu mediante um tratado assinado em Nymphaeum aos 13 de março de 1261. Gênova punha sua frota à disposição do Império de Nicéia para a reconquista de Constantinopla, e os bizantinos, em contrapartida, faziam imensas concessões comerciais aos genoveses. Na realidade Miguel VIII bem podia ter dispensado a ajuda de Gênova, pois Constantinopla foi tomada facilmente por um pequeno exército de oitocentos homens aos 25 de julho de 1261. Aos 15 de agosto seguinte Miguel Paleólogo fazia sua entrada triunfal e era coroado em Santa Sofia.

Política interna — Miguel VIII encontrara a velha capital em mísero estado. Seu primeiro cuidado foi, pois, de reconstrução material, tentando restituir à Constantinopla seu antigo esplendor. As dificuldades de ordem financeira foram agravadas pelo tratado de Nymphaeum com os genoveses que dominavam o comércio e desviavam assim a riqueza indispensável para a restauração econômico-financeira do Império.

Política externa — O Império restaurado por Miguel VIII possuía uma extensão territorial bem inferior à existente sob os Comnenos e os Ângelos. «Em 1261 o Império compreendia o ângulo noroeste da Ásia Menor, boa parte da Trácia e da Macedônia, Tessalonica e várias ilhas do norte do Mar Egeu. O Bósforo e o Helesponto, artérias importantíssimas sob o ponto de vista político e comercial, se encontravam incluídos no Império restaurado. O despotado do Epiro permanecia debaixo da soberania do Império».⁶⁶

Podemos discernir três idéias diretrizes da política externa de Miguel Paleólogo:

- 1) Completar a restauração territorial do Império.
- 2) Manter a paz com os mongóis na Ásia Menor.
- 3) Evitar uma nova ameaça de reconquista de Constantinopla pelos ocidentais.

Foi o Ocidente que, de modo especial, ocupou as atenções do basileu. Três problemas o preocupavam: a ameaça de Veneza, os planos de Carlos d'Anjou, irmão de S. Luís, e a união da Igreja Oriental com Roma. Contra Veneza, Miguel usou da aliança com os genoveses, que, sob os Paleólogos, desempenharam o papel pertencente outrora aos venezianos.

Carlos d'Anjou, rei da Sicília, passou a ser um adversário extremamente perigoso quando o imperador Balduino II lhe cedeu seus direitos sobre o império latino. Miguel combateu os planos do rei francês ora com a força ora com a diplomacia. Assim, v.g., para evitar um ataque de Carlos d'Anjou numa época em que a vacância da Santa Sé se prolongou durante mais de dois anos (29 de novembro de 1268 — 1º de setembro de 1271) e portanto o basileu não podia contar com um apelo ao papa, Miguel VIII recorreu a S. Luís, conseguindo que o mesmo desviasse o irmão das empresas contra o Império Bizantino, prestes a restabelecer a união religiosa com Roma. A diplomacia do basileu não

esteve ausente da trama que resultou na revolta siciliana contra os franceses (Vésperas Sicilianas, 31 de março de 1282) e que teve como consequência suspender uma expedição de Carlos d'Anjou contra o Império e acarretou para esse monarca a perda da Sicília.

— As relações com os papas tiveram importante papel na política ocidental de Miguel VIII e na sua ação para evitar uma nova cruzada contra Constantinopla.

Dignos de menção foram os entendimentos entre Miguel VIII e o papa Gregório X. Este, Teobaldo Visconti, fora eleito quando se encontrava em S. João D'Acre e seu pontificado, embora de curta duração, pode ser considerado «o mais fecundo e glorioso da segunda metade do XIII século».⁶⁷

Gregório X e Miguel VIII trabalharam ativamente pela união religiosa. O primeiro agindo com prudência e apresentando poucas exigências; o segundo lutando contra a oposição do clero grego, mas ganhando para a causa da união o grande teólogo João Veccos. A 6 de julho de 1274 no Concílio de Lyon foi solenemente proclamado pelo papa a reunião das Igrejas. O resultado político imediato do Concílio foi a assinatura de uma trégua entre Carlos d'Anjou e Miguel VIII. Quanto à reunificação religiosa, o basileu teve que enfrentar tremenda crise religiosa na Igreja Oriental. A morte de Gregório X em 1276 tornou difícil o problema da união pois seus sucessores, sob a influência de Carlos d'Anjou, não tiveram a mesma prudência no trato com os gregos.

— Preocupado com o Ocidente, Miguel VIII cometeu a grave falta de negligenciar o Oriente, especialmente a Ásia Menor, onde as províncias imperiais passaram a ser periodicamente invadidas por bandos de turcos e mongóis que as devastavam e massacravam seus habitantes. A aliança entre Miguel VIII e João II Comneno, imperador de Trebizonda, não conseguiu reparar a perda do domínio das vias terrestres e do litoral da península anatólica indispensáveis ao progresso econômico de Bizâncio.

Ao morrer, Miguel VIII podia considerar como realizada uma tarefa: estava afastada do Império a ameaça ocidental. Mas isso era apenas um resultado negativo.⁶⁸

Andronico II (1282-1328), filho e sucessor de Miguel VIII, ia enfrentar novos perigos externos: a ameaça dos sérvios e dos turcos. Mas o império estava com sua vida financeira e econômica arrasada e não possuía recursos para a convocação e manutenção de exércitos indispensáveis à sua defesa. O Império Bizantino encontrava-se reduzido à situação de Estado de segunda classe «de Estado passivo, que Veneza e Gênova consideravam como um território de colonização comercial que elas disputavam avidamente».⁶⁹

Examinemos, brevemente, a política interna e externa do longo reinado de *Andronico II*.

Política interna — Os principais acontecimentos foram:

1) Perturbações de caráter religioso provocadas por duas causas: *medidas* anti-unionistas do basileu pressionado por sua corte e pela maioria do clero; dissensões internas da própria Igreja Oriental.

2) Perturbações motivadas por desentendimentos entre os familiares do basileu. Sua segunda esposa, Iolanda de Montferrat (Irene), teve que ser afastada de Constantinopla, pois detestava os filhos do primeiro matrimônio de Andronico.

3) Reformas de conseqüências desastrosas, como, v.g., empréstimos, impostos sobre cereais, alteração de moedas, e sobretudo a supressão da marinha de guerra que colocava o Império à mercê das Repúblicas Italianas.

4) Andronico associou ao trono seu filho Miguel (chamado Miguel IX por alguns historiadores) em 1295 que morreu de desgosto em 1320 em virtude dos desatinos de seu próprio filho Andronico III. Este sustentou contra o avô uma luta que, com o intervalo de cinco anos (1322-1327), durou de 1321 a 1328. E' a chamada guerra dos dois Andronicos que terminou com o afastamento do velho basileu, que aliás foi tratado com todo o respeito até sua morte em 1332.

Política externa — Eis alguns dos mais importantes acontecimentos do reinado de Andronico II:

1) Guerra entre Veneza e Gênova (1293-1299) motivada pela rivalidade das duas potências no Mar Negro, onde Gênova havia herdado as antigas possessões de Bizâncio. Uma frota veneziana fez depredações em Pera e Gálata e procurou forçar a entrada do Chifre de Ouro. Os genoveses praticaram represálias contra os venezianos, mas posteriormente coube ao Império reparar os danos causados aos súditos da República do Adriático.

2) Os sérvios, aproveitando a fraqueza do Império, levaram suas fronteiras até o Mar Egeu (1283) e ocuparam a Albânia setentrional (1296).

3) Na Ásia Menor os turcos otomanos começam a expandir seus domínios a custa do território do Império e dos mongóis. Tendo fracassado uma expedição sob o comando de Miguel IX enviada por Andronico II contra os turcos (1302), o basileu recorreu ao auxílio dos mercenários catalães.

4) A paz assinada em 1302 entre Frederico III de Aragão e Carlos d'Anjou deixava disponível o exército recrutado na Catalunha, em Navarra e Aragão e a serviço do primeiro soberano acima citado. Esses aguerridos soldados chamados *almogávares* (do árabe *al-mugauar* = o que tala o campo inimigo, guerreiro)^m chefiados, depois de licenciados, pelo aventureiro Rogério de Flor, ficaram a serviço de Andronico II, que os enviou à Ásia para combaterem os turcos sob promessa

de elevado soldo. Começando a lutar em 1304, em pouco tempo os almogávares livraram a Ásia Menor dos turcos, mas, em contrapartida, entraram em conflito com a população indígena. Andronico II convocou-os então para combater os búlgaros. Miguel IX, que comandava a guerra contra estes, recusou o auxílio dos catalães e estes, que já haviam chegado à península de Galípoli, tendo recebido ordem de regressar à Ásia recusaram-se a fazê-lo, exigindo o pagamento do soldo prometido. Após negociações, Rogério de Flor recebeu o título de César e concordou em voltar à Ásia para combater os turcos que atacavam novamente. Rogério porém tombou vítima de uma traição de Miguel IX (1307). Os catalães indignados praticaram durante anos uma série de depredações que desagregaram o domínio imperial na península balcânica e prepararam o domínio turco.

Andronico III (1328-1341) teve como principal colaborador no governo o experiente João Cantacuzeno, que unia as qualidades de general, de diplomata e de administrador. Na política interna Andronico III realizou uma reforma judiciária, procurou reconstruir cidades arruinadas pelas guerras e fundou novas. No terreno religioso, enfrentou uma profunda discórdia na Igreja provocada pela heresia dos quietistas (hesychastas — ἡσυχασταί = homens que vivem em repouso) que pretendiam alcançar a união íntima e total com Deus por meio da renúncia ao mundo, a *hesychia* (ἡσυχία) ou silêncio.

Na política externa Andronico procurou melhorar as posições do Império na Península Balcânica, mas em compensação perdeu as últimas posições que o Império ainda ocupava no interior da Península da Ásia Menor onde os turcos ampliavam seu domínio. Andronico III teve também que enfrentar as agressões dos piratas, tarefa essa extremamente dificultada pelo desastroso ato de Andronico II extinguindo a marinha de guerra. Andronico III interessou-se também pelo problema da união com Roma, tendo mantido contacto com os papas João XXII e Bento XII.

Ao morrer, em 1341, Andronico deixava o trono a um filho de nove anos sob a tutela da imperatriz Ana de Savóia, impopular por suas origens ocidentais e por sua fé católica. João Cantacuzeno, designado por Andronico III como regente do império, acabou sendo destituído por Ana, que ouvira os conselhos dos inimigos do regente. Este, ausente de Constantinopla, se fez proclamar imperador em Didimótica (outubro de 1341) juntamente com o herdeiro legítimo, João V. O Império é então devastado por uma nova guerra civil que apresenta o aspecto de comoção social, pois ao lado de Cantacuzeno está a nobreza proprietária da terra contra quem se levanta parte da população das cidades compostas de pequenos artesãos, negociantes e contando com o apoio de camponeses. A guerra se prolongou de 1341 a 1347 e teve funestas conseqüências para o Império, completando sua desorganização interna e introduzindo estrangeiros na disputa pelo trono. Em fevereiro

de 1347 João VI Cantacuzeno entrou em Constantinopla sendo então reconhecido como colega de João V Paleólogo.

Foi proclamada uma anistia geral e todos os súditos do Império tiveram que jurar fidelidade aos dois basileus.

Internamente entre as graves dificuldades que Cantacuzeno enfrentou figuram: a miséria geral, a propagação da peste negra (1348) e as questões religiosas (problema dos hesicastas). Externamente anotemos a ameaça sérvia, a questão genovesa e os ataques turcos. Os sérvios estavam sob o governo de Estêvão Dushan, que sonhava com a conquista de Constantinopla. Desde a época de Andronico III os sérvios já se encontravam na Macedônia setentrional e na Albânia. A rivalidade entre João Paleólogo e João Cantacuzeno deu a Estêvão a oportunidade para apoderar-se de toda a Macedônia com exceção de Tessalônica (1348). Depois de conquistar Seres, o soberano sérvio proclamara-se imperador dos Sérvios e dos Romanos, tendo sido coroado em Skoplje (Uskub) no ano 1346.

Mas o ambicioso Estêvão não pode realizar seu plano de ocupar o trono bizantino fundando um império sérvio-grego. Suas tentativas de aliança com Veneza (que lhe forneceria a frota indispensável) e com os turcos fracassaram. A morte, em dezembro de 1355, pôs fim aos sonhos de Estêvão Dushan.

— A colônia genovesa estabelecida por Miguel Paleólogo em Gálata passara a constituir uma permanente ameaça econômica e política para Constantinopla. Quando Cantacuzeno resolveu criar uma nova marinha e incentivar o comércio no porto da capital, os genoveses, sentindo-se prejudicados, cometeram depredações nos subúrbios da cidade e chegaram mesmo a sitiá-la por vários meses, provocando a fome na capital. Foi necessária a intervenção do senado de Gênova para que cessasse a chamada «guerra de Gálata» (1348-1349). Seguiu-se uma guerra entre Gênova e Veneza. Cantacuzeno não conseguiu manter-se neutro e Constantinopla sofreu ataques dos Genoveses. Entretanto reacendera-se a luta entre os dois imperadores. Cantacuzeno conseguiu impor-se e designou seu filho Mateus Cantacuzeno como herdeiro, fundando assim uma nova dinastia.

João VI, que se encontrava então no auge do poder, ia, em breve, sofrer sérios reveses.

Os turcos otomanos, que haviam auxiliado João VI, aproveitaram um terremoto que no dia 2 de março de 1354 destruíra as muralhas de Galípoli, para ocupar a região (Quersoneso Trácico), o que lhes assegurava o controle do estreito. Essa atitude dos turcos provocou a ruptura da aliança entre estes e Cantacuzeno que, aliás, é acusado pelos historiadores como responsável pela instalação dos otomanos na Europa a fim de lutarem contra os Paleólogos.

Em novembro de 1355 o corsário genovês Gattilúcio levou João V a Constantinopla. A chegada do Paleólogo provocou uma revolta contra Cantacuzeno, que acabou fazendo-se monge e estabelecendo-se em

Mistra onde morreu em 1383, sem haver tentado recuperar o poder. Os últimos anos de sua vida Cantacuzeno passou escrevendo suas interessantíssimas Memórias.

João V (1355-1376), «ao converter-se em único imperador, encontrou uma herança miserável». ¹¹ O Império abrangia então, além da capital, umas ilhas e a Trácia. Esta última despovoada e devastada. Genoveses e Turcos constituíam uma ameaça constante contra Bizâncio. Internamente João V teve que enfrentar Mateus Cantacuzeno que, vencido, abdicou da dignidade imperial em 1357. Querelas religiosas também perturbaram a paz interna do reinado de João Paleólogo. Mas o grande problema era a ameaça externa dos turcos otomanos.

Aproveitando-se das discórdias existentes entre os estados cristãos da região balcânica, os otomanos constituíram um estado forte com um poderoso exército de caráter nacional em que se destacavam os janízaros (jovens cristãos afastados de suas famílias, convertidos ao islamismo e organizados em uma milícia que passou a constituir o elemento essencial da infantaria turca) criados pelo sultão Murad.

Não podendo contar com os povos cristãos dos Balcãs para defender o Império, João V apela para o Ocidente tentando novamente a união religiosa. De 1369 a 1371 o basileu viajou pelo Ocidente em busca de auxílio. Em outubro de 1369 encontrou-se com o papa Urbano V que deixara Avinhão pretendendo fixar-se em Roma. No dia 21 de outubro o papa recebia solenemente a abjuração de João V que repudiava totalmente o cisma. O papa tentou em vão auxiliar o «novo Constantino» concitando os ocidentais a lutarem em favor de Constantinopla. O basileu dirigiu-se a Veneza, onde fez valiosas ofertas em troca de ajuda. Entretanto em Constantinopla o patriarca, que se opunha decididamente ao término do cisma, procurou reunir todos os povos ortodoxos para formarem uma frente única, não só contra os turcos, mas também contra a Santa Sé. Essa tentativa de «cruzada ortodoxa» fracassou e os turcos ampliaram suas possessões, completando a conquista da Sérvia em poucos meses (1372).

O papa Gregório XI, sucessor de Urbano V, mandou em vão pregar uma Cruzada em favor de Constantinopla (1375-1376). «A indiferença e as divisões dos Estados Cristãos foram os melhores auxiliares dos turcos». ¹² João V, sem maiores esperanças de auxílio, fizera um tratado com o sultão Murad (1374), mediante o qual o basileu se tornava vassalo do chefe turco. Como João V houvesse associado ao trono seu filho Manuel em prejuízo de Andronico, este depôs o pai e aprisionou-o em companhia de Manuel.

Andronico IV fez um governo desastroso (1376-1379) e terminou abandonado por todos quando os venezianos salvaram João V e Manuel da prisão. O filho pródigo conseguiu, entretanto, obter o perdão paterno. As discórdias entre os Paleólogos favoreciam o progresso da conquista turca. Após um cerco de quatro anos (1383-1387), Tessalônica cai em poder dos otomanos, fato esse que provocou sério desen-

tendimento entre João V e Manuel a quem coubera a defesa da segunda cidade do Império.

Os turcos prosseguiram na conquista da península balcânica quando tiveram que enfrentar uma insurreição geral de albaneses, sérvios e búlgaros, reunidos em torno do príncipe Lázar, sucessor do filho de Dushan no trono sérvio. Na planície de Kossovo travou-se encarniçada batalha entre cristãos e os turcos de Murad. A defecção de um genro de Lázar com doze mil homens, permitiu a obtenção de vitória pelos otomanos (15 de junho de 1389). Murad pagou a vitória com a vida (foi apunhalado em sua tenda por um herói sérvio) e seu filho Bajazet foi aclamado sultão. Em Kossovo decidira-se a sorte de Bizâncio. O novo sultão planejava apossar-se do antigo domínio geográfico de Bizâncio coroando suas conquistas com a tomada da capital. Bajazet não se cansava de infligir humilhações aos Paleólogos, como, v.g., auxiliando a revolta de João VII, filho de Andronico IV e neto de João V, que entrou em Constantinopla em abril de 1390 e aí se manteve até setembro.

Com a morte de João V em fevereiro de 1391, sucedeu-lhe *Manuel II* (1391-1425). Antes de subir ao trono, Manuel havia casado com uma eslava, filha de Constantino Dragases, príncipe do norte da Macedônia. Dêsse matrimônio nasceriam seis filhos, dois dos quais foram imperadores respectivamente com os nomes de *João VIII* e *Constantino XI*. O último é também mencionado pelos historiadores com o nome eslavo de seu avô materno Dragases (Dragosh).

— A situação precária de Constantinopla sempre ameaçada por Bajazet, que havia atingido o auge do poder (1394), levou o Ocidente a realizar uma cruzada. Sob o comando de Sigismundo, rei da Hungria, que tivera a iniciativa da Cruzada, um exército de ocidentais (entre os quais figuravam numerosos cavaleiros franceses) sitiou Nicópolis (margem direita do Danúbio inferior) mas sofreu aí tremenda derrota (1396). A esquadra veneziana conseguira, entretanto, romper o cerco de Constantinopla.

— Atendendo aos apelos de Manuel II, o rei francês Carlos VI enviou à capital bizantina uma pequena expedição sob o comando do Marechal Boucicaut que conseguiu romper o bloqueio da capital. Boucicaut convence Manuel II de que seria conveniente uma viagem do basileu em favor da realização de uma cruzada. Manuel II partiu para o Ocidente em dezembro de 1399. De maio de 1400 (quando chegou a Veneza) a abril de 1403 (quando embarcou de volta) Manuel II percorreu várias cidades européias (inclusive Paris e Londres), tendo sido recebido com muito respeito e solenidade. Mas dessa longa peregrinação não resultou a esperada cruzada que salvaria Bizâncio. A velha capital foi salva por um acontecimento inesperado: a vitória de Tamerlão sobre Bajazet na batalha de Angorá (em Tchibukabad, a nordeste da cidade) aos 20 de julho de 1402.

Essa terrível luta em que se empenhou cerca de um milhão de homens desarticulou o então poderoso império otomano, salvou os po-

vos cristãos dos Balcãs e assegurou a Bizâncio uma sobrevivência de meio século.

Os filhos de Bajazet, Maomé, Isa e Solimão não se entenderam. Este último instalado na Europa assinou um tratado com Manuel II mediante o qual Tessalonica, o território de Strimon a Moréia, algumas praças situadas na vizinhança de Constantinopla, portos do Mar Negro, ilhas e litoral da Trácia eram restituídos ao Império Bizantino. Solimão tornava-se vassalo de Manuel II.⁷³

Em 1405 Isa morreu e a rivalidade se acentuou entre Solimão e Maomé que entraram em luta (1407-1408). Surge então um quarto filho de Bajazet, Musa, que fora aprisionado com o pai na batalha contra Tamerlão. O novo pretendente à liderança dos otomanos forma alianças contra Solimão e derrota-o em 1411. O antigo Império Otomano estava, então, dividido em dois estados: um na Europa chefiado por Musa, outro na Ásia governado por Maomé. A derrocada do Império Otomano após Angorá e a desunião entre os filhos de Bajazet proporcionavam oportunidade única ao Ocidente para a organização de uma cruzada cujo êxito estava praticamente assegurado. Mas o Ocidente não se encontrava em situação de realizar essa luta, pois graves perturbações (Guerra dos Cem Anos, Grande Cisma, rivalidades entre os estados italianos, etc.) na ordem política e religiosa o impediam. Compreende-se pois que, quando Constantinopla foi ameaçada por Musa, Manuel II tinha recorrido a Maomé a quem forneceu navios para que passasse à Europa. Em 1413 o exército de Maomé, com apoio de povos cristãos balcânicos que detestavam Musa, derrotou este em Tschamurli.

Maomé era o único filho sobrevivente de Bajazet e graças à ajuda de Manuel II e dos soberanos cristãos dos Balcãs conseguira restabelecer a unidade entre os otomanos. A amizade entre o basileu e o sultão, entretanto, possibilitou a Manuel II a reorganização do Estado bizantino e até mesmo o fortalecimento de sua influência na Moréia. Esta influência se fez sentir não só sob o ponto de vista político, mas, sobretudo, no campo intelectual e artístico.

Quando em 1421 Maomé morreu e foi substituído por seu filho Murad II, criou-se uma perigosa situação para Bizâncio, pois o novo sultão pretendia expandir seus domínios. O conflito entre Manuel e Murad II iniciou-se quando o primeiro, por influência de seu filho João VIII, resolveu apoiar Mustafá (que se dizia filho de Bajazet e que já enfrentara Maomé) contra Murad II. Este não só derrotou o rival, mas sitiou Constantinopla (junho de 1422). A cidade foi salva graças à valentia dos defensores, entre os quais se destacou João VIII.

Murad II atacou então outros territórios de Bizâncio e ameaçou Tessalonica, cujo governador, para salvá-la, vendeu-a à Veneza. Esta tomou posse da cidade em julho de 1423. Veneza e o rei Sigismundo da Hungria eram os dois sérios obstáculos que Murad II encontrava na Europa. Essas duas potências cristãs entretanto não se entendiam,

pois cada qual possuía interesses próprios e freqüentemente estavam em conflito.

— Enquanto seu filho João VIII fazia uma viagem ao Ocidente (Veneza, Milão, Hungria) em busca de auxílio, Manuel II, já velho e sem coragem para a luta, fez um tratado com o sultão, transformando novamente Bizâncio em estado vassalo dos otomanos (1424). Em julho do ano seguinte Manuel II morria com a idade de 77 anos, «após 52 anos de um reinado fértil em tragédias e em desastres».⁷⁴

João VIII procurou reforçar a defesa do que restava do Império Bizantino. Firmou sua autoridade na Moréia, importante reduto da resistência bizantina, e restaurou a grande Muralha de Constantinopla.

Murad, entretanto, estendia seus domínios tornando a Karamânia (na Ásia Menor) estado vassalo após uma guerra de quatro anos (1426-1430). Em 1430 os otomanos conquistavam Tessalonica aos venezianos: as igrejas foram transformadas em mesquitas e a cidade povoada por muçulmanos.

João VIII sentia a ameaça otomana cada vez mais próxima. Uma guerra entre Gênova e Veneza (1433), somada a dissensões entre os membros da família imperial, agravara a situação. O basileu resolveu então apelar novamente para os ocidentais e conseguir a união religiosa. Já após a tomada de Tessalonica, João VIII pediu a Martinho V a reunião de um Concílio ecumênico em Constantinopla. O falecimento do papa retardou os entendimentos. Sob o pontificado de Eugênio IV multiplicaram-se as negociações e finalmente em março de 1438 João VIII, acompanhado do patriarca de Constantinopla e de outras altas personalidades da Igreja Grega, chegou a Ferrara a fim de participarem do Concílio que em janeiro de 1439 se transferiu para Florença. Após muitos debates, a ata de União foi promulgada solenemente na catedral de Santa Maria del Fiore a 6 de julho de 1439. Em fevereiro de 1440 João VIII estava de volta a Constantinopla onde iria encontrar grande oposição do povo e do clero à efetivação da união religiosa. Note-se que por essa época o clero grego das regiões ocupadas pelos turcos mostrava sinal de preferirem o domínio muçulmano ao domínio franco. A Igreja começa então a desinteressar-se pela sorte do Estado bizantino, fato esse que tornava quiméricos quaisquer esforços para terminar com o cisma. Os últimos anos do Reinado de João VIII foram abalados por lutas entre os próprios Paleólogos. Atendendo aos apelos do papa, os húngaros atravessaram o Danúbio em Nicópolis (setembro de 1444) dirigindo-se para Varna, onde a frota cristã deveria levar os cruzados a Constantinopla. Infelizmente, ao atingirem seu objetivo, os guerreiros cristãos não encontraram os navios. Murad, que se encontrava na Ásia dominando a rebelião do príncipe de Karamânia, atravessou o Bósforo e veio dar combate aos cruzados infligindo-lhes grave derrota (10 de novembro de 1444). No ano seguinte os embaixadores de João VIII percorriam a Europa solicitando socorro para Constantinopla.

Uma nova tentativa contra os turcos foi levada a efeito por João Hunyade, que foi batido em Kossovo (outubro de 1448). A notícia desse desastre teria apressado a morte de João VIII (31 de outubro de 1448). O penúltimo imperador de Bizâncio reinara 23 anos e lutara com denodo para salvar seu trono. Tudo fora em vão. Ao morrer, deixava para o sucessor, seu irmão Constantino Dragases, uma situação dramática.

Os quatro anos do reinado de *Constantino XI* são a época da agonia de Bizâncio. Internamente os acontecimentos dominantes são as discórdias familiares e sobretudo a atividade dos anti-unionistas que repelem qualquer entendimento com a Santa Sé. A 12 de dezembro de 1452, na igreja S. Sofia, com a presença do basileu, do legado pontifício Isidoro e do patriarca Gregório foi proclamada solenemente a União de Florença. O legado e o patriarca oficiaram em comum assistidos por trezentos sacerdotes. Essa cerimônia provocou forte reação por parte dos adversários da união que abandonaram a igreja de Santa Sofia.

— Maomé II que sucedera a seu pai Murad II, morto em fevereiro de 1451, resolveu conquistar Constantinopla a todo custo. Procurou primeiramente isolar a cidade fazendo tratados com os possíveis aliados do basileu: Veneza (1451) e João Hunyade (1451). Além dessa atividade diplomática, o sultão agiu militarmente contra a Moréia (outubro de 1452) a fim de impedir que enviasse socorro a Constantinopla e contra a Albânia (1452-1453), onde Afonso de Nápoles possuía tropas que podiam iniciar uma Cruzada. Após essas precauções, começou o bloqueio de Constantinopla. Na margem européia do Bósforo, ao norte da cidade, Maomé II mandara construir uma fortaleza (Rumeli-Hissar) provida de possante artilharia para impedir a navegação (março-agosto de 1452). Constantinopla estava então abandonada pelo Ocidente, isolada e diante da mais poderosa organização militar da época. Maomé contava com cerca de 160.000 a 200.000 homens dentre os quais apenas 60.000 combatentes. A força de elite era constituída pelos contingentes da Anatólia e por cerca de 10.000 janízaros. Os otomanos usavam uma artilharia impressionante para a época. Os canhões não só faziam barulho, mas lançavam enormes pedras contra as muralhas. E' curioso notar que no século passado podiam ser apreciadas em diversos lugares de Istambul alguns dos colossais projéteis lançados por cima das muralhas e que se encontravam ainda no mesmo local onde haviam caído em 1453.⁷⁵

Constantino só podia opor um reduzido exército ao ataque otomano. A população de Constantinopla podia fornecer então cerca de cinco mil combatentes (inclusive os monges), aos quais se somavam dois ou três mil estrangeiros. O armamento dos defensores era precaríssimo. A frota compunha-se apenas de 7 ou 8 navios de guerra. Entre os defensores estrangeiros de Constantinopla figuravam venezianos e ge-

noveses. Papel saliente nos combates teve o genovês Giovanni Giustini.

Não cabe aqui uma descrição pormenorizada dos últimos dias da capital do outrora florescente Império Romano do Oriente. Vamos lembrar apenas alguns dos episódios mais importantes em sua seqüência cronológica.

Início de abril — começa o bombardeio.

18 de abril — um assalto noturno é repellido graças principalmente ao emprego do fogo grego.

20 de abril — quatro navios chegam em socorro da cidade e batem a frota turca.

22 de abril — Os navios turcos foram transportados à noite por terra para o Chifre de Ouro.

23 de abril — Constantino XI oferece a paz ao sultão, mas este recusa.

14 de maio — a partir dessa data intensifica-se o bombardeio e multiplicam-se as tentativas de assalto.

«O bombardeio, ininterrupto durante várias semanas, extenuava a população. Homens, mulheres, crianças, monges, religiosas, sacerdotes trabalharam dia e noite sob uma chuva de balas para reparar as numerosas brechas dos muros. O assédio durava já cinquenta dias quando o sultão, diante da notícia talvez fantástica da chegada de uma frota cristã de socorro, resolveu precipitar o assalto decisivo».⁷⁶

Na véspera do assalto decisivo as ruas da cidade foram percorridas por uma enorme multidão que cantava: Senhor, tende piedade de nós!

Na madrugada de 29 de maio Constantinopla sofreu o golpe de morte. O ataque foi desencadeado simultaneamente por três lados. Constantino XI tombou heroicamente na refrega. Vasíliev⁷⁷ observa a propósito: «Não possuímos informes precisos sobre sua morte, que não foi presenciada por nenhum dos historiadores do assédio e essa morte foi logo cercada de uma lenda que contribuiu para obscurecer o fato histórico».

Os turcos praticaram durante três dias e três noites as maiores barbaridades: matanças, violações, profanações de igrejas, destruição impiedosa de obras de arte e de livros de valor incalculável, etc., etc. Um dos episódios mais dramáticos do saque foi a invasão de Santa Sofia onde se havia refugiado numerosa multidão à espera de um acontecimento milagroso que salvasse a cidade. As portas foram violentamente arrombadas e os turcos caíram sobre as pobres vítimas, maltratando-as e reduzindo-as à escravidão.⁷⁸

Com a rendição de Gálata estava completada a tomada de Constantinopla. Os dois centros helênicos que ainda gozavam de autonomia, a Moréia e o Império de Trebizonda, caíram sucessivamente sob o po-

der dos turcos. Dos irmãos sobreviventes de Constantino, Demétrio e Tomás, o primeiro se fez monge e morreu em Adrinópolis; o segundo dirigiu-se para a Itália onde recebeu auxílio do papa. André Paleólogo, filho de Tomás, parece ter projetado transferir seus direitos ao trono de Bizâncio a Carlos VIII da França. Mais tarde o mesmo príncipe bizantino transferiu seus direitos de sucessão a Fernando e Isabel da Espanha. Zoé, irmã de André (a Sofia Paleóloga dos russos), casou com o príncipe de Moscou, Ivan III, e compartilhou seus direitos de sucessão com o esposo. Moscou passou então a ser considerada a terceira Roma. No casamento de Zoé encontramos as origens das pretensões dos czares da Rússia à sucessão dos basileus bizantinos e à proteção da ortodoxia.

— A queda de Constantinopla teve profunda repercussão no Ocidente. Mas as dissensões reinantes entre os príncipes da Europa tornaram vãs as exortações dos papas em favor de uma ação comum contra a ameaça turca. O Império Otomano continuaria progredindo em suas conquistas.

Conclusão

— Eis aí uma tentativa de síntese da soberba e milenar História de Bizâncio. Nessa síntese salientamos quase que exclusivamente os aspectos políticos dessa História. Na política interna os problemas de sucessão e as questões religiosas, na política externa uma luta contínua pela sobrevivência são os traços característicos a todas as épocas da História Bizantina.

Não raro essa multissecular história nos enfastia pela mesquinhez de certas atitudes, não só dos soberanos, mas também das altas classes dirigentes e do próprio povo. Mas ao lado dessas sombras, quanta grandeza na persistência com que, por um milênio, Bizâncio soube defender-se contra os mais diferentes e poderosos adversários. Nessa luta, a História do Império do Oriente adquire tons de epopéia. Antes de Constantinopla sucumbir, quantos inimigos derrotados definitivamente! Persas, germanos, árabes, eslavos, turcos seldjúcidas, francos, etc... levantaram-se contra a Rainha do Oriente, ameaçaram sua existência e cederam ante a vontade hercúlea de sobrevivência. Por fim, exausta de tanto pelejar, sucumbe a cidade aos golpes de um inimigo poderoso e impiedoso.

Soube, entretanto, cair com honra e dignidade, assinalando com o sangue de seu último imperador um marco rubro da História da Humanidade: o fim da Idade Média e o Início dos Tempos Modernos.

Por que caiu Constantinopla? A resposta a essa pergunta encontra-se na complexa trama de um processo histórico multissecular assinalado de forma sucinta nas páginas anteriores. De um modo geral podemos resumir algumas das principais causas da queda fatal do Império:

Causas políticas. Na política interna as lutas provocadas pelas sucessões ao trono; na política externa as tentativas de expansão para o Ocidente em detrimento da consolidação da posição no Oriente, que deveria ser o quadro geográfico e cultural próprio do Império.

Causas religiosas. As heresias cristológicas afastaram populações inteiras de Constantinopla; as dissensões internas da Igreja Oriental enfraqueceram-na tremendamente. O rompimento com Roma abriu uma irreparável brecha na Cristandade frente ao inimigo comum.

Causas financeiras e econômicas. Os exageros fiscais não raro reduziram a população à miséria e provocaram revoltas; os tratados com Veneza e Gênova arruinaram economicamente o Império. As repúblicas italianas já haviam conquistado a economia de Bizâncio antes que os turcos houvessem ocupado seu território.

Eis aí alinhadas algumas das causas da decadência de Bizâncio. Tais causas se interpenetraram e se influíram mutuamente. O estudo das páginas seguintes proporcionará ao leitor uma visão geral dos diferentes aspectos da Civilização Bizantina com seus altos e baixos. No último capítulo acentuaremos o imenso e precioso legado dessa civilização à formação do Mundo Contemporâneo.

¹ L. Bréhier, *Le Monde*, v. I, p.8.

² Como observa L. Bréhier, de 286 a 392, num período de 106 anos, as duas metades do Império Romano só estiveram reunidas, acidentalmente e em diversas ocasiões, pelo espaço de 21 anos. *Ibidem*, p.11.

³ Essa descrição das fronteiras do Império do Oriente está baseada em Guiland, *La Fin*, pp.1123-1124, e Diehl, *Problemas*, pp.55-57.

⁴ O leitor encontrará pormenores sobre o assunto no segundo volume sobre a Idade Média, "Os Reinos Bárbaros".

⁵ Vasiliev, *História*, I, p.127.

⁶ Guiland, *La Fin*, p.1144.

⁷ Diehl, *Bizâncio, Grandeza e Decadência*, p.19.

⁸ Vasiliev, *História*, I, p.163.

⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰ *Idem*, *ibidem*, p.164.

¹¹ Calmette, *Le Monde*, p.70.

¹² *Idem*, *ibidem*, p.67.

¹³ Guiland, *La Fin*, p.1157.

¹⁴ Vasiliev, *História*, I, p.174.

¹⁵ *Idem*, *ibidem*, p.176.

¹⁶ "Comme l'a observé F. Lot, le point de vue légal, auquel se place Justinien, ne peut être contesté par les Barbares eux-mêmes. — Cf. Calmette, *Le Monde*, p.63.

¹⁷ *Idem*, *ibidem*, p.64.

¹⁸ Guiland, *La Fin*, p.1155.

¹⁹ *Idem*, *ibidem*, p.1162.

²⁰ *Idem*, *ibidem*.

²¹ Vasiliev, *História*, I, p.208.

²² *Idem*, *ibidem*, p.214.

²³ A invasão eslava na Grécia suscitou no século passado a teoria do erudito alemão Fallmerayer que em sua obra "Geschichte der

Halbinsel Morea während des Mittelalters", proclamou estar extinta a raça helênica. Os povoadores da Grécia Moderna seriam uma mescla de diferentes povos invasores, especialmente eslavos. A tese de Fallmerayer despertou muita polémica (cf. Vasiliev, I, pp. 216 ss.).

²⁴ Vasiliev, *História*, I, p.212.

²⁵ Guiland, *La Fin*, p.1179.

²⁶ *Idem*, *ibidem*, p.1180.

²⁷ Bréhier, *Le Monde*, I, p.51.

²⁸ Guiland, *La Fin*, p.1183.

²⁹ Bréhier, *Le Monde*, I, p.63.

³⁰ *Idem*, *ibidem*, p.65.

³¹ *Idem*, *ibidem*.

³² *Idem*, *ibidem*, p.66.

³³ Runciman, *Civilização*, p.34.

³⁴ *Idem*, *ibidem*, p.35.

³⁵ Bréhier, *Le Monde*, I, p.75.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

³⁷ Vasiliev, *História*, I, p.297.

³⁸ Bréhier, *Le Monde*, I, p.100.

³⁹ Cf. Bury, *A History of the Eastern Roman Empire*, apud Vasiliev *História*, I, pp.335-336.

⁴⁰ Vasiliev, *História*, I, p.339.

⁴¹ Runciman, *Civilização*, p.37.

⁴² Maiores detalhes sobre a origem étnica de Basílio I, em Vasiliev, *História*, I, p.374.

⁴³ Bréhier, *Le Monde*, I, p.122.

⁴⁴ Consultar a propósito a *Histoire de l'Eglise de Fliche-Martin*, v. 6, pp.496-497.

⁴⁵ Bréhier, *Le Monde*, I, p.131.

⁴⁶ *Idem*, *ibidem*, p.159.

⁴⁷ *Idem*, *ibidem*, p.212.

⁴⁸ *Idem*, *ibidem*, p.219.

⁴⁹ *Idem*, *ibidem*, p.225.

- ⁶⁰ Idem, *ibidem*, p.240.
⁶¹ Sobre o importante papel dos *petichene-gues* ver Vasiliev, *História*, I, pp.400 ss.
⁶² Bréhier, *Le Monde*, I, pp.289-290.
⁶³ Idem, *ibidem*, p.293.
⁶⁴ Vasiliev, *História*, II, p.40.
⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.41.
⁶⁶ Bréhier, *Le Monde*, I, p.310.
⁶⁷ Idem, *ibidem*, p.319.
⁶⁸ Bréhier, *Le Monde*, I, p.320.
⁶⁹ O leitor encontrará um relato detalhado da política externa de Manuel I em Bréhier, *Le Monde*, I, pp.328 ss e em Vasiliev, *História*, II, pp.55 ss.
⁷⁰ Vasiliev, *História*, II, p.68.
⁷¹ Diehl, *Os grandes problemas*, p.71.
⁷² Bréhier, *Le Monde*, I, p.342.
⁷³ Idem, *ibidem*, p. 349.
⁷⁴ Ver Bréhier, *Le Monde*, I, p.369 e Vasiliev, *História*, II, p. 167.
⁷⁵ Cf. Lemerle, *Histoire*, p.110.
⁷⁶ Vasiliev, *História*, II, p.229.
⁷⁷ Hayward, *Histoire*, p.227.
⁷⁸ Lemerle, *Histoire*, p.120.
⁷⁹ Bréhier, *Le Monde*, I, p.410.
⁸⁰ Cf. *Dicionário Caldas-Aulete*, p.240.
⁸¹ Vasiliev, *História*, II, p.236.
⁸² Bréhier, *Le Monde*, I, p.458.
⁸³ Idem, *ibidem*, p.476.
⁸⁴ Idem, *ibidem*, p.486.
⁸⁵ Vasiliev, *História*, II, p.305.
⁸⁶ Idem, *ibidem*.
⁸⁷ Idem, *ibidem*, p.307.

⁷⁸ Contudo F. J. Uspenski opina que "os turcos em 1453 atuaram com mais mansidão e humanidade que os cruzados quando tomaram Constantinopla em 1204" (cf. Vasiliev, *História*, II, p.307). São abundantes as fontes concernentes à tomada de Constantinopla pelos turcos. Citemos, a título de exemplo, os seguintes autores (cf. Vasiliev, *História*, II, pp.302 ss).

Phrantzes (chamado *Franza* pelos italianos), diplomata e alto dignitário que assistiu pessoalmente ao acontecimento. Seu relato é favorável a Constantino XI. Era contrário à União Religiosa.

Critóbulo — Dedica sua obra ao sultão Maomé. Sem atacar seus compatriotas gregos, encara os acontecimentos sob o ponto de vista otomano.

Ducas — Salienta os méritos de Giustiniani. Via a salvação de Constantinopla na União Religiosa.

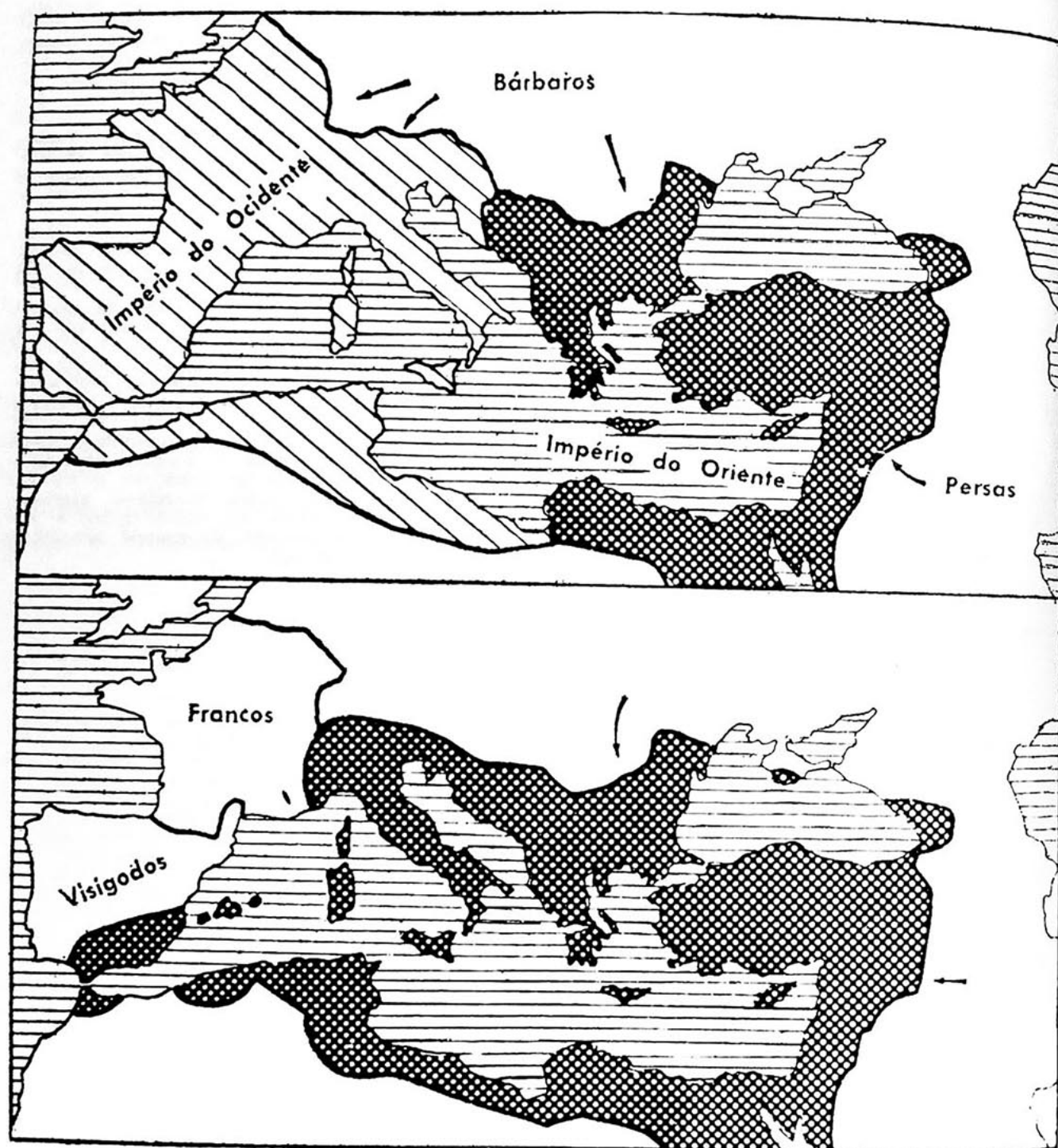
Cardeal Isidoro — Testemunha ocular da queda de Constantinopla, escreveu em latim uma exortação aos cristãos para defenderem a fé em perigo.

Leonardo, bispo de Quios, apresenta um relatório ao papa, vendo no desastre um castigo divino em virtude do cisma.

Nicoló Barbaro, nobre veneziano, escreveu em dialeto veneziano um diário sobre o assédio de Constantinopla de grande importância para a cronologia.



Cristo do séc. VI, em Santo Apolinário Nuovo (Ravena)



1. O Império Romano, dividido em duas metades, sofreu o assalto dos Bárbaros. O Império do Ocidente desfez-se, enquanto o Império do Oriente resistiu aos Bárbaros (godos e hunos) e aos persas.

2. Único imperador, o dono da "pars orientalis" reivindica seus direitos sobre a "pars occidentalis". Justiniano (527-565) reconstituiu por alguns anos um império "romano" que se estendia da Espanha ao Eufrates; a África reconquistada, o Mediterrâneo é mar romano. Mas os esforços desta "Reconquista" ultrapassam os meios do Império do Oriente, e foram sem futuro.

CAPÍTULO III

Instituições Político-Administrativas

Introdução

UMA das razões fundamentais da admirável milenar sobrevivência do Império do Oriente reside nas suas instituições político-administrativas herdadas do antigo Império Romano e adaptadas através dos séculos às diversas contingências por que atravessou a História de Bizâncio. Como observa Runciman,¹ «poucos Estados foram organizados de modo tão bem adequados à época e visando cuidadosamente a impedir que o poder permanecesse em mãos incompetentes. Essa organização não foi obra consciente e deliberada de um único homem ou de um único período. Fundamentalmente, foi uma herança do passado romano, adaptada continuamente e suplementada no decorrer dos séculos para atender a exigências várias».

O Imperador

No vértice da pirâmide político-administrativa encontramos a figura dominante do imperador, a autoridade absoluta do Estado. Ao basileu tem plena aplicação a famosa declaração: «L'Etat, c'est moi». Diehl² afirma que «poucos soberanos no mundo foram mais poderosos que o imperador de Bizâncio. Poucos estados, mesmo na Idade Média, tiveram concepção mais absoluta da autoridade monárquica».

Como se processava a sucessão ao trono bizantino? Note-se que, como em Roma, também em Bizâncio a sucessão imperial padeceu da falta de uma lei definida que a regulamentasse. O sistema engendrado por Diocleciano para resolver o problema do antigo Império Romano foi apenas uma tentativa que teve pouca duração.³ A ausência desse princípio regulador definitivo explica que nos 1058 anos da História de Bizâncio (395-1453) 65 imperadores tenham sido destronados por revoluções. O Exército, o senado e o povo de Constantinopla tinham a sua parte, maior ou menor, na sucessão. Em geral era o exército que tomava a iniciativa e a escolha era ratificada pelo Senado. Às vezes sucedia o contrário: uma conspiração palaciana destronava o imperador e apoiava um sucessor que procurava ser apresentado pelo Senado e aclamado pelo exército. Esta aclamação pelos soldados realizava-se no campo de manobras, o *Hebdomon*. A interferência da massa popu-

lar da capital não se limitou sempre a uma simples aclamação. «Em 944 foi o clamor popular que colocou no trono Constantino VII. Em 1042 o povo arrastou Teodora de seu convento para reinar ao lado de sua irmã Zoé. Em 1185 foram os levantes populares que derrubaram Andronico I e colocaram Isaac Ângelo em seu lugar».⁴

Após a escolha do detentor do poder imperial, seguia-se a cerimônia da coroação que, com o tempo, passou a ser efetuada pelo patriarca de Constantinopla. A primeira coroação por um patriarca da qual temos certeza foi a de Leão em 457. «Após a cerimônia militar do Hebdomon, em que havia recebido o diadema, Leão fez sua entrada na cidade e dirigiu-se a Santa Sofia, onde depôs sua coroa sobre o altar e, quando saiu após ter escutado a leitura do Evangelho, o patriarca lhe impôs a mesma coroa sobre a cabeça».⁵ De um simples ato acessório de devoção, a coroação pelo patriarca transformou-se em ato essencial da legitimação do poder imperial. Note-se que o local dessa importante cerimônia variou (Hipódromo, Hebdomon, Palácio Imperial, igreja de São João Batista, de Santo Estêvão). Desde o século VII a coroação realizava-se em Santa Sofia. Com o correr do tempo essa cerimônia religiosa tornou-se cada vez mais solene tendo sido introduzidas inovações, entre as quais a da unção que conferia à pessoa do basileu um caráter sagrado e dava à sua função uma dignidade igual à do sacerdote. Escolhido e coroado o imperador, seus poderes eram vitalícios. Só uma revolução triunfante poderia cassá-los. A faculdade de associar um colega ao poder possibilitou ao basileu tornar este poder hereditário. A hereditariedade do trono imperial se consolida especialmente sob a dinastia macedônica quando adquire grande amplitude a doutrina legitimista que assegura o direito sucessório ao imperador legítimo, o porfirogêneto, isto é, o nascido na Câmara Purpúrea. A longa duração da dinastia macedônica e a persistência com que resistia às tentativas de usurpação (assim, v.g., no caso do Romano Lecapeno) demonstram como a doutrina legitimista havia criado fundas raízes na mentalidade política bizantina. A evolução do sentimento dinástico teve como consequência uma intensificação do respeito com que eram cercadas as pessoas da família imperial, especialmente o príncipe herdeiro. Convém lembrar aqui a política de alianças matrimoniais com que se procurava não só ligar as principais famílias nobres do império à dinastia reinante, mas (a partir do século X) conciliar o apoio e a amizade de príncipes estrangeiros.

— Através da multissecular História de Bizâncio, variam os títulos assumidos por seus soberanos. Justiniano, de acordo com o velho uso romano, intitulava-se: 1) *Imperator* (praenomen) 2) *Caesar Fl. Justinianus* (nomen) 3) *Francicus, Germanicus, Vandalicus*, etc. (cognomina). O caráter venerável de sua pessoa era expresso pelo título solene de «semper Augustus».

No Oriente, desde as origens do Império o imperador era designado na linguagem corrente como *dominus* (κύριος = senhor), *déspota*

(δεσπότης) e *basileu* (βασιλεύς). Este último termo significa *rei* e era cuidadosamente evitado em Roma.

A partir do século IV encontramos-lo nos documentos oficiais, mas não nas fórmulas protocolares.

Quando Heráclio venceu os persas em 629, a palavra *basileu* (que era dada oficialmente ao soberano sassânida da Pérsia) passou a constituir título legal dos imperadores bizantinos. *Basileu* era traduzido regularmente para o latim por *imperator*.

Os soberanos de Constantinopla usavam freqüentemente a expressão «imperador dos Romanos» (βασιλεὺς Ῥωμαίων), mas consideravam injúria o título de «imperador dos gregos», que às vezes lhes davam os ocidentais. E' que só os bizantinos se julgavam os legítimos herdeiros dos antigos imperadores romanos.

Encerremos essas linhas sobre o imperador bizantino lembrando brevemente o culto que a pessoa do soberano recebia. O basileu era venerado por seus súditos como um ser excepcional. O povo via nele o eleito da Providência para dirigir o Império Universal de acordo com os planos divinos. Convém frisar que o culto imperial não foi uma criação de Bizâncio. Ao contrário, possui suas raízes no culto prestado aos soberanos da época helenística e continuado, na época imperial, como uma verdadeira manifestação de lealdade aos imperadores. Augusto aceitara essa manifestação dos habitantes do Império e associara à mesma o culto da deusa Roma.

Com o advento e o triunfo do Cristianismo o culto imperial não se extinguiu. Sofreu apenas as indispensáveis adaptações, entre as quais a adoção da cruz como símbolo da vitória.

Do caráter sagrado que revestia a pessoa do basileu resultava um verdadeiro ritual, que presidia às cerimônias da corte bizantina. Um minucioso código de etiqueta marcava o ritmo do culto imperial desde o silêncio respeitoso e mesmo religioso que devia reinar na presença da augusta pessoa até os gestos, as fórmulas de preces e as aclamações. Um dos atos mais importantes desse ritual era a prostração (προσκύνησις), a «adoração» do imperador. Em Bizâncio esse ato não era somente um sinal de veneração, mas correspondia à verdadeira legalização de uma investidura em determinada função. Constituíra-se, assim, em instituição estatal.

Um dos aspectos do culto imperial era a veneração prestada a suas imagens (estátuas, pinturas, bustos, etc.). Essa veneração tinha também suas raízes históricas na antiga Roma, porém no Império Bizantino, por influência cristã, o ato perdera seu caráter pagão (não mais se ofereciam sacrifícios), conservando, contudo, o sentido de manifestação de religiosa fidelidade.

Qual a posição da Igreja em face do imperador? Em capítulo à parte estudaremos melhor o papel decisivo e essencial desempenhado pela Igreja no Império Bizantino. Limitemo-nos aqui, apenas, a lembrar que, se de um lado a Igreja reconhecia no ba-

sileu uma missão providencial justificadora das honrarias e privilégios de que o mesmo desfrutava, de outro lado não se cansava de proclamar as pesadas responsabilidades que derivavam de tão elevado cargo. Entre os principais deveres do basileu figurava o de ser justo. O abuso do poder deveria, pelo menos teoricamente, despojar o soberano de sua sacralidade. São bem significativas as palavras do patriarca Nicolau, o Místico, dirigidas em carta (912) ao papa Anastácio III a propósito da autoridade do basileu: «Se o basileu, inspirado pelo diabo, dá uma ordem contrária à lei divina, ninguém deve obedecer-lhe. Qualquer subordinado pode levantar-se contra qualquer ato administrativo contrário à lei, mesmo contra o imperador, se o mesmo estiver dominado por suas paixões».

Os conceitos emitidos nessa carta foram traduzidos em ato por seu autor contra o imperador Leão VI, que havia consagrado em suas leis o absolutismo como teoria.⁶

A hierarquia administrativa

A monarquia bizantina era absoluta e de direito divino. A vida político-administrativa estava toda centralizada na pessoa do basileu. Essa imensa soma de poder encontrava, entretanto, uma limitação em certos costumes tradicionais, como, v.g., as manifestações do povo no Hipódromo, na aristocracia latifundiária das províncias, nos próprios privilégios concedidos pelo basileu e, sobretudo, na Igreja com sua hierarquia e seus dogmas. Além dessas limitações, devemos lembrar que, para o exercício do poder, o imperador dependia de toda uma imponente e complicada máquina administrativa, sem a qual a vida política do Império ficaria paralisada. No presente item tentaremos dar ao leitor uma idéia do sistema burocrático da Roma Oriental, lembrando, desde logo, que se trata, como observa Baynes,⁷ de um tema de extraordinária complexidade.

Convém registrar inicialmente a impossibilidade de apresentar um quadro rígido da administração bizantina. Tal quadro se revestiria de evidente artificialismo, pois através da milenar história de Bizâncio seu esquema burocrático assistiu a diferentes e, às vezes, radicais transformações.

— Começemos essa exposição falando sobre o Palácio Sagrado que era, ao mesmo tempo, a residência privada e oficial do basileu, de sua casa civil e militar e a sede de toda a administração. Esse Palácio compunha-se de numerosos edifícios e equivalia a uma verdadeira cidade dentro da cidade. Foi a residência imperial e o centro do governo até o século XII.

Compreende-se, assim, que no cimo de toda a organização administrativa estivesse o pessoal que integrava o funcionalismo palaciano, pois toda a função pública estava ligada à hierarquia áulica.

Bréhier⁸ sublinha essa influência do Palácio, a qual constitui a originalidade e a complexidade das instituições bizantinas: «O Palácio dominava toda a organização administrativa. Toda função pública possuía um elo com o Palácio. Com efeito, todo agente civil ou militar fazia preceder a menção de seu cargo:

1º por uma dignidade palatina que lhe dava um lugar na corte (ἀξία).

2º por um predado honorífico, verdadeiro título de nobreza ligado à dignidade.

O imperador governava o Estado com agentes estreitamente vinculados à sua pessoa por uma função palatina mais ou menos honorífica, por um título nobiliário que lhe determinava uma posição na hierarquia. Reciprocamente um agente dos serviços de palácio, eunuco ou não, podia desempenhar uma função administrativa».

Passemos, agora, à enumeração dos mais importantes cargos existentes na estrutura político-administrativa de Bizâncio. Para facilitar essa exposição, vamos dividi-las em quatro períodos que assinalam uma menor ou maior evolução da mencionada estrutura.⁹

Primeiro período: De Constantino a Justiniano.

As características gerais da estrutura político-administrativa desse período são:

- 1) A separação entre o poder civil e o poder militar.
- 2) A diminuição dos poderes dos prefeitos do pretório que, com exceção de um, deixam de residir na corte e se transformam em magistrados regionais, perdendo suas atribuições militares.
- 3) Do desmembramento das atribuições do prefeito do pretório, surgem outros cargos.

Vejam os alguns dos principais cargos desse período:

Mestre dos ofícios (Magister officiorum), era o cabeça da hierarquia civil. Estavam-lhe subordinadas numerosas repartições (scrinia) cujos chefes, os *magistri scriniorum*, tornaram-se personagens importantes. A autoridade do *Magister officiorum* se estendia ainda à guarda palatina (*scholae*), aos arsenais, aos correios estatais (*cursus publicus*), à polícia. Depois do ano 443 coube também ao *magister officiorum* inspecionar os exércitos fronteiriços (*limitanei*) sob o ponto de vista administrativo.¹⁰

— *Questor do Palácio (Quaestor Sacri palatii)*, era o chefe da chancelaria imperial e o intérprete do pensamento do imperador em matéria judicial, cabendo-lhe a responsabilidade pela redação e expedição das ordens imperiais.

Conde das liberalidades sagradas (Comes sacrarum largitionum), era uma espécie de intendente dos impostos suntuários do imperador. Competia-lhe também supervisionar os trabalhos públicos empreendidos por sua ordem. Estavam subordinados ao *Comes sacrarum largitionum* os

comites largitionum das dioceses, os *comites commerciorum* (que fiscalizavam as alfândegas), os *comites metallorum* (que cuidavam da exploração das minas), os *procuratores gynaeceorum* (a quem estavam afetas as manufaturas do Estado), e os *procuratores monetarum* (que tratavam dos assuntos relacionados com a moeda).

Conde das propriedades privadas (*Comes rerum privatarum*) era o administrador do domínio privado (*res privata*) do imperador.

O *eunuco*, chefe dos apartamentos imperiais (*praepositus sacri cubi-culi*), tinha sob suas ordens um numeroso pessoal e exercia grande influência no governo do Império.

O *Eparca* (prefeito da cidade) era um dos mais altos dignitários do Império e tinha como atribuição a chefia da municipalidade de Constantinopla.

O *Consistório* (*Consistorium principis*) compreendia, além dos principais chefes de serviços, certos membros permanentes (*comites consistoriani*), que exerciam o papel de conselheiros do Imperador.

Com relação às províncias assinalemos o papel dos prefeitos do pretório (a prefeitura do pretório se transformou de função ministerial exercida na corte, em função regional e puramente civil) que, pela soma de suas atribuições (os governadores das províncias estavam sob sua jurisdição) equivaliam a verdadeiros vice-reis e só encontravam limitação à sua autoridade nos poderes dos chefes militares (*magistri militum*). Estes foram criados com a reforma da prefeitura do pretório e dependiam diretamente do imperador. Para terminar, lembremos a existência de títulos nobiliárquicos como *clarissimi*, *perfectissimi*, *egregii* que, em virtude da pouca parcimônia com que eram distribuídos, foram perdendo a importância. Até o reinado de Justiniano a mais alta dignidade era o consulado. É curioso notar a persistência desse antigo vestígio da velha República Romana, transformado agora de magistratura em cobiçada dignidade.

O século de Justiniano

No século de Justiniano está completa a longa evolução da reforma político-administrativa iniciada sob o governo de Constantino. Note-se que Justiniano não introduziu profundas transformações nas instituições. Suas reformas possuem, antes, o caráter de reorganização que propriamente o de modificação.¹² Vejamos alguns traços característicos dessas reformas.

1) Tendência a estabelecer a responsabilidade direta, perante o imperador, de todos os chefes de serviço o que equivalia ao desmembramento das atribuições dos detentores dos mais altos postos.

2) Tendência ao abandono da separação dos poderes em certas circunstâncias.

3) Criação de novos títulos. Assim, por exemplo, o *magister officiorum* recebe o de *gloriosissimus* recentemente criado.

4) Distribuição, sob Justiniano, de funções civis e militares sem que se tomem em consideração as normas administrativas.

— Quanto às províncias, Justiniano e seus sucessores imediatos fizeram importantes reformas. No *Ocidente* Justiniano teve que fazer uma reorganização político-administrativa das regiões reconquistadas aos bárbaros. Assim, v.g., após a vitória de Belisário, foi criado um prefeito do pretório para a África com sede em Cartago. O exército era comandado por um *magister militum*, ao qual estavam subordinados o *magister peditum* (mestre da infantaria) e cinco *duces* (chefes).

No *Oriente*, a reforma de Justiniano teve um caráter de moralização. E' que uma profunda corrupção imperava nas províncias da Ásia Menor e do Egito.

Em alguns casos a rivalidade entre o *praeses* civil e o *dux* militar levou Justiniano a abandonar o regime de separação dos poderes (que ele considerava como a situação normal).

O imperador conferiu também aos novos governadores diferentes títulos extraídos alguns da antiga nomenclatura romana, como, por exemplo, *pretor*, *procônsul*.

Criação dos exarcados

A criação dos exarcados de Ravena e de Cartago foi motivada respectivamente pela ameaça dos lombardos e dos indígenas africanos (berberes).

O exarca, representante da autoridade imperial, detinha em suas mãos poderes ilimitados e recebia honras imperiais. «Quando o exarca de Ravena chegava a Roma era acolhido como um imperador e o Senado, o clero e o povo iam a seu encontro em procissão solene, fora dos muros da cidade. Todos os assuntos militares, a administração civil, o judiciário e o financeiro dependiam do exarca». ¹³ Nem mesmo os problemas religiosos escapavam à intervenção do exarca que exercia um verdadeiro cesaropapismo.

Os exarcados preludiam a organização dos temas, reforma territorial que, a partir do século VII, passou a ser aplicada gradativamente a todo o Império.

No século VI processa-se, ao lado da reorganização administrativa, uma profunda transformação da nobreza palatina. Antigos títulos perdem o prestígio e são substituídos por novos para satisfazer à vaidade de numerosos funcionários e dar, assim, um brilho especial à corte. Na hierarquia das dignidades sobressai a de patrício que Justiniano torna acessível a maior número de pessoas (uma lei de Zenon reservava-a aos consulares e aos prefeitos do pretório).

Do século VII ao fim do século XI

«O movimento de reforma administrativa começada sob Justiniano, acentuada sob Maurício, tornou-se ainda mais rápida a partir do reino de Heráclio». ¹⁴

Essa intensificação obedecia à necessidade imposta pelas circunstâncias: em face da expansão árabe, o Império perdera imensos territórios e encontrava-se em uma situação em que as antigas instituições político-administrativas não tinham mais cabimento. Vejamos alguns pontos essenciais dessas transformações.

1) Os cargos com grande soma de poderes são, na sua maioria, substituídos por dezenas de outros cujos titulares se encontram responsáveis diretamente perante o basileu. Essa mudança só foi possível em virtude da redução do território do Império.

2) Desaparecem os cargos de *magister officiorum*, *magister militum* e *prefeitos do pretório*. As funções do primeiro são distribuídas entre o *logoteta do dromo* (a quem cabia cuidar dos correios, da recepção aos embaixadores, etc.), o *doméstico das escolas* (chefe do corpo da guarda imperial), o *questor* (que controla as secretarias), o *mestre das petições* e o *mestre das cerimônias*. O antigo *magister officiorum* torna-se apenas o «primeiro mestre».

3) A criação dos temas situa-se dentro dessa orientação descentralizadora. O estratega, comandante do corpo de exército chamado *tema* (θέμα), passa a enfeixar em suas mãos os poderes civis e militares. A circunscrição territorial sob a jurisdição do estratega passa então a denominar-se tema. O estratega desempenhava o papel de verdadeiro vice-imperador e possuía sob sua jurisdição diversos subordinados entre os quais figurava o protonotário que, como o estratega, usufruía do privilégio de poder corresponder-se diretamente com o basileu. Competia ao protonotário administrar a justiça e gerir as finanças, enviando os excedentes da receita a Constantinopla. O tema dividia-se em circunscrições denominadas *turmas* governadas pelo *turmarca*. Cada *turma*, por sua vez, admitia novas divisões administrativas.

No século VII encontramos o Império dividido em sete grandes governos militares. «Mas essas províncias demasiado extensas, muito ricas e ocupadas por força militar considerável, não deixaram de constituir perigo para a segurança interna do império, porque inspiravam aos estrategas que nelas comandavam ambições e tentações, que podiam ser inquietantes.

Os imperadores isáuricos, portanto, julgaram prudente dividir esses grandes governos em circunscrições menos extensas, e o número dos temas aumentou ainda no século IX: em 899 o império compreendia vinte e cinco temas e já contava trinta e um nos meados do século X. As conquistas dos imperadores da dinastia de Macedônia aumentaram, por vezes temporariamente, o número dos temas, e mais tarde ainda algumas mudanças foram introduzidas na organização das províncias; mas até o fim do império bizantino o regime dos temas e os princípios sobre os quais se fundava continuaram a ser a base da administração provincial bizantina. Todos esses temas, aliás, não eram de igual importância: os da Ásia ocupavam o primeiro lugar na hierarquia; os gover-

nadores eram mais bem pagos, e gozavam de particular consideração. Os temas da Europa eram menos considerados; somente dois dentre eles, o da Trácia, onde estava Constantinopla, e o da Macedônia, estavam colocados na mesma categoria dos temas asiáticos, e seus governadores eram tratados com igual consideração; os outros temas da península balcânica eram considerados como de menor importância. E isso se explica facilmente, se nos lembrarmos de que, até fins do século XI, a Ásia era a grande força da Monarquia, o país que lhe fornecia os melhores soldados e marinheiros». ¹⁵

4) Na hierarquia dos cargos temos a assinalar profundas modificações. Convém lembrar aqui a distinção entre dignidades conferidas pela tradição de insígnias (puramente honoríficas) e as conferidas por um edito. Os titulares destas devem exercer no Estado uma função ativa. Não estava excluído que, por vontade do imperador, um dignitário por insígnias tivesse também a seu cargo uma função. ¹⁶

Os títulos das dignidades por insígnias eram numerosos e variaram de acordo com a época. Muitos deles lembravam antigas magistraturas ou dignidades de tempos passados. Entre os privilégios dos detentores das dignidades por insígnias figurava a de assistir em lugar especial às cerimônias palacianas.

— As dignidades por editos conferiam «o direito de comandar subordinados» e «correspondem, na realidade, às funções de serviço, em número de sessenta, responsáveis diante do basileu, que pode demiti-los ou conferir-lhes outras funções por adiantamento. Todos têm sob suas ordens um ofício (ὀφφίκιον: a palavra é tomada no sentido atual), cujos membros (officiales) estão repartidos em várias secções». ¹⁷

De acordo com a relação de Filóteo ¹⁸ essas dignidades formavam sete classes. Em cada classe os titulares se distribuíam de acordo com a importância de suas funções. Vejamos, somente a título de exemplo, alguns dos mais importantes cargos dessa hierarquia. Na classe dos estrategos figuravam em primeiro lugar aqueles que presidiam os temas mais antigos.

A classe dos domésticos incluía os comandantes dos regimentos da guarda imperial e o *doméstico dos muros* a quem estava afeta a defesa de Constantinopla. A classe dos juizes (*kritai*, κριταί) pertencia o *eparca* (prefeito da cidade), um dos mais importantes cargos do Império. O *eparca* era assistido pelo *questor*. Este era «um pouco legislador, rascunhando leis novas, um pouco chefe do tribunal de recursos contra os magistrados e a nobreza, um pouco depositário público, selando, abrindo e executando testamentos e supervisionando a administração da propriedade de menores». ¹⁹ Entre os *kritai* estava também o *Mestre das petições* (tratava das petições feitas ao imperador).

A classe dos *secretikoi* (σεκρετικοί) cabia a administração interna. Seus integrantes cuidavam dos interesses materiais do Estado. Mencionemos ainda, para terminar, a ordem dos *democratas* constituída pelos chefes dos *demos* urbanos, verdes e azuis. ²⁰

5) Como a hierarquia administrativa, também a hierarquia palaciana sofreu uma evolução no período em foco. As atribuições do Camareiro-mor (*Praepositus sacri cubiculi*) haviam sido distribuídas entre outros titulares, mas sua influência era ainda grande, cabendo-lhe, nas cerimônias, solicitar as ordens do imperador e fazê-las executar. Posteriormente essa influência foi cedendo em face do prestígio crescente do eunuco-chefe. Note-se que os eunucos passam então a integrar uma hierarquia palaciana organizada nos moldes da hierarquia administrativa.

As últimas transformações (fim do século XI-XV)

A partir do fim do século XI, mais precisamente, desde o reinado de Aleixo Comneno observamos transformações importantes na organização da hierarquia e do pessoal administrativo. Aleixo criou uma série de dignidades novas, especialmente para seus parentes com a finalidade de vinculá-los ao trono e torná-los fortes sustentáculos da nova dinastia. Citemos como exemplo o título de *sebastocrátor* inventado com o fim de dar a Isaac, irmão do basileu, uma posição excepcional.

Os títulos criados por Aleixo permaneceram em uso sob o reinado de seus sucessores.

Um traço característico dessa época é uma tendência à centralização tanto no campo militar como no civil. No primeiro, notemos que, sob os Comnenos, o comando do exército é confiado pela primeira vez ao *grande doméstico*; o chefe da esquadra recebe o título de *megaduque*. Na ordem civil o logoteta das repartições enfeixa em suas mãos o controle geral da administração civil. Sob o reinado de Isaac Ângelo esse importante cargo transforma-se em «grande logoteta».

A tomada de Constantinopla pelos Cruzados dera um golpe de morte na estrutura político-administrativa do Império. Assim é que a lista dos funcionários, como suas obrigações e insígnias, existentes em meados do século XIV representa provavelmente apenas um «quadro ideal». Essa é a opinião de Runciman:²¹ «O tesouro dos Paleólogos se foi esvaziando, e por fim, ao que parece, muitos dos cargos não foram preenchidos. Muitos dos antigos postos não passavam, então, de títulos vazios: o prefeito, o questor e vários dos logotetas estão entre os que não tinham obrigações. Surgem ali alguns nomes de cargos que não nos são familiares, como o de Grande *Tzausius*, que parecem ligados diretamente à pessoa do imperador. A administração, tal como estava, era conduzida pelo Grande Logoteta, assistido pelo ministro do exército, o Grande Doméstico, e o ministro da Marinha, o Grande Duque. Na prática, parece que o patriarca tinha o papel de ministro. No reinado de Andronico II, o patriarca Anastácio considerava a economia como assunto seu e chegou mesmo a tentar ressuscitar para si as obrigações do prefeito da cidade».

Concluamos esse estudo sumário sobre os quadros administrativos do Império Bizantino com as seguintes considerações de Diehl:²² «Vê-se com que habilidade a administração bizantina soube conduzir o império. Em todas as épocas da História, para firmar a autoridade do basileu, essa administração soube utilizar uma enorme variedade de expedientes. À sombra tutelar do poder central, ela respeitou as autonomias locais, empenhada em não melindrar, em afeiçoar os súditos. Nos países submetidos, serviu-se engenhosamente da influência da Igreja, e com esta introduziu a um tempo o rito ortodoxo e a cultura grega. E, assim, essa administração sábia, bem organizada, fortemente centralizada, obedecendo a uma direção clarividente e consciente da grandeza de sua tarefa, prestou ao império este serviço notável: dar a este Estado que não tinha unidade de raça nem unidade de língua a unidade que resultou da prática comum do helenismo e da ortodoxia».

O Senado

Constantinopla, organizada sobre o modelo da antiga Roma, teve também o seu Senado. Embora não se possa comparar a constituição, o prestígio e a atuação do Senado da Nova Roma com o velho Senado romano, devemos, contudo, reconhecer que em sua História mais que milenar a ilustre assembléia bizantina teve seus pontos altos e desempenhou, às vezes, papel decisivo no rumo dos acontecimentos. Vamos aqui registrar algumas observações de ordem geral sobre a constituição e as atribuições do senado de Constantinopla e, em seguida, assinalar brevemente seu papel na História Bizantina.

O Senado era integrado por cidadãos que exerciam ou já haviam exercido cargos de certo nível e desfrutado de boa situação social ou pertenciam a uma família senatorial. Segundo Runciman,²³ o Senado era «um amplo organismo amorfo, incluindo gente de destaque, de riqueza e de responsabilidade no Império». Representava, portanto, o pensamento das classes mais afortunadas e mais influentes da sociedade. Embora as atribuições do Senado não estivessem bem definidas, podemos traçar-lhes o seguinte quadro:

Como *cúria municipal*, era presidido pelo Prefeito da cidade, nomeava os pretores urbanos controlando sua atividade, cuidava do abastecimento e da instrução pública.²⁴

Como *assembléia política*, teoricamente detentora da soberania popular, intervinha na sucessão ao trono para legitimar a escolha do povo e do exército. Quando se tratava de sucessão hereditária, essa função era meramente formal.

Como *órgão de consulta*, era muitas vezes ouvido pelo imperador em questões graves, como, v.g., assuntos atinentes à política externa.

Passemos, agora, a uma enumeração, em ordem cronológica, de alguns acontecimentos históricos relacionados com o Senado Bizantino.

359 — O Senado de Constantinopla passou a usufruir os mesmos privilégios que caracterizavam o Senado de Roma.

Séc. V — O Senado desempenhou papel importante na sucessão imperial após a extinção da dinastia teodosiana. O mesmo aconteceu a partir da morte de Justiniano até o advento de Heráclio.

Séc. VI — Justiniano prestigiou o Senado e aumentou suas atribuições, tendo-o organizado através da Constituição *De ordine Senatus*. «Uma parte dos senadores seria ocupada nas administrações; os outros fariam parte do Consistório e tomariam parte no julgamento das causas avocadas pelo imperador: todos assistiriam aos *silentia* e às assembléias. Esta Lei importante marca o início da evolução que devia transformar o Senado em Conselho de Estado». *Silentia* eram reuniões de dignitários presididas pelo imperador.

Sob Maurício, o Senado tomou parte ativa no governo.

Contra a tirania de Focas, o Senado apelou para o exarca Heráclio.

Em 615, tendo Cosroés recusado reconhecer Heráclio, coube ao Senado tomar a iniciativa de entrar em entendimentos, atuando como autoridade legítima.

«Mas em fins do século VII a força do Senado declinou. A tirania de Justiniano II exerceu-se, em grande parte, sobre ele: e, embora o triunfo de Leão, o Isáurio, representasse a vitória da aristocracia, ele mesmo, como imperador, não tolerava qualquer interferência do Senado. Os poderes senatoriais foram diminuindo até que Leão VI os aboliu, e ao fazê-lo tão-somente consagrou um estado de coisas já existente». ²⁸ Note-se, contudo, que a observação de Runciman no que tange à abolição dos poderes senatoriais por Leão VI não parece ser exata. Na realidade o objeto da legislação desse basileu foi fazer desaparecer do código leis caídas em desuso, «o que era justamente o caso do Senado que tinha cessado, havia muito, de nomear os pretores e de redigir os *senatus-consultos*. Longe de haver querido diminuir a autoridade do Senado, Leão VI se serve dele como corte judiciária, função que não tinha cessado de exercer durante o período precedente». ²⁹

Até o fim melancólico do Império Bizantino, o Senado fez sentir sua presença no cenário político quer como depositário do poder público intervindo a cada sucessão imperial, quer como corte de justiça.

Ainda em abril de 1453, o último basileu recebeu a embaixada com o ultimato de Maomé II na presença do Senado.

As Assembléias

Os basileus davam grande importância à opinião que a população formava dos atos governamentais. E' o que depreendemos da existência de assembléias (restritas ou gerais), cuja reunião se tornou uma

praxe que foi observada através de toda a História Bizantina. A composição e a finalidade específica de cada reunião dependia do basileu. Nos séculos VII e IX registramos assembleias restritas com os seguintes objetivos: processo político, eleição de um patriarca, recepção solene.²⁷ Entre as assembleias gerais podemos citar, a título de exemplo:

1) A assembleia reunida em 628 para ouvir o comunicado sobre a vitória de Heráclio.

2) Em 686 Justiniano II convoca uma assembleia geral para fazer a revisão das atas do VI Concílio ecumênico.

3) Leão IV reuniu uma solene assembleia para o ato de associação de seu filho recém-nascido à coroa. Nesta reunião encontravam-se representados: o clero, o senado, o exército, as corporações e o povo de Constantinopla.

Podemos avaliar a força dessas assembleias quando consideramos que Aleixo III recuou diante da decretação de um imposto, em face da oposição dos representantes das corporações dos ofícios de Constantinopla.

Instituições político-administrativas de Constantinopla

O estudo da estrutura político-administrativa do Império Bizantino ficaria incompleto sem algumas linhas a respeito da administração de Constantinopla. Até o reinado de Constâncio, a Nova Roma fora administrada pelo antigo magistrado de Bizâncio, o *arconte*, que recebera de Constantino o título de *procônsul*. A partir de 359 esse magistrado foi substituído por um *Praefectus Urbi* que passou a ser um dos altos dignitários do Império. O *Eparca* (designação grega do Prefeito de Constantinopla) era a primeira autoridade na capital, logo após o basileu. Possuía uma soma enorme das mais variadas atribuições entre as quais vamos citar as seguintes:

1) Chefia da polícia.

2) Jurisdição civil e criminal em Constantinopla e territórios circunvizinhos. No século IX o Eparca torna-se o primeiro juiz do Império.

3) Jurisdição econômica que faz do Eparca o grande responsável pela prosperidade material da capital do Império. O exercício de profissões como banqueiros, advogados, notários e outros, os armazéns e os mercados, as corporações de artesãos e de negociantes, encontram-se sob seu controle direto.

O Eparca era o grande responsável pelo abastecimento da cidade. Convém mencionar aqui a *Annona*, a distribuição de trigo organizada pelo fundador da capital. Três eram as categorias dos beneficiados por essa distribuição: os cidadãos pobres (*annonae popularis*), os servidores do palácio (*annonae palatii*) e as tropas da guarda (*annonae*

militaris). O Egito era o grande fornecedor de Constantinopla. A perda dessa rica província no século VII acarretou praticamente a extinção da distribuição regular gratuita de víveres.

— Para o exercício de seu cargo, o Eparca dispunha do auxílio de numeroso pessoal que se distribuía em diferentes categorias conforme as funções desempenhadas.

— O prestígio do Eparca atingiu o apogeu no século XI, começando, desde então, a declinar, especialmente em virtude da transferência de parte de suas atribuições para outros magistrados.

— Entre as instituições existentes em Constantinopla merecem especial menção as associações esportivas conhecidas como *factiones* (Μέγην), que disputavam no Hipódromo as famosas corridas de carro. As cores sob as quais essas facções combatiam eram as mesmas difundidas em todo o Império: *factio russata* (vermelha), *factio prasina* (verde), *factio albata* (branca) e *factio veneta* (azul).

Os vermelhos estavam aliados aos verdes, os brancos aos azuis, de modo que, na realidade, havia apenas dois grandes partidos rivais que disputavam a preferência popular. A importância dessas facções na História do Império Bizantino deriva do costume segundo o qual o imperador, ao assumir o poder, decidia-se por um dos dois partidos. Além do aspecto político, as facções revestiam-se também de um aspecto social. Os azuis eram integrados por membros da aristocracia, enquanto que entre os verdes encontramos os calafates e os trabalhadores das margens do Chifre de Ouro.²⁸ Com esse aspecto social das facções está relacionado o fato de serem as mesmas chamadas também de *demos*, uma palavra que serve para designar circunscrições territoriais. Desde o século V esses *demos* possuem atribuições militares. Seus efetivos concorrem mais de uma vez para a defesa da cidade contra a ameaça de bárbaros. Mas nem sempre a ação dos *demos* tinha caráter benéfico. Não raro constituíam, com suas revoltas, verdadeiro fator de anarquia no governo do Império. Em 532 e em 602 as duas facções rivais se uniram na luta respectivamente contra Justiniano e contra Maurício. Heráclio, para restaurar a ordem no Império, viu-se obrigado a limitar a atividade dos *demos* a intervenções em solenidades públicas. Sob a dinastia de Heráclio os *demos*, ao lado da tradicional organização dos jogos, exercem o papel de realçar o brilho das festas do palácio.

Com o correr do tempo os *demos* perdem toda a autonomia e transformam-se em associações subordinadas às autoridades imperiais, tendo, então, como finalidade essencial participar de solenidades.

Convém chamar a atenção do leitor para o fato da existência dos *demos* não se limitar à capital do Império: essas facções estavam difundidas nas grandes cidades do Oriente revestindo o mesmo caráter social e político que as caracterizava em Constantinopla.

- ¹ Runciman, A Civilização, p.52.
² Diehl, Os Grandes, p.82.
³ Consultar a propósito Bréhier, Le Monde, II, p.6 e p.17.
⁴ Runciman, A Civilização, p.54.
⁵ Bréhier, Le Monde, II, p.9. — Note-se que a pequena basílica de Santa Sofia foi destruída por um incêndio por ocasião da Nika (532) e em seu lugar construído o majestoso templo de Justiniano.
⁶ Idem, ibidem, p.65.
⁷ Baynes, El Imperio, p.92.
⁸ Bréhier, Le Monde, II, p.91.
⁹ Nossa fonte principal nessa exposição será Bréhier, Le Monde, II, pp.93 ss.
¹⁰ Idem, ibidem, p.95.
¹¹ Idem, ibidem, p.103.
¹² Idem, ibidem, p.106.

- ¹³ Vasiliev, Historia del Imperio, I, p.215.
¹⁴ Bréhier, Le Monde, II, p.118.
¹⁵ Diehl, Os Grandes Problemas, p.122.
¹⁶ Bréhier, Le Monde, II, p.122.
¹⁷ Idem, ibidem, p.125.
¹⁸ Idem, ibidem.
¹⁹ Runciman, A Civilização, p.74.
²⁰ Bréhier, Le Monde, II, p.127.
²¹ Runciman, A Civilização, p.77.
²² Diehl, Bizâncio, pp.124-125.
²³ Runciman, A Civilização, p.60.
²⁴ Bréhier, Le Monde, II, p.181.
²⁵ Runciman, A Civilização, p.61.
²⁶ Bréhier, Le Monde, II, p.183.
²⁷ Idem, ibidem, p.184. — Os exemplos seguintes são extraídos da mesma fonte.
²⁸ Idem, ibidem, Le Monde, p.198.



*Uma das basilissas mais estranhas.
 Teodora, «esta domadora de ursos».*



3. As invasões bárbaras dos eslavos nos Balcãs e dos árabes ameaçaram o Império bizantino que resistiu. Constantinopla é atacada pela frota árabe em 718, enquanto no Ocidente a vitória de Poitiers (732) estabeleceu o poder carolíngio. O Império atravessa uma grave crise interior no momento em que Carlos Magno se torna imperador (800).

4. O Império reencontra novo vigor sob o enérgico impulso de Basílio II (876-1025). Por ocasião de sua morte o Império tem como limite ao norte o Danúbio e controla as costas do Mar Negro, penetra na Armênia, domina a Mesopotâmia superior e o Levante. Mas os turcos abalaram seu poderio (1075), enquanto no oeste os normandos da Sicília conquistaram a Itália do Sul e prepararam as grandes "invasões" dos Cruzados. O Império ainda resistiu durante quatro séculos, continuando Constantinopla cidade livre.

CAPÍTULO IV

A Diplomacia

Introdução

UM estudo, ainda que breve, da Civilização Bizantina não pode dispensar algumas linhas sobre a diplomacia, pois a mesma constituiu durante a milenar História do Império do Oriente um fator primordial de sua sobrevivência face à multidão de povos estrangeiros, que nas mais diferentes épocas ameaçaram a integridade e a própria sobrevivência do Estado Bizantino. Convém chamar a atenção para uma constante da política externa bizantina: sempre que fosse possível obter êxito sem o emprego das armas, a diplomacia entrava em ação empregando os mais diversos e muitas vezes efficientíssimos métodos que, mais abaixo, passaremos a descrever.

A organização

Não existia em Bizâncio um único órgão que centralizasse a direção de todos os negócios exteriores. O envio de embaixadores e a recepção de diplomatas estrangeiros eram atividades afetas a órgãos diferentes. Entre os séculos V e VIII, as relações exteriores estavam afetas ao *magister officiorum*. No século VIII, o envio de embaixadores é atribuição do *logoteta do dromo*, mestre-geral dos correios, enquanto que a recepção de diplomatas estrangeiros pertence ao *mestre das cerimônias*. No século IX, o *logoteta do dromo* torna-se o chefe supremo das relações exteriores, dos correios e da polícia. Observe-se que existiu sempre uma estreita ligação entre a direção dos negócios externos e a dos correios.¹

Subordinado ao *logoteta do dromo* encontrava-se o corpo de intérpretes que prestavam uma colaboração essencial no andamento das conversações com os governos estrangeiros. A presença, em Bizâncio, de imigrados das mais diferentes raças e línguas favorecia a aprendizagem de outros idiomas. A importância de determinadas línguas estrangeiras nos serviços diplomáticos dependia naturalmente das circunstâncias históricas. Assim, por exemplo, o conhecimento do árabe, a partir da expansão muçulmana, tornou-se indispensável à diplomacia bizantina. No século IX, em virtude da importância dos elementos eslavos existentes nos temas europeus, o conhecimento de seus dialetos propor-

cionava vantagens especiais aos funcionários que o possuíssem. E' curioso notar que o latim nem sempre desfrutou de grande prestígio na corte bizantina. Nos séculos X e XI eram raros os conhecedores da língua latina, embora sempre houvesse intérpretes capazes de traduzir para a mesma ou verter para o grego os documentos relacionados com a política do Ocidente. Depois do século XIV, em virtude dos acontecimentos da política internacional, o estudo do latim tornou-se mais necessário e freqüente.

— Não existiam no Império Bizantino, via de regra, diplomatas profissionais. Para as missões exteriores escolhiam-se dignitários cujas funções nem sempre os haviam preparado para o exercício de atividades diplomáticas. A designação de um embaixador era acompanhada de uma espécie de exame sobre seus conhecimentos a respeito do país a que era enviado e sobre a maneira como se haveria em determinadas circunstâncias. Levava-se em consideração a formação moral do escolhido. O embaixador era auxiliado em sua missão por uma comitiva de servidores e de intérpretes. Não raro acompanhavam-no também pessoas naturais das regiões que seriam visitadas, principalmente quando estas eram quase desconhecidas e muito distantes.² Ainda a propósito da escolha de diplomatas, convém repetir Runciman:³ «Não havia uma diplomacia, no sentido moderno. Não se mantinham representações diplomáticas permanentes em nenhum país estrangeiro, embora o estratega de Quersônia tivesse um grande departamento onde reunia informações sobre a política das Estepes. Havia, provavelmente, certos funcionários que eram sempre enviados como embaixadores, quando as circunstâncias o exigiam. No reinado de Leão VI, Leão Cerosfacta foi enviado como embaixador, primeiro a Bagdá, e posteriormente à corte da Bulgária. Habitualmente, eram os mesmos ministros que iam, sempre que havia trégua com os árabes, realizar a troca de prisioneiros na fronteira — é de presumir que tais embaixadores fossem conhecedores da língua árabe. No reinado de Romano I, o patrício Constante chefiou várias embaixadas ao Cáucaso, sendo pouco depois promovido a Grande Almirante».

Bizâncio e os Estados Estrangeiros

Quem estuda, mesmo superficialmente, a civilização bizantina percebe desde logo um traço característico: o orgulho com que Bizâncio se situava soberanamente acima dos demais povos da terra. O imperador considerava-se soberano de toda a terra habitada «e por esse título pretendia exercer influência política e religiosa não somente sobre os povos imediatamente vizinhos do império, mas sobre quase todos os povos do mundo então conhecido. Considerava-se o único príncipe com direitos de ostentar o título de imperador, e por isso julgava-se superior a todos os outros soberanos, aos quais costumava tratar com cortesia um tanto altiva, ou benevolência um tanto arrogante. Enfim,

estava persuadido do alto valor da civilização bizantina e dos benefícios que ela proporcionava a todos os que tivessem a felicidade de serem nela iniciados». ⁴ Essas orgulhosas concepções sobre o poder do basileu encontravam, naturalmente, inúmeras dificuldades para serem traduzidas na prática.

Podemos dizer que toda essa soberba teoria permaneceu como um constante ideal inatingível mas nunca renunciado através da longa História Bizantina. Na prática, o basileu devia curvar-se em face da realidade e reconhecer poderes e títulos que lhe faziam sombra. A diplomacia bizantina estabeleceu uma verdadeira hierarquia protocolar no trato com os demais Estados. Nessa hierarquia ocupava lugar de proeminência a Pérsia. O soberano de Bizâncio e o rei da Pérsia tratavam-se de irmãos. Este último dava àquele o título de César e reivindicava para si o tratamento de *rei dos reis* (Schahinshah: βασιλεὺς βασιλέων). ⁵

Pérsia e Bizâncio consideravam-se os únicos países civilizados diante do imenso mundo bárbaro. Apesar das guerras que se faziam mutuamente, possuíam interesses comuns na fronteira caucásica onde se impunha a união contra a ameaça de invasão por parte dos povos turanianos.

Após o desaparecimento do poderio persa, os califas árabes passaram a ocupar lugar de destaque na hierarquia protocolar. Posteriormente, os sultões mamelucos do Egito foram tratados em pé de igualdade pelos basileus.

— Os príncipes cristãos do Ocidente eram chamados de irmãos espirituais do imperador que, via de regra, altivamente lhes recusava qualquer outro título além de rei. Compreende-se a situação de constrangimento criada no trato entre os basileus de Bizâncio e os imperadores carolíngios e germânicos. Em represália, os ocidentais chamavam o imperador de Constantinopla «imperador dos gregos», o que, já notamos, era considerado grave ofensa. O desprezo demonstrado pelos bizantinos em relação ao Sacro Império Romano Germânico está registrado no relatório da missão de Luitprando, bispo de Cremona, à Constantinopla com o fim de obter a mão de uma princesa bizantina para o filho de Otão Magno. ⁶

Príncipes búlgaros e sérvios enfrentaram também o orgulho do basileu bizantino, que se viu forçado a transigir diante dos fatos e da própria fraqueza. Assim é que ao soberano búlgaro Pedro, filho e sucessor de Simeão, foi reconhecido o título de *basileu* dos búlgaros.

— Ao lado dos estados realmente independentes, existia um grande número de povos (às vezes simples tribos bárbaras nômades) que ofereciam à diplomacia bizantina um vasto campo de atividade no sentido de transformá-los em vassallos do Império, de modo que contribuíssem para sua defesa quer protegendo as fronteiras, quer fornecendo contingentes de guerreiros. O prestígio de Constantinopla era tão grande que para muitos bárbaros consistia uma honra serem considerados vassallos do Império. Bizâncio, dentro da velha tradição romana, sabia tratar devidamente esses povos, concedendo-lhes diferentes estatutos con-

forme as circunstâncias e aproveitando habilmente as dissensões internas para mais facilmente dominá-los.

Métodos

Vamos examinar, agora, alguns dos principais métodos empregados pela diplomacia bizantina os quais explicam o êxito, às vezes brilhante, obtido através de longos séculos.

1. *Suntuosidade e habilidade.* — Lembremos, preliminarmente, que a majestade imperial exigia uma representação que impressionasse pela riqueza e pompa. Assim é que, como observa Runciman,⁷ «as embaixadas imperiais ao estrangeiro viajavam em caravanas suntuosas, carregadas de ricos presentes, jóias, ouro, sedas e brocados, que se destinavam principalmente ao monarca a cuja corte eram enviadas». Mas sob essas aparências pomposas escondia-se um espírito sutil, sagaz, clarividente que tinha plena consciência da meta desejada e sabia bem quais os meios para atingi-la.

2. *Paternidade espiritual.* — A sagacidade bizantina sabia conquistar a alma simples e não raro primitiva e ingênua dos chefes bárbaros mediante concessões de títulos que envaideciam sobremaneira os beneficiados. Assim, v.g., a entrega de armas a um chefe bárbaro pelo imperador equivalia a uma verdadeira adoção (*adoptio per arma*). O novo guerreiro tornava-se filho espiritual do imperador e ficava-lhe devendo filial obediência. O príncipe pagão que fora batizado sob os auspícios do basileu permanecia também, com mais razão, fortemente vinculado ao mesmo.

3. *Dignidades palatinas.* — A diplomacia bizantina não poupava a outorga de dignidades palatinas a chefes estrangeiros. Tais dignidades, que nenhum prejuízo causavam à corte imperial, representavam, da parte dos que as aceitavam, um sinal de reconhecimento da suserania do basileu. Odoacro recebeu o título de patrício e Clóvis o de cônsul. No século X não havia potentado do Cáucaso que não fosse detentor de um título áulico.⁸

4. *Coroa real.* — Às vezes o basileu enviava a seus vassallos uma coroa real, o que inegavelmente possuía mais valor que um simples título honorífico.

5. *Educação de príncipes estrangeiros.* — Um excelente meio de propaganda do prestígio do Império consistia em atrair para Constantinopla os filhos dos chefes vassallos a fim de serem educados nos moldes da civilização bizantina e à sombra do prestígio e da proteção do basileu. Simeão, filho do czar búlgaro Bóris, convertido ao cristianismo, «foi mandado a Constantinopla para educar-se e estudar, segundo a expressão de um cronista de Bizâncio, 'a retórica de Demóstenes e os silogismos de Aristóteles', a tal ponto que passaram a chamá-lo de

meio grego (hemiargos). Dessa estada na capital bizantina o príncipe deveria guardar longa recordação: quando sucedeu ao pai, seu primeiro cuidado foi introduzir na corte os títulos, os costumes e o cerimonial da corte imperial, de maneira a se mostrar quase como um competidor do soberano bizantino. E, com efeito, aceitando em seu reino a influência da civilização bizantina, alimentava grandes ambições: aspirava conquistar a hegemonia dos Balcãs, e quase que o conseguiu na longa guerra que fez a Bizâncio.⁹ Como vemos, a revelação dos esplendores de Constantinopla aos bárbaros era, às vezes, uma arma de dois gumes: despertava admiração e respeito, mas também ambições perigosas.

6. *Recepção na corte.* — Ser recebido solenemente na corte do basileu era uma das maiores honrarias que se concediam aos príncipes vassallos e soberanos estrangeiros. Revela-se nessas recepções o espírito sutil e sagaz da diplomacia bizantina que procurava extrair os maiores proveitos da impressão profunda que a magnificência e majestade imperiais causavam na mente dos visitantes. Dinastas da Armênia e do Cáucaso, Aschot o Grande, rei dos reis, a princesa russa Olga, o sultão de Icônio, príncipes francos da Síria, Amauri I, o rei de Jerusalém, e muitos outros gozaram do privilégio de serem recebidos solenemente na capital do Império. Dessas visitas, a política externa obtinha muitas vezes excelentes resultados. Assim, v.g., a visita de Olga foi rica em conseqüências para a influência bizantina na Rússia.

Os embaixadores dos estados estrangeiros também podiam ser honrados com uma recepção na corte.

Runciman¹⁰ tece os seguintes comentários sobre esses acontecimentos: «Durante toda a primeira entrevista, o imperador permanecia impassível, como uma divindade. O embaixador devia prostrar-se ante ele. Mais tarde, poderia estabelecer relações pessoais num banquete de Estado, ou possivelmente lhe seria concedida uma entrevista pessoal. Se viesse de um país bárbaro, os brinquedos mecânicos do palácio seriam postos a funcionar, para impressioná-lo. Os leões dourados rugiam, pássaros dourados cantavam e enquanto o embaixador se prostrava, o trono se elevava ao Céu e a Majestade surgia envolta num manto diferente e mais rico. Os embaixadores mais cultos eram levados a ver os tesouros e relíquias do palácio — com o objetivo de maravilhá-los com objetos tão preciosos — ou, ocasionalmente, levavam-no aos Jogos. Durante toda a sua permanência na corte imperial ficava sujeito a uma supervisão rigorosa — devia voltar a seu país sem ter visto senão aquilo que o governo imperial desejava que visse. Se seu comportamento fosse desrespeitoso, ou suas credenciais se dirigissem somente ao imperador «dos gregos», como as dos legados papais em 968, seria imediatamente lançado à prisão. Não havia imunidade diplomática para quem ofendesse a dignidade imperial e as normas prescritas pela corte imperial».

Nem todos os embaixadores recebiam igual tratamento. Dentre os que mereciam atenção especial figuravam os representantes do czar búl-

garo, os quais «eram tratados com tal amabilidade, que feria cruelmente o amor-próprio de certos embaixadores ocidentais...»¹¹

7. *Divide et impera.* — A diplomacia bizantina seguia bem a velha norma romana de dividir para reinar. A atuação da política externa usava de diferentes métodos para atingir esse fim. Um método consistia em interferir diretamente na vida interna dos estados estrangeiros, especialmente bárbaros, criando aí uma verdadeira facção de amigos do império sempre prontos a defender os interesses de Constantinopla.

Outro método, estreitamente relacionado com o primeiro, era o de manter em Constantinopla altas figuras da política de países estrangeiros adversários dos dominadores do momento. Bizâncio «gostava de colecionar pretendentes a tronos estrangeiros. Encontravam-se invariavelmente na corte imperial pretendentes aos tronos da Bulgária e da Sérvia, quase sempre casados com damas de Constantinopla. Romano I, embora tivesse Pedro da Bulgária desposado sua filha, procurou instalar no trono búlgaro o irmão mais velho Miguel, a quem conservava em Constantinopla com todas as honrarias. Quando Carlos Magno pôs fim ao seu reinado lombardo, o antigo príncipe Adelquis fugiu para Constantinopla, onde todos os seus planos receberam apoio. Apenas meio século antes da queda final do império, um pretendente turco abrigou-se em Constantinopla e dali partiu para atacar o Sultão Murad II».¹²

Um terceiro método empregado pela diplomacia bizantina para dividir os adversários do império era estimular a rivalidade entre os mesmos. «Era uma regra básica da política externa bizantina induzir uma outra nação a se opor ao inimigo, reduzindo dessa forma os riscos e as despesas da guerra».¹³ Assim, por exemplo, os bizantinos estimularam os sarracenos a conterem o avanço de Oto II no sul da Itália. Derrotados os germânicos, os sarracenos se retiraram com o botim de guerra e os bizantinos voltaram a ocupar as posições que prudentemente haviam abandonado. Política semelhante usavam os basileus na época das cruzadas, servindo-se dos guerreiros do Ocidente para conter o avanço turco. Às vezes a diplomacia bizantina não hesitava em incitar tribos bárbaras contra os próprios vizinhos pacíficos do Império.

«Cada nação tinha inimigos potenciais, que podiam ser usados para contrabalançar suas forças. Até os últimos dias, os bizantinos foram adeptos da arte de jogar as nações umas contra as outras».¹⁴

8. *Contratos matrimoniais.* — A diplomacia bizantina usou largamente das alianças matrimoniais a fim de consolidar velhas amizades ou conquistar novas. Para enraizar ainda mais a influência sobre os vassallos do Império «faziam-nos freqüentemente desposar mulheres gregas da aristocracia senatorial ou mesmo às vezes aparentadas com a família imperial. Pensava-se uni-los assim indissolúvelmente ao império, como escravos fiéis da majestade imperial».¹⁵ Não podemos resumir

aqui, evidentemente, as graves consequências políticas que essas alianças matrimoniais acarretavam especialmente quando os basileus desposavam princesas ocidentais. «No reinado dos Comnenos e dos Paleólogos, as esposas ocidentais tornaram-se comuns; há uma longa série de imperatrizes nascidas no Ocidente e mal adaptadas em seu novo ambiente, que o orgulho bizantino jamais permitiu que se tornassem populares em Constantinopla». ¹⁶ Runciman ¹⁷ julga que tais casamentos com princesas ocidentais foram, sob o ponto de vista diplomático, um fracasso: «Nenhuma vantagem trouxeram e só serviram para provocar reprovação geral ao imperador». O mesmo autor, entretanto, julga ter sido expediente proveitoso o casamento de damas bizantinas com potentados estrangeiros.

9. *O dinheiro.* — O grande meio de que se utilizava a diplomacia bizantina para atingir determinados fins, sem que o Império necessitasse empregar suas forças armadas, era o dinheiro. Diehl ¹⁸ observa que em Bizâncio «se tinha a persuasão de que todo o homem estava à venda, e que, contanto que se combinasse um preço, tudo poderia ser conseguido pelo dinheiro».

Não se poupavam subvenções aos bárbaros para que não perturbassem o Império ou a fim de que fornecessem soldados ao exército imperial. «Quando, por vezes, Bizâncio tinha alguma razão para não querer ir à guerra, pagava uma quantia anual a Bagdá ou Preslav. O califa ou o czar podiam chamá-lo de tributo, se quisessem. Para o imperador era apenas um investimento prudente; quando estivesse pronto para a luta, o pagamento cessava. Tudo isso, porém, dependia de um tesouro abarrotado. Enquanto houvesse dinheiro, florescia a diplomacia bizantina. Mas, quando Constantinopla deixou de ser o centro financeiro do mundo, o declínio chegou». ¹⁹

10. *Propaganda religiosa.* — Muitos dos grandes êxitos da diplomacia bizantina foram obtidos graças à propaganda religiosa e consequente conversão ao cristianismo de povos bárbaros. Os missionários conquistavam habilmente os chefes e pessoas mais representativas, tornando-se seus conselheiros e confidentes. Os bárbaros impressionavam-se facilmente com as belezas da liturgia ortodoxa. «E' o que bem mostra o sucedido em Constantinopla aos enviados do grande-príncipe da Rússia Vladimir. Sob as cúpulas douradas de Santa Sofia, esses embaixadores, desvairados pelo esplendor dos ritos, julgavam ver, nos vapores do incenso, entre a resplandecência dos círios, jovens alados, vestidos de roupagens magníficas, flutuando no ar acima da cabeça dos sacerdotes e cantando triunfalmente: «Santo, santo, santo é o Eterno». E como perguntassem o que significava aquela aparição maravilhosa, foi-lhes respondido: «Se não ignorais os mistérios dos cristãos, sabereis que os próprios anjos descem do céu para vir celebrar o ofício com os nossos sacerdotes». Como resistir a uma religião em que tais espetáculos se ofereciam, «que ultrapassam a inteligência humana?» Os

boiados de Vladimir não o puderam, como seu príncipe e seu povo. Antes dos Russos, muitos outros tinham igualmente abraçado a ortodoxia, Godos da Criméia e Abasgos do Cáucaso, Árabes do país de Himiar e Etíopes do reino de Aksun, no século VI, e depois Croatas e Sérvios, Morávios e Búlgaros, e tantos outros que, com a ortodoxia, tinham naturalmente recebido de Bizâncio todo um mundo de idéias, de sentimentos, de hábitos, toda uma civilização nova que fazia penetrar e implantava neles a influência onipotente do império». ²⁰

11. *Coleta de Informações.* — A diplomacia bizantina não agia às cegas. Conhecia bem o terreno em que pisava, graças à existência de um departamento, o escritório dos bárbaros (*scrinium barbarorum*), que coletava cuidadosamente as mais importantes notícias sobre os povos estrangeiros. «De cada um deles se conhecia o forte e o fraco, como se podia agir sobre eles, empregá-los ou neutralizá-los, quais eram as famílias mais influentes de cada um deles, que interesses, que sentimentos podiam ser mais utilmente fomentados, que relações políticas ou econômicas podiam ser ajustadas com eles. Esse gosto das combinações engenhosas e úteis é muito característico do espírito bizantino». ²¹

A obra dedicada por Constantino Porfirogêneto a seu filho Romano, conhecida hoje com o título de «De administrando Imperio», e outras congêneres constituem verdadeiros guias diplomáticos contendo não só as informações enviadas pelos embaixadores mas também as instruções que os mesmos recebiam, os métodos que deviam ser usados nas negociações com os diferentes povos, os protocolos, as formas epistolares, etc. ²²

Conclusões

Após esse breve estudo da Diplomacia Bizantina, parece-nos conveniente resumir alguns de seus resultados para o Estado a que serviu durante tantos séculos: ²³

1) Conseguiu soldados para a defesa do Império. Os príncipes bárbaros não só forneciam contingentes para o exército, mas constituíam nas fronteiras uma verdadeira barreira às invasões.

2) Proporcionou alianças preciosas para a política externa de Bizâncio. Assim, por exemplo, no século X, na Itália obteve apoio de Veneza contra os árabes e, posteriormente, contra os normandos. Nos Bálcãs, os Croatas e Sérvios aliaram-se a Constantinopla contra os Búlgaros.

3) Possibilitou a interferência de Bizâncio na política interna de muitos outros Estados, assegurando a fidelidade dos vassallos e o prestígio do basileu.

4) Estimulou através da propaganda a visita a Constantinopla de homens das mais diferentes raças e regiões os quais voltavam a sua

terra de origem maravilhados com a metrópole do Oriente. Imagine-se a importância econômica dessas viagens.

5) Difundiu, especialmente através de missões religiosas, a ação civilizadora de Bizâncio.

6) Despertou, contudo, a cobiça dos bárbaros, que não só ficavam admirados com as riquezas do Império, mas passaram muitas vezes a desejar possuí-la ainda que a custo de sangrentas guerras.

7) Cometeu um grave erro ao desprezar com soberano orgulho os demais povos e seus monarcas, especialmente os ocidentais. A persistência com que se recusava o título de imperador aos monarcas do Ocidente foi uma atitude inútil de orgulho, que feriu sensibilidades e não esteve alheia à derrocada final do Império, que acabou isolado e abandonado por aqueles povos que outrora haviam sido tão desdenhosamente tratados.

¹ Sobre a organização da Diplomacia Bizantina, consultar Bréhier, *Le Monde*, II, p.300; "L'organisation des services diplomatiques".

² Sobre a escolha de embaixadores, idem, ibidem, pp.306-307.

³ Runciman, *A Civilização Bizantina*, p.123.

⁴ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.158.

⁵ Bréhier, *Le Monde*, II, p.283.

⁶ O leitor encontrará a interessantíssima narração dessa embaixada em Guerdan, *Vie, grandeurs*, pp.183 ss. Note-se que quem enviou o embaixador foi Oto Magno.

⁷ Runciman, *A Civilização*, p.124.

⁸ Bréhier, *Le Monde*, II, p.297.

⁹ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.165.

¹⁰ Runciman, *A Civilização*, p.124.

¹¹ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.165.

¹² Runciman, *A Civilização*, p.127.

¹³ Idem, ibidem, p.125.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ Diehl, *Grandeza*, p.87.

¹⁶ Runciman, *A Civilização*, pp.125-126.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.160.

¹⁹ Runciman, *A Civilização*, p.127.

²⁰ Diehl, *Grandeza*, pp.93-94.

²¹ Idem, ibidem, p.84.

²² Bréhier, *Le Monde*, II, p.282.

²³ Ver esse assunto mais desenvolvido em Diehl, *Grandeza*, pp.94-99.



Anjo de São Marcos em Veneza.

CAPÍTULO V

As Forças Armadas

QUANDO as sutilezas da democracia bizantina não alcançavam os resultados esperados, impunha-se o uso da força para fazer valer o ponto de vista de Constantinopla ou, o que foi muito mais freqüente no decurso da longa História do Império, para defender a integridade territorial ameaçada em todas as épocas e em todas as fronteiras pelos mais diversos adversários.

Assim é que as instituições militares bizantinas constituíram realmente, como acentua Bréhier,¹ a «pedra angular do edifício estatal, o cuidado primordial de seus imperadores».

O estudo dessas instituições (especialmente no que tange ao exército) é facilitado por uma série de obras redigidas em períodos diferentes. Tais escritos revelam o cuidado com que, em Bizâncio, os meios de guerra, organização militar e estratégia, foram estudados, apesar de os bizantinos não constituírem um povo de tendências militares. «Admiravam as proezas marciais, mas não as consideravam como qualidade fundamental, ao contrário do que ocorria no Ocidente cavalheiresco».²

Ocupar-nos-emos no presente capítulo respectivamente do Exército e da Marinha de Bizâncio. Como ambas essas instituições não tiveram sempre a mesma organização, vamos estudá-las sumariamente dentro de uma perspectiva cronológica, sublinhando sua evolução histórica.

Convém acentuar, desde logo, que exército e marinha encontravam-se integrados num sistema de defesa em que desempenharam papel decisivo as numerosas construções militares espalhadas estrategicamente por todo o Império. Diehl³ chama a atenção para essa poderosa armadura do Império: «Roma limitara-se outrora a organizar a defesa imediata dos confins. Bizâncio multiplicou as linhas de fortalezas, que formavam barreiras sucessivas e ofereciam, em caso de invasão, asilo às populações. Assim, todo o território se erigia de cidadelas que barram todas as rotas, que dominam todos os pontos estratégicos, que bloqueiam os desfiladeiros (kleisourai), que vigiam toda a região; às vezes, mesmo muralhas contínuas — tal a muralha de Anastácio em frente a Constantinopla — foram erguidas em vasta extensão de território: fortalezas poderosas, construídas com suma arte e em que, durante muito tempo, se quebrou a vaga de invasão. Foi, sabe-se, uma das glórias de Justiniano ter criado, das estepes do Hodna e da Tunísia às margens do Eufrates, das montanhas da Armênia às ribas do

Danúbio, uma densa rede de *castella*, com os quais, diz Procópio, «salvou a monarquia». Na Ásia do século XI «tudo eram fortalezas», diz o cronista Cedrenos.⁴

O Exército

Os tratados de tática e de estratégia de que dispomos revelam-nos a grandeza e o valor do exército bizantino. Baynes⁵ chama a atenção para o fato de que na Europa, durante a Idade Média, «só em Bizâncio se tratou o negócio da guerra com sentido científico». O mesmo autor continua: «Cada geração tinha que enfrentar novos problemas e resolvê-los estudando-os de perto e conscienciosamente. Não eram os números mas a habilidade calculada que conduzia ao triunfo. Uma batalha não consistia em uma escaramuça desordenada, mas na disciplinada cooperação de várias unidades. Os generais bizantinos não podiam permitir-se o luxo da paixão por uma cavalaria quixotesca. Eram demasiadas as coisas que dependiam da conservação de suas pequenas forças. Por isso a obrigação do chefe consistia em avaliar bem as condições favoráveis antes de aventurar-se a uma batalha. As fugas simuladas, os ataques noturnos, as emboscadas, as negociações, somente tinham por fim ganhar tempo. Fossem quais fossem os meios, na guerra tudo se admitia e era néscio o soldado que confiava à força o que a astúcia podia alcançar no fim da jornada. Treinamento, bravura, disciplina e orgulho profissional formavam as características do soldado bizantino, tal como se pode ver, por exemplo, no livro de instrução que Cecáumeno escreveu para seu filho. Como seus chefes nunca deixaram de lembrar, cada campanha era uma cruzada em que Deus concederia a vitória definitiva, mas em que, sendo isto verdade, o homem teria que desempenhar seu papel para obter o favor divino».

Entre os autores que versaram assuntos militares, citemos: *Vegécio* (século IV); *Urbício* (Orbíkius), que no início do século VI aconselha Anastácio a empregar máquinas de guerra a fim de oferecer proteção à infantaria em face dos ataques da cavalaria dos bárbaros; Procópio, no século VI, é sobretudo um historiador militar; o imperador Maurício escreveu o *Stratégicon*, «valioso tratado sobre o exército da época»⁶. Leão VI reuniu em uma compilação (*Tactica*) todos os assuntos militares. Em 960 um dos generais de Nicéforos Focas dedicou ao basileu um estudo sobre a guerra oriental. No século XI Cecáumeno, militar experiente, registrou as observações colhidas durante sua carreira.

— Nos séculos que seguiram ao reinado de Constantino até a organização dos temas, podemos distinguir no exército do Império os *limitanei*, incumbidos da defesa permanente das fronteiras e recrutados na região em que serviam, e o *comitatus*, exército móvel que substituíra a guarda pretoriana e estava aquartelado na capital e nas províncias vizinhas. A principal fonte de preenchimento dos quadros do *comitatus* era o recrutamento feito entre populações sujeitas ao Im-

pério entre as quais figuravam principalmente os montanhese da Ilíria e da Isáuria. Dentre os *palatini*, elite da escolta imperial, destacavam-se as *Escolas* formadas por bárbaros e mais tarde substituídos pelos *Excubitores* recrutados entre os isáurios e cujo chefe (*comes*) tornou-se um dos mais importantes personagens do palácio.

No século V as tropas auxiliares (*auxilia*) recrutadas exclusivamente entre os bárbaros constituem a principal força do exército imperial.⁷ A seu lado estavam os *foederati*, regimentos bárbaros que lutavam sob o comando de seus chefes nacionais.

Mais tarde os *foederati* passam a ser designados por *socii* (aliados). O termo *foederati* passa, então, a designar um novo corpo do exército recrutado exclusivamente entre os bárbaros estrangeiros ao domínio do Império. Esses *foederati*, comandados por oficiais imperiais, formam a cavalaria e constituem a maior parte dos corpos expedicionários. «Os exércitos do VI século possuem, pois, um caráter internacional e todas as raças de bárbaros estão nele representadas».⁸

Convém lembrar também a classe de soldados conhecidos como *bucelários*. Eram primeiramente soldados particulares a serviço dos grandes chefes militares ou dos grandes proprietários. No século VII os bucelários passam a constituir um corpo especial do exército figurando entre as tropas que tinham a designação oficial de «elite» (τὰ ἐπίκλετα).

— Nos quadros do comando militar havia o *magister militum praesentalis* junto ao imperador, o *magister peditum* (comandante em chefe da infantaria) e o *magister equitum* (chefe da cavalaria). Com o correr do tempo o número desses altos graus da hierarquia militar foi aumentado.

— Chama a atenção do estudioso da História Militar do Império Bizantino o efetivo diminuto dos exércitos que no século VI lutaram contra os bárbaros. Assim, v.g., Belisário destruiu o reino vândalo com apenas quinze mil homens e enfrentou os ostrogodos, que dispunham de cinquenta mil homens, com apenas dez mil soldados.⁹ Explica-se o êxito das armas imperiais pela sua excelente organização.

Em bela página, Diehl¹⁰ enaltece as qualidades do exército bizantino: «Mas esse exército é um exército de escol. Composto sobretudo de cavalaria — o serviço a cavalo é, como em todos os exércitos medievais, o serviço preferido em Bizâncio — ele é, por seu armamento, quer se trate da cavalaria couraçada dos *catafractários* ou da cavalaria ligeira dos *trapezistas*, um instrumento de uma solidez e de uma flexibilidade admiráveis. Sempre apurado por rudes e contínuos exercícios de que os tratados de tática, do século VI ao XI, nos mostram o pitoresco detalhe, é uma organização admirável capaz de vencer todas as dificuldades, todas as fadigas, todas as privações, e o aperfeiçoamento constante que recebem seus métodos de combate assegura-lhe as mais das vezes uma superioridade patente sobre seus adversários. Esses veteranos de tantas batalhas são de uma bravura espantosa, de ardor prodigioso, e seu valor é reforçado por dois sentimen-

tos, que se cultivam carinhosamente no coração dos soldados: de um lado, o de serem descendentes desses Romanos «que com as suas armas venceram antigamente todos os seus adversários»; do outro, o de combaterem pela defesa da Cristandade, sob a proteção de Cristo, da Virgem «aliada invencível do imperador e sua colega no comando dos exércitos», sob as vistas dos grandes santos militares sempre prontos para guiar seus esquadrões na confusão de luta. Seja nos campos de batalha da Ásia ou da Bulgária, além-mar, em Creta, na Itália ou na África, seja onde for, esse exército assinalou-se por uma coragem, uma tenacidade infatigáveis: e, se teve falhas incontestáveis, que logo veremos, não poucas vezes desfraldou pelo mundo afora os estandartes imperiais, destruindo no século VI os reinos bárbaros dos vândalos e dos ostrogodos, quebrando no século VII o poder do império persa, detendo no século VIII o ímpeto islâmico, restabelecendo no século X, na Ásia, o prestígio de Bizâncio e afogando em sangue o grande Estado búlgaro constituído nos Balcãs; ainda no séc. XII, conseguiu opor-se aos normandos, aos húngaros e aos turcos; e, assim, durante mais de seiscentos anos, prestou magníficos serviços à monarquia e cobriu suas bandeiras com uma auréola de glória».

— O regime dos temas acarretou profundas modificações na organização militar do Império. O exército passou, então, a ser constituído por dois elementos distintos:

1) os *tágmata*, provenientes da fusão do antigo *comitatus* com as tropas palatinas, formavam um exército permanente acantonado em Constantinopla ou nos seus arredores;

2) os *temas* (*corpos do exército*) que constituíam as guarnições das províncias e que procediam do *comitatus* e, em parte, dos corpos palatinos.

Nas expedições esses dois componentes do exército bizantino obedeciam a um comando único, embora mantendo cada um a própria organização.¹¹

Em geral os temas assumiam a designação dos habitantes das províncias ocupadas. Assim é que havia o tema dos anatólicos, dos heládicos, etc...¹²

O tema mais antigo foi o dos armeníacos organizado por Heráclio que havia convocado grande número de habitantes da Armênia quando aí combatia. Esse tema ocupou um território conquistado aos persas, sob a chefia de um nobre armênio que dispunha de poderes civis e militares. Os sucessores de Heráclio ampliaram esse sistema. É interessante observar que, segundo fontes do século VIII, havia, nas províncias, famílias que detinham a posse da terra em troca da prestação do serviço militar hereditário nos temas. A posse da terra foi transformando, aos poucos, a situação social dos militares que acabaram por constituir uma pequena nobreza territorial.

Vamos dar, agora, uma breve informação sobre o armamento em uso no exército bizantino.

Os cavaleiros usavam armamento pesado com capacetes de aço e cota de malhas. A armadura, de acordo com o tempo, era coberta com mantos de linho e de lã. Entre as armas figuravam a espada, a lança, a adaga, o arco e flecha. Quanto ao uso do arco, note-se que Leão (*Táctica*) recomenda que todos os jovens romanos se exercitem nessa arma até a idade de 40 anos. A infantaria empregava muito o arco. Certas províncias forneciam soldados especializados no combate com azagaias. Nos lugares em que a cavalaria não podia atuar, como, v.g., nos passos das montanhas, os infantes empregavam as armas dos cavaleiros. Uma importante invenção foi o fogo greguês. Esse fogo era utilizado principalmente na guerra naval. O exército contudo servia-se do mesmo para afastar os sitiados.

A artilharia de sítio (máquinas de guerra) e a artilharia de campanha (carros, instrumentos de lançamento de pedras) completavam o preparo bélico do exército imperial. Este exército não agia às cegas mas obedecia aos preceitos de uma verdadeira ciência da guerra, fruto de multissecular experiência.

Leão VI chama a atenção para o fato de que a guerra não se decide nem pela superioridade numérica nem pela coragem cega, mas exige «uma rica inteligência junto aos chefes e a força moral das tropas». ¹³ Os responsáveis pelas forças armadas do Império tiveram a sagacidade de aprender os métodos bélicos próprios de cada adversário e o melhor meio de neutralizá-los.

Runciman ¹⁴ sintetiza de modo claro as diferentes formas de proceder dos generais bizantinos frente aos diversos tipos de adversários: «Assim, os francos foram vítimas de sua precipitação, pois facilmente se deixavam levar a emboscadas. Seu abastecimento era mau e a fome provocava deserções. Eram indisciplinados e corruptos. Evitando uma batalha direta, onde a coragem e força individual muito os ajudavam, constituíam um adversário fácil de desgastar. Os turcos, que incluíam os magiares e os petchenegues, eram também astutos, e suas tropas se constituíam de hordas de cavaleiros com armas leves. Ao enfrentá-los, o general bizantino devia precaver-se contra emboscadas e forçá-los à batalha o mais possível. Seus cavaleiros pesados podiam derrotá-los sem que os turcos conseguissem atingir as linhas da infantaria bizantina. Os eslavos, infantes de armas leves, só eram perigosos em terreno montanhoso e difícil. Nas planícies, seu armamento deficiente e sua indisciplina não lhes permitiam resistir às tropas imperiais. Os sarracenos eram, portanto, os inimigos mais importantes. Podiam reunir exércitos enormes, moviam-se com grande rapidez e haviam feito estudos da arte da guerra. Continuavam, porém, um tanto desorganizados, e seu ânimo se alquebrava à derrota. Um ataque noturno num momento em que, carregados com os resultados das pilhagens, se viam obrigados a mover-se mais devagar, podia lançá-los em pânico».

co. Também o clima os atingia, principalmente o frio e a chuva. Homem por homem, seus cavaleiros não eram adversários para os bizantinos e portanto estes não temiam a batalha aberta, exceto quando a proporção numérica era muito desfavorável».

— Antes de estudarmos a decadência do exército bizantino, convém lembrar ainda alguns aspectos interessantes dos serviços auxiliares. Estes distribuíam-se por diferentes setores, como, v.g., a remonta da cavalaria, o serviço de pagamento do soldo, o admirável serviço de recolhimento e tratamento dos feridos, o emprego do telégrafo ótico, o transporte organizado das bagagens militares, o culto religioso (Leão VI exigia que antes de entrarem na guerra os soldados se purificassem por meio da confissão), etc...

— Um dos motivos principais da ruína da monarquia bizantina, anota Diehl,¹⁵ «foi de certo modo a diminuição progressiva e o esgotamento final de sua força militar». As causas dessa decadência se distribuem através de séculos. Eis algumas das mais importantes:

1) A *ab-rogação*, em 1028, das leis que protegiam os bens militares. Tais bens constituíam o fundamento do regime de temas e do recrutamento de populações indígenas. A consequência dessa ab-rogação seria, mais tarde, colocar o império inteiramente nas mãos de mercenários.

2) O *antagonismo* entre as classes letradas que formavam a burocracia palatina e a casta militar repercutiu pessimamente na organização do exército, cujos chefes foram, muitas vezes, não só destituídos de seu comando mas até de seus bens.

3) *Diminuição territorial*. Após a desastrosa e irremediável derrota de Manzikerte (1071), os temas da Mesopotâmia e da Ásia Menor foram deslocados pelo avanço dos turcos. Essa diminuição territorial implicou na respectiva redução dos limites dos temas (que passaram a ter um contingente militar insignificante) e na perda de regiões da Ásia Menor em que o Império recrutava seus melhores soldados.

4) A *taxa militar*, que substituiu para muitos a prestação de serviço nas fileiras, teve como consequência «uma transformação profunda tanto no espírito público quanto na constituição do exército. As populações haviam perdido progressivamente o gosto das armas; as tropas bizantinas haviam sido constituídas, em escala crescente, por uma maioria de mercenários».¹⁶

5) Os *mercenários* constituem o sintoma mais evidente da profunda decadência militar do Império. A falta de pagamento do soldo combinado transformava, às vezes, os soldados contratados para a defesa do Império em terríveis adversários deste. Exemplo marcante das funestas consequências que podia acarretar o uso de soldados estrangeiros foi a situação criada pelos componentes da famosa Companhia de Catalães contratada por Andronico II.

— Concluamos lembrando o fato culminante do esboroamento militar do Império Bizantino: quando a capital foi conquistada pelos turcos, entre os poucos milhares de defensores que lá se encontravam figurava um terço de estrangeiros.

A Marinha

Embora a situação geográfica de Constantinopla tornasse indispensável a presença de uma esquadra não só para a defesa contra os ataques vindos do mar mas também para assegurar o contato com as províncias mais distantes, especialmente as situadas no Ocidente, nem sempre o governo imperial deu importância à construção e manutenção de uma frota de guerra. A conquista da África pelos vândalos e o domínio do mar estabelecido pelos mesmos chamou a atenção para o verdadeiro calcanhar de Aquiles que a carência de uma poderosa força naval representava para o Império. Para a reconquista de Cartago por Belisário foi necessária uma imensa frota de quinhentos navios-transportes e noventa e dois dromos (navios de guerra). Podemos avaliar quão diminuto era o prestígio da marinha de guerra nessa época se considerarmos que os marinheiros profissionais estavam subordinados aos chefes militares das forças terrestres, fato esse que, não raro, provocava desentendimentos e prejudicava seriamente o bom andamento das operações navais.

No século VII dois acontecimentos iam forçar os imperadores bizantinos a darem mais atenção à organização da marinha imperial: os atos de pirataria praticados pelos eslavos no litoral da Grécia e da Dalmácia, chegando mesmo a prejudicar o abastecimento de Constantinopla, e, sobretudo, a criação de um poderio marítimo por Moawia, governador árabe da Síria (649).

Processa-se, assim, uma verdadeira reforma que vai dar a Constantinopla o maior poderio naval de sua História. Essa reforma está relacionada com a do exército e com a instituição dos temas. Foram organizadas duas frotas distintas: a de Constantinopla e a provincial.

A primeira era mantida pela caixa central e tinha por missão defender permanentemente a capital e as regiões vizinhas. Bases navais tinham sido estabelecidas em lugares de valor estratégico, tais como a entrada dos Dardanelos e do Bósforo, no litoral dalmático, etc. A frota de Constantinopla, a frota imperial propriamente dita, era comandada pelo drongário da marinha.

Os navios de guerra agrupavam-se em cinco ou três unidades sob o comando de *comites* ou *navarcas* que recebiam as ordens do drongário e as transmitiam aos capitães das naves ou primeiros pilotos. Integrava a frota imperial uma divisão especial de navios reservados ao pessoal do basileu e da basiliissa.

A frota provincial compunha-se de contingentes dos temas marítimos, divisão essa «que correspondia à dos *tágmata* e dos *thémata* do

exército de terra». ¹⁷ A frota das províncias tinha por missão fazer o policiamento do mar e estar pronta para repelir as incursões inimigas repentinas. Representava, assim, um importante elemento permanente de defesa.

A reforma da marinha bizantina atingiu a fabricação de navios cuja tonelagem foi aumentada e cujo armamento foi tornado mais eficaz. No século X encontramos instalados nos navios de guerra três sifões (tubos longos, flexíveis e móveis) destinados a lançar o famoso fogo greguês.

Os dromos estão dotados de dois andares de remos.

Segundo a *Tática* de Leão «um *dromo* de dimensão média não devia conter mais de 130 homens, dos quais 100 seriam remeiros, nem deslocar mais de 100 toneladas. Arqueiros ocupavam na proa um estrado coberto que dominava os sifões. Torres de madeira, colocadas no centro do navio, estavam guarnecidas por combatentes encarregados de lançar pedras ou outros projéteis por meio de máquinas sobre os navios inimigos». ¹⁸

Havia ainda outros tipos diferentes de navio como as *panfílias* (chamavam-se assim porque originariamente suas equipagens eram recrutadas nas costas da Panfília), galeras de combate de menor porte com apenas quarenta combatentes. Designava-se também *pânfilon*, um navio maior que servia de nau-capitânea, a bordo do qual havia soldados e marinheiros de elite. A frota incluía ainda navios rápidos que desempenhavam a função de batedores. Havia também pequenas embarcações que se encontravam à disposição dos comandos para transmitir ordens e prestarem outros serviços. A frota de guerra não podia dispensar navios de transporte que levavam o indispensável para a manutenção das equipagens e para as tropas, desde armas até cavalos.

Para o combate, a esquadra formava às vezes em meia-lua, com os mais possantes *dromos* nas extremidades e com a nau-capitânea no centro. Outro estratagema era a divisão da frota em três formações: uma atacava o adversário pela frente e as demais pelos flancos ou pela retaguarda. As equipagens exercitavam-se em combates simulados. Um código de sinais por meio de cores facilitava a transmissão de ordens.

O estrategista ou comandante em chefe da expedição tomava diversas precauções, entre as quais figurava a reunião de um conselho de guerra com seu estado maior e um estudo das condições meteorológicas de acordo com as informações recebidas. Antes de partir, a frota recebia a bênção dos sacerdotes.

O declínio do prestígio da marinha bizantina acompanha a decadência do exército. As guerras civis desorganizam os temas marítimos e a pirataria toma conta dos mares. Fato de gravidade excepcional para o poderio marítimo de Bizâncio é a fundação das potências marítimas na península italiana.

A ameaça naval dos normandos faz com que o basileu recorra ao auxílio de Veneza. O tratado feito por essa república com Alexis Comneno fortalece a influência da mesma no Oriente. Contudo deve ser atribuída a esse imperador «o último grande esforço naval que fez Bizâncio».¹⁹

No início do século XIII a decadência se acentua. Alexis III, impotente em face dos ataques dos piratas genoveses, toma piratas a seu serviço e, em 1201, chega a participar dos benefícios conseguidos pelos mesmos.

Na última etapa da História do Império, Andronico III fez uma grande tentativa de reconstituir a marinha imperial sob a orientação de João Cantacuzeno.

A hora final do poderio marítimo bizantino já havia soado. Constantinopla não podia enfrentar as esquadras otomanas que dominavam o mar. Na hora suprema da queda de Constantinopla, aos trezentos e cinquenta navios dos otomanos o Império só podia opor uma pequena esquadra imperial refugiada no Chifre de Ouro integrada por cinco navios dos quais um pertencia ao basileu, e os quatro restantes aos genoveses que estavam a soldo do Império.

Além dessa insignificante força naval, encontravam-se ainda oito navios de guerra estrangeiros e algumas embarcações mercantes.²⁰

¹ Bréhier, *Le Monde*, II, p.334.

² Runciman, *A Civilização*, p.108.

³ Diehl, *Grandeza*, p.76.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 77.

⁵ Baynes, *El Imperio*, p.113.

⁶ Runciman, *A Civilização*, p.109.

⁷ Bréhier, *Le Monde*, II, pp.336.

⁸ Idem, *ibidem*, p.337.

⁹ Bréhier, *Le Monde*, II, p.341. Ver, contudo, outras cifras em Diehl, *Grandeza*, p.67.

¹⁰ Diehl, *Grandeza*, pp.67-69.

¹¹ Bréhier, *Le Monde*, II, p.353.

¹² Idem, *ibidem*, p.356.

¹³ Idem, *ibidem*, p.372.

¹⁴ Runciman, *A Civilização*, p.114.

¹⁵ Diehl, *Grandeza*, p.310.

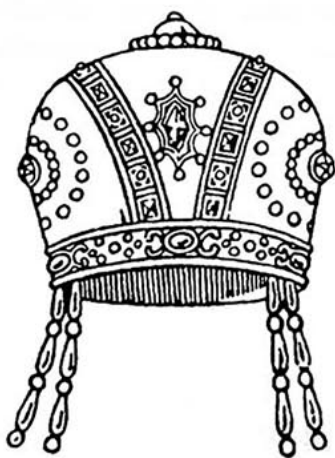
¹⁶ Idem, *ibidem*, p.312.

¹⁷ Bréhier, *Le Monde*, II, p.410.

¹⁸ Bréhier, *Le Monde*, II, p.416.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.421.

²⁰ Idem, *ibidem*, p.429.



*Tiara do Imperador
Miguel Paleólogo.*

CAPÍTULO VI

As Finanças e a Economia

1. As Finanças

DIFICULDADES — O estudo da História Financeira de Bizâncio oferece duas dificuldades. A primeira é a carência de fontes. Baynes¹ sublinha: «Em nenhuma parte o historiador do Império Romano Oriental sente de modo tão agudo as limitações que lhe impõe o silêncio de suas fontes, como na esfera da Fazenda. Sacrificaria com prazer os detalhes de qualquer guerra fronteiriça registrada por um cronista, se, em troca, pudesse obter alguma idéia mais ampla do fundamental daquele sistema que, por si só, possibilitou aos imperadores manter e equipar seus exércitos».

Outra dificuldade reside na complexidade da administração do Império e nas transformações sofridas pelos serviços financeiros através dos séculos de acordo com as flutuações da política externa e interna. Não é possível, nos estreitos limites deste capítulo, apresentar um quadro minucioso do sistema financeiro bizantino de modo a abranger sua milenar existência. Limitar-nos-emos, pois, a delinear suas características gerais, a registrar as principais fontes de receita e as mais importantes despesas. Concluiremos o presente estudo com breves notas referentes ao sistema monetário bizantino.

Traços gerais

Um traço característico da vida financeira do Império do Oriente foi a estabilidade que, neste setor, reinou durante um longo período de oitocentos anos. O historiador Gelzer² chama a atenção para esse fato: «No período de oitocentos anos que vai de Diocleciano a Aleixo Comneno, o governo romano nunca se viu obrigado a declarar-se em bancarrota ou a suspender os pagamentos. Nem o mundo antigo nem o mundo moderno oferecem um fenômeno que possa comparar-se completamente a este. Essa prodigiosa estabilidade da política financeira romana assegurou ao «bizantino» sua circulação universal. Devido a seu peso completo passou por todas as nações vizinhas como um meio válido de troca. Graças à sua moeda, Bizâncio controlou tanto o mundo civilizado como o mundo bárbaro». Embora essa estabilidade não tenha sido, a rigor, contínua, as crises passageiras que a interromperam foram prontamente debeladas e seguidas de plena recuperação.

O êxito da atividade financeira deve-se sobretudo à vida econômica intensa, aos grandes recursos de que dispunha o Império e, finalmente, ao cuidado que a autoridade imperial demonstrava pela arrecadação fiscal. «A arrecadação dos impostos era, pois, o primeiro dever que o imperador ditava à administração. Aumentar as rendas do fisco, pôr todo o empenho em defender seus interesses, era a regra de conduta essencial que Justiniano prescrevia aos seus funcionários».³

— Outra nota característica da vida financeira bizantina foi a crescente preocupação de que os pagamentos se efetuassem em dinheiro, evitando-se cuidadosamente as concessões permanentes de terra. A abundância de ouro evitou a descentralização com a outorga de terras que se transformavam em feudos. Baynes⁴ vê no sistema adotado no Ocidente (pagamento aos funcionários da coroa por meio da concessão de terras) «a explicação de grande parte da agressividade dos soberanos ocidentais nos primeiros tempos da Idade Média, especialmente nos planos da conquista italiana». O historiador citado observa que nos territórios conquistados, o vassalo deixava em breve de apoiar o monarca para cuidar de seus próprios interesses. Esse fenômeno impediu a existência de um exército e de uma frota permanentes. O mesmo não aconteceu em Constantinopla. Aqui o poder central manteve o controle das terras, arrecadando tributos que lhes proporcionaram a manutenção constante das forças armadas.

Receita

De um modo geral, sem levar em consideração as transformações havidas no correr do tempo, podemos apresentar a seguinte sucinta relação das principais fontes da renda pública no Império Bizantino:⁵

1) Os bens de particulares que, em virtude de prescrição, passavam a pertencer ao Tesouro Público. Nos casos de sucessão intestada, os bens móveis e imóveis do falecido tornavam-se propriedade estatal.

2) Doações dos súditos do Império.

3) Pagamento que faziam os candidatos a funções públicas.

4) Rendas dos domínios imperiais existentes na Ásia.

5) Tributação direta e indireta, ordinária ou extraordinária.

— Vejamos, agora, com mais detalhes, alguns exemplos de fontes da renda pública em épocas diferentes da História Bizantina.

Até a dinastia de Heráclio o sistema fiscal bizantino repousa fundamentalmente na reforma financeira de Diocleciano que incluía impostos imobiliários sobre a terra arável e impostos pessoais. Entre os impostos pagos *in natura* lembremos a *Annona Cívica* do Egito reorganizada por um edito de Justiniano. Ao felá cabia a responsabilidade de alimentar a capital do Império. Pelo fim do século V foi instituída a prática chamada *epibolé*, segundo a qual toda comunidade de camponeses livres foi considerada como uma unidade fiscal responsável por

um determinado total de impostos. Essa medida fora provocada pela sensível diminuição do imposto imobiliário causada pela escassez de mão-de-obra e pelo abandono das terras, cujos proprietários haviam sido arruinados pelos próprios agentes fiscais. Compreende-se a impopularidade dessa prática que, entretanto, persistiu durante séculos.

Os principais impostos indiretos gravavam a venda e a circulação de mercadorias (importação e exportação).

O Estado detinha o monopólio de numerosas indústrias essenciais, como, v.g., a panificação, e o monopólio da compra, na fronteira, de determinados artigos, como a seda da China, as especiarias da Índia, os perfumes da Arábia, etc...⁶

Os domínios imperiais constituíam uma apreciável fonte de renda.

No reinado de Justiniano esses domínios abrangiam o *patrimonium* (domínios da coroa), a *res privata* (bens pessoais do imperador) e a *domus divina* (constituída sobretudo de bens confiscados ou produtos de herança). Note-se que a conquista da África e da Itália aumentou consideravelmente os bens constitutivos do domínio da coroa.

— Da época da dinastia de Heráclio até a tomada de Constantinopla pelos cruzados operam-se reformas não só nos serviços de arrecadação de impostos mas no próprio regime fiscal. Entre os impostos diretos dessa época podemos anotar a título de exemplo: o *imposto imobiliário*, que recaía somente sobre os proprietários, e a *capitatio*, que atingia todos os habitantes da zona rural e urbana. Sobre esta última pesava ainda uma série de tributos urbanos cuja supressão deu-lhe popularidade à Irene, mas que foram restaurados por Nicéforo I, «o único financista profissional a se tornar imperador».⁷

Este imperador introduziu diversas reformas no sistema financeiro. Entre elas convém destacar a criação do *allelengyon*, garantia mútua que substituiu o antigo imposto conhecido como *epibolé*. «O território foi dividido em unidades fiscais, taxadas cada uma por um determinado preço fixo. Todos os habitantes de uma unidade eram solidários no pagamento do imposto e, diferentemente do sistema de *epibolé*, as terras abandonadas passavam para o fisco».⁸

Nos séculos X e XI aumentou o número de impostos diretos entre os quais corvéias e um imposto de guerra criado por Nicéforo Focas destinado a equipar os exércitos e as frotas. Este pesado ônus foi supresso por João Tzimices após a vitória sobre os russos.

Basílio II estabeleceu um novo *allelengyon*, diferente do criado por Nicéforo I: o pagamento do imposto dos pobres que haviam abandonado suas terras passava para a responsabilidade dos grandes proprietários. Era um golpe nos ricos latifundiários.

Além dos impostos diretos, a população estava onerada pela prestação de serviços (*munera extraordinaria*), como a manutenção de estradas, de fortificações, pontes, etc...

Aos residentes nas margens das rotas percorridas pelos correios cabia manter as estações, fornecer os animais e atender o pessoal de serviço.

— Os *impostos indiretos* recaíam sobre a circulação de mercadorias e sobre os navios mercantes. A necessidade do apoio de Veneza obrigou o governo imperial a desastrosas renúncias no setor fiscal alfandegário. Assim é que Aleixo Comneno concedeu (1082) à república do Adriático a liberdade de comércio e a franquia total de impostos em 29 portos do Império, entre os quais os de Abidos e de Constantinopla. Imagine-se o desfalque tremendo que tais concessões acarretavam para as finanças estatais. «Ao lado dos venezianos, os pisanos e os genoveses haviam-se igualmente estabelecido no Oriente: «A Itália Marítima», como diz Nicetas, «penetrava com velas enfunadas na cidade imperial».

De certo, os primeiros tratados assinados com Pisa e Gênova concediam a estas cidades menos privilégios que a Veneza; mas, no decurso do século XII, para contrariar as ambições de Veneza, mais de uma vez os imperadores gregos favoreceram seus concorrentes. Eles também tiveram seu bairro e sua colônia em Constantinopla (em 1162, a de Pisa somava mil pessoas), também se beneficiaram com importantes reduções de direitos alfandegários e obtiveram livre acesso a todos os portos do império. Mas também inquietaram freqüentemente o governo imperial, que por vezes lhes retirou seus estabelecimentos para instalá-los fora de Constantinopla e consentiu que a população os atacasse e pilhasse. No entanto, a necessidade que a política grega tinha de sua aliança concorreu sempre para que se restabelecesse o entendimento, com grande pesar dos venezianos, ciosos de toda concorrência, e com grande prejuízo para o império, que aumentava assim o número de seus exploradores».⁹

Quando, após o término do Império Latino, o Império Bizantino restabeleceu Constantinopla como capital, o equilíbrio financeiro está definitivamente rompido. Todas as rendas são insuficientes para que os Paleólogos possam afastar as ameaças que se levantam de todos os lados.

Os impostos territoriais e as rendas dos grandes domínios imperiais da Ásia Menor vão sofrer restrições com o avanço dos turcos. Os impostos provenientes das alfândegas e da circulação de mercadorias sofrem o impacto dos privilégios de isenção concedidos às repúblicas italianas. O tesouro do império encontra-se esgotado e os outrora orgulhosos basileus passam a viver de expedientes e a sofrer cruéis humilhações.

João Cantacuzeno declara: «Não há mais dinheiro em parte alguma. As reservas foram dissipadas, as jóias imperiais vendidas, e os impostos não se arrecadam mais, estando o país completamente arruinado».¹⁰

A tal ponto tinham chegado as finanças do Império que João V Paleólogo, cujo festim nupcial fora servido em pratos de barro e estanho, empenhava as jóias da coroa ou cedia um território em troca de alguns milhares de ducados.¹¹

Em 1423, Tessalonica, a segunda cidade do Império era vendida aos Venezianos por 50.000 ducados. Em breve a própria capital arruinada e despojada de suas antigas riquezas, sucumbiria tragicamente.

Despesas

Mais fácil que o estudo das fontes de renda do Império é a enumeração de suas despesas.

Em primeiro plano figuram os gastos colossais com a manutenção das forças armadas, com o pagamento de mercenários, com os grandes empreendimentos militares quer defensivos quer ofensivos. Justiniano teve que renunciar à execução de todos os seus planos em virtude da escassez de recursos financeiros.

A diplomacia imperial absorvia igualmente boa parte das rendas do Império quando assinava tratados onerosos em que se comprava a paz a peso de ouro.

A corte imperial com seu numeroso pessoal, com seu luxo deslumbrante e suas festas pomposas constituía um sorvedouro de dinheiro.

As construções de notáveis obras de interesse público como edifícios, igrejas, fortificações, cisternas, pontes e estradas, o socorro prestado a cidades arruinadas por alguma grande catástrofe (um terremoto, por exemplo), eram outras tantas obrigações a que o tesouro do Estado devia atender.

Lembremos ainda que nos primeiros séculos da História Bizantina havia em Constantinopla distribuição pública de pão, carne, vinho e azeite o que acarretava um verdadeiro rombo nas finanças estatais. A distribuição de trigo foi suspensa no reinado de Heráclio.

Eis aí alguns exemplos das principais despesas do Império. Deixamos para outro capítulo os gastos relacionados com as atividades da Igreja a que estavam afetas numerosas obras de caráter social.

*A Moeda*¹²

Vamos concluir este item a respeito das Finanças bizantinas com breves notas sobre as moedas de ouro, de prata, de bronze e de cobre.

A principal moeda de ouro era o *solidus* (soldo, *chrysos* ou *numisma*), o bizâncio da Idade Média. No soldo entravam 96 milésimos de ouro fino (no reinado de Aleixo Comneno houve alterações nessa composição) e seu peso estava entre 4,49 a 4,53 gr, «segundo estudos feitos por Duchalais, pesando grande número de soldos e terços de soldo bizantinos, de Majoriano até Maurício Tibério.

O soldo de ouro subdividia-se em semisses (meio soldo) e tremisses (a terça parte do soldo).

Eis o valor do soldo em relação às demais moedas no período compreendido entre Constantino e Anastácio I:

1 Soldo ouro equivalia a: 12 miliarensis de prata; 24 síliquas; 288 follis; 5750 denários.

As moedas de prata do Império bizantino eram:

Miliarensis ou miliarésio; Meia-miliarensis; Síliqua; Meia Síliqua.

A síliqua, que substituiu a miliarensis e a meia miliarensis nos reinados de Constâncio II e Juliano II, foi a moeda — unidade de prata do Império Bizantino.

Era cunhada em prata pura e pesava 2,60 gr. «Mommensen, o ilustre historiador e erudito alemão, examinando vários exemplares desta moeda, notou que as cunhadas no reinado de Justino I, trazendo a marca CN, ou sejam 250 unidades, pesavam de 0,60 a 0,62 gr. A mesma moeda pertencente ao reinado de Justiniano I, com a mesma marca, pesava de 1,36 a 1,38 gr, isto é, o dobro das anteriores. A *meia-síliqua* de Justino I (518-527) ou as de Justiniano I (527-565), com a marca PKE (125 unidades), tinha um peso médio de 0,62 gr e a mesma moeda dos mesmos imperadores, mas com a marca PK (120 unidades), pesava de 0,63 a 0,64 gr».

— A moeda de bronze chamava-se *follis*. A marca de seu valor era assinalada em latim ou em grego de acordo com o destino de sua circulação: províncias ocidentais ou orientais.

«As peças menores eram denominadas numi ou denários. O *numi* era a unidade de menor módulo e considerada como a de menor espécie monetária. Os *denários* vêm mencionados em grande número de autores e embora com significação diversa, designa quase sempre uma «pequena moeda de cobre».

Foi Anastácio que em 498 criou a grande *follis* de bronze com suas subdivisões. A nova moeda foi bem acolhida sobretudo entre as camadas pobres da população, pois a moeda de cobre em circulação não só se fizera escassa mas também carecia da indicação de seu valor. A moeda criada por Anastácio persistiu como moeda imperial típica até meados do século VII (época de Constantino IV).¹³

2. A Economia

Introdução

A riqueza de Constantinopla impressionou vivamente os homens da Idade Média. Villehardouin,¹⁴ o historiador da quarta Cruzada, escreveu maravilhado que não se «podia acreditar que pudesse haver em todo o mundo cidade tão rica». No presente item vamos estudar as principais manifestações dessa riqueza através das atividades rurais, industriais e comerciais. A terra e sua produção constituíram a viga mestra da estabilidade econômico-financeira do Estado Bizantino. «Duas coisas, escreve um imperador do século X, são necessárias à con-

servação do Estado: a agricultura, que sustenta os soldados, e a arte militar, que protege os agricultores. Todas as outras profissões lhes são inferiores». ¹⁵

Mas a prosperidade bizantina não resultava só das atividades agrícolas. A indústria e o comércio desempenharam, nessa prosperidade, um papel relevante. As cidades florescentes do Império, sobretudo a capital, foram centros notáveis de produção industrial. E como essa produção superava, muitas vezes, o consumo interno, desenvolveu-se necessariamente um intenso intercâmbio comercial para o que concorreu de modo decisivo a privilegiada situação geográfica do próprio Império situado no ponto de junção de dois continentes e, por isso, destinado a ser intermediário natural entre o Oriente e o Ocidente.

Constantinopla era uma verdadeira encruzilhada de rotas marítimas e terrestres. Uma notável rede de portos distribuídos desde o Mar Negro ao Mediterrâneo Ocidental proporcionava grandes facilidades para a circulação de mercadorias.

Acrescentemos a isso a alta conta em que durante muito tempo foi tida a moeda bizantina, especialmente o soldo de ouro que era aceito em todos os mercados.

1. ATIVIDADES RURAIS

O estudo da agricultura no Império Bizantino encontra-se intimamente relacionado com problemas financeiros (a terra era fonte primordial das rendas estatais), sociais (a estrutura social das populações rurais desde os grandes latifundiários até os mais humildes colonos e arrendatários será estudada em capítulo à parte), políticos (a oposição entre a aristocracia rural e o poder central) e jurídicos (basta lembrar o Código rural do século VIII). Todos esses aspectos são abordados, embora sumariamente, em outros capítulos.

Aqui vamos limitar-nos apenas a um resumo das principais atividades rurais e dos métodos nelas empregados.

A principal fonte de que dispomos para esse estudo é de caráter iconográfico, pois os tratados de agricultura dos antigos, embora muitas vezes objeto de traduções e de compilações, como observa Bréhier, ¹⁶ «não tiveram nenhuma influência sobre a prática».

Entre os instrumentos de trabalho do agricultor bizantino contam-se a foice, o maço com duas cabeças, o sacho, a forquilha, a canga e sobretudo a charrua.

As duas principais operações agrícolas eram a limpeza do terreno e a lavragem. A primeira incluía o abate de árvores, a extirpação de raízes e até a fixação de marcos de propriedade em forma de colunas com capitéis. ¹⁷ As gravuras mostram-nos numerosas cenas de amanho da terra com o arado. Entre os produtos agrícolas figuravam em primeiro plano o trigo e as frutas. As planícies da Trácia forneciam trigo em

abundância para a alimentação dos habitantes de Constantinopla. A Ásia Menor «parece ter sido, em muitas de suas províncias, uma região fértil; fala-se nos textos dos magníficos domínios que ocupam a planície da Cilícia ou o tema dos Tracesianos; a Capadócia, onde se encontram grandes proprietários de vinhedos, era, ao que parece, uma região não menos rica».¹⁸

Para a debulha do trigo utilizavam-se processos bem antiquados: o cereal era espalhado em uma área circular por sobre a qual passava uma espécie de trenó com um dispositivo de pontas de sílex. Uma junta de bois guiados por um condutor, que sentava no trenó para aumentar-lhe o peso, arrastava durante horas a fio o primitivo instrumento.

A criação de gado era intensa, até a conquista turca, na Ásia Menor, onde se encontrava o principal centro de remonta da cavalaria imperial.

Também nos vales da península balcânica, pastores nômades praticavam a criação, provocando, não raro, graves distúrbios com a população de vida sedentária cujas propriedades aqueles invadiam. As gravuras dos manuscritos revelam-nos a importância dada à apicultura.

Entre as atividades rurais podemos incluir ainda a caça que constituía um dos principais divertimentos de todas as classes da sociedade bizantina. O equipamento cinegético variava de acordo com a posse dos que se dedicavam ao esporte. Usavam-se falcões e cães amestrados. A caça com falcões era popularíssima e praticada até por crianças. Caçavam-se aves de rapina, lebres, raposas, cervos, gazelas, javalis, ursos, etc... Entre as armas empregadas figuravam arcos, espadas, punhais, machados, etc...

2. A INDÚSTRIA

A severa intervenção estatal nas atividades industriais chama, desde logo, a atenção do estudioso da História Econômica Bizantina. O trabalho livre, a iniciativa individual não tinham vez: os artesãos encontravam-se agrupados, de acordo com a natureza de seu trabalho, em corporações sobre as quais se fazia sentir inflexivelmente a fiscalização do Estado. «Cada corporação tem um monopólio que obedece a regras rigorosas, que não pode ampliar. E' assim que, nas indústrias de couro, distinguimos nitidamente os curtidores, os peliqueiros, os correeiros; na indústria da alimentação está exatamente determinado o que diz respeito aos cortadores, aos salchicheiros, aos tendeiros; isso é mais impressionante ainda na indústria da seda, na qual se encontram cinco corporações, cada uma com atribuições próprias. Todas essas corporações obedecem a severa disciplina; as condições de admissão eram minuciosamente determinadas, assim como o regime de trabalho. E' a corporação que substitui o indivíduo na compra da matéria-prima, na venda e na quantidade dos objetos fabricados. Qual-

quer concorrência tornava-se impossível. Do mesmo modo, é minuciosamente marcado tudo o que diz respeito à condição, trabalho e salário dos operários, assim como à situação dos aprendizes».¹⁹

Cabia ao prefeito da cidade exercer um permanente controle na atividade industrial, quer fiscalizando a contabilidade, quer regulamentando a exportação de certos produtos. Os violadores dos dispositivos legais estavam sujeitos a severas penalidades.

Passemos, agora, a um breve exame dos diferentes ramos de indústrias florescentes no Império.

Em Constantinopla podemos distinguir, entre outros, três importantes setores industriais: o de alimentação, o de construção e o de objetos de luxo.

O primeiro estava intimamente relacionado com a segurança do Estado pois dela dependia, em parte, o abastecimento da capital.

Da importância do segundo podemos julgar através das numerosas e imponentes construções que embelezavam a cidade e sobre as quais falaremos no capítulo referente às artes.

O terceiro setor compreendia diferentes atividades: indústrias têxteis, indústrias de perfumes, de objetos de metais preciosos, de objetos de marfim, etc...

As indústrias têxteis trabalhavam com o linho, o algodão, a lã e a seda.

Após a invasão árabe, Constantinopla herdara a indústria têxtil do Egito, especialmente a do linho.²⁰

Alguns tecidos eram às vezes cuidadosamente ornamentados com ricos bordados em fio de ouro e de prata aos quais se juntavam pérolas e pedras preciosas.

Apesar do grande número de manufaturas de seda existentes em Constantinopla, a produção não era suficiente para o consumo que se fazia em larga escala tanto para vestir os integrantes das classes mais elevadas da sociedade como para a confecção de objetos de uso litúrgico.

A tinturaria estava estreitamente ligada à fabricação de tecidos, especialmente de seda e de lã. Ao lado da púrpura extraída do múrice (que se encontrava no litoral da Lacônia e da Síria) empregava-se também a tintura proveniente de vegetais. A arte de tingir tecidos atingiu no século X o apogeu. A habilidade dos tintureiros produzia a cor purpúrea em variadas e suaves nuances.

3. O COMÉRCIO

Constantinopla foi durante muitos séculos a mais bela e provavelmente a maior capital do mundo: «Quando as grandes cidades do Ocidente eram em sua maioria pobres e medíocres aglomerações, ela era a rainha das elegâncias, o centro do mundo civilizado e, como se disse muito bem, «a Paris da Idade Média».²¹ A principal razão dessa pros-

peridade e grandeza encontramo-la nas imensas riquezas que o tráfico internacional acumulava na capital do Império.

Estudando o comércio medieval, Schmidt²² chama a atenção para o fato de Constantinopla ser «a estação de etapa e o ponto central do grande retângulo comercial europeu». Esse grande retângulo, na alta Idade Média, abrangia, segundo o supracitado autor, Constantinopla, Marselha, Londres, o Báltico e Odessa.²³ Já salientamos a posição geográfica excepcional de Bizâncio a cujo porto cosmopolita aportavam navios de todas as nações. «No porto, tanto do lado do Chifre de Ouro quanto na costa da Propôntida, concentrava-se o dia inteiro uma multidão cosmopolita — como se o mundo se tivesse convocado para Bizâncio: Asiáticos de nariz adunco, de olhos amendoados sob sobrelanceiras espessas, de barba em ponta, de cabelos negros pendentes sobre os ombros, mercadores de Babilônia, da Síria, do Egito ou da Pérsia, com os tradicionais turbantes, búlgaros barbeados, imundos, usando à guisa de cinto uma cadeia de ferro, russos de longas barbas ondeantes, de olhos glaucos, de nariz chato e coberto de peles, cazares e petchenegues, gente da Espanha e da Lombardia, comerciantes de Pisa e de Amalfi, de Gênova e de Veneza, que tinham, ao longo do Chifre de Ouro, seu bairro, seus desembarcadouros, seus entrepostos, suas igrejas, misturando-se e confundindo-se todas as raças, todas as línguas. Os entrepostos regurgitavam de mercadorias preciosas, vindas de todos os quadrantes; os negócios eram extraordinariamente ativos; e os viajantes deslumbrados constataavam que «os mercadores chegavam a Constantinopla de todos os países do mundo, por terra e por mar».²⁴

Os negociantes estrangeiros que atingiam a capital sofriam a mais severa fiscalização da parte das autoridades. Inicialmente deviam apresentar-se ao prefeito, do qual recebiam a permissão para uma permanência de três meses. Passado esse prazo cabia ao prefeito a venda das mercadorias cujo produto era retido até ao ano seguinte. Também as compras efetuadas pelos mercadores estrangeiros ficavam sob rigoroso controle, não só para evitar a sonegação de impostos, mas também para impedir a exportação de determinadas mercadorias. E' que não interessava às autoridades a vulgarização de certos artigos de luxo fora da fronteira do Império.

«Seu preço e sua raridade tinham que ser mantidos. Alguns tecidos nem sequer eram colocados no mercado e só chegavam ao exterior como presentes ocasionais a cortes estrangeiras. Liudprand, o embaixador italiano, que tentou contrabandear algumas sedas para fora de Constantinopla em 968, viu-as confiscadas pelos funcionários da alfândega. As mercadorias, antes de exportadas, tinham de ser marcadas com o sinete do Estado».²⁵

Na rua central de Constantinopla, a larga rua Mesê com suas arcadas, encontravam-se grandes bazares dispostos em grupos de acordo com as mercadorias. Como a indústria e o comércio externo, as

transações comerciais internas estavam também sujeitas a implacáveis restrições do dirigismo econômico que tanto caracteriza o Estado Bizantino.

Eis, a título de curiosidade, algumas proibições que cerceavam as iniciativas mercantis:

1) O mercador não podia comprar a mercadoria do fornecedor que bem lhe aprouvesse.

2) Não era permitido a estocagem de mercadorias de consumo para aguardar preços melhores.

3) A já citada proibição de exportar certos produtos.

4) Impossibilidade de instalar a loja de acordo com as conveniências do negociante. Cabia ao prefeito determinar o local.

5) Interdição, para certos negociantes, de instalar uma loja para a venda de seus artigos. Assim, v.g., o tecelão de linho era obrigado a percorrer a cidade com seus produtos.

6) Não se admitiam estabelecimentos com produtos sortidos. Cada um devia contentar-se com os ramos próprios de sua especialidade. Assim, por exemplo, o ourives tinha sua atividade limitada aos trabalhos em ouro, prata e pedras preciosas. Os banqueiros só deviam ocupar-se com o câmbio e com o empréstimo de dinheiro.

7) A organização de *trustes* e de cartéis ou ainda de simples sucursais era proibida.

8) Proibição de fixar os preços das mercadorias ou o nível dos salários. Eram atribuições do prefeito.

9) Proibição de trabalhar aos domingos e dias de festas, a fim de que, segundo a novela 54 do Imperador Leão, as pessoas ocupadas no comércio e na indústria pudessem «assistir às Santas Liturgias e seguir as cerimônias».

— Passemos, agora, a um sucinto estudo do comércio externo.

Do Oriente chegavam a Constantinopla as mais variadas e preciosas mercadorias trazidas por audaciosos mercadores que, por terra ou por mar, atingiam os longínquos mercados da Arábia, da Índia e até mesmo da China. Constantinopla substituíra, a partir do século VI, Alexandria e Antioquia como principal entreposto de artigos de procedência oriental. Entre esses artigos figuravam a seda da China, seda aloés, cravo e sândalo da Indochina, especiarias, aromas, pedras preciosas e pérolas da Índia.

O comércio com o Oriente é-nos descrito por um marinheiro e negociante aposentado, Cosme Indicopleustes (séc. VI), natural do Egito, afeito a longas viagens por terras distantes. Seus itinerários porém não oferecem fácil interpretação. Assim é que, quando fala nas Índias, parece entender, por essa expressão, o litoral da Arábia e da África.

O comércio com o Oriente se processava por via terrestre e por via marítima.

A famosa rota da seda iniciava-se, no Ocidente, a partir de Antioquia. As caravanas «passavam o Eufrates em *Mabugh* (Hierápolis), atravessavam o território dos Partas por *Ecbátana* (Hamadan), *Ragés* (perto de Teerã), *Hecatômpeilos*, o oásis de *Merv*, *Bactres* e ganhavam o Pamir, ao pé do qual se encontrava a *Torre de Pedra*. Lá se processavam as trocas entre caravanas chinesas e ocidentais. Em *Kachgar* a rota se bifurcava, ao norte por *Issedon Scythica* (Kutchá), *Issedon Serica* (Leu-lan) e a porta de *Daxata* (Iu-men-Kuan), ao sul, por *Iarkand*, *Kotan*, *Miran*; depois as duas rotas se unem em *Throana* (*Tuen-Huang*). As caravanas penetravam, então, na China e atingiam *Sera Metropolis* (*Si-gnan-fu*) e *Saraga* ou *Thinae* (Lo-yang, Honanfu).²⁶ O leitor poderá imaginar as peripécias por que as caravanas que seguiam o roteiro acima descrito deviam passar, pois este levava os viajantes através de longos e penosos desertos e quase impenetráveis muralhas de montanhas. Na época de Justiniano uma caravana levava 150 dias da China à fronteira persa e mais 80 dias desta à de Bizâncio.

Um simples olhar ao mapa revelará ao leitor as implicações políticas da existência dessa rota nas relações entre persas (que cedo detiveram o monopólio de venda da seda), bizantinos e turcos.

Um acontecimento de grande alcance econômico foi a introdução do bicho da seda em Constantinopla por dois monges originários da Ásia Central (séc. VI). «Passou-se algum tempo antes que a criação do bicho da seda se espalhasse pelo império; mas daí por diante a importação do Oriente começou a declinar».²⁷

A rota marítima do Comércio Oriental passava pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico. No primeiro existiam vários portos que recebiam mercadorias da Arábia, da África Oriental e das Índias.

O rei de Axum (negus da Etiópia) possuía o porto de Adulis, no sul do Mar Vermelho, donde enviava navios a Ceilão. Axum exportava também os produtos do interior africano, tais como incenso, papiro, marfim, etc...

— Ceilão era um importantíssimo ponto de encontro entre navios do Mar Vermelho, da Índia e da Pérsia. Os persas usufruíam de notável prestígio nessa ilha fazendo séria concorrência aos bizantinos, cuja moeda, entretanto, era muito bem aceita e desempenhava importante papel nas transações comerciais.

Os produtos industriais de Constantinopla e as especiarias do Oriente alimentavam o comércio entre o Império e povos bárbaros do Norte, como os godos, hunos e ávaros. Bizâncio importava do Norte peles de animais e âmbar do Báltico.

— As vitórias de Justiniano abriram boas perspectivas para o comércio do Mediterrâneo. Alguns navegantes chegaram mesmo a atravessar as colunas de Hércules e atingir as Ilhas Britânicas que forne-

ciam estanho, metal muito procurado em virtude das inúmeras aplicações industriais.

Convém mencionar aqui o papel decisivo que os comerciantes das cidades marítimas da Síria, da Ásia Menor e do Egito (esses comerciantes eram considerados «sírios») desempenharam nas relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente. Os «sírios» possuíam verdadeiras colônias espalhadas em diferentes cidades ocidentais, entre elas Roma, onde existia uma florescente comunidade. Essas colônias mantinham um intercâmbio comercial florescente, importando para o Ocidente vinhos (que faziam concorrência aos da Itália), óleos, frutas, papiro, tinta, especiarias, perfumes, seda, algodão, objetos manufaturados, etc...

— Após essa visão geral do Comércio bizantino, vamos estudar rapidamente a influência que os acontecimentos da política externa e interna tiveram nas transações mercantis do Império até sua total decadência no século XV.

Já vimos como os persas interferiram no comércio da seda e como o Império contornou a situação. As conquistas árabes tiveram profunda repercussão na economia do Mediterrâneo. As «cidades da Síria, grandes centros industriais e marítimos, foram perdidas. A navegação árabe tornou-se senhora de todo o tráfico no Oceano Índico, fazendo desmoronar, em consequência, o reino cristão da Etiópia, cuja marinha assegurava a ligação entre Alexandria, o Golfo Pérsico e as Índias.

A própria Alexandria, o mercado da Ásia no Mediterrâneo, foi conquistada ao Império». ²³ Mas os bizantinos souberam refazer-se dessas perdas. Continuavam dominando o Mar Negro e o Mar Egeu. Por intermédio de Trebizonda são mantidos os contactos com a Ásia Central, a Índia e a China.

Através dos rios russos chegam as madeiras, as peles, o mel e os escravos que são trocados pelos produtos de luxo da indústria de Constantinopla.

Por Tessalónica chegam os metais da bacia danubiana. O Adriático continua um fértil campo de atividades comerciais. Prova de que os árabes não entravaram gravemente o processo comercial de Bizâncio é que o mesmo atinge seu apogeu nos séculos IX e X.

O século XI assiste ao início da decadência do comércio. Entretanto, ela não ocorre de uma hora para outra (no séc. XII as atividades comerciais ainda estão florescentes). Entre as causas desse declínio podemos citar a título de exemplo:

- 1) As ondas de invasões turcas na região meridional da Rússia comprometem a segurança das transações comerciais. Posteriormente os seldjúcidas conquistam a maior parte da Ásia Menor, fechando as rotas comerciais.

2) No século XI as guerras contra os Búlgaros aumentam consideravelmente as despesas com o exército o que leva o basileu a negligenciar a frota e entregar o policiamento do Adriático a Veneza. Essa política funesta de abandono dos mares encontra o apoio da aristocracia latifundiária que não vê com bons olhos a burguesia comerciante. A política da terra vence a política do mar e prepara a queda do Império. É interessante notar que na mesma época, com o recuo econômico da burguesia, se processa um retrocesso cultural. Basílio II, considerando a instrução um luxo por demais caro e até mesmo um perigo para o Estado, suprime pura e simplesmente a Universidade de Constantinopla.²⁹

3) O abandono da marinha teve como contrabalanço o aumento do poderio econômico e político das repúblicas italianas, especialmente de Veneza. Quando os bizantinos tentaram reagir, já era tarde e estava até mesmo firmada a mentalidade segundo a qual a conquista de Constantinopla era indispensável para a manutenção da prosperidade comercial de Veneza. Essa idéia tomou corpo na quarta cruzada.

4) Os normandos perturbaram tremendamente o comércio bizantino. Em 1147 Rogério II tomou Tebas e Corinto, levando para a Itália bichos-da-sêda e tecelões.

5) Finalmente convém lembrar como causa da decadência comercial o próprio orgulho bizantino inspirador da política econômica do império.

Diehl³⁰ estuda esse problema em substancial página: «Depois de ter, nos primeiros séculos, timbrado em fomentar o tráfico dos seus súditos com os países estrangeiros, depois de ter, ainda no século VIII com a publicação do código náutico, favorecido do melhor modo o desenvolvimento da marinha mercante, o império parece ter adotado insensivelmente outro ponto de vista no setor das relações comerciais. Ao invés de importar diretamente, abandonou aos estrangeiros o trabalho de fazê-lo; ao invés de exportar os produtos da sua indústria, estimulou os estrangeiros a virem buscá-los nos mercados bizantinos. Não desagradava ao orgulho grego fazer Constantinopla destacar-se assim como o centro do comércio do mundo, mostrar aos povos do universo, que tinham como ponto de reunião as margens do Bósforo, a riqueza da capital, a extensão de suas relações, a quantidade prodigiosa de mercadorias raras que lhe mandava a terra inteira; o governo imperial via nisso um acréscimo de seu poder e de seu prestígio. Por outro lado, desdenhava profundamente, pelo menos até o século X ou XI, o Ocidente ainda bárbaro, para dar muita importância à sua concorrência, e julgava natural que o mundo viesse buscar os objetos que fabricava sua indústria e de que se reservava ciosamente o monopólio. Ao invés de ir procurar mercados consumidores, Bizâncio, orgulhosamente, esperava que lhe batessem à porta; julgava que, assim, com me-

nos esforços, não ganhava menos. Erro econômico que devia ter graves consequências no dia em que povos mais ativos, mais jovens, tentassem suplantar o comércio bizantino e explorar por sua conta o rico mercado do Oriente, de que Bizâncio se constituíra o depositário cioso e o corretor dedicado».

¹ Baynes, *El Imperio*, pp.98-99.
² Apud Baynes, *El Imperio*, p.105. O mesmo historiador é citado em Bréhier, *Le Monde*, II, p.248.

³ Diehl, *Bizâncio*, p.110.

⁴ Baynes, *El Imperio*, p.104.

⁵ Idem, *ibidem*, p.101.

⁶ Bréhier, *Le Monde*, II, p.252.

⁷ Runciman, *A Civilização*, p.79.

⁸ Bréhier, *Le Monde*, II, p.259.

⁹ Diehl, *Bizâncio*, p.300.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p.307.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.308.

¹² Os dados e as citações sobre o sistema monetário bizantino foram extraídos do estudo "Noções de Numismática" publicado em vários números da Revista de História, de autoria de Álvaro da Veiga Coimbra. O capítulo sobre a moeda bizantina encontra-se no nº 30, abril-junho de 1957.

¹³ Sobre a reforma monetária de Anastácio, consultar Vasiliev, *História*, I, p.140.

¹⁴ Apud Diehl, *Bizâncio*, p.132.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.143.

¹⁶ Bréhier, *Le Monde*, III, p.170.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.171.

¹⁸ Diehl, *Bizâncio*, pp.146-147.

¹⁹ Idem, *Problemas*, pp.146-147.

²⁰ Bréhier, *Le Monde*, III, p.210.

²¹ Diehl, *Bizâncio*, pp.148-149.

²² Schmidt, *História do Comércio*, p.42.

²³ Idem, *ibidem*, p.38.

²⁴ Diehl, *Bizâncio*, pp.162-163.

²⁵ Runciman, *A Civilização*, p.134.

²⁶ Bréhier, *Le Monde*, III, p.185.

²⁷ Runciman, *A Civilização*, p.130.

²⁸ Pirenne, *Les Grands*, II, p.44.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.47.

³⁰ Diehl, *Bizâncio*, pp.138-140.



Refeição, como ainda se pode ver sobre este fragmento de pintura.

CAPÍTULO VII

A Família e a Educação

1. A Família

A FAMÍLIA bizantina tem seu fundamento no matrimônio elevado pelo Cristianismo à dignidade de sacramento. O noivado, constituído sob as bênçãos do sacerdote, possuía um valor legal e seu rompimento acarretava penas pecuniárias e espirituais. A lei civil proibia o compromisso do noivado às crianças que não tivessem sete anos e fixava a idade de doze ou de quatorze anos, respectivamente para meninas e rapazes, como limite mínimo para contraírem matrimônio.

O valor legal do noivado acarretou não poucos abusos, pois os interesses familiares se sobrepunham, às vezes, aos legítimos interesses dos futuros cônjuges.

As uniões eram preparadas à revelia destes e é curioso notar a existência de intermediários que, mediante pagamento fixado em lei, tratavam de promover casamentos.

As cerimônias nupciais conservavam práticas tradicionais: o noivo acompanhado de músicos vinha buscar a noiva, que, ricamente vestida e cercada de grande acompanhamento, dirigia-se com o futuro esposo ao templo sob uma festiva chuva de rosas e violetas.

O coroamento e a troca de anéis figuravam entre os ritos essenciais. A entrada solene da esposa na residência do marido e o banquete nupcial (em que os dois sexos eram servidos separadamente) integravam as solenidades do casamento.

O marido detinha a chefia da família. Mas sua *patria potestas*, por influência do Cristianismo, tornara-se um simples poder de proteção. A lei civil (conflitando com a lei eclesiástica) admitira o divórcio por mútuo consentimento. De Justiniano aos Comnenos, entretanto, a legislação concernente ao matrimônio procurou prestigiá-lo, proibindo as uniões temporárias e reduzindo o número de casos de divórcio. «Nada mais curioso a esse respeito que as efusões líricas de Leão VI nos preâmbulos de suas leis sobre a santidade do casamento e sobre a beleza do cerimonial que acompanha as núpcias».¹

Qual a posição da mulher na família e na sociedade bizantina? Como observa Baynes,² não se deve exagerar o isolamento da mulher bizantina que não foi «de modo algum prisioneira de seu lar». É verdade que a dona de casa vivia principalmente no gineceu. Isso não

a impedia de ser realmente a senhora de sua casa e de exercer «em sua própria esfera uma grande influência sobre o marido e os filhos. Quão poderosa foi essa influência podemos comprová-lo no retrato que Pselos nos deixou da mãe que ele venerava (cf. Diehl, *Figures bizantines*, Sér. I, cap. XI)».³

Raramente a mulher deixava sua casa. Quando o fazia, levava a cabeça coberta por um véu e, em geral, dirigia-se ou para o templo ou para os banhos públicos. Estes constituíam uma tradição e possuíam um horário diferente para as pessoas de cada sexo. Os escritos de Francisco Filelfo que era secretário da legação veneziana em Constantinopla em 1420, dão-nos notícia da vida recolhida das mulheres bizantinas, chamando a atenção para o fato de que as gregas falavam uma língua mais pura que seus maridos porque não tinham jamais contacto com os estrangeiros e mesmo com seus compatriotas: «Elas não saem nunca, salvo à noite e com o rosto velado, conduzidas por servidores, quando vão à igreja ou visitar parentes muito próximos».⁴

Um grande acontecimento na vida de família era o nascimento de uma criança. A parturiente era assistida por parteiras «em geral sem conhecimentos médicos mas bem providas de receitas supersticiosas...»⁵

Via de regra uma semana após o nascimento, a criança era levada à igreja para a cerimônia batismal, cujo rito mais em uso era a tríplice imersão.

Antes de efetuar o batizado, o sacerdote dava ao recém-nascido o nome escolhido pelo padrinho, que se mantinha junto ao afilhado, com uma vela acesa.

A cerimônia religiosa seguia-se um solene cortejo de regresso à casa. Com relação ao nome, convém notar que até o século VI estavam vigentes duas tradições: a helênica e a romana. De acordo com a primeira cada indivíduo era designado por um nome próprio seguido pelo nome do pai ou do avô paterno e aos quais se adicionava um sobrenome: Segundo o costume romano (mantido pela população de origem latina) mantinham-se o *praenomen* (Petrus), o *nomen* (Marcellinus) e o *cognomen* (Felix Liberius).⁶ A partir do século VI desaparece o *nomen gentilicium* (que era usado pelos libertos). O nome único passa a ser, às vezes, seguido da indicação da região de origem e multiplica-se o uso de sobrenomes.

Estes, desde o ano mil, vão-se tornando hereditários e servem para caracterizar as famílias.

Conserva-se o antigo costume de fazer seguir o nome individual pelo nome do pai ao qual passa-se a acrescentar o vocábulo *poulos* (filho).

— Além das pessoas que integravam a família propriamente dita, encontramos, de acordo com as posses de cada chefe de família, os eunucos, os servidores livres e os escravos.

2. Educação

Introdução

São Basílio em seu Discurso aos jovens estudantes deixou essas significativas palavras que bem revelam a importância dada, no Império do Oriente, à educação: «Para a grande luta da vida cristã estamos obrigados a obter toda a preparação que nos seja possível. Devemos ser companheiros dos poetas, dos historiadores, dos retóricos e de todos aqueles homens que podem proporcionar-nos qualquer ajuda para o cultivo de nossas almas».⁷

Com efeito os bizantinos, de modo geral, apreciavam o ideal de uma educação cuidadosa. A pessoa culta era apreciada enquanto que a «apaideusia, a falta de cultura mental, era considerada um infortúnio e uma desvantagem, quase um crime».⁸

Um traço característico da educação bizantina, especialmente na esfera superior, era a finalidade prática e específica dos diversos ramos de ensino. Assim, por exemplo, a retórica e a dialética ensinadas na Universidade Imperial tinham por fim completar a formação de juristas e funcionários «capazes de redigir atos em linguagem correta e de acordo com as regras da lógica...».⁹

No presente capítulo vamos estudar a educação bizantina em seu duplo aspecto: o leigo e o religioso. Procuraremos assinalar sua evolução dentro da perspectiva cronológica. Diremos, preliminarmente, algumas palavras sobre a educação familiar.

Educação familiar.

A educação se iniciava no gineceu sob a orientação da mãe de família. Teodote, progenitora de Pselos, instruiu pessoalmente o filho. Instrução, histórias agradáveis e divertimentos marcavam a infância das crianças bizantinas. Entre os contos, além das narrativas fantásticas, figuravam encantadoras histórias de episódios da Sagrada Escritura.

Entre os divertimentos encontramos, para os meninos, inúmeros brinquedos, como carrinhos, cavalos e burros de argila, apitos, flautas, etc... Bonecas de cera, de barro ou de gesso, cuidadosamente vestidas, faziam a alegria das meninas. Convém desde logo anotar a pouca atenção que se dava à instrução das mulheres. Pelo que sabemos, não existiam escolas femininas. E' verdade que conhecemos algumas mulheres famosas pelos seus conhecimentos, entre as quais avulta a historiadora Ana Comnena. Tais exemplos, ao que tudo indica, constituem apenas exceções. Em regra, a educação das moças burguesas devia consistir na aprendizagem de certos trabalhos manuais e em alguns rudimentos de letras.

Runciman¹⁰ comenta a propósito da educação feminina: «E' provavelmente justo admitir que as moças das classes mais abastadas recebiam, grosso modo, a mesma educação que seus irmãos, embora es-

tudassem com professores particulares em casa; mas, nas classes médias, eram em geral apenas alfabetizadas e nada mais».

Educação leiga

Teodósio II reorganizou e ampliou a Universidade de Constantinopla fundada pelo imperador Constantino no Capitólio em 330. Um edito do ano 425 criava um *auditorium* com 31 cátedras, respectivamente de gramática (10 gregas e 10 latinas), de Retórica (5 gregas e 3 latinas), de Filosofia (uma única cadeira grega) e de Direito (2 cadeiras latinas). Note-se que esse sistema de ensino bilíngüe durou até o fim do século VII. Os candidatos ao magistério deveriam prestar um exame perante o Senado.

A Universidade de Constantinopla não era a única existente no Império. Em Alexandria existia a famosa *Mouseia Akademia* onde se ensinava o trivium, o quadrivium, filosofia, direito e medicina.

A Universidade de Beirute era famosa por sua Escola de Direito. Seus professores usavam o título de *mestres ecumênicos* e muito contribuíram para as compilações justinianas. Em 551 um terremoto seguido de um incêndio destruiu Beirute e sua Universidade.

A Universidade de Atenas, cujo regime remontava a Marco Aurélio, atraía principalmente alunos de retórica. Entre os frequentadores dessa Universidade figuraram celebridades como Basílio de Cesária, Gregório Nazianzeno e Juliano Apóstata. Em 529 Justiniano mandou fechar a então em declínio Escola de Atenas. Sob o reinado desse imperador o ensino do Direito adquiriu notável importância. Das três faculdades em que o mesmo era ministrado, Roma, Constantinopla e Beirute, sobressaía a última. Os estudos jurídicos tinham, então, a duração de cinco anos.

São escassas as fontes relativas à educação no período que segue a morte de Justiniano. É curioso assinalar a decadência do ensino do latim em Constantinopla no fim do século VI, conforme se pode constatar através de uma informação de Gregório Magno (então apocrisiário em Constantinopla: 579-585) de que era difícil encontrar intérpretes capazes de traduzir para o grego documentos latinos.¹¹

No reinado de Heráclio a universidade de Constantinopla tem o nome de *Pandictatorion*. Ao que tudo indica é falsa a tradição que atribui a Leão Isáurio o incêndio da Universidade, porque seus mestres discordavam das doutrinas iconoclásticas.

Em 863, César Bardas, tio e ministro de Miguel III, procedeu a uma reforma concentrando o ensino público no palácio de Magnaura onde existiam cadeiras de filosofia, geometria, astronomia e gramática.

Leão VI, o Filósofo, favoreceu e protegeu os sábios e homens de letras transformando às vezes o palácio real «em uma nova Academia, em um novo Liceu».¹²

Esse imperador fez uma reorganização do ensino do direito distribuindo os professores em duas classes: os *didaskaloi*, a que com-

petia ministrar uma instrução de caráter geral, e os *paidodidaskaloi nomikoi*, que eram os professores de direito propriamente dito e aos quais cabia ensinar os quarenta títulos do *Prokeiros Nomos* de Basílio (remetemos o leitor ao capítulo sobre o Direito) e os sessenta livros das Basílicas.¹³

Constantino Porfirogêneto incentivou o ensino, recrutando os melhores professores e promovendo uma verdadeira educação enciclopédica em que eram ministradas numerosas disciplinas. Entre elas figuravam a retórica, o direito e a medicina.

Do término do reinado de João Tzímices até o ano 1045 não possuímos notícias sobre o Ensino oficial. Em 1028 o enciclopédico João Mauropous, da Paflagônia, abriu uma escola particular em Constantinopla. Nela se ministrava um ensino oral que consistia principalmente em discussões entre mestres e alunos. Entre os discípulos de Mauropous figurou Pselos.

«Esses mestres particulares davam a seus discípulos uma instrução sólida mas incompleta. Faltava a seus esforços um pouco mais de coesão e uma idéia diretriz. O advento de Constantino Monômaco iria pôr fim a essa situação».¹⁴

O interesse desse basileu pela instrução estava relacionado com um motivo de ordem política: substituir a aristocracia militar pelos letrados. Em 1045 fundou a Faculdade de Direito que devia ser frequentada por todos os candidatos às funções de notário e de advogado.

O diretor da escola de direito tinha o título de *Nomophylax* (guardião da lei) e ocupava um alto grau na hierarquia dos dignitários imperiais. Ao mesmo tempo que a Faculdade de Direito, foi fundada a Faculdade de Filosofia e sua direção entregue a Pselos que recebeu o título de *cônsul dos filósofos*. Essa faculdade possuía duas cadeiras: a de gramática e a de filosofia. Pselos chama sua escola de *Ginásio* e dá-nos uma interessante descrição das atividades escolares superiores da época: «Até altas horas da noite o mestre prepara a lição do dia seguinte. Já cedo encontra-se sobre os livros, dirigindo-se, em seguida, ao ginásio. No caminho encontra um estudante com os livros em uma dobra de sua roupa e repassando sua lição em voz alta. À entrada do professor os bons alunos se levantam e impõem silêncio a seus camaradas. O professor ocupa sua cadeira e, com o queixo apoiado sobre sua mão, inspeciona seus alunos assentados sobre bancos. Há retardatários; outros esqueceram o dia de aula ou não vêm nos dias de chuva. A aula pode, enfim, começar depois que o mestre tiver extravasado sua bile contra os alunos preguiçosos. O ensinamento consistia em respostas às questões propostas pelos alunos, de acordo com o método platônico».¹⁵

Convém dizer algumas palavras sobre as matérias ensinadas nessa época. Como base dos estudos figurava a *gramática*. Note-se contudo o sentido amplo desse termo: abrangia o estudo do alfabeto, os dialetos antigos, a fonética, a sintaxe e a semântica.

A leitura das principais obras dos autores antigos seguida de comentários gramaticais, literários e alegóricos desempenhava papel fundamental no ensino. Dentre os autores preferidos, Homero tinha a primazia.

Pselos ministrava a seus alunos um saber enciclopédico cujo programa incluía: retórica, cosmografia, geometria, metafísica (incluindo a lógica formal e a cosmologia), música teórica, dialética (demonstração por silogismos e sofismas), psicologia e astrologia.

— Na época de Aleixo Comneno foi atribuído à Igreja o direito de fiscalizar os estudos. O próprio basileu chamava a atenção dos estudantes para a proeminência dos livros sagrados sobre as obras da literatura helênica. Sob o governo de Manuel Comneno nota-se uma transformação no ensino da filosofia: o neoplatonismo é substituído pelo aristotelismo.

— E' digno de admiração o empenho dos imperadores de Nicéia em reorganizar o sistema educacional do Estado. Fundaram-se bibliotecas e escolas municipais. João Vatatzes interessou-se de modo especial pelo ensino da medicina, da matemática e da retórica. O próprio basileu fundou uma Escola de Filosofia em Nicéia. Foi dirigida pelo mais afamado sábio da época, Nicéforo Blemides, que mais tarde se retiraria para a vida monástica. O imperador Teodoro II procurou incentivar a educação, presenteando as bibliotecas com livros novos e recomendando que os mesmos fossem emprestados a todos os que tivessem desejo de instruir-se.¹⁶

Com a restauração do Império em Constantinopla, a antiga capital tornou-se novamente importante centro de cultura. «Os dias dos Paleólogos, quando Bizâncio já pedia de forma lenta, mas inexorável, foram, em contraste, o período mais esplêndido do ensino bizantino. Cheios de problemas, com um futuro negro diante de si, os bizantinos dos séculos XIV e XV voltavam-se, mais ansiosos do que nunca, para as glórias do passado».¹⁷

Sob Andronico II a vida intelectual bizantina atinge notável desenvolvimento. «E' durante esse período que o humanismo bizantino, gerador da Renascença, toma seu impulso».¹⁸

Encontramos, então, em Constantinopla em pleno funcionamento uma Universidade Imperial com o nome de Museu, sobre cuja organização, entretanto, nossas informações são deficientes.

Manuel II Paleólogo organizou o que se pode chamar a última Universidade de Constantinopla, cuja sede foi um hospital anexo ao Mosteiro de S. João Batista. Explica-se a escolha do local não só por razões de economia, mas também porque os estudos de medicina haviam adquirido maior importância. Acrescente-se a isso a existência de excelente biblioteca no Mosteiro à qual tinham acesso os professores da Universidade.

Constantinopla possui, então, uma variada população estudantil. Chama a atenção a afluência de ocidentais, sobretudo italianos, que vinham à capital do Império aprender o grego clássico para poderem ler os autores antigos. Percebe-se desde logo a influência que Bizâncio vai exercer no movimento renascentista. Enquanto politicamente o Império agonizava, sob o ponto de vista cultural lançava sobre o Mundo Ocidental a fértil semente das obras geniais da Antiguidade Helênica.

Convém sublinhar o espírito com que eram estudados em Constantinopla os autores clássicos no século XV. Enquanto outrora a explicação desses autores revestia sobretudo um caráter gramatical ou alegórico, procurava-se agora focalizá-los sob um ponto de vista puramente literário e moral. Esse ensino visa à formação de humanistas. As produções dos clássicos são estudadas por seu valor intrínseco. A literatura antiga é estudada «pela beleza de sua forma, pela riqueza de sua língua, pela elevação e pureza de sua moral que se endereça a todos os homens e lhes propõe os exemplos de virtude, de coragem, de desinteresse, os mais belos que jamais um homem tenha podido conceber. Nesta aurora do Renascimento, não se discernem mais as contradições que podem existir entre essa moral, muitas vezes orgulhosa, e a do Evangelho».¹⁹

O leitor já deve ter sentido que respiramos a atmosfera do Renascimento e do Humanismo Ocidental. Bréhier²⁰ observa: «Os últimos professores da Universidade bizantina foram os mestres dos primeiros humanistas do Ocidente».

Educação eclesiástica

A educação religiosa era ministrada em dois sistemas diferentes e, até um certo ponto, opostos: as escolas episcopais e as escolas monacais. Entre as primeiras destaca-se a Escola Patriarcal de Constantinopla, que constituía uma verdadeira Universidade. Nela, entre outras matérias profanas, estudava-se de modo especial a teologia.

O programa de ensino abrangia duas etapas: a primeira incluía a gramática, a retórica e a filosofia; na segunda etapa estudava-se teologia ministrada por três mestres: o professor do Evangelho (que era ao mesmo tempo o reitor e o professor principal), o professor do Apóstolo (ensinava a exegese das epístolas) e o professor do Saltério. Aparece mais tarde um quarto exegeta, ao que parece para o ensino do Antigo Testamento. A Escola Patriarcal dependia da autoridade do patriarca e tinha por objeto formar clérigos e teólogos.

As escolas monacais foram fundadas dentro do espírito de um severo ascetismo que primava por um solene desprezo do mundo e das ciências profanas. Os monges viam nos autores clássicos apenas seu caráter pagão.

Compreende-se, assim, a formal oposição existente entre monges e humanistas. Após uma instrução geral, indispensável para ulteriores estudos, ministrava-se nas escolas monásticas o ensino religioso que abrangia a leitura das Sagradas Escrituras, dos Padres, de livros de moral prática e de obras sobre a vida dos santos.

¹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.10.

² Baynes, *El Imperio*, p.28.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Apud Bréhier, *Le Monde*, III, p.14.

⁵ Idem, *ibidem*, p.16.

⁶ Idem, *ibidem*, p.6.

⁷ Apud Baynes, *El Imperio*, p.121.

⁸ Runciman, *A Civilização*, p.173.

⁹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.456.

¹⁰ Runciman, *A Civilização*, p.178.

¹¹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.462.

¹² N. Popov, *El Imperador León VI el Filósofo*, p.232 (obra escrita em russo). Apud Vasiliev, *História*, I, p.442.

¹³ Bréhier, *Le Monde*, III, p.467.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.472.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.474.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.480.

¹⁷ Runciman, *A Civilização*, p.177.

¹⁸ Bréhier, *Le Monde*, III, p.482.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.489.

²⁰ Idem, *ibidem*, p.492.



*A Virgem com o Menino,
em S. Apolinário Nuovo
(Ravena), do séc. VI.*

CAPÍTULO VIII

A Estrutura Social

Introdução

TENTAREMOS, neste capítulo, fazer uma exposição sumária da estrutura social existente no Império Bizantino. O que se vai escrever aqui está intimamente relacionado com o tema já versado em outros capítulos, especialmente naqueles concernentes às Instituições Políticas, às Forças Armadas e às Finanças e Economia. Para uma melhor compreensão da sociedade bizantina e de suas transformações através dos séculos, o leitor deverá ter presente outros aspectos da Civilização Bizantina focalizados na presente obra. Quanto à posição do clero na estrutura social, será a mesma tratada no capítulo referente à Igreja.

1. A Família Imperial

No cimo da estrutura social bizantina encontrava-se naturalmente o basileu e sua família.

Convém salientar a posição especial da imperatriz (augusta, sebasté, basilissa) que, por influência de costumes orientais, vivia normalmente recolhida ao gineceu com seus filhos, suas damas e seus eunucos.

Não se deve contudo exagerar essa reclusão da basilissa, pois sua posição político-social obrigava-a a manter contactos com personalidades importantes, como senadores, embaixadores, etc... Como o leitor já terá notado no capítulo sobre a História Política, houve ocasiões em que os destinos do Império estiveram nas mãos de imperatrizes (Irene, 797-802, Zoé e Teodora, 1042, e Teodora sozinha 1055-1058).

Do século XI em diante, quando os contactos com o Ocidente se tornam mais acentuados, a basilissa passa a ter uma vida social mais intensa comparecendo com mais frequência a solenidades e até mesmo acompanhando o imperador à guerra.¹

E' curioso notar que durante muito tempo se adotou no Império o interessante costume de escolher a esposa do herdeiro do trono e, portanto, a futura imperatriz, mediante um verdadeiro concurso de beleza realizado na corte entre beldades das províncias cuidadosamente seleccionadas por emissários imperiais de acordo com determinadas

condições. As candidatas em companhia de familiares eram levadas à capital onde as aguardava a decisão final por parte dos soberanos. A partir do século X, por motivos de política externa, tornaram-se frequentes os casamentos de príncipes bizantinos com princesas estrangeiras.

Os príncipes porfirogênetos bem como os demais membros e parentes da família imperial, especialmente a partir da época em que se procurou sublinhar mais o sentimento de legitimidade, usufruíram de alta consideração, gozando de privilegiada posição na sociedade e até no próprio governo.²

2. A Sociedade Rural

Ao tratarmos da organização político-administrativa já constatamos a existência da nobreza palatina e administrativa com seus títulos e dignidades sofrendo transformações através das vicissitudes políticas por que passava o governo imperial. Vamos agora falar de modo especial da nobreza territorial, que muitas vezes fez frente ao poder do próprio basileu.

Na época de Justiniano essa aristocracia provinciana constituía já uma grave ameaça à ordem monárquica. O imperador viu-se forçado a tomar medidas em defesa da própria autoridade. «Senhores de domínios imensos, rodeados de inúmeros clientes, assalariando tropas de homens armados, enfrentando sem escrúpulo e sem temor a autoridade dos agentes imperiais, esses grandes senhores mantinham a monarquia em estado de agitação, que não deixava de inquietar o imperador; e, com efeito, vemos nesta ou naquela província grandes famílias, como, por exemplo, a dos Apion, no Egito, agindo sobre suas terras como soberanos quase absolutos, e obedecendo a custo às ordens do governo».³ Poderíamos dizer com segurança que um traço constante na história social do Império Bizantino foi a luta entre o poder central e os grandes proprietários territoriais.

Se quisermos buscar as raízes dos latifúndios existentes no Império Bizantino, vamos encontrá-las na crise econômico-financeira do século III quando a perda do poder aquisitivo da moeda e os severos encargos que pesam sobre o pequeno proprietário vão levar este a colocar-se por meio de contratos sob a proteção dos mais poderosos, tornando-se assim *colonos* (*coloni adscripticii*).⁴

A história da aristocracia territorial do Império Bizantino distribui-se em etapas diferentes cujas características estão relacionadas muitas vezes com os eventos da política externa.

Nos séculos V e VI os latifundiários estão em plena ascensão. No século VI seu poderio é reforçado com a existência de exércitos particulares chamados bucelários (*bucellarii*) a que já fizemos referência no capítulo concernente às Forças Armadas.

As incursões eslavas e ávaras ao norte e as invasões, a leste e ao sul, respectivamente dos persas e, depois, dos árabes contribuíram, no século VII, para o enfraquecimento do poder da aristocracia territorial. Quando se restabeleceu a ordem sob a dinastia de Heráclio, os pequenos proprietários tiveram oportunidade para prosperarem.⁵ A partir da segunda metade do século IX encontramos novamente uma aristocracia poderosa especialmente na Ásia Menor. Nesta região passam a dominar os Focas, os Ducas, os Maleinos, os Comnenos, os Paleólogos. Também na Europa, quando se fixam os limites das províncias do Império após a conquista da Bulgária, aparecem prestigiosas famílias proprietárias de terra: os Cantacuzenos, os Briênios, os Tornikas e os próprios Ducas.

Como o leitor pode concluir pela simples enumeração de alguns desses nomes, não raro essas poderosas famílias aristocráticas fizeram frente ao poder central e até se apoderaram do mesmo.

— Voltando alguns séculos atrás, vamos citar um exemplo típico de família aristocrática cujo poder se relacionava sobretudo com a propriedade e exploração de grandes domínios. É o caso da família *Apion* no Egito, «verdadeira dinastia sobre a qual os papiros nos dão informações de 488 a 625 aproximadamente».⁶

Os *Apion* desempenharam elevados cargos na estrutura político-administrativa do Egito. Assim, sob Justiniano, quando a família se encontra em plena ascensão, seu chefe foi *magister officiorum* e, depois, *comes sacrarum largitionum* com o título de *gloriosissimus patricius*. As propriedades dos *Apion* constituíam um verdadeiro Estado dentro do Estado. Possuíam seu corpo de funcionários, serviços de transporte por terra e água, serviço de coleta de taxas em dinheiro e *in natura*, soldados particulares e até mesmo prisões privadas.

Note-se que a família *Apion* não era a única grande proprietária do Egito. Outros poderosos senhores interferiram ativamente na vida política, administrativa, social e econômica dessa região até que a conquista árabe restabeleceu a burocracia centralizada existente outrora na época dos Ptolomeus.⁷

— Quando estudamos a aristocracia territorial de Bizâncio somos levados logo à uma comparação com a aristocracia feudal do Ocidente Medieval. Como esta, os senhores bizantinos vivem em castelos inexpugnáveis entre grande multidão de fiéis e vassalos aos quais dão proteção e dos quais recebem serviços.

Como os suseranos ocidentais, os bizantinos constituem uma força que se opõe viva e não raro violentamente ao poder monárquico. Como os ocidentais, também os senhores bizantinos exercem muitas vezes verdadeira opressão contra os pequenos e humildes, que formam grande parte da população rural. «Tiranizam as populações, fazendo pesar sobre a nuca dos súditos o jugo esmagador da opressão física e moral».⁸

Apesar dessas semelhanças, convém salientar que Diehl⁹ chama a atenção para uma diferença fundamental entre os dois sistemas feudais: o oriental jamais conheceu aquela hierarquia restrita, que fez da sociedade feudal do Ocidente uma longa cadeia de suseranos e de vassallos.

— Deixemos, de lado, agora, a poderosa nobreza territorial e falemos das demais camadas sociais que integravam a população rural.

Observemos inicialmente que a situação desses habitantes é questão controvertida entre os estudiosos da História Social e Jurídica de Bizâncio.

No século V encontramos duas categorias de trabalhadores na zona rural: os camponeses livres quanto à própria pessoa mas vinculados à terra, e os escravos que são propriedade do senhor. Os primeiros são os *colonos* ou *pároikoi* e constituem parte importante da população dos campos. O número de pequenos proprietários tende a diminuir cada vez mais. Seus bens são absorvidos pelos vizinhos mais poderosos. As novelas de Justiniano assinalam sua preocupação por esse fenômeno social. Vejamos, aqui, brevemente, a situação do colonato na época desse imperador. O colono era considerado uma pessoa e não uma simples coisa; seu casamento possuía efeitos jurídicos. Podia contrair dívidas e obrigações e até mesmo ter propriedades. Sua liberdade é, entretanto, restrita, pois não pode abandonar o solo que o proprietário lhe atribuiu para cultivar. Cabe-lhe executar corvéias e fazer pagamentos ao proprietário em dinheiro ou *in natura*, de acordo com o contrato ou costume. Se indagarmos das origens do colonato, encontraremos diversas fontes, algumas de Direito Público, outras de Direito Privado. Entre as primeiras anotemos a redução dos vencidos nas guerras de conquistas à condição de colonos (em vez de escravos). Entre as segundas encontramos o nascimento (a mais importante), a prescrição e a venda de si mesmo.¹⁰

Quanto à prescrição convém lembrar um edito do imperador Atanásio segundo o qual um lavrador livre de poucos recursos «que tivesse vivido trinta anos no mesmo lugar se converteria em colono, ou seja, em um homem vinculado à gleba, sem, contudo, perder sua liberdade de pessoa nem seu direito de possuir».¹¹

— Embora na época de Justiniano o colonato estivesse bastante desenvolvido, convém acentuar que continuou a existir o regime de trabalho livre. E' o que depreendemos da legislação que menciona os camponeses livres assalariados sujeitos a impostos e que podem arrendar terras em troca de pagamento *in natura* ou em dinheiro. Findo o contrato de arrendamento, o camponês pode mudar-se para outra região. Ainda através da legislação de Justiniano podemos constatar a existência da pequena propriedade apesar da multiplicação dos grandes domínios.

A lei agrária nos dá notícia da existência de comunidades de camponeses livres no século VII. Essa lei, cuja redação atual, segundo

Bréhier,¹² data do fim do século VII ou início do século VIII, diz respeito, principalmente, a camponeses livres e não ligados à gleba. Esses camponeses são proprietários do solo e vivem em uma comunidade. «Em torno da aldeia ficavam os pomares e os vinhedos cercados, e, além deles, os campos aráveis, não cercados mas também de propriedade privada.

No círculo exterior ficavam as pastagens naturais, de propriedade comum, mas se estas fossem limpas e cultivadas passavam às mãos do que as houvesse recuperado.

Pesadas penalidades recaíam sobre quem, voluntariamente ou por descuido, danificasse a propriedade dos aldeões. O ladrão de uma campainha de gado era responsabilizado pelo animal, o ladrão de um cão-pastor, pelo rebanho todo.

«O homem que soltasse seus animais em seu campo, antes de que todas as safras de seus vizinhos estivessem recolhidas, estava sujeito a uma multa, porque os animais podiam extraviar-se. Tomavam-se providências contra todas as possibilidades e seguia-se o critério do dano que poderia ser causado à agricultura da comunidade, em seu todo».¹³

Com o novo impulso tomado pelos latifúndios vai reaparecer o regime de colonato. «Com efeito, se examinarmos, nos séculos IX e X, a condição das pessoas que cultivam a terra, encontraremos, nos domínios do Estado e, nos mais numerosos ainda, dos grandes proprietários leigos, das igrejas e mosteiros, homens que levam o nome de periecos (*pároikoi*), ao lado dos quais encontramos outros homens chamados *proskathémēnoi*, talvez bárbaros que permaneceram no império depois das invasões, aos quais foram concedidas terras para fins de cultivo. A condição desses periecos, que lembra por certos aspectos a dos *adscripticii* do século VI, mas que não é absolutamente idêntica, é a seguinte: são homens instalados em terras que não lhes pertencem, e que cultivam; estão ligados à terra, e não têm o direito de abandoná-la; como compensação, o proprietário da terra não tem o direito de expulsá-los. Não pagam impostos territoriais, que são pagos pelo proprietário da terra, mas estão sujeitos a pesados encargos, enumerados por diversas constituições imperiais; contudo, não deixam de ter certos privilégios; existe o direito dos periecos (*paroikikón díkaion*), tanto que sua situação é pouco melhor que a dos camponeses livres. E como os grandes proprietários continuam, como outrora, a se apoderar de terras pertencentes aos camponeses livres, como das que pertencem aos soldados, à medida que avançamos na história do império, o número dos periecos aumenta cada vez mais».¹⁴

No século XIV a grande maioria da população rural é composta de periecos. Essa organização da população rural do Império Bizantino teve consequências funestas para a integridade do Estado no terreno financeiro e político.

Financeiramente o prejuízo para o Estado residia na prática frequente de os grandes senhores não pagarem os impostos (dos quais estavam isentos os periecos).

Politicamente os estreitos laços que prendiam as populações rurais aos proprietários contribuía enormemente para fortalecer a posição destes em face do poder central. Diehl¹⁵ sintetiza essa situação: «E assim a organização agrária bizantina tem duplo efeito: diminuição progressiva da autoridade do Estado sobre a população rural, diminuição também progressiva do que essa população deveria pagar ao tesouro sob forma de imposto. E por aí vemos como, em última análise, o problema agrário foi mal resolvido pelo império bizantino, e como a organização da população e propriedade rurais foi uma das causas de sua decadência».

3. A Sociedade Urbana

Nas camadas elevadas da sociedade urbana, tanto na capital do Império como nas demais cidades, encontramos os altos dignitários a que, resumidamente, já fizemos menção no capítulo referente à organização político-administrativa. Antes de estudarmos as demais classes sociais, vamos dizer algumas palavras sobre os eunucos que em Bizâncio desempenharam papel importante. Já vimos sua atividade no Palácio Imperial onde chegaram a formar uma hierarquia especial organizada nos moldes da hierarquia administrativa. Bizâncio «era o paraíso dos eunucos». ¹⁶ «Mesmo os pais mais nobres não hesitavam em mutilar seus filhos para promover o seu progresso, nem havia nisso nenhuma desgraça. Um eunuco não podia usar a coroa imperial nem tampouco, por sua natureza, transmitir direitos hereditários e nisso residia seu poder. Um menino nascido muito perto do trono podia ser, assim, afastado da sucessão e seguir tranqüilo, atingindo altas posições». ¹⁷

O emprego de eunucos em cargos elevados foi um expediente usado pelo poder central contra a ameaça feudal de concentração de poderes em mãos dos membros de determinadas famílias. O autor supracitado observa: «A significação dos eunucos na vida bizantina era a de que davam ao imperador uma classe dirigente na qual ele podia confiar. Não há tampouco nenhuma evidência de que suas limitações físicas deformassem seu caráter. Através da história bizantina, os eunucos não parecem mais corruptos nem intrigantes, nem menos vigorosos ou patriotas do que seus companheiros mais completos».

Abaixo da nobreza notamos diferentes camadas populacionais cuja posição na escala social se encontra relacionada com sua situação profissional, econômica e até mesmo étnica.

Já vimos a existência de corporações urbanas integrando as mais diferentes profissões. Os ricos industriais e comerciantes constituíram em Constantinopla uma *classe burguesa* e nas províncias uma *aristocracia urbana*.

Como em todas as grandes cidades, havia em Constantinopla um bom número de pobres que viviam em casebres e que se beneficiaram durante muito tempo com a distribuição gratuita de pão.

Parte dessa população desafortunada exercia funções modestas, como, por exemplo, na conservação dos parques, dos aquedutos, etc. Procurava-se em Constantinopla evitar a existência da massa inútil de desempregados, quer dando-lhes um trabalho útil, quer controlando a população móvel que se deslocava para a cidade.

O abandono do campo por parte de camponeses no século XII deve ter criado sérios problemas de desemprego nas cidades.

Os pobres de Constantinopla eram assistidos por instituições caritativas, como hospitais, abrigos e orfanatos fundados por imperadores ou por pessoas de recursos.

Na última escala das classes sociais encontramos os escravos. Ao lado dos servidores de condição livre, as famílias ricas possuíam escravos. Houve escrúpulos em escravizar cristãos: «Logo se sentiu que não era correto escravizar cristãos, embora os servos dos distritos rurais fossem pouco menos do que escravos. Mas, em todo o caso, até o século XII, os infiéis e os escravos pagãos eram empregados no serviço particular, nas minas do Estado e em outras obras oficiais. Eram cativos sarracenos não-resgatados ou, mais freqüentemente, vinham como mercadorias, trazidos pelos mercadores das estepes. Em particular os russos costumavam vender as vítimas das suas incursões nos mercados de Constantinopla».¹⁸

Como eram tratados os escravos no Império Bizantino? Eis uma questão a que não se pode responder em poucas linhas. Podemos afirmar, de um modo bem geral, que nas leis e na prática a situação do escravo em Bizâncio deveria ser melhor que a do escravo na Roma pagã.

Existiu sempre um sentimento crescente contra a escravidão. A legislação facilitou as manumissões, sem contudo suprimir a escravidão. Gregório Nazianzeno manumitiu em testamento todos os seus escravos.

Teodoro Estudito proibiu o emprego de escravos nos mosteiros. Aleixo I procurou favorecer o casamento dos escravos. «Longe de desaparecer, a escravidão estava no Oriente mais florescente que nunca no fim da Idade Média. No século XI os grandes proprietários possuíam escravos aos milhares e os transformavam em soldados».¹⁹

¹ Bréhier, *Le Monde*, II, p.29.

² Idem, *ibidem*, p.37. Runciman, *A Civilização*, p.68 anota: "Os membros da família imperial não ocupavam, como tal, nenhum cargo. Seu poder estava restrito à influência não-oficial, uma influência sobre cujos perigos Cecáumeno advertiu o imperador. Raramente trabalhavam na administração, exceto como soldados, embora habitualmente tivessem altos títulos". — Essa observação parece-nos ser aplicável principalmente à época que precede o reino de Heráclio.

³ Diehl, *Os Grandes Problemas*, pp.129-130.

⁴ Bréhier, *Le Monde*, III, p.152.

⁵ Baynes, *El Império Bizantino*, p.87.

⁶ Bréhier, *Le Monde*, III, p.153.

⁷ Idem, *ibidem*, p.157.

⁸ Diehl, *Grandeza*, p.232.

⁹ Idem, *Os Grandes Problemas*, p.137.

¹⁰ Giffard, *Précis*, pp.197-198.

¹¹ Vasiliev, *História*, I, p.140.

¹² Bréhier, *Le Monde*, III, p.165.

¹³ Runciman, *A Civilização Bizantina*, p.162.

¹⁴ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.141.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.144.

¹⁶ Runciman, *A Civilização*, p.158.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.156.

¹⁹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.16.

CAPÍTULO IX

Aspectos da Vida Urbana

Introdução

N^O presente capítulo pretendemos apresentar alguns dos aspectos da vida cotidiana urbana dos habitantes do Império Bizantino, especialmente em Constantinopla. Sobre o tema em foco torna-se impossível traçar um quadro preciso, principalmente por duas razões: a escassez das fontes e as transformações por que, através do milênio da História do Império do Oriente, passaram as circunstâncias exteriores que influíram no modo de viver. «O cidadão do Império permaneceu até o fim consciente de ser o produto mais civilizado da raça humana, consciente de ser romano, consciente de sua ortodoxia e consciente de ser o herdeiro do refinamento grego; mas o nobre de rosto escanhado do século IV, envolto nas pregas soltas de uma toga e falando um latim sonoro, nunca teria reconhecido seu sucessor do século XV, barbado e coberto por um turbante, vestido num pesado casaco de brocado e falando um grego, cujas vogais haviam perdido a diversidade de sons».¹

— Procuraremos, inicialmente, sublinhar alguns traços marcantes do caráter bizantino; daremos, depois, uma breve visão de conjunto de Constantinopla seguida de algumas observações relativas às mais importantes cidades do Império. Só então passaremos ao estudo dos fatos mais característicos da vida dos habitantes do Império.

1. Traços característicos do bizantino

Já vimos no capítulo primeiro desta História que a população do Império do Oriente, especialmente a de Constantinopla, se caracterizava pela miscigenação racial, fato esse que deve ser levado em consideração ao estudarmos as diversas faces que nos oferece o complexo psicológico do bizantino. O que se vai escrever nas linhas seguintes não pode ter, evidentemente, aplicação a todos os indivíduos da população bizantina. São apenas traços que, de um modo bem geral, servem para marcar certas tendências predominantes em boa parte da população em diferentes circunstâncias geográficas e históricas.

O primeiro traço do bizantino, que se pode sublinhar, é sua superioridade intelectual. Diehl² escreve, a propósito, uma bela página: «Já se analisou a complexidade infinita da alma bizantina, a flexibilidade perfeita da inteligência, a finura sutil do espírito, a curiosidade sempre pronta, a amplitude dos conhecimentos, a riqueza da vida moral, que caracterizam esses gregos da Idade Média. Em face dos bárbaros que os cercam, êsses bizantinos engenhosos, cultos e sobretudo extremamente inteligentes, que pensam em assuntos complicados e difíceis e sabem traduzir com beleza seu pensamento, que são capazes de aprofundar e discutir os problemas mais delicados, que, na conduta da vida, sabem resolver com elegante habilidade todas as dificuldades e que, ademais, não se embaraçam com vãos escrúpulos, assemelham-se a seres de raça superior, a educadores, a mestres».

Um espírito bem formado, já o salientamos no capítulo sobre a educação, merecia o apreço da sociedade.

«Era a educação, e não o nascimento, que permitia o ingresso na sociedade bizantina. Foi a ignorância da cultura que tornou Romano I e seus amigos desprezados nos melhores círculos, enquanto o Patriarca Nicetas, no século XI, foi objeto de ridículo por causa do seu sotaque eslavônico e o estadista Margarites foi tratado com desrespeito no século XIII porque falava com voz pouco agradável».³

O segundo traço característico da alma bizantina é seu amor inato pela beleza em suas múltiplas manifestações. As formas humanas, as paisagens naturais, as construções, os tecidos, os próprios livros eram motivos para a expansão do sentimento pelo belo. Mas esse sentimento revestia muitas vezes um caráter transcendental: levava o bizantino além das aparências, à contemplação mística da Beleza Incrída, Deus.

Os bizantinos não dissociavam as coisas belas das verdades proclamadas pela religião. Tocamos aqui no terceiro e mais profundo traço característico da alma bizantina: sua profunda religiosidade. Com efeito a religião impregnava a vida política, social e privada dos bizantinos. No capítulo referente à Igreja vamos demorar-nos mais sobre esse tema fundamental do estudo da Civilização de Bizâncio.

Um quarto traço característico do povo bizantino encontramos na superstição que é a deformação do verdadeiro sentimento religioso. Feitiçaria, astrologia, magia, cartomancia, tratos com o diabo, crenças, oráculos, etc., formavam um quadro sombrio e ridículo. Para avaliarmos até que absurdos podiam levar as crenças supersticiosas, basta lembrar o fato de uma multidão haver destruído em 1204 uma grande estátua de Atena só porque a mesma dava a impressão de estar acenando para os ocidentais.

A corrupção, a intriga e a crueldade são traços que os historiadores apontam como próprios do caráter bizantino. Claro está que é necessário evitar as generalizações.

Corrupção e intriga havia principalmente entre as classes dirigentes. O bizantino «compra os lugares, vende os favores, a proteção, a justiça. Para enriquecer e subir, conta menos com o mérito que com a intriga, a habilidade, as conspirações ou a insurreição. Ambiciosos ou servís, igualmente sem escrúpulos, igualmente dispostos a todas as baixezas e a todas as traições, tais se nos deparam, salvo exceções, os indivíduos da classe dirigente».⁴

A crueldade bizantina reponta na atrocidade com que se infligiam certos castigos: narizes cortados, olhos vazados, orelhas arrancadas, lentas agonias que antecedem a pena suprema. Diehl⁵ salienta essa mentalidade cruel e a atribui ao fato de ser o bizantino um oriental: «Como oriental que é, o bizantino tem âmago de alma cruel, cuja emoção é por assim dizer açoitada pelos suplícios, pelo sofrimento e a vista do sangue derramado».

Como o leitor terá notado através desses exemplos, a alma bizantina está repleta de contrastes. Seu temperamento revela-se «estranhamente apaixonado, tanto pelo bem quanto pelo mal; se a inteligência é precisa e muitas vezes admirável, o caráter não está geralmente à altura do espírito».⁶ Diehl vê no amor do bizantino pelos êxitos da astúcia e pelas perfídias bem calculadas uma das causas da rápida desmoralização social. Tal espírito explica por que, «mau grado suas reais virtudes, esses gregos sutis sempre inquietaram a rudeza franca e reta dos latinos, e porque, enfim, mau grado a grandeza do Império e tudo o que ela implica em esforços e mérito, um renome tão desfavorável adere ao epíteto de bizantino».⁷

2. As grandes cidades do Império

A capital do Império gozava de uma invejável reputação no Mundo Medieval pela imponentia de suas muralhas, pela majestade e riqueza de seus palácios e igrejas, pela pujança de sua indústria e comércio, enfim, pelo brilho de toda uma civilização que aí se desenvolvera e daí se irradiara em todas as direções, influenciando a mentalidade de povos das mais diversas raças e culturas.

Das ruas de Constantinopla a principal era a Rua Central, a *Mesê* que, com pórticos de ambos os lados, cruzava por diversos logradouros importantes, tais como o *Forum Augustaeum*, o *Forum* de Constantino, o *Forum Tauri*, o *Forum* de Anastácio, etc...

Nas arcadas da *Mesê* encontravam-se as grandes lojas dispostas em grupos de acordo com a natureza das mercadorias à venda. A praça do Augusteu (donde partia a Rua Central) era rodeada de pórticos e «enquadrada ao norte por Santa Sofia, ao sul pelo palácio imperial, a leste pelo palácio do senado...»⁸ No forum de Constantino, praça circular com duas entradas em arcadas de mármore e com uma estátua de Constantino ao centro colocada sobre uma coluna de

pórfiro, erigiam-se palácios de cúpulas enormes e cujas paredes eram ornadas de mosaicos e placas de metais preciosos.

Dentre as magníficas construções de Constantinopla vamos mencionar apenas o Palácio Sagrado constituído por diversos edifícios situados na fralda de colinas que descem para o Mar de Mármara. A residência imperial era um «conjunto complicadíssimo de construções de toda sorte, apartamentos de recepção e pavilhões ocultos sob a vegetação, palácios e casernas, termas e bibliotecas, igrejas e prisões, longas galerias e balcões donde a vista se espalhava ao longe sobre o Bósforo e o Mar de Mármara, escadarias, torres e jardins, tudo isso sem disposição simétrica, sem plano de conjunto, mas com um capricho encantador, com uma magnificência inaudita».⁹

Os Comnenos transferiram a residência imperial para o Palácio de Blaquernos no Chifre de Ouro, onde «o esplendor não era menor».

Sobre outros monumentos arquitetônicos de Constantinopla, especialmente a grande igreja de Santa Sofia, falaremos com mais minúcias no capítulo referente às artes.

Os esplendores e riquezas da capital do Império estavam defendidas por imponentes fortificações que dela faziam uma incomensurável e quase inexpugnável fortaleza. Diehl, em «Bizâncio, Grandeza e Decadência», dá-nos uma idéia do que foram outrora as muralhas de Constantinopla: «Do lado do mar e ao longo do Chifre de Ouro, subsistem poucos vestígios da muralha que defendia a cidade. Mas, do lado da terra, em uma extensão de cerca de sete quilômetros, perdura ainda, por mais que a tenha desfigurado a idade, a tríplice cinta, tão engenhosa e sábiamente disposta, a qual, durante séculos, protegeu Constantinopla. Quando, do alto do Castelo das Sete Torres, se vê desaparecer no horizonte a linha poderosa das muralhas bizantinas, nada é mais belo que esse baluarte formidável, que, descendo os vales, escalando as colinas, se estende a perder de vista até os bosques de Eiub. De perto, a impressão é ainda mais forte. É um espetáculo de grandeza incomparável o dessas muralhas, dessas torres ameaçadas, enobrecidas pelos séculos, cuja silhueta vigorosa avulta sob o céu azul e sobre as quais uma vegetação luxuriante, hera, videiras silvestres, árvores da Judéia, desenha manchas luminosas — manto verdejante que esconde as mossas e as ruínas. Poucos caminhos possuem uma beleza mais atraente que essa estrada, revestida de lajes enormes, a qual serpenteia entre o baluarte e os cemitérios abrigados à sua sombra, e onde cada passo evoca uma recordação do passado».

No Chifre de Ouro existia o grande arsenal de Mânganos, um imenso depósito de toda a qualidade de armas e de máquinas de guerra.

— Qual o montante da população que se abrigava atrás de tão poderosos baluartes? A quantidade de habitantes da capital do Império variou bastante, de acordo com as vicissitudes históricas. Os historiadores porém não estão de acordo em precisar o número, mesmo aproximado, dos moradores de Constantinopla.

«Já pelo século V, a população de Constantinopla, com exclusão dos subúrbios, devia atingir cerca de um milhão de pessoas e permaneceu mais ou menos nesse nível até à conquista latina, declinando, a partir de então, rapidamente até possuir menos de cem mil almas em 1453». ¹⁰

Constantinopla era sobretudo uma cidade cosmopolita. As praças e ruas estavam repletas dos mais variegados tipos humanos e pertencentes às mais diferentes profissões, condições sociais e raças. «No vaivém se acotovelam os aventureiros eslavos, armênios ou escandinavos, vindos para tentar fortuna na grande cidade, os soldados de uniformes berrantes, varegos da guarda, «altos como palmeiras», kazares, russos, soldados da guarda negra, mercenários latinos armados de grandes espadas, «que pareciam estátuas de bronze»; as mulheres, elegantes, pintadas, ataviadas, passavam a pé ou em liteira; os mascarados enchiam o ar com o pregão de suas especialidades. Tudo isso tornava a rua bulhenta, animada, pitoresca e sempre palco de cenas novas». ¹¹

— A vida urbana no Império Bizantino não se confinava, evidentemente, ao recinto ou aos subúrbios de Constantinopla.

Muitas outras cidades com vida artística, intelectual, social e religiosa intensa assinalaram no decorrer da História Bizantina um acentuado contraste com a Civilização Ocidental em que a vida citadina durante séculos estivera praticamente estagnada.

Alexandria, com seus bairros elegantes, seu imponente farol, seu intenso comércio e sua indústria de luxo, possuía uma numerosa e irrequieta população composta de gregos, indígenas, sírios e judeus.

As classes sociais abrangiam quatro camadas distintas: o povo, os notáveis, a burguesia e os naviculares. Estes últimos detinham o monopólio dos transportes da *annona* e do comércio com o Ocidente. ¹²

Antioquia, situada na margem esquerda do Oronte, desempenhava, graças à sua situação geográfica, o papel de intermediária comercial entre o Ocidente e o Oriente rivalizando com Alexandria. Sua população cosmopolita e irrequieta incluía gregos, sírios e judeus. Entre os principais divertimentos desses habitantes figurava o hipódromo onde a violência entre as facções lembrava o estabelecimento congêner de Constantinopla. «S. João Crisóstomo pregava em vão contra as corridas. Seus ouvintes escutavam-lhe com admiração as homilias, mas retornavam no dia seguinte ao hipódromo». ¹³

Éfeso, metrópole da província da Ásia, pôrto fluvial importante, possuía importantes santuários cristãos reconstruídos quase todos pelo imperador Justiniano. Entre esses santuários figurava o dedicado a S. João Evangelista, edifício em forma de cruz com o túmulo do santo situado em seu centro geométrico. Outro santuário importante era a dupla basílica dedicada à Virgem, onde se realizou, em 431, o terceiro Concílio ecumênico.

Trebizonda era o mais importante porto do Mar Negro. Com suas igrejas, suas torres, sua cidadela e seu palácio imperial, essa cidade

constituía não só um ponto econômico de primeira grandeza mas também um centro irradiador do helenismo para a vasta região banhada pelo Mar Negro.

— A grande metrópole da região balcânica era *Tessalonica*, construída em local estratégico na foz do Vardar.

Sua população, helênica na maioria, possuía um grande contingente de eslavos emigrados.

A grande feira anual (que se iniciava no dia de S. Demétrio, padroeiro da cidade), seus monumentos artísticos (pagãos e cristãos), seus inúmeros santuários, constituíam as grandes atrações da cidade e tornavam-na uma das mais importantes capitais do Império.

No distante Ocidente, *Cartago*, após sua reconquista na época de Justiniano, conservava seu tradicional renome. O aqueduto (da época de Adriano), o fórum, o anfiteatro, o palácio proconsular, as basílicas cristãs, as largas ruas, as fortificações, o porto, a vida intelectual, econômica e religiosa faziam de Cartago a grande metrópole do Mediterrâneo Ocidental.¹⁴

— Após essa visão sumária de algumas das mais importantes cidades do Império, passemos aos detalhes da vida urbana, especialmente em Constantinopla.

3. O traje

As crônicas dos viajantes, os mosaicos e os testamentos figuram entre as fontes que nos informam sobre a maneira de trajar dos bizantinos.

A citação de testamentos merece uma explicação: é que as vestes não raro eram transmitidas como herança e consideradas, portanto, parcelas integrantes das fortunas e como tais deviam ser avaliadas.

Nos séculos V e VI o traje essencial é ainda a túnica de lã ou de linho (*sticharion*) para as classes mais humildes, de seda e em cores variegadas para as classes melhor situadas.

Sobre as túnicas usavam-se mantos de forma diversa (*lacerna*, *camasus*).

Alguns mantos eram ornados com figuras representando cenas das Sagradas Escrituras. Assim, por exemplo, a toga de um senador do século VI ostentava o ciclo completo da vida de Cristo.¹⁵

O contacto com os povos bárbaros e com as civilizações orientais fizeram com que novas modas surgissem por volta do século VII. As vestes largas e longas sucedem vestes estreitas e ajustadas ao corpo. Traje característico é, então, o *scaramangium* originário das estepes asiáticas onde era usado pelos cavaleiros nômades. Adotado pela cavalaria dos persas, foi levado para Bizâncio e passou a ser usado pelos nobres durante as cerimônias. «No século X, o *scaramangium* é usado pelos dignitários palatinos e pelo próprio imperador, sobretudo quando anda a cavalo; o *scaramangium* é então tingido com as mais

delicadas nuanças e muitas vezes realçado com ouro e acaba por ser adotado em todas as cerimônias até o fim do Império». ¹⁶

As classes mais elevadas da sociedade usavam túnicas que envolviam todo o corpo e outras vestes de cima que alcançavam os pés.

Na época dos Comnenos, o luxo com que se vestem os bizantinos causa verdadeiro espanto aos viajantes ocidentais: as roupas de seda bordada a ouro, de cores vivas, ornadas de flores, de medalhões e de temas religiosos ou profanos fizeram Benjamim de Tudela comparar os ricos de Constantinopla a «outros tantos príncipes». ¹⁷

O cronista francês Eude de Deuil que observou os embaixadores enviados por Manuel Comneno ao rei Luís VII em Ratisbona, anota que os mesmos usavam ricas vestes de seda, curtas, bem justas, com mangas estreitas, o que os tornava «ágeis e desembaraçados como atletas». ¹⁸

Bréhier anota que se trata de uma moda nova e passageira, pois sob os Paleólogos as vestes se tornam outra vez longas e se assemelham aos modelos orientais.

E' interessante notar que o traje feminino sofreu menores transformações que o masculino. Entre as peças essenciais das vestes femininas figuravam a túnica (*sticharion*) e o manto (*himation*) de forma variada: ora quadrado ou retangular, ora em forma de segmento de círculo (*paenula*). As mulheres de posse usavam vestes de seda ou de linho. Os pregadores censuravam o uso de tecidos por demais transparentes.

O hábito de cobrir a cabeça tão próprio dos orientais criou em Bizâncio o uso freqüente do chapéu. Cobrir a cabeça fazia parte das obrigações dos dignitários, havendo até regulamentação especial que prescrevia o tecido, a forma, a cor, os enfeites dos chapéus. Às vezes os chapéus atingiam formas e dimensões extravagantes: «Estranhas peças ornavam as cabeças de homens e mulheres, chapéus pontudos enfeitados de peles ou altos turbantes alcochoados». ¹⁹ Assim, por exemplo, a *kalyptra*, importada dos costumes turcos, possuía a forma de pirâmide.

Homens e mulheres usavam também perucas. Como acontece em todas as épocas, as mulheres tinham cuidados especiais com os cabelos e se esmeravam na ornamentação da cabeça. Entretanto toda mulher honesta usava sempre, ao sair de casa, um véu sobre a cabeça.

Os lábios e as faces eram pintados de vermelho, as sobrancelhas e as pálpebras de preto. Perfumes, maquilagem, pérolas, pedras preciosas e jóias completavam a toilette feminina.

4. A refeição ²⁰

Os bizantinos tomavam em família as três refeições de hábito: o *progeuma* (refeição matinal), o *geuma* (refeição do meio-dia) e o *deipnon* (jantar). A mesa era recoberta com uma toalha, cuja riqueza

za variava de acordo com as posses da família. Sobre a toalha dispunham-se guardanapos e recipientes com água para lavar as mãos. Antes de se achegarem à mesa, os convivas costumavam trocar os calçados.

Nas famílias de condição econômica elevada mantinha-se o tradicional costume de tomar a refeição deitado sobre um leito colocado em torno de uma mesa redonda ou em forma de sigma. Posteriormente os leitos foram substituídos por bancos ou cadeiras. Antes de iniciarem as refeições era hábito que os convivas recitassem uma prece. As descobertas arqueológicas e as gravuras de manuscritos têm contribuído para um melhor conhecimento dos utensílios utilizados pelas donas de casa de Bizâncio. Naturalmente o valor dos recipientes usados (uns de terracota, outros de metal precioso, outros de vidro) variava de acordo com a posição social e econômica das famílias. A mesma observação vale para a natureza dos alimentos servidos. Os que podiam ostentavam sua riqueza na hora das refeições, especialmente se havia convivas de cerimônia ou que se desejava impressionar. «O luxo da mesa não é menos elegante; os pratos de prata e ouro cinzelado, as taças com medalhões esmaltados e dourados, as finas obras de ourivesaria, realçam o esplendor do serviço; se o humor malevolente de Luitprando zurziu o vinho resinado, a cozinha a óleo, os molhos de peixe que os bizantinos apreciavam, não deixou ele de louvar a delicadeza da mesa imperial e certo assado de cabrito gordo recheado de alho, porro e cebola, e servido com o famoso molho que se chamava *garon*. De fato, parece ter havido, na disposição do serviço e dos cardápios bizantinos, uma elegância bastante requintada; como no Oriente atual, os perfumes e as flores parecem ter contribuído para realçar-lhes a magnificência e o encanto». ²¹ Os médicos bizantinos, inspirados na teoria de Hipócrates sobre os humores, publicavam calendários com indicações a respeito do tipo de alimentação aconselhável para cada estação do ano e até mesmo para cada mês. Ao que parece, essas indicações tinham boa acolhida entre a população.

5. Os Banhos

Bizâncio manteve a velha tradição romana de banhos públicos. Não só na capital como nas cidades provincianas existiam termas construídas de acordo com os antigos modelos da Roma pagã.

Os estabelecimentos mais importantes ostentavam luxuosas ornamentações desde a colunata de suas fachadas até os belíssimos mosaicos murais de seu interior. As termas ofereciam banhos de vapor, banhos quentes e também banhos frios. Do século V ao VI o ato de banhar-se chegava a ser repetido várias vezes ao dia, costume esse reprovado pelos médicos.

Mais tarde produziu-se uma reação inspirada sobretudo em razões de ordem ascética e a abstenção do banho chegou mesmo a ser con-

siderada como obra meritória. O que se condenava evidentemente era o banho como divertimento e não como medida higiênica, pois os próprios mosteiros possuíam termas.

No século XII considerava-se exagero tomar banho três vezes por semana e «os calendários de regime prescreviam-nos de três a oito por mês, de acordo com a estação».²² Havia nas termas públicas horário especial respectivamente para os frequentadores do sexo masculino e do sexo feminino.

6. O Hipódromo

No capítulo em que estudamos as Instituições Políticas já fizemos referência ao aspecto político-social dos partidos (*factiones*) que disputavam no Hipódromo as corridas de carro. No presente item vamos focalizar o Hipódromo com mais detalhes, sublinhando, sobretudo, seu aspecto recreativo.

O grande edifício, semelhante ao *Circus Maximus* de Roma, fora construído por Septímio Severo e media 500 metros de comprimento por 117,50 de largura. Inúmeras escavações realizadas nas primeiras décadas deste século revelaram importantes restos da antiga construção.

Entre os monumentos que ornamentavam a grande praça de esporte figuravam: um obelisco erigido por Tutmés III e transportado para Constantinopla por ordem de Teodósio Magno em 390;²³ uma coluna de bronze proveniente de Delfos feita de três serpentes cujas cabeças sustentavam outrora o tripé de ouro consagrado a Apolo após a vitória de Platéia; estátuas tiradas de templos pagãos e estátuas representando personagens imperiais; uma quadriga de bronze transportada de um templo da ilha de Quios sob o reinado de Teodósio II. Em 1204, foi levada para Veneza e colocada na praça de S. Marcos.

O hipódromo era também uma espécie de Museu da antiga arte grega cujas obras, por representarem as velhas crenças pagãs, inspiravam à população bizantina um supersticioso temor.

Um espetáculo de corridas no Hipódromo era precedido de dois dias de solenes preparativos. No grande estádio o pessoal especializado verificava a situação das barreiras, experimentava a solidez dos carros, nivelava a pista com areia nova, preparava as urnas que serviam para o sorteio dos lugares a serem ocupados pelos concorrentes, etc., etc.

No grande dia das corridas uma multidão imensa superlota as arquibancadas do hipódromo.

As mais diferentes classes sociais e as mais diversas raças aí se encontram representadas. O humilde artesão, o bateleiro do Bósforo, o carregador do Chifre de Ouro, o camponês da Trácia, o pirata do arquipélago, o franco do Ocidente, o árabe do Egito, da Síria ou da Sicília com suas vestes flutuantes, o húngaro com sua roupa enfeitada de guizos de ouro, o búlgaro de cabeça raspada, o varegue coberto

de peles e de seda... Os altos dignitários da corte e os embaixadores estrangeiros possuem lugares especiais.

Como o hipódromo fosse contíguo ao palácio, o basileu podia passar diretamente de seus aposentos para o triclinio do *Kathisma*, que precede a tribuna, o *Kathisma*, onde era recebido solenemente pelos dignitários que gozavam do especialíssimo privilégio de assistirem ao espetáculo em companhia do monarca.

O mestre das cerimônias anuncia que tudo está preparado. O basileu aparece na tribuna e abençoa três vezes a multidão, que se inclina respeitosa e aclama o soberano. A um sinal deste as portas dos cárceres se abrem simultaneamente e os *aurigas* se lançam nas pistas sob os gritos frenéticos da assistência. Cada corrida compreendia quatro quadrigas de quatro cores que deviam fazer sete voltas. O espetáculo tinha início pela manhã e prosseguia durante todo o dia com um intervalo para a refeição.

Realizava-se um total de oito competições: quatro na parte da manhã, quatro na parte da tarde. Cada corrida durava cerca de um quarto de hora e entre uma e outra procedia-se à coroação do vencedor.

No intervalo que seguia à quarta corrida havia diferentes exhibições que divertiam a assistência: animais exóticos, cenas cômicas, acrobacias, danças, músicas, etc... O entreato era aproveitado para a refeição que o basileu e seus acompanhantes tomavam no *triclinium* do *Kathisma*. Os espectadores das arquibancadas serviam-se das provisões que haviam trazido: carne seca, peixes salgados, limões, laranjas, etc...

— Os vitoriosos nas corridas eram saudados por aclamações ritmadas das facções vitoriosas.

Os cocheiros eram cumulados de riquezas e honrarias e alguns, após a morte, tiveram até mesmo estátuas de bronze no palácio do Senado.

Os grandes dias do hipódromo de Constantinopla se encerraram com a tomada da cidade pelos latinos em 1204. Aliás, já sob o reinado dos basileus guerreiros que se sucederam após o século X, as festas haviam perdido algo de seu antigo esplendor. Os cruzados pilharam o grande estádio e deixaram-no abandonado. Os Paleólogos, após a reconquista de Constantinopla, não dispunham de recursos para restaurarem o velho hipódromo e restituírem-lhe os dias de glória. Assim é que para os visitantes da capital nos séculos XIV e XV as ruínas existentes eram apenas um objeto de curiosidade que particulares ainda usavam para a realização de corridas de cavalo.

7. Outros divertimentos

As distrações dos bizantinos não se limitavam ao espetáculo oferecido pelas competições do hipódromo. Teatros, cortejos, espetáculos de rua e solenidades religiosas quebravam a monotonia da vida coti-

diana. Entre os divertimentos que um novo cônsul deveria oferecer ao povo figurava, na época de Justiniano, «a procissão que conduz ao teatro». Em Constantinopla existiam diversos estabelecimentos em que se representavam tragédias, comédias e outras espécies de espetáculos.

As peças clássicas, havia muito, estavam fora da moda. Nas representações predominava o mimo, farsa bufa sobre temas extraídos da vida cotidiana e, às vezes, da mitologia.

Textos antigos, sobretudo dos Padres da Igreja, revelam-nos o caráter dessas peças em que reinavam as palavras equívocas e as cenas imorais.

E' interessante notar que os atores não usavam as tradicionais máscaras, o que facilitava sobremaneira o jogo fisionômico. Outra novidade era a admissão de atrizes e até mesmo de crianças. As representações do mimo eram acompanhadas de músicas e danças.

Os mimos com suas obscenidades resistiram a todas as censuras e proibições, sobrevivendo mesmo à própria queda de Constantinopla, pois foram adotados pelos conquistadores, tendo-se transformado nos espetáculos turcos de marionetes.²⁴

Dentre os cortejos que reuniam grande multidão nas ruas de Constantinopla figurava os que se formavam com a volta triunfal de um basileu após uma campanha vitoriosa. Antes de entrar na capital o soberano demorava-se em preparativos para a apoteótica recepção. Ao chegar à margem européia do Bósforo, o basileu era recebido por uma multidão de altos dignitários: o prefeito da cidade, os senadores, os patrícios, todos com traje a rigor. Após as homenagens de estilo, forma-se o cortejo triunfal, no decurso do qual o monarca se detém inúmeras vezes, ora, acende velas e muda de vestes e ornamentos.

O basileu é precedido de cavaleiros bárbaros armados de lanças e espadas que constituem sua guarda e seguido por uma multidão de funcionários.

Um momento importante do cortejo é a passagem pelo arco de triunfo, a Porta Dourada, construído por Teodósio II para comemorar a vitória de Constantino e enriquecido com inumeráveis esculturas.

O basileu desce de sua montaria e se prosterna três vezes em direção do Oriente em ato de adoração a Deus sob o silêncio respeitoso da multidão. Prossegue, depois, a solene marcha através da Rua Central, cujos edifícios se encontram ricamente ornamentados com as mais variadas flôres, com objetos preciosos, com panos coloridos e belíssimos tapetes orientais. Lustres e candelabros acesos fazem pálida concorrência ao brilho do sol. No *Augusteon* o imperador é acolhido pelo patriarca e pelo clero e, de acordo com um complicado ritual, entra em Santa Sofia. Saindo deste templo, o triunfador dirige-se para as grandes portas de bronze do palácio. Diante delas, sobre um trono de ouro e pedraria, vai falar à multidão narrando em tom solene os próprios feitos: as batalhas vencidas, as cidades tomadas, a presa de

guerra arrebatada. De acordo com o ritual, essa enumeração era encortada por aplausos.

Terminado o discurso, o imperador faz ainda um percurso a cavalo atravessando o Hipódromo e chegando às portas laterais do palácio, pondo fim às cerimônias externas. Eis, em ligeiras pinceladas e com várias omissões, uma pálida idéia do que era uma festa de triunfo em Constantinopla.

8. Práticas religiosas

O estudo da vida cotidiana dos bizantinos estaria incompleto se não mencionássemos um de seus mais importantes aspectos: as práticas religiosas. O centro da vida religiosa era o templo. O leitor encontrará, no capítulo relativo às Artes, as características arquitetônicas da igreja bizantina. Quanto à Igreja como instituição, será abordada no penúltimo capítulo desta obra. No presente item limitar-nos-emos a algumas observações sobre os atos devocionais dos fiéis.

A magnificência dos templos e a beleza da liturgia dão-nos a medida da intensidade do sentimento religioso.

A assistência à missa dominical, a frequência aos sacramentos (a confissão e as penitências secretas eram impostas a todos), a direção das consciências por monges e ascetas, eis algumas das práticas religiosas dos fiéis. O culto dos santos, das relíquias e a veneração dos ícones são traços característicos da devoção bizantina.

Constantinopla era um riquíssimo centro de relíquias. A pilhagem desses objetos venerados, efetuada pelos ocidentais em 1204, iria cavar um profundo abismo entre a Igreja Oriental e Ocidental, criando oposição ferrenha na massa popular contra qualquer tentativa de conciliação religiosa.

A simples enumeração das principais relíquias conservadas e cultuadas religiosamente pelos bizantinos dará ao leitor uma idéia da importância das mesmas na vida religiosa, mas despertará também sérias dúvidas sobre a autenticidade da grande maioria desses objetos.

Relacionados com episódios do Antigo Testamento, encontravam-se em Constantinopla: a vara de Moisés, o manto de Elias e as relíquias de Isaías.

Dos tempos de Cristo eram exibidos: as relíquias dos Santos Inocentes, os cabelos de S. João Batista, as sandálias de Cristo, a verdadeira cruz transportada de Jerusalém para Constantinopla quando os árabes invadiram a Palestina, a coroa de espinhos, o precioso sangue, a santa lança, o lençol do Santo Sepulcro, o manto de púrpura, a coluna da flagelação, etc...

Os cadáveres de ascetas que possuíam fama de santidade eram avidamente disputados. «Os museus de relíquias não tinham rivais no mundo e, apesar de o Estado não gostar de estrangeiros não autorizados, os peregrinos que quisessem cultuá-las eram bem recebidos e assistidos».²⁸

9. As superstições

Já acentuamos a superstição como um traço característico da mentalidade bizantina. Do exagerado apego às relíquias (aceitas sem o menor espírito de crítica quanto à autenticidade das mesmas), não estavam muito distantes as práticas supersticiosas.

Magos, feiticeiros, astrólogos, adivinhos encontravam na ingênua alma popular e até nas altas rodas sociais um terreno fértil para imprimir suas charlatinices.

Os imperadores Andronico I e Aleixo III estavam rodeados de mágicos e astrólogos.

Estes últimos encontravam sua principal clientela nos aristocratas e nos próprios basileus. As predições que se revelavam posteriormente falsas não conseguiam destruir a credulidade. Assim, v.g., Constantino VI, antes de travar uma batalha com os búlgaros, ouviu os astrólogos sobre o êxito da luta. Um desses videntes, Pâncratos, predisse a vitória. Os fatos porém contraditaram a previsão: Constantino sofreu grave derrota e entre os mortos se encontrou o próprio Pâncratos.

A interpretação dos sonhos preocupava também a população bizantina. Havia especialistas na matéria que alguns consideravam como obra demoníaca.

Lembremos ainda a existência de livros proféticos sobre o futuro de Bizâncio. Compreendem-se os efeitos desastrosos de tais previsões numa cidade que várias vezes vira seus inimigos diante das muralhas protetoras. «O grande império, o último lar da civilização num mundo tempestuoso e sombrio, estremecia continuamente diante dos bárbaros e só se recuperava para enfrentar um novo ataque. Durante séculos a grande cidade permaneceu inviolada, parecendo aos olhos dos forasteiros um símbolo de poder e riqueza eterna. Mas os bizantinos sabiam que o fim chegaria algum dia, que um desses assaltos triunfaria.

As profecias escritas por toda Constantinopla em colunas ou em livros de sabedoria contavam a mesma história, dos dias em que não mais existiriam imperadores, dos últimos dias da cidade, dos últimos dias da civilização».²⁶

¹ Runciman, A Civilização Bizantina, p.140.

² Diehl, Bizâncio, p.395.

³ Runciman, A Civilização, p.171.

⁴ Diehl, Bizâncio, p.218.

⁵ Idem, ibidem, p.215.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ Idem, ibidem, p.219.

⁸ Idem, ibidem, p.155.

⁹ Idem, ibidem, p.219.

¹⁰ Runciman, A Civilização Bizantina, p.144.

¹¹ Diehl, Bizâncio, p.167.

¹² Bréhier, Le Monde, III, p.111.

¹³ Idem, ibidem, p.117.

¹⁴ Sobre Cartago bizantina consultar o cap. V da obra *Carthage latine et chrétienne*, de

G. C. Lapeyre e A. Pellegrin, Payot, Paris, pp.147 ss.

¹⁵ Bréhier, Le Monde, III, p.41.

¹⁶ Idem, ibidem, p.43.

¹⁷ Diehl, Bizâncio, p.394, e Bréhier, Le Monde, III, p.44.

¹⁸ Bréhier, Le Monde, III, p.44.

¹⁹ Runciman, A Civilização, p.147.

²⁰ Os dados deste item foram extraídos de Bréhier, Le Monde, III, pp.52 ss.

²¹ Diehl, Bizâncio, pp.394-395.

²² Bréhier, Le Monde, III, p.59.

²³ Idem, ibidem, p.95.

²⁴ Idem, ibidem, p.107.

²⁵ Runciman, A Civilização, p.168.

²⁶ Idem, ibidem, p.172.

CAPÍTULO X

A Literatura

A EXISTÊNCIA de um grande número de escritores que deixaram apreciável obra literária constitui uma prova eloqüente do que já sublinhamos a propósito do valor emprestado pelos bizantinos à educação. Convém notar que a literatura Bizantina se encontrava em pleno florescimento em épocas em que, no Ocidente, apenas os mosteiros continuavam, no meio da confusão conseqüente às invasões bárbaras, como os principais centros irradiadores de cultura.

Antes de estudarmos os mais importantes autores, vamos fazer algumas observações sobre a indústria do livro em Bizâncio, e sobre a língua falada e escrita. Procuraremos ainda apresentar alguns traços característicos dessa Literatura que, durante um milênio, conservou, direta ou indiretamente, vivas as lembranças e as influências das produções da Literatura Grega Antiga, pois, embora de inspiração nitidamente cristã, as obras dos escritores bizantinos continuavam pagãs pela sua forma.

1. Os livros

O papiro e o pergaminho constituíram durante muitos séculos o material para a confecção de livros. O papiro era empregado não só em livros mas também em diplomas imperiais pelo menos até o século IX.

O pergaminho (feito de peles de animais) foi, com o tempo, preferido como material de escrita em virtude de sua melhor conservação. Posteriormente os árabes introduziram o uso do papel. No século XIV encontramos em Bizâncio um largo emprêgo do papel de algodão.

A indústria de copiar livros estava grandemente desenvolvida no Império Bizantino. Nela se ocupavam não só monges, mas também seculares pertencentes às mais diversas profissões. Graças ao esforço dessa multidão de copistas, anônimos em sua maioria, é que podemos desfrutar ainda hoje da leitura das obras da Antiguidade Grega. Assim, por exemplo, Aretas, arcebispo de Cesaréia, mandou copiar à própria custa os manuscritos de Euclides, de Aristides, o retor, de Dión Crisóstomo e de Platão.¹

Nos mosteiros reproduziam-se sobretudo as Sagradas Escrituras, obras dos Padres da Igreja ou de interesse para a vida espiritual.

Note-se que a cópia de manuscritos era considerada como trabalho essencial para a manutenção e desenvolvimento da vida intelectual.

Assim é que encontramos entre os copistas mais famosos até mesmo imperadores como Teodósio II e João Cantacuzeno que, após sua queda em 1355, não só fez executar numerosas cópias, mas dedicou-se pessoalmente e com capricho a essa atividade.

Os livros apresentavam o formato de rolo (*volumen*) ou de caderno (*codex*). Para as obras escritas em papiro a forma era o rolo.

Note-se que a arte de encadernar livros estava bem difundida em Bizâncio.

2. A língua

A língua literária do Império Bizantino foi o grego comum, a *coiné*, da qual já falamos em nossa História da Grécia.² Os intelectuais bizantinos procuraram conservá-la como herança da Antiguidade Grega, evitando que fosse deturpada pelo contacto com outros idiomas considerados bárbaros. Apesar dos esforços dos puristas, a língua literária bizantina não permaneceu isenta de contaminações: nela penetraram vocábulos latinos, árabes, armênios, etc.

No século XI a *coiné* bizantina sofre, sob a influência de Pselos, uma verdadeira reforma. Através das obras desse autor verifica-se a existência de uma desorganização parcial tanto nas declinações como nas conjugações. Nos substantivos e adjetivos encontram-se formas mais recentes ao lado das formas áticas. «Suprime o aumento no mais-perfeito e confunde as conjugações. Sua sintaxe é mais correta e procura conservar na língua a pureza e a precisão por meio do emprego do artigo e das locuções substantivas, mas não evita sempre a obscuridade e, malgrado seus esforços para evitá-lo, sofre às vezes a influência da língua popular».³

Como vemos, a língua literária bizantina não conservou sempre as velhas regras dos antigos gramáticos.

Ao lado dessa língua artificial que o povo não entendia, desenvolveu-se uma língua popular solenemente detestada pelos intelectuais (no século XII o patriarca Nicolau Muzalon mandou lançar ao fogo uma vida de santo escrita em grego vulgar). Foi principalmente após a tomada de Constantinopla pelos Cruzados que surgiram obras escritas nessa língua de segunda classe (v.g., a Crônica da Moréia), mas, como anota Bréhier,⁴ «o divórcio entre as duas línguas se prolongou até o termo da vida de Bizâncio».

3. Características gerais

A Literatura Bizantina apresenta traços característicos que a situam num plano bem distinto das demais literaturas que contemporaneamente nasceram e se desenvolveram na Europa Ocidental. Tentemos, nas linhas seguintes, estabelecer alguns desses traços.

1. A *dualidade lingüística*, já acentuada no item anterior, causou, evidentemente, sério prejuízo ao desenvolvimento espontâneo e natural da Literatura.

O escritor escrevia, a rigor, em uma língua que não era a que ele usava no ambiente de sua vida cotidiana. Sofria, portanto, um cerceamento de sua própria inspiração. Sua autoexpressão ressentia-se desse artificialismo lingüístico. Runciman⁵ faz, a propósito, uma curiosa e fina observação: «Bizâncio não produziu um Dante para legitimar seu vernáculo, porque o seu vernáculo, o romaico, foi desprezado pelas classes cultas e na realidade tornou-se quase incompreensível a elas, enquanto o vernáculo erudito foi impedido pelos numerosos renascimentos clássicos de se libertar do seu antigo modelo».

2. A *falta de espontaneidade* criadora é pois uma outra característica da Literatura Bizantina. O autor supracitado anota: «Enquanto o gênio bizantino encontrava plena e magnífica expressão na arte, na literatura florescia apenas nos dois extremos de profundo misticismo e bom-senso prático. Apenas em hinos e obras de devoção mística, de um lado, e em simples histórias e biografias, de outro, conseguiram os autores bizantinos alcançar elevação».⁶

3. O *respeito pelo passado* e conseqüente *contato íntimo* com os autores gregos antigos, eis um traço marcante essencial da Literatura em tela. Baynes⁷ observa êsse respeito ao passado: «Os bizantinos herdaram as tradições dos homens de letras do helenismo, os quais não procuraram tanto interpretar a vida contemporânea como recuperar o pensamento e os timbres de um passado glorioso. Modelaram seu estilo sobre um idioma ático que haveria de ser adquirido com o auxílio da gramática e do dicionário. Assim nasceu o abismo que ainda existe na Grécia entre a linguagem escrita e a linguagem falada».

O passado literário grego tornava-se presente no Império Bizantino através das grandes bibliotecas que conservavam numerosos manuscritos de autores antigos.

O «patriarca Fócio, em seu *Myriobiblion* analisou 280 manuscritos de autores clássicos que faziam parte de sua biblioteca, ao lado dos quais ele naturalmente possuía outros; a biblioteca do cardeal Bessarion, dentre os 500 manuscritos que a compunham, 300 eram de autores gregos; e até nas bibliotecas monásticas, no convento de Patmos, ou no mosteiro greco-italiano de São Nicolau de Casoli, ao lado de obras religiosas, alinhavam-se também os escritores da Grécia Clássica. A que ponto todos esses escritores eram familiares aos bizantinos, nós os poderemos julgar observando a extensão da leitura de alguns dentre eles: Suidas, no século X, Pselos, no século XI, Tzetzés, no século XII, Teodoro Metochite, no século XIV, leram toda a literatura grega, oradores e poetas, historiadores e filósofos, Homero e Píndaro, os trágicos e Aristófanes, Demóstenes e Isócrates, Tucídides e Polí-

bio, Aristóteles e Platão, Plutarco e Luciano, até Apolônio de Rodas e Lícofron».⁸

Nesse contato íntimo com os clássicos encontramos a explicação óbvia do emprego da linguagem erudita literária através da qual se procurava imitar os antigos modelos.

Convém notar que a Grécia Antiga influenciou a intelectualidade bizantina sobretudo através da Escola Alexandrina.

4. A *influência de Alexandria* é sublinhada por Bréhier⁹ que aponta os seguintes caracteres comuns às duas escolas literárias:

- a) importância da forma, à qual se sacrifica não raro o fundo;
- b) procura da bela linguagem extraída dos grandes autores;
- c) abuso da mitologia que indica um verdadeiro mau gosto;
- d) o amor imoderado pela eloquência, pela amplificação, pela dialética: «Toda obra, quer seja teológica, filosófica ou histórica, se apresenta como uma demonstração».

e) gosto especial pelas descrições de paisagens ou de obras de arte e pelos epigramas funerários, amorosos, cristãos ou pagãos. Este gênero literário é o verdadeiro traço de união entre as duas escolas.

5. A *influência cristã* marcou profundamente a Literatura Bizantina. «Os escritos dos padres da Igreja, de S. Basílio, de S. Gregório Nazianzeno, de S. Gregório de Nissa, de S. João Crisóstomo, eram universalmente admirados e estudados nas escolas bizantinas, e os escritores gostavam de servir-se deles como de modelos. E' um fato notável que a teologia constitua sozinha pelo menos a metade do que produziu a literatura bizantina e em Bizâncio encontrem-se poucos escritores, mesmo profanos, que não tivessem de algum modo tocado em assuntos teológicos».¹⁰

E' interessante notar como os grandes autores cristãos souberam pôr a forma literária antiga a serviço do fundo cristão. Assim, por exemplo, aconteceu com a técnica da retórica pagã empregada pelos grandes oradores cristãos para levarem às massas a mensagem evangélica.

6. A *influência oriental* também deixou sua marca na Literatura Bizantina. Tal influência se faz sentir, v.g., na abundância de palavras e riqueza de imagens. «O Oriente é tolerante com a multidão de palavras e podem ser discernidas claramente as influências asiáticas na riqueza das imagens e da elaboração, que às vezes obscurece mais que ilumina».¹¹ Podemos citar entre as influências orientais a inclusão, na Literatura Bizantina, de narrações exóticas típicas das regiões levantinas. Assim é que encontramos lendas da Índia, da Pérsia, da Síria e até mesmo cantilenas árabes.¹²

7. A *variedade* é um traço característico da Literatura Bizantina. A vasta erudição dos intelectuais levava-os à composição de tratados

sobre os mais diferentes assuntos: guerra, direito, diplomacia, economia rural, educação, história, teologia, cerimônias, etc...

8. Dessa variedade concluímos pela existência de outra característica da literatura em foco: o cuidado *utilitário* e *prático* que muitas vezes os escritores punham em seus trabalhos.

9. Finalmente, apesar de tudo o que foi dito acima, podemos descobrir na Literatura Bizantina um traço de *originalidade* que aparece sobretudo na teologia, na poesia sacra, épica e lírica e na História.

4. Os Gêneros literários

Antes de iniciarmos a breve enumeração dos principais vultos da Literatura Bizantina e das respectivas obras, vamos examinar sucintamente os mais importantes gêneros literários. Estes, como observa Bréhier,¹³ são os mesmos da Antiguidade mas com uma diferença: em grande parte subordinam-se estreitamente às regras da *retórica*. Com efeito, as normas da eloquência aplicavam-se, em Bizâncio, a todos os gêneros literários, à prosa e à poesia. Mas, note-se, a retórica tinha também sua personalidade própria, seu campo específico. Os retores de Bizâncio, durante séculos, formaram-se dentro das concepções da arte oratória contidas nos tratados de Hermógenes (época dos Antoninos) e de Aftônios (século III). O campo próprio da retórica abrangia cinco tipos:¹⁴ os *panegíricos imperiais*, que apresentavam um caráter estereotipado; as *orações fúnebres*, em que predomina a preocupação de elogio do defunto; os *tratados parenéticos* (obras de pura retórica em que se assinalam os deveres dos soberanos); as *descrições* (exercícios de aula propostos pelos retores a seus discípulos); a *epistolografia* (os retores haviam imaginado modelos de cartas que deviam servir para todas as circunstâncias).

A preocupação de enquadrar a correspondência dentro dos princípios da retórica desvalorizou, muitas vezes, a epistolografia bizantina como fonte histórica. Contudo, há cartas que «constituem verdadeiros documentos de Estado, outras tratam da administração da Igreja, inúmeras cartas de condolências e de exortação, e quadros pessoais de notícias e mexericos».¹⁵

— A *História* merece destaque no estudo da Literatura Bizantina.

Baynes¹⁶ observa que «é na esfera da História onde mais claramente se mostra a superioridade da última literatura romana sobre a do Ocidente. Apesar de períodos como o do século VIII, em que a espada teve que tomar forçosamente o lugar da pena, a tradição clássica não morreu jamais e até o final o Império Oriental estudou e escreveu sua própria História e a de seus amigos e adversários. Só muito lentamente estamos começando a compreender quão grande é nossa dívida para com a Clio dos bizantinos».

Diehl,¹⁷ depois de salientar que «cada século da história literária de Bizâncio conheceu historiadores eminentes», acrescenta: «Pela inteligência, muitas vezes pelo talento, eles se mostram bem superiores aos que, pela mesma época, escreviam no Ocidente livros de História, e alguns dentre eles mereceriam lugar de destaque não importa em que literatura».

No mesmo sentido escreve Runciman:¹⁸ «Os historiadores de Bizâncio compararam-se favoravelmente com os de qualquer nação até os tempos modernos. Em estilo, julgamento, sutileza e capacidade crítica ultrapassaram de muito seus contemporâneos ocidentais. Compilavam suas informações cuidadosamente e estudavam as obras de seus sucessores».

São as obras dos historiadores (entre os quais incluímos os simples cronistas, os biógrafos, etc.), que nos permitem reconstituir, às vezes com grande riqueza de detalhes, século por século o milênio da História Bizantina. Esses escritos adquirem importância especial quando consideramos que, não raro, constituem a única fonte de informações sobre diferentes povos que entraram em contacto com a Civilização Bizantina. Não é pois de admirar que russos, búlgaros, iugoslavos, húngaros e até turcos busquem na literatura histórica de Bizâncio as fontes básicas para as respectivas histórias nacionais.

Convém notar que a História Bizantina se inspira nos modelos clássicos, Tucídides, Xenofonte e Políbio, reproduzindo-lhes a linguagem, o estilo narrativo, os processos de composição. A influência da retórica é contrabalançada pelo cuidado que o historiador põe em ser verídico e sincero.¹⁹

Muitos dos historiadores bizantinos foram homens de ação, tendo, não raro, ocupado cargos elevados na hierarquia governamental e havendo presenciado pessoalmente os acontecimentos expostos ou, ainda, tendo tido oportunidades excepcionais para a pesquisa nas fontes de informações constituídas principalmente pelos arquivos do Estado.

A caracterização da História Bizantina como inspirada nos modelos da Antiguidade é incompleta. Devemos sublinhar a poderosa influência do Cristianismo da qual resultou a criação de dois novos tipos de exposição histórica: a História da Igreja e a Crônica Universal. Esta última surgiu da necessidade de inserir a História do Povo Hebreu exposta no Antigo Testamento e a História da Igreja, na sincronia da História Antiga.

A Hagiografia (biografia de santos) ocupa lugar relevante na Literatura Bizantina. Devemos, entretanto, distinguir entre as biografias redigidas logo após a morte do santo e os panegíricos escritos em época bem posterior. Estes últimos são antes de mais nada exercícios de retórica, verdadeiras amplificações declamatórias carentes de valor histórico e até mesmo literário.

Aquelas contêm grande valor informativo e constituíram a leitura favorita da sociedade bizantina especialmente na época que seguiu à vitória sobre a iconoclastia. O interesse despertado por esse tipo de

literatura provém sobretudo do modo atraente com que os hagiógrafos souberam apresentar a vida dos santos. Com efeito a hagiografia bizantina não se constitui somente de narrações de caráter edificante: apresenta um quadro vivo do ambiente em que viveram os biografados, podendo, por isso, ser considerada fonte indispensável para uma penetração mais profunda na própria alma bizantina manifestada, aqui, nas mais diversas condições de vida.

Romances de aventura e de amor, *panfletos*, *sátiras* e *narrativas apócrifas* sobre assuntos relacionados com as Sagradas Escrituras são outros tantos gêneros literários em prosa nos quais se exercitaram os escritores bizantinos. Note-se que tanto os gregos como os orientais mostraram sempre certa predileção pelas obras que excitam a imaginação, fato esse que explica a aceitação e até mesmo a popularidade que em Bizâncio tiveram os apócrifos, especialmente os relacionados com o Novo Testamento.

Até aqui falamos da prosa bizantina. Digamos, agora, algumas palavras sobre a *poesia*. Runciman²⁰ dá-nos em síntese uma apreciação sobre o valor dessa poesia: «Na poesia, a falta de espírito literário criador dos bizantinos é mais aparente. O número de poetas bizantinos é comparativamente pequeno e embora o gosto e a cultura consciente de Bizâncio impedissem o padrão de cair realmente muito, também combinavam com o problema lingüístico para esterilizar a espontaneidade e a autenticidade. Apenas a poesia religiosa conseguiu, através da genuína intensidade do sentimento religioso bizantino, atravessar a barreira e atingir a grandeza».

A poesia erudita bizantina carece em geral de inspiração e de naturalidade. Deve-se notar que a métrica usada baseava-se na quantidade e na cesura. Entretanto, «habitados a falar e até mesmo a escrever a língua vulgar, os poetas possuíam mais um respeito supersticioso pela Antiguidade Clássica que propriamente um conhecimento real da prosódia cujas regras eles não assimilavam sempre».²¹

Encontramos na poesia erudita poemas didáticos e sobretudo epigramas. Estes constituíam um dos gêneros preferidos pelos poetas. Todos os assuntos se prestavam para a composição de epigramas. Assim é que encontramos nas Antologias epigramas votivos, descritivos, funerários, anedóticos, satíricos, etc.

A poesia rítmica, despida de toda a erudição antiga, constitui «a manifestação mais original do gênio poético dos gregos da Idade Média».²²

Característica dessa poesia é que seus autores não se preocupam com a quantidade de vogais (da qual o ouvido popular já se desacostumara, havia muito) e observam duas regras essenciais: a *isossilabia* e a *homotonia*. Predomina o sentimento musical e evita-se toda expressão que não possa ser compreendida pelo povo, embora seja usada a língua erudita.

E' curioso observar que essa poesia melódica, por ter sido escrita nos manuscritos como se fosse prosa (os eruditos só concediam foros

de cidadania poética às produções que observassem a *quantidade*), permaneceu desconhecida durante muito tempo. Só no século XIX é que o cardeal Pitra, especialista em liturgia, descobriu o ritmo existente nos hinos que se encontravam em um manuscrito de S. Petersburgo e revelou aos estudiosos essa poesia que pode ser considerada como típica manifestação da alma bizantina. É uma verdadeira poesia nacional. Seus autores compunham primeiramente as músicas a cujo ritmo os textos, elaborados em segundo lugar, deveriam subordinar-se.

No capítulo sobre as Artes dedicaremos algumas linhas à Música bizantina.

— Após 1204, quando se acentua a influência ocidental, desenvolve-se um ciclo de poemas de cavalaria inspirados principalmente em obras congêneres francesas e italianas. A partir do século XII nota-se o desenvolvimento, na poesia em língua popular, dos mais variados gêneros: poemas didáticos, satíricos, líricos, provérbios, etc.

Essa literatura popular apresenta mais semelhança com as literaturas em língua nacional do Ocidente do que com a literatura erudita de Bizâncio. É curioso notar que, às vezes, o mesmo autor utiliza tanto a língua erudita como a popular.²³

— Concluamos essas observações de ordem geral sobre os gêneros literários, lembrando a existência do teatro não só o erudito mas também o religioso e popular. Este último originou-se, como no Ocidente, das cerimônias religiosas que já por si só apresentam um caráter dramático.

5. Principais vultos e obras

No presente item vamos fazer uma enumeração sucinta dos principais vultos e respectivas produções da Literatura Bizantina de acordo com as etapas marcantes da História Política.

A. De Constantino a Justiniano

Nos séculos IV e V temos os seguintes vultos da Literatura Cristã:

Eusébio de Cesaréia (265-340) é um dos escritores mais fecundos do século IV. Teve «o mérito de compreender que a História era uma obra de ciência».²⁴ Entre outras obras, escreveu *História Eclesiástica* e a *Crônica*. Foi o primeiro a escrever uma História do Cristianismo. Sua obra constitui um precioso repositório de informações sobre a Igreja Primitiva e tornou-se a base para muitas obras congêneres. Eusébio teve à sua disposição numerosas fontes. Não só cita expressamente os autores consultados, mas chega mesmo a reproduzir inúmeros documentos originais. A *Crônica* apresenta grande interesse para o estudioso da Antiguidade. Representa uma tentativa de inserir o Cristianismo no contexto da História Universal.

Continuadores da obra de Eusébio foram Sócrates e Teodoreto.

Santo Atanásio (295-373) é o grande campeão da luta contra o Arianismo. Sua obra literária versa quase toda sobre esse problema. A composição de suas obras é clara e bem ordenada.

S. Basílio (330-379), bispo de Cesaréia, tomou o lugar de Santo Atanásio, já envelhecido, na luta contra o Arianismo e consagrou-se à organização da vida monástica. Suas obras se caracterizam pela perfeita harmonia entre a cultura profana e a doutrina cristã e se distribuem em *Discursos* (numerosas homilias), *Tratados* e *Cartas*. No tratado «Sobre a leitura dos autores profanos» reconhece a importância dos poetas (entre os quais Homero) para a formação moral. S. Basílio conhecia os clássicos (sua linguagem denota a influência de Platão e de Demóstenes) e teve o mérito de chamar a atenção para o que havia de aproveitável, sob o ponto de vista cristão, na literatura profana.

S. Gregório de Nazianzo (319-390), condiscípulo de Basílio e bispo de Nazianzo, possuía uma natureza de artista inclinada mais à contemplação que à atividade prática. Deixou-nos *Discursos*, *Cartas* e *Poesias*. Pelos dons naturais e pela inspiração, o orador e o poeta se confundem em Gregório. Embora²⁶ Humbert considere sua arte poética «banal e superficial», Wilamowitz-Moellendorff²⁸ aponta-o como o mais notável poeta de seu tempo.

S. Gregório de Nissa, bispo desta cidade e irmão mais moço de Basílio, deixou-nos tratados de moral, de teologia dogmática, de exegese e de ascese. Ao versar sobre esses assuntos, procurou dar explicações que satisfizessem não só à fé mas também à razão. O «Diálogo sobre a Alma e a Ressurreição» é uma espécie de *Fédon* cristão e lembra, pelas considerações acerca da natureza imortal da alma, o primeiro livro das *Tusculanas* de Cícero.²⁷

S. João Crisóstomo (345-407), arcebispo de Constantinopla, deposto e exilado pela imperatriz Eudóxia, a quem não agradou a independência de linguagem do grande orador. *Discursos*, tratados sobre diferentes temas teológicos (entre os quais um sobre o sacerdócio) e mais de duas centenas de cartas compõem a herança literária deixada por aquele que Villemain²⁸ chamou «o mais belo gênio da nova sociedade enxertada sobre o Mundo Antigo». A formação literária de Crisóstomo (convém notar que esse cognome, que significa Boca de Ouro, só foi definitivamente ligado ao nome de João por volta do século VIII), feita sob a orientação de Libânio, sofre a influência marcante de Platão e de Demóstenes. A eloquência de S. João Crisóstomo (o mais eloquente dos Padres Gregos) é posta a serviço da ingente tarefa da restauração moral da sociedade. A «variedade, a simplicidade popular, a força, a maravilhosa profusão de idéias e a imaginação inexgotável fazem de S. João Crisóstomo um dos maiores oradores que jamais se ouviram».²⁹

Passemos, agora, à enumeração dos mais importantes vultos da *Literatura profana*. Note-se que essa Literatura se desenvolve sob o signo do neoplatonismo e da sofística.

Aquele não só sincretiza todos os demais sistemas filosóficos, como impregna suas doutrinas de uma estranha e complexa teologia em que os seres sobrenaturais se multiplicam indefinidamente. A sofística cuida sobretudo da cultura oratória, mas está imbuída de tradições pagãs.

Libânio de Antioquia (314-393) é o maior escritor pagão do século IV e exerceu profunda influência sobre seus contemporâneos, como, v.g., Crisóstomo, Basílio Magno e Gregório Nazianzeno e o futuro Juliano Apóstata. Deixou-nos numerosos discursos e uma ampla coleção de cartas que constituem preciosa fonte para o estudo da vida contemporânea.

Juliano Apóstata (331-363) notabilizou-se também como escritor, tendo produzido uma obra literária toda impregnada da tradição pagã que ele considera superior ao Cristianismo. Sua principal obra «contra os cristãos» só nos é conhecida através da refutação elaborada por S. Cirilo. A atividade literária de Juliano possui os defeitos da época: «erudição pedante, sutileza nebulosa, abuso de citações e verbosidade».³⁰

— Dentre os historiadores do século V vamos lembrar Prisco e Zóximo.

O primeiro acompanhou uma embaixada ao acampamento huno da Panônia fazendo da mesma um relato completo sobre a corte de Átila, os usos e costumes de seu povo. «Tal descrição é particularmente interessante no sentido de que pode ser considerado um relato, não só da vida dos hunos mas dos costumes dos eslavos do Danúbio médio, que os hunos haviam submetido».³¹ Da História Bizantina de Prisco só possuímos fragmentos.

Zóximo (séculos V-VI) escreveu uma *História Nova* que vai desde o reinado de Augusto até o sítio de Roma por Alarico em 410. O traço característico da obra de Zóximo é seu paganismo ardoroso que atribui a queda do Império à ira dos deuses abandonados pelos romanos.

B. Literatura no Século de Justiniano

Nessa época sobressaem notáveis historiadores cujas obras constituem fontes indispensáveis para o estudo da História do Império do Oriente.

O mais importante historiador do século de Justiniano foi Procópio de Cesaréia, secretário e conselheiro de Belisário.

Procópio não só foi testemunha ocular de muitos acontecimentos como, em virtude da elevada posição que ocupava, teve oportunidade de consultar diretamente documentos oficiais, arquivos, etc.

Devemos à pena desse historiador três obras: *Guerras de Justiniano* (oito livros), *As Construções de Justiniano* e *História Secreta*.

Na primeira são narradas as guerras de Justiniano contra persas, vândalos e godos e expostos outros aspectos do governo desse imperador. A maneira viva e atraente com que Procópio sabe abordar os problemas militares explica-se pelo contato direto que o mesmo teve com tais problemas quando redigia as ordens do dia, as formações de combate, relações para o imperador, etc.

Procópio foi atento observador do meio físico e humano por onde passou, deixando-nos preciosas informações a respeito dos aspectos culturais e especialmente da constituição política de diferentes povos como vândalos, godos, francos, sírios, árabes, armênios e persas²²

A segunda obra de Procópio tem por finalidade enumerar e descrever a grande quantidade de monumentos erigidos por Justiniano em toda a vastidão do Império. Deixando de lado o tom laudatório (provavelmente a obra foi redigida por ordem do próprio imperador), as *Construções* são abundante fonte para estudos de ordem geográfica, topográfica, financeira, econômica e sobretudo artística. É uma obra indispensável para uma História da Arte bizantina.

A terceira obra de Procópio, a *História Secreta* é considerada por Runciman²³ «um conglomerado amargo de mexericos». A «História Secreta» difere, com efeito, fundamentalmente das outras duas e sua autenticidade chegou a ser posta em dúvida pelos críticos. Essa obra é um libelo grosseiro contra Justiniano, Teodora e o próprio Belisário. A Justiniano o autor atribui a causa de todos os males que, então, caíram sobre o Império.

Podemos dizer que Procópio apresenta nessas páginas o reverso do regime de Justiniano e, apesar da parcialidade do autor, a qual o leva mesmo à calúnia, a *História Secreta* não deixa de, examinada com critério, constituir fonte preciosa para o estudo da política interna do Império.

Procópio pode ser considerado o maior vulto da prosa bizantina do século VI e ser colocado «entre os maiores historiadores de todos os tempos». ²⁴ Seu estilo é lícido, vigoroso. Descreve com vivacidade e serve-se freqüentemente de expressões tomadas a Heródoto e a Tucídides. Nos processos de composição imita Políbio.

Outros historiadores que se distribuem até o início do século VII são:

Agátias, contemporâneo de Procópio porém mais moço do que este, continuou a *História das Guerras* (que narrava os acontecimentos até o ano 552) no período compreendido entre 552 e 558.

Menandro, oficial da guarda, continuou Agátias relatando os eventos de 558 a 582, ano em que Maurício subiu ao trono. Só possuímos um fragmento dessa obra de Menandro, importante para o conhecimento dos primeiros contatos dos ávaros e dos turcos com Bizâncio.

Teofilacto Simocatta, contemporâneo de Heráclio, prosseguiu a obra de Menandro, escrevendo uma *História* sobre o reinado de Maurício (582-602), a qual, apesar da afetação do estilo, representa exce-

lente fonte de informações. Teofilacto é o último historiador do Império Romano Universal.

Nonnosus, embaixador de Justiniano enviado aos abissínios e aos sarracenos, escreveu uma narração de sua viagem. Só possuímos um fragmento dessa obra o qual nos informa sobre as regiões e povos visitados pelo autor.

Teófanos de Bizâncio escreveu uma obra de interesse histórico pelos fins do século VI. Através dos fragmentos que restaram, temos notícia da introdução da sericicultura no Império Bizantino e encontramos alusões aos turcos.

Evágrio da Síria (fins do século VI) deixou uma História Eclesiástica em seis livros que contém um relato dos episódios compreendidos entre o Concílio de Éfeso (431) e o ano 593.

João, o Lídio, escreveu sob o reinado de Justiniano, entre outras obras, um tratado sobre os Magistrados do Estado Romano. Contém notícias sobre a organização interna do Império e pode ser considerado «como um precioso complemento da *História Secreta* de Procópio».³⁵

Cosme Indicopleustes (navegante no Oceano Índico), cristão nestoriano do Egito, foi infatigável viajante e escreveu em meados do século VI *Topografia ou Cosmografia Cristã*. Nesta obra Cosme combate a idéia de que a Terra tenha a forma de uma esfera. Mas o grande interesse do trabalho de Cosme reside nas informações de ordem geográfica e comercial sobre a época em que foi escrito.

Outra obra de importância geográfica é o *Vademécum* de *Hiérocles*. Descreve a divisão política do Império no início do reinado de Justiniano.

Além dos historiadores e geógrafos supracitados convém lembrar ainda os seguintes cronistas:

Hesíquio de Mileto, que viveu provavelmente sob o reinado de Justiniano, escreveu uma História Universal em forma de Crônica que abrangia os acontecimentos desde a Antiga Assíria até a morte de Anastácio (518). Desta obra existe um fragmento que trata da História de Bizâncio inclusive antes da fundação de Constantinopla.

Hesíquio escreveu ainda uma História sobre os acontecimentos do reinado de Justino I e dos primeiros anos do reinado de Justiniano. Um dicionário de todos os escritores gregos pagãos célebres é a terceira obra do mesmo autor.

João Malalas (século VI), sírio de Antioquia não bem helenizado, escreveu uma Crônica do Mundo cujo único manuscrito existente contém narrações que vão desde a época lendária do Egito até o fim do reinado de Justiniano. Malalas possuía uma medíocre instrução, pois suas alusões à História e Mitologia da Antiguidade encontram-se evadas de erros grosseiros. Escreveu para a massa e não para um público escolhido. A obra de Malalas possui um duplo valor: histórico e filológico. *Histórico*,³⁶ porque «consegue dar pormenores valiosos e vívidos da vida cotidiana de seu tempo...» *Filológico* porque é a pri-

meira obra «escrita no grego comumente falado então, quer dizer, no dialeto grego vulgar, popular no Oriente, que resultava de uma combinação de elementos gregos e de expressões latino-orientais».³⁷

Outros vultos da Literatura na época em foco, são:

João de Éfeso, monofisita da Mesopotâmia Superior, foi bispo de Éfeso, contemporâneo de Justiniano, escreveu *Vidas dos Santos Orientais e uma História eclesiástica*. Desta última, escrita em siríaco, só nos resta a parte referente aos acontecimentos de 521-585. João de Éfeso revela-nos o fundo nacional e espiritual das disputas monofisitas.

Leôncio de Bizâncio, contemporâneo de Justiniano, foi notável polemista a favor da Ortodoxia. Leôncio testemunha a substituição da influência de Platão pela de Aristóteles nos Padres da Igreja.

João Clímaco, o solitário do Sinai, escreveu «Escada Espiritual», obra de elevação espiritual que se tornou a leitura predileta dos monges bizantinos e que foi traduzida em diversas línguas.

Cirilo de Citópolis escreveu numerosas vidas de monges que constituem boa fonte de estudo histórico.

João Moschus (séc. VI-VII) reuniu o resultado de suas observações de mosteiros do Oriente (Palestina, Egito, Monte Sinai, Síria, Ásia Menor, etc.), na obra intitulada *Prado Espiritual* que encerra preciosas informações para o historiador.

Romanos, o Meloda, é o mais ilustre dos poetas melódicos da Literatura Bizantina. Viveu em Constantinopla sob o reinado de Justino e Justiniano. Atingiu o apogeu de sua produção poética na época deste último imperador. Escreveu inúmeros hinos de estrofes iguais «cuja forma é simples, isenta de toda retórica, mas exprime uma fé profunda...»³⁸ Dentre esses hinos o mais famoso é o da Natividade. Romanos é considerado o maior poeta de Bizâncio, o «Píndaro da poesia rítmica».³⁹ Note-se que os hinos de Romanos foram compostos para serem cantados.

Paulo, o Silenciário, contemporâneo de Romanos, deixou-nos duas descrições poéticas de Santa Sofia e de seu púlpito. Essas obras possuem importância fundamental para o estudo da arte bizantina.

Para terminar vamos mencionar duas obras escritas em versos latinos por um africano, Corippo: a primeira é uma homenagem ao general João Troglita que dominou a revolta dos indígenas africanos contra o Império. É curioso notar que as informações concernentes à guerra contra os berberes «são às vezes mais seguros que as de Procópio».⁴⁰ A segunda obra de Corippo é um Elogio a Justino II e contém interessantes detalhes sobre o cerimonial da corte bizantina no século VI.

C. A Literatura na época de Heráclio.

O período de 610 a 717 é considerado de pouca fertilidade literária e artística, fato esse que encontra provavelmente sua explicação

nas terríveis ameaças externas que então pesaram sobre o Império e que absorveram todas as atenções e energias.

Jorge de Pisidia, diácono de Santa Sofia, descreve em versos harmoniosos as campanhas militares de Heráclio contra os persas e ávaros. O autor deixou-nos também obras de caráter polêmico, elegíaco e teológico. Assim, v.g., o *Hexaemeron*, espécie de poema didático sobre a criação do mundo.

Entre os Cronistas merece ser citado *João de Antioquia*, que escreveu uma Crônica universal a partir de Adão até a morte do imperador Focas (610).

Um autor desconhecido compôs a Crônica de Páscoas, enumeração dos fatos ocorridos desde Adão até o ano 629 P.C. Essa Crônica interessa ao historiador sobretudo em virtude da parte que versa sobre os acontecimentos contemporâneos do autor.

Máximo, o Confessor, um dos mais notáveis teólogos de Bizâncio, viveu na época de Heráclio e de Constante II. Suas obras tratam dos mais variados assuntos teológicos: exegese, ascetismo, misticismo, liturgia, etc. Percebe-se em Máximo, o Confessor, a influência de S. Atanásio, S. Gregório Nazianzeno e S. Gregório de Nissa. Foi enorme a contribuição de Máximo para o desenvolvimento do Misticismo bizantino.

— Na hagiografia devem ser registrados os nomes de *Sofrônio*, patriarca de Jerusalém, cuja obra contém abundantes informações concernentes à geografia, história e costumes, e de *Leôncio*, bispo de Neápolis de Chipre, autor de várias Vidas numa linguagem em que se percebe a influência da língua vulgar.

— Na poesia religiosa convém lembrar *André de Creta*, originário de Damasco, autor de hinos, entre os quais o *Canon Maior* que ainda hoje é lido na Igreja Ortodoxa durante a Quaresma.

D. A Literatura no Período Iconoclástico

A controvérsia iconoclástica gerou uma imensa literatura que, em grande parte, foi destruída pela corrente vencedora. Assim é que, como observa Vasíliev, "a literatura que nos chegou do período iconoclástico é unilateral". Passemos a um breve exame dos principais autores.

Jorge Syncellus (séc. VIII-IX) escreveu uma *Cronografia* que abrange o período entre a criação do Mundo e o reinado de Diocleciano. Essa obra possui importância para a solução de dúvidas concernentes à Cronografia grega antiga.

Teófanos, o Confessor, continuou a *Cronografia* de Syncellus, expondo os acontecimentos que se situam entre Diocleciano e a queda de Miguel Rangabé I em 813. Apesar da parcialidade do autor, a obra de Teófanos é rica fonte para o estudo da questão de imagens.

Nicéforo, patriarca de Constantinopla entre 806 e 815, denodado adversário da Iconoclastia, deixou escritos teológicos e uma *História Breve* que relata os eventos ocorridos a partir do imperador Maurício

(602) até o ano 769. Essa obra é fundamental para o estudo da História política e eclesiástica do período focalizado.

Jorge Hamartolo, o Monge, escreveu uma *Crônica Universal* de Adão até a morte do imperador Teófilo em 842. Dentre os assuntos de interesse contidos nessa *Crônica* salientemos as informações sobre o monaquismo, sobre a difusão da Iconoclastia e ainda sobre a propagação do Islamismo. Serviu de base para outras *Histórias Universais Bizantinas*.

João Damasceno († 750) escreveu obras dogmáticas, polêmicas, históricas, filosóficas, poéticas e retóricas. Sua principal obra é a *Fonte do Conhecimento* em que faz uma exposição metódica da doutrina ortodoxa tal como fora exposta pelos Padres da Igreja e pelos Concílios. Na primeira parte dessa obra, *Capítulos Filosóficos*, encontramos definições precisas sobre o *Ser*, a *Substância*, as *Hipóstases*. Na segunda parte, *Sobre heresias*, o autor enumera dezenas de heresias e inclui entre as recentes a Iconoclastia. A terceira parte, *Capítulos Dogmáticos*, desenvolve, em cem capítulos, a doutrina completa dos dogmas cristãos. Essa exposição dogmática tornou-se o livro por excelência da teologia apologética da Igreja Oriental.

João Damasceno notabilizou-se também por seus hinos eclesiásticos que alcançam então «o apogeu de seu desenvolvimento e beleza».

Alguns estudiosos atribuem à autoria de Damasceno a novela *Barlaam e Josafat* que alcançou grande divulgação durante a Idade Média. Trata-se de uma versão da vida de Buda adaptada à mentalidade dos cristãos do Oriente.

Teodoro de Studion (Studita), famoso defensor das imagens, deixou obras sobre os mais diferentes temas; exposições dogmático-polêmicas, sermões (constituem seus escritos mais populares), epigramas, acrósticos, hinos, epístolas, etc.

Kasia, «a única poetisa de talento que achamos na Literatura Bizantina», escreveu epigramas e poemas eclesiásticos que se distinguem por sua originalidade e por seu estilo. *Kasia* «foi uma mulher inteligente e singular, que combinou uma sensibilidade delicada e uma religiosidade profunda com uma franqueza enérgica e uma ligeira inclinação à maledicência».

Fócio (810-895) centralizou o movimento literário e intelectual da segunda metade do século IX com sua inteligência brilhante e sua cultura verdadeiramente enciclopédica. Possuía uma rica biblioteca que punha à disposição de seus amigos. A pedido deles escreveu a relação dos livros lidos. Nessa obra, *Biblioteca*, encontramos, além de informações relativas a gramáticos, historiadores, oradores, sábios, etc., fragmentos de livros desaparecidos. Fócio deixou escritos sobre os mais variados assuntos: teologia, gramática, sermões, cartas, etc.

João, o Gramático, o patriarca iconoclasta, e *Leão, o Matemático*, são outros autores do período em tela.

E. *Literatura sob a dinastia Macedônica e período subsequente*
(867-1081).

Vasíliev⁴⁶ chama a atenção para o fato de a época macedônica caracterizar-se por um «notável desenvolvimento em todos os ramos da civilização. Então se manifestaram claramente os traços típicos da cultura bizantina: a união mais íntima dos elementos seculares e teológicos; a combinação da antiga sabedoria pagã com os novos conceitos do Cristianismo; o desenvolvimento dos conhecimentos universais e enciclopédicos, e, finalmente, a falta bizantina de originalidade e potência criadora. Durante todo esse período, a Escola Superior de Constantinopla foi o centro de estudos científicos e literários em torno do qual se agruparam as melhores forças intelectuais do Império».

Passemos à enumeração dos principais autores.

Leão VI, o Filósofo, discípulo de Fócio, não só produziu inúmeras obras como sermões, hinos, etc., mas, sobretudo, protegeu os intelectuais criando um ambiente favorável ao desenvolvimento das ciências e letras.

Constantino Porfirogêneto incentivou ainda mais o movimento científico-literário, tendo ele mesmo atuado intensamente na produção de numerosas obras literárias quer redigindo-as pessoalmente, quer colaborando, quer mandando redigir. Entre os livros escritos pela própria pena do basileu figuram: a biografia panegírica de Basílio I, um estudo sobre a administração do Império, o tratado *De thematibus* e o *Livro das Cerimônias*.

A segunda dessas obras é dedicada ao filho e sucessor do basileu e contém preciosas informações sobre povos estrangeiros, geografia e diplomacia. A terceira obra encerra também importante documentação geográfica.

O *Livro das cerimônias* é uma compilação que abrange o conteúdo de obras anteriores. Apresenta-nos uma descrição minuciosa de todo o ritual da corte bizantina compreendendo batismos, casamentos, coroações e funerais de imperadores, solenidades eclesiásticas, recepções de embaixadores, etc.

José Genésios, contemporâneo de Constantino Porfirogêneto, escreveu uma História que expõe os acontecimentos entre Leão V e Leão VI (813-886).

Teodoro Dafnopates deixou além de uma obra de História, cartas diplomáticas, sermões e uma série de Vidas.

Constantino de Rodes compôs, a pedido do imperador Constantino Porfirogêneto, uma descrição poética da igreja dos Santos Apóstolos destruída posteriormente pelos turcos.

Ainda à época de Constantino pertencem os seguintes autores e obras:

Simeão Metafrasta, que escreveu uma coleção de vida de santos.

Constantino Céfalas compilou a *Antologia Palatina*. Esta obra contém inúmeros poemetos pagãos e cristãos cuja escolha denota o apurado gosto literário da época.

Suidas compilou o *Léxicon*, riquíssima fonte para entendimento de vocábulos, nomes próprios e coisas de uso corrente. Trata-se de um «monumento admirável da atividade compiladora dos sábios bizantinos numa época em que a ciência se encontrava no resto da Europa em um estado de decadência completa».⁴⁶

Aretas, bispo de Cesaréia na primeira metade do séc. X, revela vasta erudição nas suas obras: comentário sobre o Apocalipse, notas sobre Platão, Luciano e Eusébio e cartas.

Nicolau, o Místico, deixou-nos uma coleção de mais de cento e cinquenta cartas que constituem abundante documentação para um estudo da política interna e externa do século X.

Leão, o Diácono, contemporâneo de Basílio II, escreveu uma *História* em dez livros sobre o período compreendido entre 959 e 975, expondo as guerras contra os árabes, búlgaros e russos. É a melhor fonte de que dispomos sobre os reinados de Nicéforo Focas e João Tzimiscês. Encontramos nessa obra as primeiras páginas da *História Russa*.

João Cameniates, sacerdote de Tessalonica, narra a tomada desta cidade pelos árabes em 904. O autor foi testemunha ocular do evento.

— Existe uma continuação da obra de Teófanos de autor desconhecido (*Theophanes Continuatus*) que narra os acontecimentos do período entre os anos 813 e 961.

Ainda do séc. X temos os cronistas Simeão Magistros e Logoteta, Leão, o Gramático, e Teodósio de Mitilene.

João Ciriotos, o Geômetra, desenvolveu brilhante atividade literária sob o reinado de Nicéforo Focas, João Tzimiscês e Basílio II. Ciriotos escreveu poesias sobre assuntos variados. Seus epigramas e poemas relacionam-se com acontecimentos políticos contemporâneos, o que lhes empresta grande interesse como fontes históricas. Escreveu também obras em prosa abordando temas de retórica e exegese.

Cristóvão de Mitilene escreveu poemas breves em estilo gracioso.

Pselos (1018-1096). A figura de intelectual dominante no século XI foi *Constantino Pselos* (é também conhecido por *Miguel*, seu nome monástico). Figura altamente interessante em que à imensa erudição se unia uma notável habilidade de adaptação às circunstâncias políticas. Basta lembrar que serviu a nove imperadores, conseguindo sempre manter sua posição elevada e influente. Adulou, humilhou-se, corrompeu. Mas, como observa Vasíliev, «nisso não diferiu de muitas outras pessoas que viveram naquele agitado e difícil período». A obra literária de Pselos é considerável e abrange teologia, filosofia (influência de Platão), ciências naturais, filologia, história, direito, poesia, discursos e uma ampla correspondência. Embora um tanto parcial, sua *História*, que relata os acontecimentos entre 976 a 1077, é valiosa fonte de informações para o conhecimento do período citado. Extre-

mamente vaidoso, Pselos não poupava elogios à própria pessoa, o que não impede de o considerarmos como a figura intelectual de proa do século XI assim como Fócio e Constantino Porfirogênito o foram respectivamente nos séculos IX e X.

— Pertence à época macedônica a epopéia nacional de Bizâncio cuja figura principal é *Basílio Dígenis Akritas*. A palavra *Dígenis* (nascido de duas origens) indica que o herói havia nascido de duas raças diferentes: o pai foi árabe e muçulmano e a mãe grega e cristã. *Akritas* (do grego *ἄκρα* = *akra* = fronteira), plural *Akritai*, designava o defensor da fronteira.

A epopéia bizantina nasceu nas fronteiras da Cilícia e da Capadócia onde os *akritai* enfrentavam em luta heróica ora os sarracenos, ora os *apelates* (bandos de salteadores montanheses) que não reconheciam nem a autoridade do basileu nem a do califa. Sentimos nessa epopéia o tremendo esforço que Bizâncio desenvolveu durante dois séculos para reconquistar o Oriente e repelir a invasão muçulmana. *Dígenis* é o herói nacional que batalha pela Fé e pela Pátria consideradas inseparáveis.

A epopéia de *Dígenis* apresenta características especiais que lhe reservam um lugar todo particular na Literatura Bizantina. Um de seus aspectos mais originais é a descrição dos personagens que, por serem heróis como o são os grandes vultos cantados nas epopéias de todos os tempos, não perdem por isso os traços próprios dos súditos do Império. Tais traços são: o sentimento patriota, a fidelidade ao basileu, o sentimento cristão, etc.

O poema de *Dígenis* possui um fundo histórico e alguns identificam seu herói com Pantério, filho de uma Ducas e de um emir árabe. Foi um famoso estratega de Romano Lecapeno.

— Não é só na descrição do caráter de seus personagens que o poema de *Dígenis* revela uma certa originalidade em face das demais produções poéticas de Bizâncio. Essa originalidade aparece nos quadros pitorescos que se delineiam para darem mais vida e realidade aos episódios.

Assim, v.g., à chegada triunfal de *Dígenis* e de sua noiva à casa do estratega, as trombetas soam, os tambores batem, os órgãos de prata tocam e os servidores aclamam. A descrição do rico palácio de *Dígenis* ocupa quase um canto inteiro.

A natureza encontra-se igualmente presente na epopéia: as verdes pradarias com arbustos variados, as árvores repletas de pássaros de toda a espécie, o deserto com sua solidão e seu horizonte distante marcado apenas pela silhueta fantástica de uma palmeira.⁴⁸

— No período de perturbações políticas que seguiu a dinastia macedônica a vida intelectual continuou ativa. Assim é que, entre outros, podemos citar Miguel Ataliota que escreveu sobre assuntos históricos (período entre 1034 e 1079) e jurídicos. Notamos no estilo de Ataliota

sinais do renascimento artificial classicista que se desenvolveria amplamente sob os Comnenos.

F. *A Literatura sob os Comnenos e os Ângelos*

O renascimento intelectual que se processa sob os Comnenos e os Ângelos encontra suas origens não só nos trabalhos de eruditos de épocas anteriores, como, v.g., Constantino Porfirogêneto e Pselos, mas especialmente na renovação do ensino superior efetuado em Constantinopla no século XI. A época que ora focalizamos notabiliza-se sobretudo pelo estudo e imitação dos autores da Antiguidade Grega, tais como Hesíodo, Homero, Platão, Tucídides, Demóstenes, etc. Compreende-se facilmente que esse contínuo contato com os clássicos tenha refletido na linguagem que se torna artificial, pomposa, difícil de ser lida e cada vez mais afastada do linguajar corrente.

De quando em vez, contudo, encontramos escritores que não se furtam ao emprego do grego vivo da época.

Um dos traços característicos dos autores que viveram sob os Comnenos e sob os Ângelos foi seu profundo desprezo pelos ocidentais considerados bárbaros obscuros que desconheciam as Graças e as Musas.

Vamos iniciar a enumeração dos principais autores com alguns membros ilustres da dinastia dos Comnenos.

Aleixo Comneno escreveu sobre assuntos teológicos contra hereges e exortações a seu filho João. Essas últimas — *Musas* — são uma espécie de testamento político em que se trata, entre outras coisas, de acontecimentos contemporâneos como, por exemplo, a primeira Cruzada.

Ana Comnena, filha de Aleixo, e seu marido *Nicéforo Brieno* merecem menção especial. Nicéforo compôs uma crônica com a finalidade de mostrar as razões da ascensão dos Comnenos ao trono. Esse relato bastante minucioso abrange o período entre os anos 1070 e 1079. A obra de Brieno, em que é visível a influência de Xenofonte, possui valor como fonte histórica esclarecendo-nos sobre os acontecimentos na corte bizantina, sobre a política externa e, especialmente, sobre o avanço dos turcos.

Ana Comnena foi mulher de invulgar talento e erudição. Lera os maiores autores da antiga Literatura Grega de Homero a Políbio. Percebe-se a influência dessa leitura na linguagem da *Alexíada*, obra monumental em quinze livros, escrita em memória de Aleixo Comneno. Ao mesmo tempo panegírico, história e livro de memórias, a *Alexíada* pode ser considerada, apesar de inexatidões e da imparcialidade, uma das mais importantes fontes da História dos Comnenos e uma das mais notáveis produções literárias de Bizâncio. A época focalizada vai de 1069 a 1118.

Baseada nas observações pessoais, no depoimento de testemunhas oculares e nos documentos dos arquivos imperiais, na correspondência diplomática e nos atos legislativos, *Ana Comnena* fornece-nos preciosas

informações históricas. Note-se que a *Alexiáda* é uma das principais fontes para o estudo da primeira cruzada.

Quanto à linguagem usada por Ana, note-se a observação de Krumbacher:⁴⁹ «língua escolástica, quase completamente mumificada e totalmente oposta à língua falada na época».

Podemos fazer uma idéia do orgulho bizantino de Ana quando se desculpa perante os leitores por ter que citar os nomes bárbaros dos chefes ocidentais ou citas que «enfeiam e rebaixam a sublimidade da História».

Isaac, irmão de Ana, foi também homem de letras, tendo escrito um trabalho sobre a história da transformação da epopéia homérica e uma introdução ao código *Octateuco* (oito livros).

Manuel I escreveu uma defesa da astrologia e diversas obras de teologia.

— Depois dos membros da família imperial, passemos a outros intelectuais e autores do período em tela.

João Cinnamus escreveu uma História dos reinados de João e Manuel (1118-1176) que pode ser considerada continuação da obra de Ana. O trabalho de Cinnamus, redigido em boa linguagem e inspirado em Heródoto, Xenofonte e Procópio, baseia-se em fontes seguras. O autor é adversário intransigente das pretensões ocidentais, especialmente dos imperadores germânicos.

Miguel Acominatos (séc. XII-XIII) é uma figura singular de erudito, escritor e bispo. Arcebispo de Atenas durante cerca de trinta anos, estabeleceu sua residência arquiepiscopal na Acrópole (o Partenão fora transformado em templo dedicado à Virgem Maria) donde contemplava lá embaixo a cidade e seus habitantes com olhares de um contemporâneo de Platão...⁵⁰

Apaixonado pela antiguidade helênica, o sábio arcebispo não se conformava com a nova mentalidade dos atenienses seus contemporâneos tão distantes no tempo e nos ideais daqueles dos áureos tempos da Academia. Fora em vão que, ao apresentar-se a suas ovelhas, o arcebispo helenista preparara um discurso repleto de expressões incompreensíveis para seus ouvintes aos quais não produziam maior impressão as citações de nomes como Aristides, Diógenes, Péricles e Temístocles. Sermões, discursos, cartas e alguns poemas formam a bagagem literária do desiludido e desajustado amante das letras clássicas. Essas produções possuem valor como fontes de informação sobre as condições políticas, morais e literárias da época.

Nicetas Acominatos, irmão mais moço de Miguel, seguiu a carreira de funcionário público. Escreveu uma História em vinte livros sobre os acontecimentos que vão desde a ascensão de João Comneno até os primeiros anos do Império latino (1118-1206). A importância da obra de Nicetas deriva sobretudo do período focalizado: as relações entre Oriente e Ocidente tornam-se cada vez mais hostis e vão culminar na fatal tomada de Constantinopla.

Eustácio de Tessalonica, mestre de Miguel Acominatos, e arcebispo da segunda cidade do Império, é considerado como o mais brilhante luminar do mundo intelectual bizantino depois de Pselos. De sua bagagem literária, citemos: comentários sobre a *Iliada*, a *Odisséia* e Píndaro, a História sobre a tomada de Tessalonica pelos normandos em 1185, cartas, exortações sobre a reforma da vida monástica, etc.

Teofilacto, arcebispo de Ócrida na Bulgária (séculos XI-XII), escreveu obras teológicas, entre as quais comentários sobre o Antigo e o Novo Testamento. Sua correspondência dá-nos preciosas indicações a respeito da vida provinciana no Império. Seu livro «*Sobre os erros dos latinos*» é de capital importância para a História Eclesiástica. O autor condena o espírito de intolerância e orgulho teológico existente entre os orientais instruídos e não julga o Cisma inevitável. Condena, contudo, a adição do *Filioque* ao Credo.

Miguel de Tessalonica deixou-nos vários discursos em louvor a Manuel I os quais contêm detalhes de interesse histórico.

Timarion é uma imitação dos diálogos de Luciano escrita por autor desconhecido, em meados do século XII. Encontramos nessa obra descrições da vida cotidiana, como, v.g., a feira de Tessalonica.

João Tzetzés (séc. XII) é uma figura de intelectual bastante curiosa. Em seus escritos fala-nos bastante de si mesmo e queixa-se amargamente do pouco ou nulo rendimento que lhe dão suas atividades literárias. Suas produções estão repletas de citações mitológicas, históricas e de auto-elogios. No *Livro das histórias*, escrito em versos populares, Tzetzés comenta suas próprias cartas. Ainda em versos populares escreveu Alegorias sobre a *Iliada* e a *Odisséia*. «Como, por falta de dinheiro, não podia adquirir as obras necessárias e devia confiar principalmente em sua memória, cometeu em seus escritos muitos erros históricos elementares. Em uma de suas obras escreve: «Para mim, minha biblioteca é a cabeça. Dada a grande penúria em que nos encontramos, não temos livros em casa. Assim, não posso citar exatamente o autor».⁵¹

Teodoro Pródromo foi um poeta contemporâneo dos três primeiros Comnenos. Suas obras apresentam rica documentação filológica, filosófica, teológica e histórica. Diehl⁵² considera Pródromo como um representante «do proletariado das letras que vegetava em Constantinopla e se compunha de homens inteligentes, instruídos, inclusive distintos, porém que os rigores da vida haviam humilhado singularmente...» Como o leitor terá notado, também no Império Bizantino a atividade intelectual nem sempre corria paralela com a boa situação econômica. O grande mérito de Pródromo foi o de haver introduzido na literatura a linguagem comum, especialmente nas obras de fundo humorístico.

Constantino Stilbes deixou-nos cerca de trinta e cinco obras quase todas em versos. Em um desses poemas descreve o incêndio que abalou Constantinopla em junho de 1197.

Dentre os cronistas da época dos Comnenos, lembremos *Jorge Cedreno* (que registra os acontecimentos até o início do reinado de Isaac Comneno em 1057), João Scilitas (século XI), João Zonaras (que escreveu um verdadeiro manual de história universal apoiado em boa documentação), Constantino Manasses e Miguel Glica. Essas crônicas, apesar de sua aridez, lançam preciosas luzes sobre a História Bizantina.

G. A Literatura na época do Império de Nicéia.

Após a queda de Constantinopla em poder dos cruzados, Nicéia tornou-se não só um grande centro político, mas, igualmente, a capital das atividades intelectuais do Mundo Bizantino. Os membros da dinastia lascária foram grandes protetores e incentivadores das Letras e das Ciências.

Nicéforo Blemidas pode ser considerado o mais eminente representante do movimento intelectual dessa época. Seus escritos abrangem temas da mais diversa natureza. Suas duas autobiografias prestam-nos informações sobre os principais acontecimentos e vultos contemporâneos e constituem, por isso, uma das fontes de mais valia para o historiador do século XIII. Blemidas escreveu também sobre dogmática, exegese, ascese, liturgia, vida de santos, etc. Fez uma adaptação de alguns salmos para os ofícios religiosos a qual passou a constituir parte das Vésperas da Igreja Grega. No tratado político *Estátua real* dedicado a Teodoro II, seu discípulo, Blemidas traça o modelo do soberano ideal que «antes de tudo deve dominar-se a si mesmo para depois governar seu povo». Dos escritos filosóficos de Blemidas, lembremos a Física resumida e a Lógica resumida, ambos inspirados em Aristóteles. A segunda obra tornou-se um manual de estudo filosófico difundido em todo o Império e até mesmo na Europa Ocidental. Pertencem ainda à bagagem literária de Blemidas a *História da terra* e a *Geografia Geral*.

Jorge Acropolita, discípulo de Blemidas, tornou-se famoso por sua participação no concílio de Lião. Sua obra principal é a *História* que expõe os eventos entre os anos 1203 e 1261, continuando a narração de Nicetas Acominatos e podendo ser considerada como uma verdadeira História do Império de Nicéia.

Teodoro II, também discípulo de Blemidas, cercou-se de homens letrados, fundou inúmeras escolas e dedicou-se à literatura escrevendo panegíricos, dissertações sobre temas religiosos e filosóficos e mais de duzentas cartas endereçadas a homens eminentes da época. Krumbacher⁵³ considera Teodoro II uma «espécie de réplica oriental de seu contemporâneo Frederico II».

No início do século XX os pesquisadores descobriram dois vultos da Literatura Bizantina da época ora em estudo: os irmãos João e Nicolau Mesaritas. O primeiro escreveu um comentário sobre os salmos. O segundo deixou uma notável descrição da igreja dos Santos Apóstolos e de seus mosaicos.

Nicolau Irenikos em seu *Epitalâmio*, escrito em versos populares por ocasião do casamento de João Vatatzés com a filha de Frederico II, instrui-nos sobre a suntuosidade do cerimonial da corte bizantina.

— Com o intercâmbio entre bizantinos e francos, em virtude das Cruzadas e do estabelecimento destes no Oriente, houve uma mútua influência de inspirações literárias. Pisamos aqui, entretanto, um terreno fértil em controvérsias.

O poema *Beltandros e Crisantzã*, novela anônima cujos personagens ora são designados com nomes franceses, ora com nomes gregos, é um exemplo desses debates eruditos em que uns atribuem a fontes ocidentais tudo que se encontra na poesia grega medieval cavalleresca e outros sustentam posição mais ou menos oposta. Assim, por exemplo, Bury⁶⁴ «opina que o romance de *Beltandros e Crisantzã* «é grego de extremo a extremo por sua construção, descrições e idéias, não encontrando nada em seu texto que se possa atribuir a influxos ocidentais».

— O despotado do Epiro foi também um centro de helenismo e entre os autores dignos de menção, que sob essa influência desenvolveram suas atividades, figuram *João Apocaukos*, *Jorge Bardanes* e *Demétrio Comatenos*.

Apocaukos, metropolita de Naupactos (Lepanto), escreveu cartas, regulamentos canônicos e epigramas, etc. Percebe-se na obra deste autor sua profunda admiração pelos autores clássicos que, com a Bíblia, lhes fornecem motivos para analogias e paralelos.

Bardanes, metropolita de Córcira, deixou-nos cartas, poemas e obras polêmicas contra os latinos.

Comatenos, arcebispo de Ócrida, escreveu dezenas de cartas sobre assuntos jurídicos e religiosos. Seus trabalhos têm interesse especial para o estudo do Direito Bizantino e, de modo particular, do Direito Eclesiástico e constituem fontes preciosas para a História da Igreja e das relações internacionais na península Balcânica do séc. XIII.

H. A Literatura sob os Paleólogos

A agonia política do Império Bizantino corresponde um admirável florescimento literário não só na capital mas em outras cidades como Mistra e Tessalônica.

No capítulo referente à Educação já salientamos a importância de Constantinopla como centro cultural para onde afluíam estudantes das mais diferentes regiões.

Vamos iniciar a enumeração dos principais vultos que se distinguiram nas atividades literárias nessa última fase da História Bizantina, com os nomes de membros das famílias reinantes.

Miguel VIII escreveu ensaios em favor da união religiosa.

Manuel II foi notável estilista e deixou numerosos escritos, entre os quais lembremos: «A Processão do Espírito Santo», uma apologia contra o Islã, uma coleção de cartas, etc.

João VI Cantacuzeno consagrou às letras o retiro que seguiu à sua abdicação. Sua obra principal são as *Memórias* em quatro livros. Encontramos aí a exposição dos acontecimentos que se situam entre 1320 e 1356.

Embora pretendendo dizer somente a verdade, João Cantacuzeno não guarda a serenidade de exposição, fato esse compreensível pois nele se confunde o historiador e o próprio ator principal dos fatos. Nem por isso as *Memórias* deixam de ser preciosa fonte para o estudo da História dos povos eslavos, em geral, e da Península Balcânica no século XIV, em particular.

Tanto João Cantacuzeno como seu filho Mateus escreveram sobre assuntos teológicos.

Paquimeres (séc. XIII-XIV), além de tratados de retórica e filosofia, de uma autobiografia e de várias cartas, escreveu uma obra histórica que narra os eventos compreendidos entre 1261 e 1308, constituindo nossa principal fonte de informações para o estudo do reinado de Miguel VIII e inícios do reinado de Andronico, o Velho. Como em outros historiadores bizantinos, percebe-se em Paquimeres o interesse pelas questões teológicas. «Dir-se-ia que aquela gente se afastava com horror dos infelizes assuntos da vida política do Império e buscava consolo e conforto no estudo abstrato das questões teológicas da religião que agitavam então todos os ânimos». Na obra de Paquimeres encontramos a narração da famosa expedição de Rogério de Flor. Note-se que a linguagem do historiador em foco é tão pedante que chega a prejudicar a clareza da exposição.

Nicéforo Calixto Jantópulos (inícios do século XIV) escreveu uma História da Igreja que abrangia os acontecimentos desde o nascimento de Cristo até o ano 911 e da qual só possuímos a parte que chega até o século VII.

Nicéforo Grégoras (séc. XIV) é o mais eminente intelectual da época dos Paleólogos. Possuía um saber enciclopédico. Seus escritos tratam dos mais variados temas: teologia, filosofia, astronomia, história retórica e gramática. Sua História Romana em 37 volumes abrange os acontecimentos entre os anos 1204 e 1359.

João Canano escreveu um trabalho sobre o assédio de Constantinopla pelos turcos no ano 1422.

— Quatro historiadores descrevem-nos a queda fatal de 1453: Jorge Frantzes, Ducas, Laónicos Calcocôndilos e Critóbulo.

Frantzes escreveu uma História sobre os acontecimentos que vão de 1218 até 1476. Caracteriza-se pelo devotamento à dinastia dos Paleólogos, pela fé ortodoxa e pelo ódio aos turcos. Seu estilo é simples e fácil.

Ducas escreveu sobre o período 1341-1462. «Sóbrio, modesto, possuidor de vasta cultura, amante da verdade e relativamente imparcial apesar de seu grande patriotismo, Ducas é guia excelente para quem

deseje conhecer o verdadeiro estado de pessoas e coisas». ⁵⁶ Ducas não esconde sua profunda tristeza em face da tomada de Constantinopla.

Laônicos Calcocôndilos (Calcocândilos ou Calcôndilas) escreveu uma História em dez livros, expondo os eventos de 1298 a 1464. Tomou por modelo de seu estilo Heródoto e Tucídides. Laônicos estuda com grande imparcialidade a origem, organização e vitória dos maiores inimigos de seu povo.

Crotóbulo escreveu uma História sobre o período compreendido entre 1451 e 1467 em homenagem a Maomé II.

— A literatura dogmática e polêmica alcançou notável desenvolvimento sob os Paleólogos, principalmente em virtude do angustiante problema da União das Igrejas. Três autores eminentes figuram como adeptos do Unionismo: *João Beccus*, *Demétrio Cidônio* e *Bessarion de Nicéia*.

Beccus (séc. XIII) manifestou-se, a princípio, contra a União, tendo modificado sua posição depois de haver lido as obras de Nicolau Blemidas. Sua principal obra intitula-se: «Da união e paz entre as Igrejas da antiga e da nova Roma». Neste livro Beccus demonstra que os Padres da antiga Igreja Grega já reconheciam o dogma latino e atribui a Fócio e aos teólogos posteriores a deturpação da doutrina primitiva.

Demétrio Cidônio (séc. XIV-XV). Em sua longa vida interveio ativamente nas polêmicas religiosas defendendo a União. O que caracterizou a formação cultural de Cidônio foi seu conhecimento da literatura latina, o que lhe dava excepcional vantagem nos debates teológicos. Fato digno de menção é que Cidônio traduziu para o grego a *Summa* de S. Tomás de Aquino. A epistolografia de Cidônio é colossal: deixou 454 cartas que fornecem decisivas informações sobre a civilização bizantina do século XIV. «A história da civilização grega nos derradeiros séculos de Bizâncio não poderá ser esclarecida e apreciada em sua plenitude enquanto não se submeter a profundo e atento estudo a obra de Cidônio. Este estudo projetará simultaneamente luz sobre as relações intelectuais de Bizâncio e o Renascimento italiano a que Cidônio esteve estreitamente ligado». ⁵⁷

Bessarion participou do concílio de Florença e mais tarde foi criado cardeal. Notabilizou-se sobretudo como orador. Entre seus mais famosos discursos figuram a oração fúnebre sobre a Morte de Manuel II (1425) e as pronunciadas em Ferrara e Florença. Quando, em 1463, recebeu o título de patriarca de Constantinopla, escreveu uma «Encíclica aos gregos».

Gregório de Chipre, adversário de Beccus, escreveu obras dogmáticas.

Genádio Escolário foi o último polemista notável da Igreja bizantina. Unionista a princípio, escreveu, depois, contra a União. Foi filósofo e teólogo. Sua obra «*Lamentação sobre os infortúnios da vida*» revela-nos a situação da Igreja grega nos primeiros tempos do domínio turco.

Nicolau Cabasilas (séc. XIV), metropolita de Tessalônica, é considerado por alguns como um dos maiores místicos da Igreja Oriental. Entre suas obras figuram: *As Sete Palavras sobre a vida segundo Cristo* e *a Interpretação da Liturgia Sagrada*.

Jorge Gemisto Pleton representa a Filosofia na época dos Paleólogos. Em suas obras pretende esclarecer o papel desempenhado pelo platonismo nas suas relações com o aristotelismo. Entre as obras de Pleton lembremos a escrita em Florença «*Sobre a diferença de Platão e Aristóteles*» em que defende a superioridade daquele sobre este, e o «*Tratado das Leis*», utopia em que imagina a restauração do paganismo sobre as ruínas do culto cristão.

Na *retórica* distinguem-se, sob os Paleólogos, *Gregório de Chipre* que compôs uma autobiografia e *Nicéforo Chumnos* que foi fervoroso adepto de Aristóteles.

Os *filólogos* da época em tela distinguem-se dos anteriores porque enquanto estes procuraram conservar intactos o conteúdo dos manuscritos dos autores antigos, aqueles modificaram esse conteúdo de acordo com as próprias teorias sobre a «pureza» da língua grega. Compreende-se a dificuldade que esses ilustres filólogos criaram para a reconstituição crítica dos textos antigos autênticos.

O monge *Máximo Planudas* é um dos principais filólogos dessa época e merece ser mencionado sobretudo por seu conhecimento do latim e da literatura latina e por haver traduzido para o grego diversos autores latinos.

Manuel Moscópulos, contemporâneo de Andronico II e discípulo de Planudas, escreveu *Questões Gramaticais* e um *Dicionário Grego* que facilitaram sobremaneira, no Ocidente, o estudo da língua grega.

Teodoro Metoquita († 1332), também contemporâneo de Andronico II, é considerado o maior escritor do século XIV e um dos mais importantes vultos da Literatura Bizantina. Sua atividade literária abarca diversos campos: filosofia, história, retórica, astronomia, poesia, epistolografia, etc. A mais conhecida obra de Metoquita são os «*Comentários e juízos morais*», espécie de enciclopédia em que são citados mais de setenta autores gregos. O valor dos escritos de Metoquita para o conhecimento da História Bizantina decorre do fato de se encontrarem em seus escritos numerosos relatos históricos, como, v.g., o de sua embaixada junto ao czar da Sérvia em 1298.

Tomás Magister e *Demétrio Triclínio* foram também filólogos. O segundo caracterizou-se como exímio crítico de textos e perfeito conhecedor dos autores clássicos.

Dentre os poetas da época dos Paleólogos podemos mencionar os nomes de *Manuel Holóbolo* (contemporâneo de Miguel VIII e Andronico II), *Manuel Filos* (1275-1345) e *Teodoro Meliteniota* (séc. XIV). Este último é o autor da mais vasta e científica obra de astronomia da Literatura Bizantina e de um poema alegórico com mais de três mil versos intitulado «*Sobre a prudência*».

— A Literatura da época dos Paleólogos conta com obras em grego popular como, v.g., a *Crônica da Moréia*, poema em mais de nove mil versos, traduzido, ao que parece, do italiano (dialecto veneziano).

«Havia adaptações populares de romances franceses — *Flor e Branca-flor* aparece como Phlorius e Platziaphlora. Reynard, a Raposa, produziu uma numerosa descendência de poemas animais no Oriente. Mas nos dias finais do Império surgiram novos tipos de poemas populares. As canções de amor de Rodes do século XIV inauguraram um gênero de poesia erótica, possuindo alguns encanto e beleza espontâneos. Havia também poemas relatando as grandes histórias clássicas do declínio do Império — trenódias da queda de Constantinopla, de Atenas, de Trebizonda. Em sua sinceridade despretensiosa formam um estranho canto de cisne da literatura requintada de Bizâncio».⁵⁸

Encerramos aqui esse breve estudo da Literatura Bizantina.

A enumeração, por vezes fastidiosa, de autores e obras foi necessária para dar ao leitor uma idéia das verdadeiras dimensões atingidas por uma Literatura em grande parte desconhecida dos que estudam a História Medieval.

Essa Literatura constitui sem dúvida um monumento imperecível a atestar eloqüentemente quão grandiosa foi a Civilização Bizantina.

¹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.323.
² Ver, nessa obra, capítulo sobre a Literatura.
³ Bréhier, *Le Monde*, III, p.328.
⁴ Idem, *ibidem*, p.329.
⁵ Runciman, *A Civilização*, p.186.
⁶ Idem, *ibidem*, p.185.
⁷ Baynes, *El Imperio*, p.132.
⁸ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.180.
⁹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.329 ss.
¹⁰ Diehl, *Os Grandes Problemas*, pp.182-183.
¹¹ Baynes, *El Imperio*, p.135.
¹² Bréhier, *Le Monde*, III, p.333.
¹³ Idem, *ibidem*.
¹⁴ Idem, *ibidem*, pp.339 ss.
¹⁵ Runciman, *A Civilização*, p.191.
¹⁶ Baynes, *El Imperio*, p.139.
¹⁷ Diehl, *Os Grandes Problemas*, p.183.
¹⁸ Runciman, *A Civilização*, p.189.
¹⁹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.345.
²⁰ Runciman, *A Civilização*, p.192.
²¹ Bréhier, *Le Monde*, III, pp.371-372.
²² Idem, *ibidem*, p.378.
²³ Bréhier, *Le Monde*, III, p.404.
²⁴ Humbert, *Histoire*, p.437.
²⁵ Idem, *ibidem*, p.441.
²⁶ Fliche-Martin, *Histoire*, (3), p.424.
²⁷ Humbert, *Histoire*, p.441.
²⁸ Fliche-Martin, *Histoire* (3), p.417.
²⁹ Magne, *História*, p.278.
³⁰ Humbert, *Histoire*, p.429.
³¹ Vasiliev, *História*, I, p.120.
³² Bréhier, *Le Monde*, III, p.348.

³³ Runciman, *A Civilização*, p.187.
³⁴ Idem, *ibidem*.
³⁵ Vasiliev, I, p.225.
³⁶ Runciman, *A Civilização*, p.188.
³⁷ Vasiliev, I, p.230.
³⁸ Bréhier, *Le Monde*, III, p.381.
³⁹ Krumbacher, *Geschichte der byzantinischen Literatur*, p.663. Apud Vasiliev, *História*, I, p.150.
⁴⁰ Vasiliev, *História*, I, p.233.
⁴¹ Idem, *ibidem*, p.360.
⁴² Idem, *ibidem*, p.363.
⁴³ Idem, *ibidem*, p.364.
⁴⁴ Krumbacher, p.716, apud Vasiliev, I, p.365.
⁴⁵ Vasiliev, I, p.442.
⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.445.
⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.449.
⁴⁸ Bréhier, *Le Monde*, III, pp.390 ss.
⁴⁹ Krumbacher, *Gesch. der byz. Lit.*, p.277, apud Vasiliev, II, p.138.
⁵⁰ Vasiliev, *História*, II, p.142.
⁵¹ Idem, *ibidem*, p.149.
⁵² Diehl, *Figures byzantines*, t. II, p.140, apud Vasiliev, II, p.152.
⁵³ Krumbacher, *ob. cit.*, p.478, apud Vasiliev, II, p.215.
⁵⁴ Apud Vasiliev, II, p.219.
⁵⁵ Krumbacher, obra citada, p.288, apud Vasiliev, II, p.341.
⁵⁶ Chernusov (autor russo), apud Vasiliev, I, p.343.
⁵⁷ Vasiliev, II, p.346.
⁵⁸ Runciman, *A Civilização*, p.195.

CAPÍTULO XI

A Filosofia

Introdução

ENCONTRAMOS em Bizâncio o título de filósofo ostentado por um bom número de pessoas, mas trata-se, apenas, de um grau universitário obtido após uma prova de caráter puramente literário.¹ Ao lado desses filósofos meramente nominais existem, contudo, na Civilização Bizantina, verdadeiros pensadores que se preocuparam em dar uma explicação racional para os problemas relativos ao universo e ao homem. A Filosofia, anota Runciman,² «sempre foi assunto favorito para os bizantinos». E' que jamais os intelectuais de Bizâncio olvidaram o passado helênico. E nesse passado a Filosofia ocupara um lugar proeminente. A conversão ao Cristianismo longe de apagar da mente dos bizantinos a consciência da riqueza contida na herança da Antiguidade Pagã, avivou-a ainda mais e levou-a a buscar nesse passado elementos importantíssimos para o fortalecimento da própria fé cristã. Compreende-se, assim, a afirmação de Tatakis:³ «Esperamos poder mostrar que a Filosofia Bizantina é uma forma, a forma cristã, do pensamento grego, da razão e da alma grega».

Sentimos claramente a marca de uma intuição metafísica profunda quando lemos os grandes autores da patrística grega e, sobretudo, quando nos aprofundamos nos debates teológicos provocados no Oriente grego pelas heresias trinitárias e cristológicas. Essa mentalidade, que tão bem reflete o gênio especulativo da raça grega, sublinha a diferença fundamental entre bizantinos e latinos, estes últimos, com Santo Agostinho à frente, preocupados antes de tudo em acentuar a atividade prática nas relações do homem com Deus.

1. Dificuldades

Não é fácil apresentar uma síntese histórica da Filosofia Bizantina. A primeira dificuldade, para quem quiser pesquisar sobre os próprios originais, é a língua em que os mesmos foram escritos e que difere do grego clássico. Outra dificuldade encontra-se na grande quantidade de manuscritos que ainda aguardam publicação. Com efeito, muitos dos principais pensadores bizantinos ainda esperam o estudo crí-

tico dos especialistas. Uma terceira dificuldade encontramos-na na complexidade das correntes do pensamento existentes em Bizâncio.

2. Características

Antes de entrarmos no estudo da História propriamente dita do pensamento filosófico em Bizâncio, tentaremos apresentar alguns de seus traços característicos.

1) A Filosofia Bizantina é antes de tudo uma *continuação da corrente filosófica grega*. Tatakis⁴ chama a atenção para esse fato: «A Filosofia bizantina forma uma seqüência ininterrupta com o período que a precede». Ainda o mesmo autor sublinha: «Bem antes do fechamento das escolas pagãs de Atenas, o pensamento filosófico procura abrir caminhos que justificariam a incorporação de seus motivos, ainda vivos, no mundo cristão».⁵

2) Outra característica do movimento filosófico em Bizâncio é o fato de os filósofos, clérigos ou leigos, se formarem sobretudo na Universidade Imperial. Lembramos ao leitor o que já escrevemos no capítulo concernente à Educação onde frisamos a dualidade e até mesmo a oposição entre a formação dada pela Universidade e a ministrada pelos Mosteiros. Nesta, a espiritualidade se voltara quase unicamente para o misticismo. No Ocidente a educação tomara rumos diversos com reflexos profundos na formação do pensamento filosófico: é nas ordens religiosas que as Universidades vão buscar seus grandes mestres.

3) Na posição dos pensadores bizantinos em face aos grandes filósofos do passado, encontramos também traços característicos da Filosofia Bizantina. Platão e Aristóteles são altamente considerados mas colocados às vezes em oposição um ao outro. O Neoplatonismo é examinado e interpretado. O platonismo místico, depois de Pselos e especialmente com Pleton adquire enorme influência.

4) Quanto às relações entre Filosofia e Teologia cristã, anotemos:

Do século IV ao IX, o pensamento bizantino se subordina ao dogma e «não possui outro objeto senão o de chegar à inteligência da revelação».⁶

A partir do século IX, a Filosofia passa a ser estudada com mais independência a ponto de chegar «ao neopaganismo de Pleton, repellido pela Igreja que permanece fiel à escolástica ortodoxa, conciliação entre o dogma e o pensamento helênico».⁷

Ainda no terreno da influência filosófica na teologia é importante chamar a atenção para dois fatos:

a) Contribuição do aristotelismo na estruturação da teologia bizantina. E' evidente aqui a semelhança com o que, no mesmo terreno, aconteceu no Ocidente Medieval.

b) As especulações filosóficas, especialmente a dos neoplatônicos, tiveram sua parte nas lucubrações teológicas das Igrejas heterodoxas, tais como a nestoriana e a monofisita.

5) Finalmente, um traço típico da Filosofia Bizantina é o domínio na mesma de uma forte tendência formalística que se manifesta, segundo Tatakis,⁸ de três modos: formalismo retórico, formalismo lingüístico e formalismo tipificante. Quanto ao primeiro, basta lembrar ao leitor a poderosa influência exercida pela retórica em toda a obra literária de Bizâncio.

No que tange ao segundo, deve-se acentuar o aticismo que tirou ao pensamento bizantino muito de sua autenticidade. «Esse mal do aticismo, que o pensamento bizantino endossou, foi, é necessário dizer, fatal a seu desenvolvimento. Reforçou nos bizantinos sua já grande tendência para o tradicionalismo, de sorte que sua alma voltada para o passado tende a medir-se, de um modo bastante exterior, pelos modelos que esse passado ofereceu. No seu esforço constante de igualar-se ao passado, é natural que o bizantino esqueça a si mesmo, que esqueça o presente e sobretudo o futuro; que não desenvolva o esforço necessário para sondar a si mesmo, examinar-se, conhecer-se, exprimir-se com o frescor e o impulso da originalidade que só a língua materna sabe conferir à palavra escrita e oral».⁹

Quanto ao formalismo tipificante, aparece na preocupação que o pensamento bizantino empresta à forma: «o pensamento bizantino, interpretativo por excelência, ocupa-se principalmente com a forma; é à tipificação do pensamento que dá preferência como se visse na forma a substância do pensamento».¹⁰ O leitor terá percebido aqui a nítida influência do prestígio da retórica.

3. Principais vultos do pensamento filosófico

Tatakis¹¹ divide a História da Filosofia Bizantina em quatro grandes períodos que abrangem respectivamente os séculos VI e VII; VIII, IX e X; XI e XII; XIII, XIV, e XV. Examinemos os traços gerais e os principais pensadores de cada um desses períodos.

I Período (séc. VI e VII)

— Na época de Justiniano percebe-se o esforço dos bizantinos em procurar nos filósofos gregos não só a terminologia, mas até mesmo o próprio material para a realização de uma estrutura lógica da doutrina cristã. A luta da ortodoxia com as heresias cria um ambiente de exaltação religiosa em que se desenvolve notável interesse pelas profundas questões teológicas sobre o mistério da SS. Trindade e a Encarnação do Verbo. Se, por um lado, essa verdadeira vocação para a teologia vai produzir em muitos espíritos um certo desprezo pela filosofia, que não alcança verdades tão sublimes, por outro lado vai pro-

vocar um verdadeiro surto filosófico, pois, para refutar os argumentos heréticos, torna-se necessário não só afirmar pura e simplesmente a doutrina mas aprofundá-la, fundamentá-la, elaborá-la dentro de um sistema racional. Procura-se, pois, de um lado e de outro, usar da razão para abrir o caminho para o dogma. Assim é que a dialética se vai cada vez mais introduzindo nos debates teológicos.

A exposição clara e nítida do dogma da Encarnação exigia precisão de conceitos. Procurava-se analisar o problema da substância, da hipóstase, dos acidentes, das relações entre corpo e alma, entre Deus e o homem. Eis temas debatidos pelos pensadores gregos que vão adquirir foros de cidadania na teologia cristã e contribuir para a defesa da mesma. Entre os que começam a utilizar-se da filosofia grega para a exposição do dogma cristão figura em destaque *Leôncio de Bizâncio*. Quanto à corrente do pensamento helênico que teria então empolgado os pensadores cristãos, Tatakis¹² chama a atenção para o equívoco cometido por alguns historiadores que julgam estar a Igreja grega, a partir do século V, dominada pelo aristotelismo. Na realidade, nessa época o neoplatonismo infiltra-se no pensamento cristão por intermédio dos escritos do pseudo-Dionísio, autor desconhecido do século V, cujas obras foram postas sob o nome Dionísio o Areopagita, contemporâneo e companheiro de S. Paulo. O pseudo-Dionísio procura interpretar e desenvolver o dogma cristão dentro do espírito do neoplatonismo. Se, pois, tivermos que caracterizar a evolução do pensamento filosófico-teológico dos bizantinos na época em foco e em termos de influência helênica, devemos adotar a fórmula de Tatakis: os bizantinos «aristotelizam de preferência quanto à forma e platonizam de preferência quanto ao fundo».

Passemos, agora, a um rápido estudo das idéias dos principais pensadores do período em foco.

Enéias de Gaza (450-534) — Como em toda a filosofia cristã da época, encontramos no pensamento de Enéias, o maior representante da escola filosófica de Gaza, uma forma helênica e um fundo cristão. Em seu interessante diálogo intitulado *Teofrasto* sobre a imortalidade da alma e a ressurreição dos corpos, Platão está presente em quase cada página, não só por citação expressa mas pelo estilo, pela estrutura e pelo próprio espírito que inspira a obra. Egisto, Teofrasto e Euxiteos são os três personagens do diálogo. O primeiro é mais ouvinte que interlocutor, o segundo propõe as questões e aceita as respostas acabando por encontrar a verdade exposta pelo terceiro. O fundo do diálogo é cristão. A alma racional nasce com o corpo e é imortal. O livre arbítrio é enaltecido como um grande dom divino, pois é a liberdade de agir que confere à virtude sua essência. Usar bem da liberdade é pôr-se a serviço do Bem. Essa liberdade contudo não nos permite prescindir do auxílio divino. A história do homem deve ser feita mediante o bom emprego do livre arbítrio. — É curioso notar a influência de Aristóteles na concepção de matéria e de forma. Esta

última é imortal. O homem é o centro e o fim da criação do mundo sensível nesta vida e na vida futura. Nesta última existirão almas e corpos imortais e um lugar para esses corpos. Tanto esses corpos como esse lugar serão desmaterializados.

O diálogo de Enéias termina com essas palavras dirigidas por Euxíteo a Teofrasto: «Vamos a esse Deus, pois que o próprio Platão disse que é necessário seguir Platão até que apareça alguém mais sábio que ele. Mas não há ninguém mais sábio que Deus».

Zacarias, bispo de Metelin (†553) — Natural de Gaza, amigo e contemporâneo de Enéias, Zacarias deixou-nos um interessantíssimo diálogo (que apresenta bastante semelhança em certos pontos com a obra de Enéias) escrito com a finalidade de refutar a doutrina sobre a eternidade do Mundo professada em Alexandria pelo neoplatônico Amônio e pelo médico sofista Gesius. Esse diálogo (intitulado *Amônio*, ou *da criação do mundo*) mostra que seu autor conhecia a filosofia de Platão e de Aristóteles relativa aos pontos focalizados no debate. Assim, v.g., está bem a par das teorias aristotélicas sobre causa, ato e potência, matéria e forma, etc. Zacarias acentua bem a oposição intelectual entre paganismo e Cristianismo. O Deus dos cristãos é apresentado como o criador por excelência, do qual devemos nos aproximar pelo amor.

Procópio de Gaza (†529) — Irmão de Zacarias, Procópio desenvolve pensamentos filosóficos em uma obra *Refutação dos elementos teológicos de Proclo* (em que é combatida a doutrina da eternidade do mundo) e nos capítulos de introdução aos comentários (v.g., ao profeta Isaías, ao Gênesis). No comentário ao Gênesis, Procópio volta ao problema da eternidade do mundo e apresenta o seguinte argumento importante para o estabelecimento de uma noção do devir: «Se o Deus e o Mundo são coeternos, nada haverá de novo no mundo». «Com a doutrina da criação, o devir do mundo começa a tomar outro sentido: é um devir que segue a vertical; e, embora tudo no mundo seja regulado pela sabedoria divina, isso não impede que haja lugar para o novo. Assim a noção do devir adquire um conteúdo novo e mais rico».¹³

João Filopon (João Gramático) — Contemporâneo dos pensadores de Gaza, Filopon apresenta a originalidade «não única, mas rara, nessa época, de ser ao mesmo tempo um cristão e um comentador de Aristóteles».¹⁴

Antes de sua conversão ao Cristianismo, onde encontrou a paz e a tranquilidade para seu espírito, Filopon escreveu diversos comentários às obras de Aristóteles como *As Categorias*, *A Física*, *o Tratado sobre a alma*, etc...

Depois de sua conversão, consagra duas obras (*De aeternitate mundi* e *De opificio mundi*) à questão que provoca debates entre pensadores cristãos e pagãos: a criação ou a eternidade do mundo. Para Filopon a criação pode partir do nada, *ex nihilo*. A criatura está completamente fora da substância divina, é totalmente estranha a qual-

quer relação substancial com Deus. Deus seria perfeito mesmo que criatura alguma jamais houvesse existido.

Prova com argumentos de Aristóteles que a alma é incorpórea. Só a alma humana pode ter vida própria uma vez separada do corpo. As almas dos irracionais desaparecerão com o corpo, pois não possuem nenhuma atividade que possa ser exercida separadamente.

Filopon condena severamente a astrologia, a superstição, a magia e a adivinhação. A astrologia se opõe à justiça, às leis, a tudo que decorre logicamente da crença no livre arbítrio.

O cristianismo eleva sobremaneira a dignidade da pessoa humana que se torna capaz, em virtude de sua espiritualidade, de chegar até Deus.

Convém notar que Filopon não utilizou somente Aristóteles como fonte de suas lucubrações filosóficas. Platão ocupa também lugar de destaque nos seus escritos. Pode-se mesmo afirmar que seu Aristotelismo se relaciona mais com a forma, a maneira de ordenar o pensamento e com as proposições científicas. Mas para tratar problemas metafísicos relativos a Deus, à alma e à criação é a Platão que Filopon recorre. Como observa Tatakis,¹⁶ «ele encontra mais elementos em Platão e nos neoplatônicos que em Aristóteles para a expressão filosófica das verdades reveladas».

Percebe-se que Filopon conhecia bem os ensinamentos dos fundadores da Academia e do Liceu, por duas razões: primeira, porque acentua a diferença entre ambos; segunda, porque não lhes poupa críticas quando os considera errados. Filopon foi pois um espírito independente.

Stéfanos de Alexandria — Stéfanos foi discípulo de Filopon, tendo deixado numerosos escritos entre os quais diversos comentários a obras de Aristóteles. Ensinou na Universidade de Constantinopla as doutrinas de Platão e Aristóteles.

Leôncio de Bizâncio (475-543?) — Leôncio de Bizâncio é um teólogo que põe o problema cristológico no centro de todo seu pensamento. Mas, no desenvolvimento dêste, utiliza largamente a filosofia e assim é que merece ser mencionado, e com destaque, entre os vultos da Filosofia de Bizâncio.

Segundo sua própria afirmação, Leôncio se inspira em primeiro lugar nos escritos dos Padres. Percebe-se nítida a influência de Basílio, de Gregório Nazianzeno, de Cirilo de Alexandria e outros. O pseudo-Dionísio foi também consultado por Leôncio, que figura entre os primeiros a mencionar o misterioso escritor.

Como filósofo, Leôncio sofre a influência de Aristóteles, de Platão e dos neoplatônicos. A influência do estagirita é mais formal. Em Platão e nos neoplatônicos Leôncio colhe suas idéias antropológicas relativas à alma, ao corpo, etc. Podemos dizer que a silogística aristotélica e a antropologia platônica são habilmente utilizadas por Leôn-

cio para solucionar um problema completamente estranho ao pensamento dos mestres da Filosofia Clássica: o problema cristológico.

Leôncio percebeu que a grande confusão reinante entre os hereges em torno do dogma da Encarnação do Verbo provinha principalmente da falta de precisão e clareza da terminologia empregada. E aqui é que encontramos a atuação filosófica de Leôncio. Antes de abordar o problema cristológico, procura definir com nitidez as noções fundamentais de substância, natureza, gênero, espécie, acidente, hipóstase, etc..., analisando a oposição entre substância e acidente e as relações existentes entre natureza ou substância e hipóstase ou pessoa. Leôncio estabelece a distinção entre natureza e hipóstase e demonstra, em seguida, que as três hipóstases da SS. Trindade possuem uma só natureza e que em Jesus há uma única hipóstase e duas naturezas.

Para o estudioso de teologia, salta aos olhos a importância dessas conceituações claras para a solução das questões levantadas pelas grandes heresias trinitárias e cristológicas.

Convém lembrar ainda que Leôncio ensina, com relação ao composto humano, a união substancial da alma e do corpo.

O pseudo-Dionísio — Chama-se *Corpus dionysianum* ou *Corpus Areopagiticum* o conjunto de escritos que aparecem no século VI sob o nome de São Dionísio, o discípulo convertido por S. Paulo no Areópago. A essa pseudo-autoria esses escritos devem, em parte, o grande sucesso obtido através dos séculos. Resultaram infrutíferos, até ao presente, todos os esforços para identificar o verdadeiro autor com algum personagem histórico. O exame interno das obras sugere ter sido seu autor um monge (conhece bem a organização monástica do século V), talvez até mesmo um bispo (tem a dignidade episcopal em alta conta). Era versado na filosofia de Proclo († 485), cujo tratado *De malorum subsistentia* cita quase literalmente.¹⁶ O *corpus areopagiticum* é uma tentativa de exposição sistemática da doutrina cristã com o espírito de evitar toda a controvérsia. Dentro de uma correta ortodoxia, o autor procura combater o erro pela simples exposição da verdade. O neoplatonismo ateniense corrigido pelas concepções cristãs constitui o fundo filosófico da obra do pseudo-Dionísio.

A utilização da filosofia na exposição teológica justifica a inclusão desse autor no capítulo da Filosofia embora seu ponto de partida seja essencialmente teológico: supõe a existência de Deus como fato revelado pela Sagrada Escritura. Daí por diante, contudo, o pseudo-Dionísio se esforça por colocar a filosofia neoplatônica a serviço da expressão da fé cristã.¹⁷ Os seres são escalonados pelo autor em uma rigorosa hierarquia de acordo com os diferentes graus de perfeição que, abaixo de Deus, se distribuem pelo mundo celeste e pelo mundo terrestre. Na *Antropologia* é bem visível a correção cristã da doutrina platônica: o autor nega a preexistência e a transmigração das almas e recusa a idéia de que o corpo seja um cárcere da alma. Corpo e alma sustentam uma «luta em comum» e realizam uma «peregrinação

fraternal». ¹⁸ Percebe-se, contudo, a nítida influência de Platão quando o pseudo-Dionísio parece admitir as três funções da alma: racional (λόγος), a irascível (θυμός) e a concupiscente (ἐπιθυμία). Sobre o problema do mal encontramos no *Corpus Areopagiticum* uma solução que será repetida por outros autores: o mal não é um ser mas uma privação do ser. Todo o ser, como tal, é bom.

Máximo, o Confessor (580-662) — Natural de Constantinopla, Máximo, o Confessor, desempenhou, no reinado de Heráclio, os altos cargos de secretário e de conselheiro do imperador. Em 613 retirou-se para o mosteiro de Crisópolis, em face da capital. Durante sua longa e frutuosa vida foi o grande campeão da ortodoxia nas controvérsias monofisitas e monotelitas. Por não ter reconhecido a Constante II o direito de interferir em assuntos teológicos, sofreu o exílio e torturas.

Máximo possuía vasta erudição e produziu inúmeras obras entre as quais convém citar o tratado filosófico sobre a alma (*De anima*).

Entre as fontes do pensamento de Máximo figuram: o pseudo-Dionísio (fonte principal), os Padres gregos em geral (especialmente Gregório de Nissa), Leôncio de Bizâncio, Evágrio do Ponto e Anastácio de Antioquia. Introduziu no pensamento cristão o neoplatonismo do pseudo-Dionísio, subordinando-o, contudo, à revelação. O rigor e precisão das definições revelam a familiaridade com os escritos de Aristóteles, principalmente em matéria de lógica e de psicologia. Essa influência de Aristóteles mostra-nos como, cada vez mais, os pensadores cristãos percebiam o quanto o método e a filosofia do grande estagirita poderia contribuir para a sistematização do dogma. ¹⁹

Deus, para Máximo, está fora de todas as coisas e é uma unidade pura, mônada suprema, indivisível, imultiplicável. Podemos conhecê-lo através da ordem, harmonia e grandeza do universo, porém não conseguimos penetrar sua essência íntima que permanece incompreensível para nós. A teodicéia de Máximo não é, entretanto, pura filosofia. Prosseguindo em suas considerações sobre a Divindade, leva em conta a revelação e fala de geração eterna do Verbo consubstancial com o Pai e da processão do Espírito Santo.

O mundo é criado por Deus. Todos os seres estão contidos na inteligência de Deus desde toda a eternidade sob a forma de idéias «cada uma das quais é uma expressão parcial e finita do ser e da perfeição infinita de Deus. A perfeição dos seres depende de seu grau maior ou menor de participação da perfeição divina». ²⁰

Deus criou dois mundos: o inteligível (o celeste) e o sensível. Neste último se encontram dentro de uma hierarquia os seres corpóreos: não viventes, viventes irracionais e viventes racionais corpóreos.

O mais perfeito ser do mundo sensível é o homem, composto de corpo e alma. No tratado sobre a alma (περὶ ψυχῆς), esta é definida como «substância incorpórea, inteligente que habita em um corpo ao qual comunica vida». A alma possui três funções: racional, irascível e concupiscente. O homem possui entendimento e vontade livre. Do

uso desta (que pode escolher o bem ou o mal, o vício ou a virtude) depende o aumento ou a diminuição da perfeição humana.

Máximo rejeita a preexistência da alma, ensinando sua criação por Deus. Alma e corpo estão unidos substancialmente desde o primeiro momento da concepção. Há duas espécies de verdades: uma é adquirida pela razão: é o resultado do conhecimento meramente humano; a outra, que não é uma verdade no sentido habitual do termo, é a própria intuição que une o homem a Deus, é a vida em Deus. Para atingi-la são necessárias a ascese e certas virtudes como o amor e a temperança.

— Mais que filósofo, Máximo foi teólogo especializado em ascese e mística. Seu ascetismo se caracteriza por um verdadeiro otimismo. Para ele a ascese não é a mortificação da carne, mas, antes, a purificação do espírito a fim de possibilitar a união com Deus, espírito e verdade.

Seu misticismo se baseia na consciência de que o processo lógico é insuficiente para chegar a Deus e na aspiração de união com Deus.

II Período (séc. VIII, IX e X)

Convém que o leitor recorde o que se escreveu no capítulo referente à História Política sobre esse tormentoso período atravessado por Bizâncio: árabes, búlgaros e eslavos ameaçam exteriormente o Império. O iconoclasmo abala profundamente a paz interna. Contra essa heresia e em defesa da iconologia tradicional levanta-se Germano, patriarca de Constantinopla, que desenvolve com clareza a distinção entre o culto absoluto reservado a Deus e o culto relativo prestado às imagens. A obra de Germano sobre o *Término da vida* apresenta interesse filosófico, pois o autor discute, sob a forma de diálogo entre um racionalista e um crente, os problemas da Providência de Deus, do acaso, da predestinação, da presciência divina e do livre arbítrio.

— O grande vulto desse período é S. João Damasceno (675-749), a última grande figura da teologia grega. Já mencionamos, no capítulo anterior sobre a Literatura o conteúdo da principal obra de Damasceno, a *Fonte do Conhecimento*. Embora teólogo antes de tudo (considera a teologia rainha das demais ciências), desenvolve argumentos dentro de um verdadeiro espírito filosófico. A dialética tem uma importância enorme para Damasceno. Serve-se da mesma para mostrar quais são as formas elementares da razão e como as mesmas devem ser usadas com fruto. Oferece-nos, como acentua Tatakis,²¹ «um manual precioso da lógica de Aristóteles visto através do pensamento cristão»...

Vejam algumas das principais idéias de S. João Damasceno.

Deus fez-se conhecer *naturalmente* pela criação, conservação e ordem reinante no mundo e *sobrenaturalmente* através da revelação dos profetas e de Cristo. Damasceno apresenta como provas da existência de Deus a mutabilidade dos seres, a conservação e o governo

das coisas e a ordem existente no mundo. Deus é necessariamente uno. Sua essência é infinita e, por isso, incompreensível para nós. E' imutável, incorruptível, simples, imenso, ilimitado. E' o que é, o ser em toda a plenitude. E' a causa primeira e universal de tudo que existe. A criação é obra de sua livre vontade. Afirma a criação *ex nihilo* e nega toda espécie de participação ontológica do divino por parte das criaturas.

O homem se compõe de corpo e alma. Esta é uma substância vivente, simples, incorpórea, imortal, racional. Parece que, quanto à origem da alma, Damasceno inclina-se para a criação da mesma no primeiro homem e para a tese do traducianismo (transmissão dos pais aos filhos pelo processo da geração).

— Como a verdade é o conhecimento dos seres e o erro a ignorância dos mesmos e, portanto, uma privação, um não-ser, assim o bem é um ser e o mal, que é um erro, é também uma privação, um não-ser. O mal em si não existe. Essa conceituação do mal adquire grande importância na polêmica com que S. João Damasceno combate o dualismo dos maniqueus.

O mal moral é um desvio do livre arbítrio que sai do que é conforme a natureza para o que é contra a natureza. Deus não cria o mal, mas o permite e sabe tirar dele o bem.

Damasceno procura solucionar o problema da conciliação entre a Providência divina e a liberdade humana. «Há acontecimentos futuros necessários. Porém outros dependem da determinação da livre vontade do homem. Como conciliar esta última com a presciência e a causalidade universal de Deus? Damasceno busca uma fórmula separando a presciência da predestinação. A presciência é um ato do entendimento; a predestinação, da vontade. Deus conhece, prevê (*προγινώσκει*) todos os acontecimentos, tanto livres como necessários. Porém somente predetermina (*προορίζει*) os necessários. Quanto aos atos futuros que dependem da decisão da livre vontade do homem, Deus não exerce nenhuma causalidade eficiente». ²² Para Deus não há passado nem futuro: tudo lhe é presente e atual.

— Eis aí algumas das principais idéias do último grande teólogo da História bizantina. Embora não tenha sido muito original, não pode, contudo, ser tido como mero compilador. Soube ser um sutil analista dos temas filosófico-teológicos que enfrentou com clareza e precisão. Damasceno exerceu considerável influência não só no Oriente como também no Ocidente onde suas obras constituíram uma rica fonte de conceitos adequados à expressão do dogma cristão.

— Depois de João Damasceno é Fócio que ocupa nossa atenção no campo da Filosofia Bizantina. Já salientamos seu papel de erudito no movimento literário do século IX. Como erudito, observa Tatakis, ²³ é o único bizantino que pode, por suas qualidades, ser comparado com Aristóteles. Um traço característico de Fócio é que se interessa pela

filosofia, pela própria filosofia, e não por ser ela ancila da teologia. Essa atitude representava um fato novo na vida intelectual de Bizâncio.

Fócio deixou numerosos escritos filosóficos, muitos dos quais infelizmente não chegaram até nós. Compôs tratados dialéticos, tendo em vista esclarecer seus discípulos sobre as categorias. Aborda esse problema de modo mais minucioso que o próprio estagirita.

Vemos, através de Fócio, que *realismo* e *nominalismo* eram questões bastante discutidas na época. — Fócio não esconde sua preferência pela filosofia de Aristóteles sobre a de Platão: «Chama a filosofia de Aristóteles mais divina; ela se baseia sobre a necessidade lógica e procura ser metódica. Em Platão vê antes o filósofo dos mitos, do Timeu, o Platão de quase toda a Idade Média, o Platão do neoplatonismo, não o Platão da dialética». ²⁴ E' que Fócio, espírito prático, não chegara a perceber a profundidade de pensamento que a linguagem poética de Platão esconde. Não pôde, assim, penetrar a fundo na dialética platônica. Acrescente-se a isso o fato de que o método e a lógica aristotélicos se ajustavam melhor ao realismo teológico dominante.

E' interessante observar que *Aretas de Cesaréia* (860-932), discípulo de Fócio, mostrou preferência por Platão, procurando conservar seus manuscritos. Não só Aretas mas também seus contemporâneos preferiam o fundador da Academia ao do Liceu. Desde então os pensadores bizantinos vão dividir sua estima ora por Platão ora por Aristóteles. «Essa questão é o sinal mais interessante da renascença dos clássicos, no que concerne à filosofia». ²⁵

III Período (séculos XI e XII)

Um dos aspectos da vida intelectual desse período é o desenvolvimento de um humanismo que se caracteriza pelo amor à Antiguidade Clássica em geral e às Letras em particular. Nas correntes de pensamento que dominam o período em tela podemos citar o misticismo especulativo que se situa aliás numa tradição que remonta ao pseudo-Dionísio e que vai prosseguir até a queda de Constantinopla.

A teologia mística é um traço marcante da alma religiosa bizantina que procura atingir a Divindade em toda sua pureza por meio da contemplação espiritual. A contemplação platônica encontra-se na gênese desse misticismo. Importa sublinhar que os teólogos bizantinos souberam imprimir a essa atitude religiosa um sentido de profunda espiritualidade cristã. Entre os vultos dessa corrente mística convém lembrar Simeão, o Jovem (950-1022), seu discípulo *Nicetas Stétatos* (séc. XI) e *Kallistos Kataphigiotis*. Neste último percebe-se a influência do neoplatonismo de Plotino. Ao lado da corrente mística, podemos lembrar uma corrente de pensamento moral e político que reponta respectivamente no *Stratégicon* de Cacáumenos, no *De officiis regis* de Nikoulitzas e na *Institutio Regia* de Teofilato. Na primeira dessas obras encontramos uma filosofia prática sobre a vida do soldado e do cidadão bizantino. O autor deixa de lado qualquer razão puramente teó-

rica e busca inspiração para suas diretrizes na experiência da vida, no senso comum e na tradição moral da sociedade bizantina.

A obra de Nikoulitzas, inspirada também na opinião comum contemporânea, formula com nitidez o ideal de soberano. Este, embora seja a própria lei, não possui poderes ilimitados. O soberano ideal deve possuir quatro virtudes: a coragem (do espírito), a justiça, o discernimento e a sabedoria. A coragem e o discernimento podem ser usados para o mal, o que é impossível quanto à justiça e à sabedoria. Teofilato, arcebispo da Bulgária, salienta a piedade como inspiradora dos atos do soberano que devem ser pautados pela sabedoria e pela virtude.

— O grande nome do pensamento filosófico propriamente dito é *Pselos*, «o espírito mais aberto e universal de Bizâncio». ²⁶ Já mencionamos sua espantosa erudição no capítulo sobre a Literatura. *Pselos* caracteriza-se sobretudo por seu ecletismo. Procura combinar a retórica e a filosofia. Sua preocupação dominante é difundir a filosofia e a ciência dos antigos, tentando, ao mesmo tempo, estabelecer um acordo entre a verdade da fé e as opiniões dos pensadores gregos. *Pselos* vê nos filósofos antigos precursores do Cristianismo, cristãos inconscientes. Convém chamar a atenção para o significado dessa atitude tão rica de conseqüências para o futuro. Procurando recolher na civilização da Grécia antiga tudo que, de certa forma, prepara o Cristianismo e orienta o espírito para o mesmo, *Pselos* não só reabilita a Antiguidade Pagã perante a civilização bizantina cristã, mas prepara terreno para a própria Renascença.

Um aspecto importante da atitude filosófica de *Pselos* é considerar a filosofia por si só, independente. Para ele os pensadores gregos devem ser estudados de maneira objetiva e imparcial e não com a idéia previamente estabelecida de que são inimigos do Cristianismo. *Pselos* é, até certo ponto, um neoplatônico e não esconde sua admiração por Platão que ele considera o maior gênio da História, o mestre da filosofia, o único homem que atingiu os limites extremos do pensamento, um precursor do Cristianismo por sua doutrina sobre a justiça e a imortalidade da alma, um teólogo que conseguiu ordenar nossos conhecimentos sobre o mundo inteligível. Percebe-se claramente nesse entusiasmo de *Pselos* por Platão o interesse em conciliar a filosofia com a teologia. Assim é que não hesita em rejeitar no platonismo o que contraria a doutrina cristã.

Qual a posição de Aristóteles no pensamento de *Pselos*? O estagirita não lhe satisfaz. E' verdade que cultiva a física e a lógica aristotélicas, mas tendo como fim servir-se delas para o estudo da metafísica de Platão.

Convém lembrar que o platonismo de *Pselos* sofre a influência de Proclo e Plotino.

— A metafísica de *Pselos* parte da causalidade e do determinismo universal. A concepção do encadeamento dos seres materiais revela

a influência estóica. Deus é o princípio de tudo, a causa primeira. Mas entre o criador e as criaturas se encontra a natureza «como a mão da causa primeira». Deus age, pois, através da natureza de cada ser, de cada fenômeno.

Embora todas as coisas tenham sua causa, grande parte das causas foge ao nosso conhecimento. Nessa ignorância é que reside a aparência do maravilhoso.

Pselos coloca acima da razão a inteligência (νοῦς), que atinge diretamente as coisas por intuição. Na alma distingue uma disposição impassível e a outra passível. A primeira é própria da vida futura, extraterrena, contemplativa. A segunda forma com o corpo o homem sociável e político.

O mal é para Pselos um termo relativo: existe em nós porque não podemos estar voltados sempre e do mesmo modo para o bem. Nossa vida é regida pela Providência, pela natureza e pelo livre arbítrio.

Pselos foi um sério adversário das superstições que então frutificavam em Bizâncio, tais como a astrologia, a magia, a teurgia, etc. Os próprios neoplatônicos foram tão atacados em virtude de suas doutrinas teúrgicas (teurgia é a crença na possibilidade de influência dos deuses e dos demônios nos fenômenos naturais e o conjunto de práticas destinadas a provocar essa influência) que Pselos chegou a ser considerado erroneamente como um inimigo do neoplatonismo.

— Concluamos sobre Pselos lembrando que deu grande importância não só ao conteúdo de suas obras mas também à forma das mesmas. Procurou sempre expressar-se dentro de um estilo cuidadoso, estabelecendo a harmonia entre a forma e o fundo.

Foi enorme a fama de que Pselos gozou ainda em vida. Do Ocidente latino, do Egito, da Babilônia e da Pérsia vinham pessoas para ouvirem suas lições na Academia. «Sua erudição surpreendente, sua curiosidade universal, o grande número de suas qualidades, a audácia de seu pensamento, sua confiança na ciência e na razão, suas inovações no pensamento filosófico e na arte de escrever, suas virtudes e seus defeitos, fizeram dizer que ele lembra Voltaire ou Alberto Magno e a Rogério Bacon como também Francis Bacon. Pselos é, com efeito, uma das personalidades mais representativas de Bizâncio...»²⁷

Entre as obras de importância filosófica escritas por Pselos convém citar: *Sobre as propriedades das pedras preciosas*; *Sobre a operação dos demônios*; *Noções comuns*; *Soluções breves de problemas físicos*; *Epístola sobre a Crisopéia*.

Outros pensadores — Pselos teve como sucessor na Universidade seu discípulo João Ítalos. Os filósofos preferidos por Ítalos foram: Aristóteles, Platão, os neoplatônicos, Porfírio, Jâmblico e Proclo. Segundo Ana Comnena, Ítalos era habilíssimo em interpretar a lógica e a dialética de Aristóteles.

A grande importância do sucessor de Pselos para a História da Filosofia consiste no fato de haver ele acabado de emancipar a Filo-

sofia da Teologia. Seu pensamento reveste um caráter nitidamente racionalista, mesmo quando versa sobre os mistérios da fé cristã, como, v.g., a Encarnação e a SS. Trindade.

A lista de acusações levantadas contra Ítalos no processo de heresia em que se viu envolvido nos dá a medida de como esse racionalismo imbuído de neoplatonismo foi aplicado ao dogma cristão.

Eis as acusações:

1) Tentou explicar racionalmente a Encarnação e a União hipostática.

2) Fez reviver os erros dos antigos filósofos pagãos sobre a alma humana, o céu, a terra e as criaturas.

3) Ensinou a metempsicose e, conseqüentemente, negou a imortalidade da alma e a vida futura.

4) Professou a eternidade da matéria e das idéias.

5) Colocou acima dos Padres e dos santos os filósofos gregos e os heresiarcas condenados pelos sete concílios ecumênicos.

6) Negou os milagres de Cristo, da Virgem e dos santos como impossíveis ou deu-lhes uma explicação toda pessoal.

7) Considerou as Letras profanas não como simples elementos de formação intelectual, mas como depositárias da verdade.

8) Admitia as idéias neoplatônicas e pretendeu que a matéria subsiste por si mesma e reveste as formas segundo as idéias.

9) Ensinou que os homens ressuscitarão com outros corpos diferentes dos que possuem na vida presente.

— As idéias de Ítalos são indício da existência de um forte movimento que Tatakis²⁸ chama de «classicismo romântico». Empolgava muitas pessoas cultas da sociedade bizantina e levava-as ao paganismo.

Miguel de Éfeso — Contemporâneo de Ítalos, foi um estudioso comentador de Aristóteles. Note-se aliás que todos os filósofos bizantinos dos séculos XI e XII são comentadores. Essa tradição de comentar se estenderá até 1453.

Comentando a *Ética* a Nicômaco, Miguel formula interessantes idéias acerca da educação, lastimando que em Constantinopla não haja leis que regulamentem a educação das crianças. Entre os comentadores de Aristóteles, citemos ainda *Eustrato de Nicéia*, discípulo de Ítalos, cujos escritos sobre as obras do estagirita apresentam a originalidade de, em vez de constituírem tratados contínuos sobre questões filosóficas, abrangerem simultaneamente uma interpretação dos termos, das idéias e uma análise do texto comentado. Eustrato rejeita o monofisismo com argumentos lógicos, físicos e teológicos.

Miguel Itálicos (séc. XII) — E' um continuador fiel do Pselos. Situa-se na linha platônica, tendo sido chamado de segundo Platão por

seu amigo e contemporâneo Teodoro Pródromo que também era platoniano.

IV Período (do séc. XIII ao XV)

O quarto período da História da Filosofia Bizantina corresponde à época de graves crises políticas, sociais e econômicas. Mas, como já sublinhamos em páginas anteriores, esses últimos séculos da História Bizantina constituem uma época de brilhante reflorescimento cultural. Nicéia, Constantinopla, Tessalonica, Trebizonda e Mistra figuram entre os mais importantes centros dessa verdadeira renascença. O Humanismo bizantino atinge seu apogeu e apresenta notável semelhança com o movimento congênere que se desenvolve, então, na península itálica. O contato intenso com os clássicos gregos aprofunda nos bizantinos a convicção de que são os legítimos herdeiros da civilização grega antiga. Compreende-se o quanto essa mentalidade contribui para exacerbar o nacionalismo que transparece na própria teologia e se revela intransigente no problema cruciante da reunião religiosa com o Ocidente.

No que tange às correntes do pensamento nessa época, podemos, de modo bem geral, chamar a atenção para os seguintes pontos: "

1) O neoplatonismo de Pselos ganha adeptos, propaga-se e atinge, com Pleton, sua plena expansão.

2) O aristotelismo da escolástica ortodoxa leva o neoplatonismo ao debate no terreno teológico.

3) A teologia mística atinge sua maior expansão sob a forma do hesicasmo que se opunha ao racionalismo escolástico.

Vejamos os vultos mais representativos da Filosofia desse quarto período:

Blemidas (1197-1272), cuja importância já sublinhamos no capítulo da Literatura, notabilizou-se pela capacidade de síntese de seu pensamento e das idéias de outros pensadores em verdadeiros manuais escolares. Apesar das já citadas Física e Lógica resumidas de Aristóteles, note-se que Blemidas não é um aristotélico, mas, antes, um neoplatoniano na linha de Pselos. Procura realizar uma síntese de Platão e Aristóteles para servir à corrente do pensamento cristão. Enfrenta o problema do nominalismo e do realismo tentando sintetizar uma solução: o primeiro serve para esclarecer o movimento do pensamento humano na sua marcha do sensível para o inalterável, o segundo vale para o mundo inteligível. " Em matéria de educação Blemidas dá ênfase à formação moral, acentuando que o fim da educação é substituir o desejo irracional pela vontade moral, fruto do conhecimento e do julgamento. Segue Aristóteles ao recomendar o exercício constante que cria o hábito da virtude.

Teodoro II é a perfeita encarnação das aspirações humanísticas de sua época. Suas idéias filosóficas merecem consideração pela pro-

fundeza e por certa audácia. Encontram-se expostas nos *Seis discursos da comunhão natural*. O universo deve sua unidade à natureza que é o fundo comum de todos os seres. Tudo é *uno* e é neste *uno* que os seres particulares se dividem, distinguem e distribuem. Existem dois modos de comunhão dos seres: um, segundo a natureza (*κατὰ φύσιν*), é comum a todos; o outro constitui uma união relativa às propriedades dos elementos em comunhão e diferencia os seres animados ou inanimados, conferindo-lhes sua própria individualidade. «Se, pois tudo é uno, em sua natureza comum, os seres, na realidade, se distinguem por suas propriedades que, por seu turno, decorrem das compleições da natureza. Em última análise, é a propriedade que causa a união ou a dissolução das compleições, cujo número é infinito. A diversidade dos corpos e dos desejos, dos modos de ações e das concepções é devida a essa infinidade de compleições à qual corresponde uma infinidade de propriedades». ³¹

A natureza é, pois, para Teodoro, o princípio que liga todos os seres e que os leva novamente ao universal. A maneira como o basileu-filósofo aborda esse tema faz lembrar o pensamento de Spinoza sobre o conceito e o papel da natureza.

Paquimeres (1242-1310), deixou uma interessante paráfrase da filosofia de Aristóteles (em grego, o título da obra é simplesmente Filosofia (*Φιλοσοφία*), em latim é *Paraphrasis in universam philosophiam Aristotelis*) e da obra do pseudo-Dionísio.

Planudo (1260-1310), dono de notável erudição, foi o primeiro intelectual bizantino que estudou a literatura latina e a teologia ocidental, traduzindo para o grego inúmeras obras importantes de filosofia e teologia.

O filósofo *Joseph* (†1330) organizou uma enciclopédia de todos os domínios do saber para possibilitar um conhecimento uno, contínuo e harmônico da ciência e da filosofia.

Percebe-se nessa enciclopédia a influência do antigo programa de estudos de Pselos. Joseph segue também esse autor na atitude em face de Platão e Aristóteles.

Sofonias, contemporâneo de Joseph, organizou uma paráfrase de Aristóteles.

Nicéforo Chumnos (1261-1327) escreveu entre outros tratados filosóficos: *Sobre a Matéria*, *Sobre as Idéias* e *Sobre a Alma sensitiva e vegetativa*. Ataca a teoria das idéias de Platão e a teoria da matéria de Aristóteles. Usa, contudo, argumentos de Aristóteles quando estuda a natureza da alma, negando a preexistência da mesma e afirmando sua imortalidade e sustentando que a ciência não pode ser uma reminiscência. Não obstante, Platão é considerado por Chumnos como um dos maiores filósofos de todos os tempos.

Teodoro Metoquita (1260-1332), é uma figura ímpar no mundo intelectual de Bizâncio. Estadista, patriota sincero, verdadeiro Mecenas, dono de vasta cultura, eis em poucas palavras as características de

um dos maiores humanistas de Bizâncio nos dois últimos séculos de sua História.

Entre suas obras a mais conhecida são os «Comentários e julgamentos morais» também designados pelo nome de «Miscelânea». Metoquita situa-se na tradição de Pselos: explica as obras de Aristóteles com o auxílio dos intérpretes neoplatônicos. Considera o estagirita incomparável na Física e na Lógica, mas não reconhece seu valor na Metafísica onde julga que o discípulo de Platão não apresenta solução clara e precisa aos problemas tratados. Platão é admirado sobretudo por sua filosofia das matemáticas.

Metoquita cultiva grande amor pelos números. Considera o número a natureza primordial de todos os seres, o fundamento de toda coisa incorporada à matéria. As matemáticas são o produto da última abstração da matéria pela inteligência.

Metoquita empresta grande valor ao estudo da História que possibilita o conhecimento dos acontecimentos da vida.

Dos regimes políticos prefere como melhor a monarquia, pois a democracia, embora pareça o regime mais apropriado ao homem livre, não permite que os homens sejam governados pelos melhores em virtude do igualitarismo.

Nicéforo Grégoras (1295-1360), discípulo de Metoquita, é admirador de Platão, chegando mesmo a admitir a teoria platônica da alma do mundo. O mundo celeste e o mundo terrestre estão ligados um ao outro formando um todo regido pela vontade de Deus e não pelo fatalismo como queriam os estóicos.

Critica Aristóteles e considera o silogismo um modo de raciocínio para as inteligências medíocres, incapazes de se elevarem à verdadeira ciência. Convém sublinhar aqui que depois de Grégoras, Platão passa a ser colocado em oposição ao Aristóteles da escolástica latina.

Barlaam, monge ocidental natural da Sicília, é uma figura interessante. Tendo vindo à Tessalônica aprender o grego, conseguiu as boas graças de João Cantacuzeno em Constantinopla, onde foi convidado a ensinar teologia. Após uma desastrada disputa pública com Nicéforo Grégoras, voltou a Tessalônica e foi ao Monte Atos, onde desencadeou a querela do hesicasmo que ia perturbar a ordem interno do Império e da Igreja.

Barlaam contribuiu para a difusão do grego na Itália. Foi com ele que Petrarca e provavelmente Boccaccio começaram a aprender esse idioma.

De sua atividade filosófica mencionemos seu excelente tratado sobre a moral estóica e sua influência na formação, em Bizâncio, de uma nova escolástica que se inspira livremente na escolástica ocidental, principalmente em S. Tomás de Aquino.²² Essa influência já aparece em Gregório Acíndynos que em seu tratado sobre a essência e a

operação de Deus reproduz (nos dois primeiros livros) extratos da *Summa contra Gentiles* de S. Tomás.

Os irmãos Demétrio e Prócoros Cidônio atestam a influência da escolástica ocidental em Bizâncio.

Demétrio (1315-1400) (já o mencionamos no capítulo anterior), ao estudar latim, recebeu de seu professor como livro de exercício a *Summa contra Gentiles* de S. Tomás. Cidônio entusiasmou-se por tal forma com essa obra que resolveu traduzir passagens da mesma para seus amigos incrédulos que não podiam admitir que pudesse haver entre os latinos qualquer produção literária aproveitável. «Nessa época, acrescenta Cidônio, os latinos eram classificados entre nós na categoria de bárbaros». ³³ «S. Tomás, escreve Cidônio a um amigo, estabelece solidamente por meio de toda sorte de argumentos a verdade que ele examina, recorrendo primeiro ao testemunho das Sagradas Escrituras..., depois apelando para as deduções rigorosas do raciocínio filosófico, de modo que com ele nossa fé se encontra munida de todas as provas possíveis». Demétrio traduziu também vários opúsculos de Santo Agostinho.

Prócoros seguiu o exemplo do irmão na admiração pela literatura filosófica-teológica do Ocidente e, como ele, lutou pela reaproximação das duas Igrejas.

Pleton merece um lugar à parte no estudo da Filosofia Bizantina, não só pela posição que tomou em face do Cristianismo como pela influência que exerceu no Ocidente no que tange à difusão do platonismo.

Pouco sabemos sobre os primeiros anos da vida de Pleton. As datas apontadas respectivamente como de seu nascimento e de sua morte (1352, 1355, 1360, etc., e 1450, 1452, 1464) são incertas. Pleton passou grande parte de sua vida em Mistra, fato esse que se pode relacionar com seu profundo apego ao helenismo antigo, pois ele considerava o Peloponeso o berço da grandeza da nação grega. Pleton reage contra a decadência do Império Bizantino e concebe uma reorganização completa da vida política, social e religiosa com base em uma religião nova, renovando, assim, as tentativas de Porfírio, Jâmblico e Proclos. Explica-se assim sua atitude contrária à união entre latinos e gregos. Essa união não salvaria o Império, pois o Cristianismo é algo decadente que deve ser substituído por um teísmo universal.

As idéias de Pleton sobre a reforma estatal podem ser consideradas de certo modo como precursoras do socialismo. Acentua o valor do trabalho e da justiça social, ensina que o direito ao produto deve ser proporcional ao serviço prestado. Quem não trabalhasse não deveria usufruir do tesouro público. (Aqui Pleton ataca diretamente a vida contemplativa dos monges). O direito de propriedade territorial deve ser modificado: cada qual só deve ser proprietário de uma porção que puder cultivar. O capital é considerado como um coeficiente de produção, mas só terá direito a um terço do produto obtido. Só a agri-

cultura, na sua acepção mais ampla, é produtiva. O imposto deve ser o mesmo para todos: um terço do produto conseguido. Em matéria de direito penal condena as mutilações e mostra preferência pelo emprego dos condenados em obras públicas. Admite a pena capital apenas para determinados crimes. Só a monarquia pode pôr em execução essas idéias, pois só ela pode opor-se tanto ao despotismo dos poderosos como ao despotismo do povo.

A obra de Pleton sobre a diferença entre Platão e Aristóteles despertou uma intensa controvérsia que repercutiu durante todo o século XV, dividindo em dois campos tanto os eruditos italianos como os bizantinos.

Escolário defendeu Aristóteles e foi secundado por outros peripatéticos, como, v.g., Teodoro de Gaza e Andronico Calistos. Bessarion decide-se a favor de Platão. Escolário, ao fazer oposição a Pleton, defendendo Aristóteles, pretende antes de mais nada defender o suporte racional, filosófico, da fé cristã. Teólogo e filósofo consumado, Escolário, apesar de antiunionista, admira a escolástica ocidental e considera Tomás de Aquino um exímio intérprete da teologia cristã e declara-se, sem reboços, seu fervoroso discípulo. A par das obras do Doutor Angélico (resumiu com precisão e clareza a *Summa contra Gentiles* e a *Summa theologia*), Escolário conhecia e havia comentado os escritos de Aristóteles. Compreende-se, pois, oposição a Pleton.

A este não interessava a defesa de Platão por sua possível contribuição para reforçar a doutrina cristã. Pleton faz a apologia de Platão pura e simplesmente em nome do que ele considera a verdade. E' curioso observar que Pleton vê em Platão a influência de Zoroastro, cujas doutrinas teriam sido levadas à Grécia por Pitágoras. Os antigos autores cristãos haviam feito de Platão discípulo de Moisés, o neoplatonismo de Pleton torna-o discípulo de Zoroastro. Convém aqui sublinhar uma semelhança e uma diferença entre Pleton e Pselos. Em ambos (note-se que o primeiro sofre a evidente influência do segundo) descobrimos uma forte tendência para relacionar o pensamento oriental com a filosofia grega. Mas enquanto Pselos procura nas doutrinas dos antigos um fundamento racional para o cristianismo, Pleton encontra nessas mesmas doutrinas um motivo de condenação da religião cristã.

Encerremos essa tentativa de síntese da História da Filosofia Bizantina com o nome de Bessarion. Para defender Platão contra os ataques de Jorge de Trebizonda, Bessarion, discípulo e admirador de Pleton, escreveu uma obra em quatro livros intitulada «*In calumniatorem Platonis*». Através dela procura mostrar que Platão é como a sombra da religião cristã. Se alguém deseja encontrar nos filósofos pagãos argumentos em favor da fé cristã, encontrá-los-á antes em Platão que em Aristóteles.

Essa obra de Bessarion, publicada em 1479, data em que era fundada em Florença a Academia Platônica, teve enorme repercussão no

Ocidente onde Platão pouco era conhecido. «Revelou Platão ao mundo ocidental, deu-lhe direito de cidadania em Roma, e fê-lo ser aceito pelos papas, pois trazia a prova de que nenhuma das grandes doutrinas platônicas era contrária à ortodoxia».¹⁴

¹ Bréhier, *Le Monde*, p.420.

² Runciman, *A Civilização*, p.180.

³ Tatakis, *La Philosophie Byzantine*, p.2.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Idem, *ibidem*, p.4.

⁶ Bréhier, *Le Monde*, III, p.421.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Tatakis, *La Philosophie Byzantine*, pp.

16 ss.

⁹ Idem, *ibidem*, p.17.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Obra citada.

¹² Idem, *ibidem*, p.24.

¹³ Idem, *ibidem*, p.39.

¹⁴ Gilson, *La Philosophie au Moyen Age*, p.89.

¹⁵ Tatakis, *La Philosophie*, p.47.

¹⁶ Fraile, *Historia de la Filosofía*, II, p.168.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.169.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.175.

¹⁹ Cf. Tatakis, *La Philosophie*, p.87 e também Fraile, *Historia*, pp.182-183.

²⁰ Fraile, *Historia*, p.183.

²¹ Tatakis, *Histoire*, p.113.

²² Fraile, *Historia*, p.191.

²³ Tatakis, *Histoire*, p.131.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.133.

²⁵ Idem, *ibidem*, p.134.

²⁶ Idem, *ibidem*, p.165.

²⁷ Idem, *ibidem*, p.209.

²⁸ Idem, *ibidem*, p.215.

²⁹ Idem, *ibidem*, p.231.

³⁰ Idem, *ibidem*, p.233.

³¹ Idem, *ibidem*, p.237.

³² Idem, *ibidem*, p.266.

³³ Idem, *ibidem*, p.267.

³⁴ Idem, *ibidem*, p.300.



**Grande oficial do Império,
portador da lança e do escudo**

CAPÍTULO XII

O Direito e a Justiça

Introdução

NO presente capítulo vamos estudar, em suas linhas gerais, a evolução histórica do Direito Bizantino e da Organização judiciária do Império. Em ambos percebe-se nitidamente a herança do espírito jurídico da Antiga Roma. Mas, no Império do Oriente, Direito e Justiça iriam, evidentemente, sofrer as mais diversas influências dos fatores que contribuiriam para emprestar à Civilização Bizantina suas características próprias. Assim, por exemplo, a atmosfera religiosa do Cristianismo impregnaria, durante um milênio, a mentalidade jurídica do Império Bizantino.

As transformações do Direito Clássico que resultaram no Direito Bizantino são-nos esclarecidas sobretudo graças à papirologia jurídica. «Os papiros vieram realmente preencher sensíveis lacunas nas últimas mutações do direito privado romano. Eles ilustram, de modo sugestivo, no campo desse direito, a reação do mundo helênico-oriental que, mais vigorosamente e com resultados mais radicais, operou a transformação das instituições políticas do principado na monarquia absoluta. Na obscuridade desse período trava-se áspera luta entre as tradições jurídicas gregas e orientais por um lado e o direito romano por outro lado, e os resultados dessa luta, que repontam aqui e ali nas compilações justinianéias, teriam permanecido para sempre como verdadeiros enigmas, se a descoberta dos papiros não trouxesse novos elementos de apreciação, permitindo descobrir em muitos casos os elos intermédios que ligam o direito clássico ao direito justinianeu. Assim ficamos sabendo quais os fatores que influíram na última fase do direito romano e geraram tão radical e tão ativa transformação dos institutos jurídicos do povo quiritário».¹

1. O Direito

Para uma perfeita compreensão da evolução das normas jurídicas que regeram o Império Bizantino através de sua longa e acidentada História impõe-se iniciarmos esse estudo com as codificações efetuadas a partir de Diocleciano. O século III de nossa era assinala o

término dos períodos construtivos do Direito Romano. O período subsequente (entre o início do reinado de Constantino em 312 e a morte de Justiniano em 565) é considerado como a última etapa da História das Fontes do Direito Romano e pode ser chamado de *período bizantino* da História dessas fontes.² Após a morte de Justiniano é que teria início a História do Direito Bizantino propriamente dito.

Dividiremos nosso estudo em quatro períodos:

Primeiro período: de Constantino à morte de Justiniano.

Segundo período: legislação dos iconoclastas.

Terceiro período: legislação dos macedônios.

Quarto período: decadência.

— Para uma melhor compreensão do conteúdo do presente capítulo remetemos o leitor ao que, sobre o Direito, já escrevemos em nossa História de Roma.

1. *Primeiro período* (de Constantino à morte de Justiniano)

Neste período inicial estudaremos em primeiro lugar algumas das compilações pré-justinianas para, em seguida, demorarmo-nos mais na notável obra jurídica de Justiniano.

Recordemos ao leitor que no, período em foco, as fontes do direito se reduzem praticamente a duas: as *leges* (as constituições imperiais) e o *ius* (direito clássico criado pelos antigos jurisconsultos). A rigor podemos dizer que a única fonte de direito passa a ser o próprio imperador que legisla e interpreta a lei. A doutrina dos jurisconsultos só é levada em consideração por mera concessão imperial.

Dentre as compilações das *leges* devemos distinguir as de caráter particular e as de caráter oficial. A primeira compilação de constituições imperiais de que temos notícia é o chamado *Codex Gregorianus*, elaborado, ao que parece, por um tal Gregório sobre quem nada mais sabemos com certeza. O *Codex Gregorianus* compreendia as constituições imperiais desde Adriano até o fim do século III (cerca de 291).

O *Codex Hermogenianus* compilado por certo Hermógenes (a respeito do qual também nada sabemos de certo) contém essencialmente as constituições de 293-294; posteriormente foram-lhe acrescentadas outras constituições do século IV até o ano de 365.³ Essas compilações infelizmente só chegaram até nós em poucos fragmentos. Nas primeiras décadas do século V foi elaborada uma compilação oficial, o *Codex Theodosianus* por ordem de Teodósio II e promulgado pelo mesmo no Oriente e por Valentiniano III no Ocidente, tendo entrado em vigor a partir de 1º de janeiro do ano 439.

Teodósio II concebera o plano grandioso de organizar uma compilação completa do Direito incluindo as *leges* e o *ius*. Não foi possível realizar essa obra colossal que teria antecipado em um século as compilações de Justiniano, por falta de juristas à altura da magnitude da tarefa. E' que no Baixo Império os jurisconsultos possuíam pouca ciência e não desfrutavam da mesma situação social e do mesmo

prestígio de outrora quando possuíam o *ius respondendi* ou *condendi legem*.

Assim é que Teodósio II e Valentiniano III tiveram que se contentar com um trabalho mais modesto. Em 426 foi promulgada uma constituição conhecida entre os romanistas como «Lei das citações» a qual vigorou até Justiniano. «Essa lei confirmou todos os escritos (*scripta universa*) de cinco jurisconsultos: Gaio, Papiniano, Paulo, Ulpiano e Modestino, bem como as opiniões dos autores citados por qualquer deles, isto sob a condição de ser exibido o original da respectiva obra; o que, dada a impossibilidade ou grande dificuldade da exibição nessa época, importava praticamente em permitir citar somente os cinco jurisconsultos nomeados. Em caso de divergência prevalecia a doutrina da maioria; em caso de empate, a de Papiniano, e, se este não se pronunciara, o prudente arbítrio do juiz devia escolher a opinião que lhe parecesse mais razoável (*eligat moderatio iudicantis*). A lei das citações acrescentou que as notas de Paulo e de Ulpiano continuavam infirmadas, consoante a constituição de Constantino; essas notas ficaram assim excluídas da confirmação geral das obras daqueles dois jurisconsultos». ⁴ Note-se que a citada constituição constantiniana (321) declarara sem eficácia as notas feitas por Paulo e Ulpiano à obra de Papiniano, reafirmando a prevalência da doutrina deste último. Tal medida fora tomada em virtude das discordâncias existentes entre esses jurisconsultos. O mesmo imperador reconheceu, contudo, a autoridade do Livro de Sentenças de Paulo (*Pauli Sententiarum ad filium libri V*).

O *Codex Theodosianus* abrange as constituições imperiais a partir de Constantino. Divide-se em 16 livros que se subdividem em títulos em cada um dos quais as constituições estão dispostas de acordo com a ordem cronológica. O último dos livros do Código versa sobre direito eclesiástico. Observe-se que os textos das constituições inseridas no Código são «textos adaptados por Teodósio ao direito de sua época, o que equivale a dizer que aqui ainda houve interpolações».

Sob o ponto de vista histórico, o *Codex Theodosianus* possui grande valor porque:

1) presta-nos informações importantes sobre a História interna do Império nos séculos IV e V;

2) mostra-nos a influência cristã na esfera jurídica;

3) serviu de base à legislação justiniana;

4) exerceu grande influência no Ocidente Medieval.

(Voltaremos a esse assunto quando tratarmos do Legado).

Após a promulgação do Código, os imperadores elaboraram novas constituições (*novellae constitutiones*), que foram objeto de várias compilações.

— Antes de passarmos às Compilações de Justiniano, convém recordar a existência, na literatura jurídica oriental, de uma obra de direito escrita em grego por volta do século IV e que nos é conhecida pelas traduções feitas em siríaco (séc. VIII), árabe e armênio. Trata-se, ao que parece, de um compêndio de caráter didático. Sua importância consiste nas indicações sobre a infiltração dos usos helênicos na prática judiciária da época.⁶

Justiniano tornou-se famoso na História sobretudo pela sua obra jurídica que, mais perene que o bronze, sobreviveu às conquistas guerreiras e atravessou os séculos como um marco bem significativo do reinado do último grande imperador romano.

Quais as razões que teriam levado Justiniano a promover a elaboração da monumental compilação?

Runciman⁷ resume-as em poucas palavras: «Por fim Justiniano, irritado pelas repetições e contradições, obscuridades e desatualização de grande parte do Direito existente, determinou a reorganização de toda a sua estrutura».

Assim é que a obra de Justiniano se orientou no sentido de atualizar e revisar todo o Direito Romano com um fim não só científico mas também eminentemente prático.

Com efeito, impunha-se a compilação pelas razões que passamos a analisar. Primeiramente as Constituições Imperiais estavam em grande parte dispersas em diferentes arquivos de modo a dificultarem sobremaneira sua consulta. Acrescente-se a isso o fato de uma constituição modificar ou até mesmo revogar as anteriores.

Quanto aos jurisconsultos enumerados na Lei das citações mencionada linhas atrás, sua consulta nem sempre possibilitava ao juiz dirimir as dúvidas que porventura surgissem ao ter que prolatar uma sentença. Isso porque às vezes as soluções propostas pelos jurisconsultos clássicos não eram adequadas aos casos concretos originados das novas circunstâncias não previstas outrora.

Era pois imperioso que se procedesse a uma revisão oficial e completa de todo o sistema jurídico. Mas convém salientar que a obra jurídica de Justiniano não obedeceu somente a ditames de ordem prática. Baynes⁸ observa com justeza que «a grandeza de Justiniano como legislador descansa seguramente no seguinte: compreendendo que o direito de uma nação é uma evolução orgânica que resume em si mesmo a História de um povo, apesar de seu desejo de simplificar os procedimentos judiciais romanos e de introduzir uma maior humanidade na administração da justiça romana, Justiniano não elaborou somente um manual prático, mas algo muito maior, uma obra que — para usar sua própria expressão — pudesse servir como uma cidadela atrás de cujas muralhas o tesouro do passado estaria a salvo dos assaltos do tempo invejoso e que, em sua época, revelasse às nações do Ocidente bárbaro a idéia de um ataque baseado em fundamentos de direito».

— Os códigos anteriores (Gregorianus, Hermogenianus e Theodosianus) facilitaram especialmente a elaboração do Código de Justiniano. O trabalho de compilação em geral deve também ter sido facilitado pelo ambiente de estudos jurídicos criado pela Escola de Direito de Berito a qual forneceu eficientes colaboradores para a colossal obra.

— O grande auxiliar de Justiniano e provavelmente seu inspirador foi Triboniano, um dos maiores jurisconsultos da época e que exercia as funções de *questor do sacro palácio* (ministro da justiça).

Primeiro Código — Em fevereiro de 528, Justiniano reuniu uma comissão de dez especialistas (entre os quais figuravam Triboniano e Teófilo, professor da Escola de Direito de Constantinopla), com a finalidade de fazerem uma revisão dos três códigos anteriores, compilando as constituições em vigor, suprimindo as repetições e contradições e ainda acrescentando as constituições posteriores aos códigos. Os trabalhos progrediram com notável rapidez e em 7 de abril de 529 foi promulgado o *Novus Justinianus Codex*, que passou a vigorar a partir do dia 16 do mesmo mês. Infelizmente esse primeiro código não chegou até nós a não ser em um fragmento do índice conservado num papiro encontrado em Oxirrincó, Egito, no ano de 1914. O conteúdo desse papiro refere-se às constituições dos títulos 11 a 16 do livro I. Possui importância histórica o fato de que uma dessas constituições é a famosa Lei das Citações cuja inclusão no primeiro código sugere a idéia de que então Justiniano não resolvera fazer a compilação de todo o *ius*, o que teria sido incompatível com a vigência da aludida lei que, como já vimos, restringira a cinco o número de jurisconsultos a serem levados em consideração em juízo.⁹

Após a promulgação do primeiro Código, Justiniano expediu novas Constituições (de agosto a novembro de 530) em número de cinquenta (quingenta Constitutiones). «No curso da elaboração dessas Constituições germinou provavelmente a idéia grandiosa de compilar totalmente os *iura*, eliminando todas as controvérsias e contradições dos jurisconsultos clássicos».¹⁰

O Digesto — Sob o ponto de vista histórico, o Digesto é a mais importante das compilações justinianas.

Convém, preliminarmente, esclarecer o leitor a respeito da designação dada a essa compilação:

Digesto (*Digesta iuris enucleati ex omni vetere iure collecta*) ou *Pandectas*. O primeiro vocábulo vem do latim *digestum* (do verbo *digere*: pôr em ordem, classificar metodicamente); o plural é *digesta*.

Pandectas é um vocábulo grego (πανδέκται de πάν δέχεσθαι) que pode ser traduzido como «livros que contêm tudo, enciclopédia».

A Constituição que designou a comissão de redação (Deo Auctore, dezembro de 530) e as Constituições de promulgação (Tanta e Omnem de 533) fornecem-nos preciosas indicações sobre os autores, o plano, o fim e o método do *Digesto*. A comissão presidida por Triboniano compunha-se de dezesseis membros. Entre eles figuravam onze advo-

gados da Prefeitura do Oriente, dois professores da Escola de Direito de Berito (Doróteo e Anatólio), dois da Escola de Constantinopla (Teófilo e Cratino) e um ex-professor da mesma escola, Constantino, que colaborara na confecção do Código.

A essa comissão cabia codificar o *Ius Antiquum*, isto é, o direito criado pelos jurisconsultos. Para realizar essa tarefa gigantesca a comissão estava revestida de poderes expressos «para fazer acréscimos, supressões e modificações, a fim de pôr em harmonia com as necessidades da época a nova compilação, cujo título *Digesto* ou *Pandectas* Justiniano escolheu antecipadamente». ¹¹ Assim, pois, o Digesto não contém absolutamente todo o *Ius Vetus* mas sim um *ius enucleatum*, isto é, um direito revisto, atualizado. A comissão «devia escolher, emendar os textos (*legere et elimare*), reformá-los e suprimir tudo o que havia caído em desuso, fazer desaparecer as *antinomias*, as controvérsias e fazer prevalecer em caso de dúvida o uso das capitais, Roma e Constantinopla». ¹²

Os elaboradores do Digesto, por ordem de Justiniano, iriam examinar as obras dos antigos jurisconsultos que haviam obtido o *ius respondendi* sem levar em consideração as exclusões estabelecidas pelo imperador Constantino, nem a regra da maioria que se encontrava na Lei das citações. Havia plena liberdade de escolha das opiniões dos jurisconsultos que melhor conviessem às circunstâncias históricas do reinado de Justiniano. O índice dos autores (*Index Auctorum*) que se encontra no manuscrito chamado *Florentina* (porque se encontrava em Florença já no início do séc. XV) esclarece-nos sobre os autores consultados pela comissão e que se encontram relacionados em ordem cronológica. Entre esses autores encontramos três antigos (*veteres*) jurisconsultos da época final da República: Q. Mucius Scaevola, Alfenus Varus, Aelius Gallus. As obras mais utilizadas foram as dos jurisconsultos clássicos: Gaio, Papiniano, Paulo e, sobretudo, Ulpiano. ¹³ O *Index Auctorum* informa-nos também sobre o título das obras utilizadas e o número de livros que as integravam: dois mil livros contendo cerca de três milhões de linhas. Note-se que cada linha continha normalmente cerca de trinta e cinco letras o que equivalia, mais ou menos, a quinze sílabas. Essa matéria colossal sofreu notável redução pois o Digesto compreende apenas 150.000 linhas.

O Digesto divide-se em cinquenta livros. Com exceção dos livros 30, 31, 32, os demais se subdividem em *títulos* que, por sua vez, se subdividem em *fragmentos* chamados também *Leis*. Cada fragmento é precedido de uma *inscriptio* que contém o nome do jurisconsulto, o título e o número do livro da respectiva obra da qual foi extraído o texto. ¹⁴

Os manuscritos do Digesto apresentam diferentes tipos de alterações. Uma são resultados de falhas dos copistas e chamam-se simplesmente *loci corrupti*. Outras são as *glosas*, assim chamadas as notas, as referências ou explicações inseridas nas entrelinhas ou nas

margens dos manuscritos pelos possuidores destes. Quando um copista negligente ou incapaz reproduz a glosa como integrando o próprio contexto do manuscrito copiado, a alteração é chamada glossema.

As alterações de grande interesse são as praticadas voluntariamente pelos membros da comissão de Justiniano em seu trabalho de síntese e de atualização. Essas alterações efetuadas em geral com propósito inovador, são chamadas interpolações justinianas ou tribonianas e revestem diferentes aspectos. As interpolações mais interessantes são aquelas que possuem um caráter criador, quer porque acrescentam algo novo ao texto clássico, quer porque suprimem uma parte do mesmo para substituí-la por uma nova regra.

A tarefa colossal que havia sido atribuída à comissão do Digesto e para cuja execução o próprio Justiniano havia previsto um longo prazo de dez anos, foi executada em apenas três. Os estudiosos têm procurado explicar essa rapidez por diversas hipóteses. Para uns, teria existido uma compilação anterior que facilitou sobremaneira a confecção do Digesto. Para outros a tarefa dos compiladores teria sido enormemente auxiliada pelas obras dos professores de Berito (Beirut). Tais explicações porém carecem de provas. Na realidade a rapidez com que o Digesto foi confeccionado parece ser razoavelmente explicada por duas causas:

1) porque os compiladores dividiram entre si a tarefa de acordo com as fontes compulsadas;

2) porque não usaram das cautelas devidas em trabalho de tal monta. A pressa é inimiga da perfeição. E o Digesto, embora constitua um monumento da literatura jurídica clássica, um rico e precioso repositório das conquistas do direito através de muitos séculos, está longe de ser uma obra perfeita. Nele são abundantes as repetições, as antinomias, as negligências e as imperícias.¹⁶

As Institutas — Ainda no correr do ano de 533, Justiniano nomeou uma comissão de três membros, Triboniano, Teófilo e Doróteo, para redigir um compêndio jurídico para aqueles que desejassem estudar direito mas que não se encontravam à altura da ciência contida no Digesto e no Código. Esse compêndio recebeu a designação de *Institutiones* (de *instituere* = ensinar) e foi dedicado pelo decreto imperial que o sancionou «à juventude ávida de instruir-se em Direito» (*cupida legum iuventuti*).

As *Institutas* carecem de originalidade. Compõem-se de fragmentos extraídos dos jurisconsultos clássicos, sem que sejam indicadas as fontes, e de extratos e resumos das constituições imperiais. Esses últimos visam a registrar as transformações do direito na época de Justiniano. Serviram como fontes das *Institutas*: as *Instituta*s e *Res cottidianae* de Gaio, as *Institutas* de Florentino, de Ulpiano e de Marciano, as Regras de Ulpiano e outras.

As *Institutiones* contêm uma exposição sistemática do Direito Romano acompanhada de indicações sobre sua História. O livro I trata das *personas*; os livros II, III e os primeiros títulos do livro IV versam sobre as *coisas*. No livro IV encontra-se também o direito das ações (*ius actionum*).

O Segundo Código — Como o primeiro código carecesse de uma atualização, Justiniano designou uma comissão de cinco membros (Triboniano, Doróteo e três advogados) para elaborarem uma nova edição (*Codex repetitae praelectionis*) que foi publicada em 529. Essa nova edição compreende doze livros. O primeiro livro trata de direito eclesiástico, das fontes do direito e dos ofícios dos funcionários imperiais. O direito privado é o tema do livro II ao livro VIII. O livro IX contém matéria de direito penal. Os três últimos versam sobre direito administrativo. A mais antiga constituição que se encontra no código é de Adriano. As mais numerosas são do reinado de Diocleciano e dos imperadores subseqüentes até Justiniano inclusive.¹⁶

Após a publicação da segunda edição do Código, Justiniano promulgou um número considerável de Constituições, as Novelas (*Novellae constitutiones*) redigidas em sua maioria em grego. As Novelas não foram objeto de uma codificação oficial, tendo havido, contudo, compilações particulares, como, por exemplo, a chamada *Epitome Juliani*, organizada em 529 por Juliano, professor de Direito em Constantinopla. Ao conjunto da legislação de Justiniano (Institutas, Digesto, Códigos e Novelas) deu-se, muitos séculos depois, o título de *Corpus Iuris Civilis*.

Como julgar a obra de Justiniano? Através dos tempos ela tem sido apreciada de diferentes maneiras. Assim, por exemplo, Riccobono¹⁷ classificou a idéia de fazer uma compilação moderna em forma de um mosaico de fragmentos tomados da literatura jurídica antiga, como um «feliz erro»: «feliz, já que graças à mesma conhecemos (ou, pelo menos, podemos reconstituir) o direito clássico; erro em virtude das dificuldades que essa solução apresenta em comparação de um Código «ex novo», dificuldades que deram lugar a incongruências dentro do *Corpus Iuris* que muitas vezes devem ter desesperado os juristas nos tempos em que ainda se usava a compilação justiniana como direito positivo».

Para um julgamento acertado da obra jurídica monumental de Justiniano, parece-nos ser indispensável levar em consideração que o imperador cogitava realizar não só uma obra científica mas também eminentemente prática. Tratava-se, como já se explicou anteriormente, de fazer uma atualização das normas jurídicas. Nessa atualização não se podia, evidentemente, desprezar o tesouro jurídico acumulado durante séculos pela velha Roma. A conciliação entre o uso do legado antigo e a necessidade de atualizar não foi fácil tarefa. Impuseram-se, principalmente no Digesto e no Código, as alterações já mencionadas das quais teria resultado, segundo Margadant,¹⁸ «um direito roma-

no «autenticamente falso», oficialmente falsificado mediante as 'interpolações'. Ainda o mesmo autor comenta: «Pode-se dizer que Justiniano fez o Templo da Justiça Bizantina à base de suas próprias idéias arquitetônicas e utilizando pedras extraídas de antigos edifícios romanos, as quais porém ele tinha que remodelar com frequência a fim de que coubessem em sua construção».¹⁹

Depois de lembrar que, em virtude das interpolações, Triboniano e seus cúmplices foram tratados por estudiosos modernos mais como escravos que saquearam os tesouros de seu amo do que como guardiães que puseram a salvo de uma possível conflagração tudo o que era possível salvar, Baynes²⁰ observa: «Porém o crítico não deve esquecer que dentro do Império Romano havia desaparecido o talento jurídico construtivo». Impunha-se, portanto, uma renovação que não mais permitisse o funcionamento mecânico da justiça que, em virtude da Lei das Citações, assegurava o triunfo desta ou daquela parte de acordo apenas com a quantidade de autoridades citadas pelos respectivos advogados».

Inovando em matéria jurídica, Justiniano fazia necessariamente uma obra subordinada em certos aspectos ao espírito bizantino. Convém pois acentuar brevemente esse caráter das compilações justinianas. «Justiniano publicou o grande corpo de sua legislação em língua latina, a língua do Ocidente. Foi publicado quando o monarca estava a ponto de empreender a reconquista do Ocidente para o Império. Tendo ele mesmo saído das terras do Danúbio, em que se falava o latim, o imperador expressa neste ato sua lealdade à orgulhosa tradição romana de domínio mundial. Apesar de tudo isso, a causa latina já estava perdida em Constantinopla. O imperador legislava em uma cidade grega. Em sua comissão de legisladores não estava representada nenhuma universidade do Ocidente, nem um só de seus membros procedia da velha Roma. Muitas de suas inovações se derivam de fontes helenísticas e as novas leis (Novelas) que Justiniano promulgou depois do ano 534 estão já escritas em língua grega».²¹ Esse caráter bizantino do *Corpus Iuris* é também acentuado por Zulueta:²² «O que se conhece e se venera durante séculos como direito civil, quer dizer, o *Corpus Iuris* de Justiniano, é, como conjunto, uma obra bizantina. Isso é claramente inegável a respeito das *Novelas*, e em grau muito maior a respeito do Código, pois que foram realizados por Justiniano ou por seus predecessores bizantinos; porém é igualmente inegável no que diz respeito às numerosas alterações dos materiais clássicos levadas a cabo tacitamente pelos compiladores do Digesto e do Código; é inegável também quanto ao *Corpus*, considerado como um sistema.»

— Não cabe dentro da finalidade da presente obra um estudo aprofundado das modificações que encontramos no Direito Justiniano quando o comparamos com o Direito Clássico. Os estudiosos do Direito Romano sabem que na realidade esta expressão não exprime uma unidade sistemática e estática de normas jurídicas. Indica antes um

Direito dinâmico que evoluiu e sofreu transformações às vezes radicais através dos séculos e em virtude da concorrência de fatores políticos, sociais, econômicos e religiosos.

O Direito Justinianeu representa uma etapa culminante dessa evolução. As compilações que constituem o *Corpus Iuris* podem ser consideradas como uma grandiosa reinterpretação, uma tentativa de rejuvenescimento do Direito Romano Clássico. Vamos dar abaixo alguns poucos exemplos a fim de que o leitor possa ter uma idéia das transformações sofridas pelas normas jurídicas.

1) Segundo um texto de Ulpiano citado no Digesto (*In orbe romano omnes qui sunt, ex constitutione imperatoris Antonini cives romani effecti sunt*) todos os habitantes do Império eram considerados cidadãos, de acordo com a famosa constituição de Caracala. Na verdade esse texto foi *interpolado* e exprime uma realidade existente na época de Justiniano, pois mesmo após Caracala existia entre os habitantes do Império a categoria de *peregrinos deditícios*, isto é, habitantes que não pertenciam a uma cidade aliada ou federada; eram vencidos que se entregaram (*se dederunt = dediticii*) à mercê dos vencedores que lhes aplicava o *ius gentium*. Um papiro descoberto no Egito prova que a Constituição de Caracala não tinha um caráter geral e que abria uma exceção exatamente para os deditícios. Na época de Justiniano o Direito não distingue mais entre cidadãos e peregrinos deditícios.

2) Na época do Direito Clássico encontramos certos modos de manumissão não reconhecidos pelo *ius civile*, como a manumissão *per epistulam* (por uma carta), *inter amicos* (na presença de amigos), etc. No Direito Justiniano esses tipos de manumissão possuem plena eficácia jurídica (Inst., I, 5, 1-2).

3) A novela 118 de Justiniano suprimiu a *agnatio* (o antigo parentesco civil) e desde então o Direito de Família passou a basear-se na *Cognatio* (parentesco de sangue).

4) O instituto do dote sofreu, sob Justiniano, importantes transformações. Assim, por exemplo, favoreceu a mulher ampliando os casos de restituição do dote na dissolução do casamento e garantindo essa restituição por uma *hipoteca geral* (530) e *privilegiada* (531) sobre os bens do marido.

5) O Direito Justiniano admite quatro espécies de divórcio: O Divórcio por *consentimento mútuo* foi admitido no Digesto, mas suprimido em uma Novela posterior e permitido novamente sob Justino II. O divórcio *bona gratia* é um repúdio justificado pelas circunstâncias: um cônjuge impõe a separação a outro por razões alheias à vontade deste, como, v.g., a esterilidade. O repúdio por *justa causa* (*ex iusta causa*). A lista das causas consideradas justas encontra-se na Novela 117. O repúdio sem *justa causa* (*sine iusta causa*).

6) O Direito Justinianeu admite dois tipos de adoção: a *adoptio plena* é a antiga adoção do Direito Clássico que coloca o adotado sob

a *patria potestas* do adotante; a *adoptio minus plena* é a adoção de tipo oriental, que só resulta em vantagens para o adotado: este adquire direitos de sucessão na família adotiva sem romper os laços com a família de origem.

— Eis aí alguns dos inúmeros exemplos que poderiam ser citados para ilustrar a diversidade e até mesmo a oposição entre o Direito Clássico Romano e o Direito do *Corpus Iuris*.

Justiniano proibira textualmente que se fizessem comentários ao Digesto, pois os mesmos degenerariam facilmente em perversões (*perversiones*) que só serviriam para gerar confusão. Só foram permitidas traduções, palavra por palavra, extratos (índices) dos textos e remissões a dispositivos relacionados com os títulos ou compilações.²³ Não obstante a severa penalidade que pesava sobre os transgressores, vários comentários foram feitos às compilações justinianas entre os quais merece ser citado o Índice-Comentário do Código, feito por Taleleu, notável jurisconsulto da época. Teófilo deixou em grego um comentário sobre as Institutas (em cuja confecção ele colaborara) chamado *Paráfrase de Teófilo*.

2. Período: Legislação dos Iconoclastas

As obras jurídicas posteriores a Justiniano possuem, em geral, a finalidade de facilitar o entendimento e a prática do conteúdo do *Corpus Iuris*. Com o correr do tempo a aplicação das normas jurídicas dessa compilação tornou-se cada vez mais difícil: «Por um lado, a língua latina, em que foram escritas as compilações e as novelas justinianas, ia sendo cada vez mais abandonada e esquecida, à proporção que os anos decorriam; por outro lado gerava não pequena perplexidade o mosaico dessas compilações, em que as normas antiquadas do direito clássico se mesclavam com as normas modernas do direito bizantino. Os subsídios doutrinários fornecidos pelos índices e paratítulos eram insuficientes para remover tais dificuldades».²⁴

Impunha-se pois uma codificação do Direito redigida em grego e que correspondesse às novas realidades do Império Bizantino. Coube a Leão III realizar a primeira codificação organizada por um imperador do Oriente após a morte de Justiniano. Assim é que em março de 726 foi publicada a *Ecloga legum compendiaría*, epitome de leis selecionadas, (*Ἐκλογή τῶν νόμων ἐν συντόμῳ γενομένη* = uma escolha de leis em resumo) cujo título completo indica as fontes de que se serviu a comissão escolhida pelo imperador: «Seleção abreviada de leis ordenada por Leão e Constantino, sábios e pios imperadores, de acordo com as Institutas, o Digesto, o Código, as Novelas do grande Justiniano e corrigida com intenções de mais ampla humanidade (em grego: εἰς τὸ φιλανθρωπότερον).

Na *Introdução* da *Ecloga*, Leão III e seu filho Constantino expõem as razões da obra, sublinhando que as obras de seus predecessores se encontravam dispersas em numerosos livros e o sentido das mesmas tornara-se de difícil compreensão especialmente para os habi-

tantes das províncias (que já não mais entendiam o latim). Mesmo as traduções e comentários gregos das compilações justinianas só estavam ao alcance de um pequeno número de inteligências. Ainda na Introdução da *Écloga* encontramos exortações aos juizes para que refreiem em si todas as paixões humanas, tomem decisões justas resultantes de um raciocínio claro, evitem desprezar os pobres e deixar impunes os poderosos e se abstenham de receber recompensas. Os funcionários da justiça devem receber seus salários da tesouraria imperial a fim de que não vendam a justiça por dinheiro, segundo a palavra do profeta Amós (2,6).

Qual a relação entre a *Écloga* e as compilações de Justiniano? Observe-se preliminarmente que essas últimas não foram consultadas pela comissão em seus textos originais, mas em traduções ou paráfrases gregas tais como a *Paráfrase* de Teófilo. Além disso deve-se notar que a *Écloga* difere em muitos aspectos do Direito Justiniano que, não raro, foi profundamente derogado sob uma dupla influência: a do direito consuetudinário e a do direito eclesiástico. A primeira se faz sentir, por exemplo, no direito penal. Com efeito a *Écloga* acolhe penas que nos parecem demasiado cruéis, tais como a ablação da língua, a mutilação do nariz ou das mãos e até mesmo o vasamento de olhos. E' evidente aqui a contribuição da mentalidade oriental que, aliás, se faz sentir em outros aspectos da História Bizantina do séc. VII.

Vasíliev²⁸ observa, contudo, que essas penas «não nos autorizam a considerar a *Écloga* como uma lei bárbara, porque na maioria dos casos tais castigos estão destinados a substituir a pena de morte». O mesmo autor chama a atenção para o fato de que a *Écloga* prescrevia castigos iguais para todos, quer fossem poderosos ou humildes, ricos ou pobres. A influência cristã percebe-se na legislação referente ao matrimônio. E' curioso também registrar que a *Écloga* faz frequentes referências à Sagrada Escritura com a finalidade de confirmar diversos princípios jurídicos. A *Écloga* se subdivide em dezoito títulos que tratam principalmente de matéria de direito privado: esponsais, casamento, doação, sucessão, legados, tutela, manumissão, contratos, etc. Só um título é dedicado ao direito penal.

A codificação de Leão III substituiu as Institutas de Justiniano como Manual de ensino do Direito durante os séculos VIII e IX até o advento da dinastia macedônica. O prestígio de que desfrutou no Império Grego foi devido, sobretudo, às suas qualidades de concisão e clareza que a tornaram acessíveis a todos.

Atribuem-se ainda aos imperadores iconoclastas a promulgação de três códigos: o *Código Rural* ou Direito do Agricultor (νόμος γεωργικός), o *Código Náutico Rodense* (νόμος ροδίων ναυτικός) e o *Código Militar* (νόμος στρατιωτικός). Na realidade não sabemos com exatidão a data dessas obras legislativas.

O *Código Rural* foi caracterizado por Zacarias von Lingenthal, o eminente especialista em direito bizantino do século passado, como um código de polícia rural (*eine ländliche Polizeiordnung*).

Esse pequeno manual de direito agrário é uma coletânea feita por um jurista particular, de uma série de disposições concernentes às relações entre os camponeses e os múltiplos incidentes da vida rural. Em seus oitenta e cinco títulos trata-se das diversas modalidades de roubo nos bosques, nos campos, etc., de violações de propriedades, de negligência de pastores, de danos causados por animais ou em animais, etc. E' inegável que o quadro rural pintado pelo Código deve corresponder a um período bem determinado da História Bizantina. E' muito significativa a ausência de qualquer alusão ao colonato ou à servidão.

O mais recente editor, tradutor e investigador do Código Rural foi o erudito britânico W. Ashburner, que baseou sua publicação sobre sete dos mais antigos manuscritos.

Note-se que segundo Ashburner (reforçando a opinião de Zacarias) o estilo autoritário do Código sugeriria a obra de uma autoridade legislativa.

O *Código Náutico* é uma coleção de disposições concernentes à disciplina de navios e aos principais contratos aplicáveis ao comércio marítimo. Segundo Ashburner, essas leis navais teriam sido compostas por um autor particular entre os anos 600 e 800. A edição crítica do estudioso britânico se baseia em cerca de trinta manuscritos antigos. Ao que parece, o Código tal como o conhecemos atualmente é o resultado de uma compilação de materiais e de época bem diferente.

O *Código Militar* compõe-se de extratos de paráfrases gregas do Digesto e do Código de Justiniano, da *Écloga* e de outras fontes.²² Encontram-se aí severíssimas normas disciplinares, o que talvez sugira como época da redação o reinado de Leão III em cujo exército se estabeleceu uma rigorosa disciplina.

3. Terceiro período: legislação dos macedônios.²³

O reinado da dinastia macedônica assinala uma grande atividade de caráter legislativo. Basílio I pretendia elaborar um Código Geral do Direito Bizantino no qual se adaptasse e completasse a obra realizada por Justiniano. Note-se que o *Corpus Iuris* era estudado em compêndios gregos, em exposições, extratos e comentários do texto original latino. Tais obras evidentemente nem sempre reproduziam com fidelidade o conteúdo dos textos originais. Basílio pretendia fazer uma verdadeira purificação das antigas leis (*ἀνακάθαρσις τῶν παλαιῶν νόμων*). Inicialmente o basileu publicou um *Manual de Leis* (*ὁ πρόχειρος νόμος*) com a finalidade de pôr ao alcance dos estudiosos do Direito uma breve exposição da legislação que regia o Império. No proêmio as leis vigentes são apresentadas como regras que estabelecem a justiça, «única coisa que, segundo Salomão, exalta uma nação». A *Écloga* de Leão e Constantino é considerada, no *Prokeiros*, como compêndio subversivo

de leis más e inúteis para o Império. O *Prokeiros* está dividido em quarenta títulos. Seu conteúdo principal versa sobre Direito Civil. Encontra-se, entretanto, nesse manual uma relação das penas aplicáveis às diversas espécies de crimes. Nos primeiros vinte e um títulos a principal fonte utilizada foram as *Institutas* de Justiniano consultadas preferencialmente em suas versões gregas revisadas e abreviadas.

Apesar da condenação da *Écloga* dos isáuricos, esta foi amplamente empregada como fonte, especialmente nos últimos dezenove títulos.

Nos últimos anos do reinado de Basílio I foi redigido um segundo Manual intitulado *Epanagogé* (ἡ Ἐπαναγωγή) ou Introdução que, de acordo com seu prefácio, deveria ser uma introdução a uma coleção completa do direito puro e sem mistura, dividida em quarenta livros. Esta coleção seria a obra-prima da atividade legislativa de Basílio.

A *Epanagogé* tem dado margem a algumas dúvidas entre os especialistas. Assim, por exemplo, o grande Zacarias levantou a questão sobre se esse Manual teria sido considerado desde logo como um código oficialmente promulgado ou simplesmente como um projeto de nova edição do *Prokeiros*. Alguns autores consideram realmente a *Epanagogé* uma segunda edição do primeiro manual em virtude da reprodução quase literal do conteúdo de Direito Privado do *Prokeiros*. Na realidade existem algumas diferenças marcantes entre os dois manuais: «A *Epanagogé* difere muito do *Prokeiros*. Em sua primeira parte contém capítulos inteiramente novos e muito interessantes sobre a autoridade imperial, o poder do patriarca e as prerrogativas dos demais funcionários civis e religiosos. Encontramos nessa parte um quadro muito claro da estrutura política e social do Império e das relações da Igreja e do Estado. Além disso, os materiais que na *Epanagogé* se tomam do *Prokeiros* estão dispostos de um modo novo. E' quase certo que o patriarca Fócio colaborou na composição da *Epanagogé*. Sua influência se nota particularmente clara na definição das relações do poder imperial com o poder do patriarca e na solução dada ao problema da hierarquia do patriarcado ecumênico da Nova Roma a respeito dos demais patriarcas que não devem ser considerados senão «hierarcas» locais. Como o *Prokeiros*, a *Epanagogé* ataca, em sua introdução, a *Écloga* dos imperadores iconoclastas...»²⁸

Concluamos sobre a obra legislativa de Basílio I, fazendo quatro observações:

1) O traço marcante dessa obra é a preocupação em reviver o Direito Justiniano. Basílio deu ao Direito Romano «uma nova vida, adaptando-o, com adições apropriadas, às novas circunstâncias da vida social e econômica».²⁹

2) Apesar da condenação da *Écloga* isáurica, esta continuou ainda bem viva nas compilações macedônicas.

3) As reformas macedônicas marcam uma fase vitoriosa das tendências conservadoras na luta constante entre a doutrina e a prática, luta essa que caracteriza toda a História do Direito Bizantino.³⁰

4) A obra legislativa de Basílio preparou a monumental realização de seu filho Leão VI, o filósofo.

— Esse último incumbiu uma comissão de juristas de redigirem as famosas *Basílicas* (τὰ βασιλικά). Note-se que esse nome, segundo alguns, teria sido dado à Compilação em memória de Basílio I que havia preparado o material para a obra. Segundo outros o nome derivaria simplesmente do vocábulo *basileus* (imperador, rei) e significaria que as leis contidas na compilação seriam imperiais. Parece-nos que a segunda explicação é a mais provável.

As *Basílicas* constituem o mais completo monumento do Direito Bizantino ou greco-romano. Os sessenta livros dessa codificação estavam divididos em títulos. Seu conteúdo restabelecia a obra legislativa de Justiniano, deixando de lado leis em desuso ou sem aplicação prática em virtude das alterações da condição de vida.

Sua publicação (provavelmente entre 886 e 892) «teve em mira fundir num código único toda a legislação justinianéia em vigor, ordenando sob os mesmos títulos as disposições simétricas esparsas no Digesto, nas Institutas, no Código e nas Novelas. Não se fez, porém, uma tradução direta dos textos romanos: foram aproveitadas as traduções dos índices antigos, concernentes ao Digesto e ao Código; quanto às Institutas, utilizou-se a Paráfrase de Teófilo, e, quanto às Novelas, a coleção grega e o Epítome de Teodoro».²¹

Infelizmente não possuímos um manuscrito completo das *Basílicas*. Existem diversos manuscritos que possibilitam a reconstituição de cerca de dois terços dessa compilação. Uma obra do século XII, o *Tipuceito* (τυπούκειτος) atribuído ao jurista Patzus, dá um índice das matérias contidas nas *Basílicas*, fornece os epígrafes correspondentes e indica os capítulos mais importantes de cada título. Através do *Tipuceito* (note-se que, em grego, esse vocábulo pode ser decomposto em três palavras que se traduzem: onde se acha?) podemos pois preencher algumas lacunas que nos apresentam os manuscritos referentes às *Basílicas*.

Cabe aqui uma observação importante sobre a reabilitação do Direito justiniano. Esse reavivamento, embora acompanhado de uma adaptação, não deixou, contudo, de revestir-se de um certo artificialismo. É o que se depreende da vigência de numerosas partes da *Écloga* mesmo depois da publicação das *Basílicas*.

A propósito observa Ménager:²² «O eclipse que a obra monumental de Leão, o Sábio, fez ao prestígio da *Écloga*, não foi talvez senão aparente; em todo o caso foi de curta duração. Pois como explicar essa floração de recensões dos *Enchiridia Isáuricos* e *Macedônicos* compostos no século X? Tudo se passa, com efeito, na tradição manuscrita dos tratados jurídicos bizantinos como se as *Basílicas* não tivessem sido mais que um brilhante fogo de artifício cujas luzes teriam passado muito alto sobre as cabeças das gerações posteriores. A acolhida feita ao Prokeiros e à Epanagogé pelos modestos práticos

da província foi certamente muito cálida, sem contudo apagar a lembrança do manual de Leão III».

Após a promulgação das Basílicas, não conhecemos nenhuma outra codificação oficial efetuada em Bizâncio.

— Parece pertencer ao reinado de Leão VI o *Livro de Eparca* ou do *Prefeito* publicado pelo erudito russo Nicol em fins do século XIX. Essa obra possui notável importância histórica, pois trata da jurisdição do Prefeito de Constantinopla sobre as corporações de negociantes e artesões da capital.

— Da época dos imperadores macedônicos vamos registrar ainda as seguintes novelas relacionadas com a luta que esses soberanos, pelo menos a partir de Romano Lecapeno até a morte de Basílio II (1025), sustentaram contra os grandes proprietários de terra. Em 922 Romano publicou uma Novela que protegia o pequeno proprietário e as propriedades militares. Nenhum poderoso poderia, sob qualquer título, adquirir propriedades dos pobres. Toda a propriedade militar alienada nos últimos trinta anos deveria ser devolvida a seus antigos donos.

Em 934 uma outra Novela combatia os latifúndios e a absorção das pequenas propriedades pelos mesmos. Em 996 uma novela de Basílio II aboliu a prescrição de quarenta anos que assegurava o direito dos poderosos que se haviam apropriado ilegalmente dos bens de camponeses e procurado, ou com presentes ou com seu poder, adquirir a propriedade definitiva do que haviam tomado por meios ilícitos.

No século XI as novelas contra os latifundiários caem em desuso em virtude da radical transformação da política interna dos soberanos que passaram a proteger os grandes proprietários.

Leão, o Filósofo, promulgou cerca de 113 Novelas sobre direito público, privado e eclesiástico.

Constantino Porfirogêneto publicou nova edição das Basílicas e é provável que o nome dessa compilação date dessa época.

Convém notar que o texto das Basílicas, «à semelhança dos manuscritos da Bíblia e das edições glosadas do *Corpus Iuris*, é ilustrado por anotações chamadas escólios, de que há duas séries: uns são escólios antigos que reproduzem comentários de jurisconsultos contemporâneos de Justiniano e foram acrescentados ao texto, de ordem imperial, no século X, tendo, portanto, força de lei; os outros foram ajuntados depois, entre esse século e o século XII, por particulares, aos manuscritos que possuíam. Considerável é a utilidade das Basílicas e sobretudo dos escólios antigos, já porque fornecem preciosos subsídios para fixar, corrigir e suprir em suas lacunas o texto da legislação justiniana, já porque auxiliam bastas vezes a descobrir as interpolações e os critérios que as inspiraram».

— Em 920 foi publicada a *Epitome das leis* (*Ἐπιτομή τῶν νόμων*), obra de um jurisconsulto particular que se inspirou na *Epanagogé*, no

Prokeiros, em textos justinianos, nas *Basílicas* e nas *Novelas de Leão*, o Filósofo. Essa obra é bem o sinal da decadência jurídica de Bizâncio.

Quarto período: decadência.

Após a época dos soberanos macedônios, a ciência jurídica entra em plena decadência. Limitar-nos-emos a enumerar aqui as obras de direito mais conhecidas.

Da segunda metade do século XI temos a *Synopsis* de Miguel Ataliota. Esse tratado jurídico, que é um extrato sucinto e metódico das *Basílicas*, alcançou grande popularidade. Da mesma época é a *Synopsis* das leis de Pselos dedicada a seu discípulo, o futuro imperador Miguel Ducas.

No século XI temos a *Epanagoge aucta*, uma remodelação com acréscimos da *Epanagoge*. No século XIII temos uma *Synopsis minor*, extrato da *Sinopse das Basílicas* (composta no século X por autor desconhecido) e da *Synopsis* de Ataliota.

Por volta de 1300 temos uma edição aumentada do *Prokeiros*.

Sob o reinado dos Paleólogos foi elaborada a última obra jurídica de Bizâncio: o *Hexábiblos* (ἑξάβιβλος = seis livros) ou *Prontuário*. Essa compilação compreende o direito civil e criminal e possui ainda suplementos, como, v.g., o Código Rural. Entre as fontes compulsadas pelo autor do *Hexábiblos*, o jurista e juiz de Tessalonica Constantino Harmenópulos, figuram o *Prokeiros*, as *Basílicas*, as *Novelas*, a *Écloga*, a *Epanagoge*, etc... O que empresta à obra de Harmenópulos especial relevo para estudo do Direito Romano é o fato de que o mesmo utilizou diversas fontes em suas redações mais antigas que não continham as adições e modificações feitas pelos jurisconsultos de Justiniano. «De modo que o *Hexábiblos* pode ser precioso auxiliar para o estudo crítico das fontes do Código de Justiniano, do conteúdo primitivo dos textos modificados e dos vestígios do Direito Romano Clássico nos monumentos jurídicos de Bizâncio».³⁴

Essa obra pode ser considerada a última expressão da tendência simplificadora do direito romano-helênico «e constitui o mais seguro repertório desse direito».³⁵

2. A Justiça

Expostas de maneira sumária as grandes linhas da História externa do Direito Bizantino, passamos a registrar algumas observações sobre a organização judiciária do Império do Oriente. Convém desde logo assinalar que, como na Roma Imperial, o imperador era o juiz supremo em nome do qual e de acordo com o qual se fazia justiça. Ainda dentro do espírito da Doutrina Romana «todo o magistrado exerce uma jurisdição, todo chefe de serviço preside uma corte cuja competência se estende aos litígios administrativos, aos assuntos correcio-

nais e criminais. Os termos de *judex*, κριτής, são empregados sem cessar para designar os governadores de províncias».³⁰

Para facilitar essa breve exposição da organização judiciária e de seu funcionamento, vamos dividi-la de acordo com as principais transformações sofridas através dos séculos.³¹

Iº Período (séc. V ao VII)

Justiniano mostrou interesse especial pela boa aplicação da justiça. Como juiz supremo, o imperador podia distribuir justiça de duas maneiras: quer por meio de julgamento de processos no Conselho, quer por meio de rescritos que respondiam a consultas de particulares ou de magistrados. O *Consistorium Principis* recebia apelações de todos os tribunais do Império e delegava, nas províncias, legistas ou altos funcionários com a missão de julgar determinados processos. No tribunal imperial o cargo mais importante abaixo do próprio imperador era o de Questor. — As partes interessadas dirigiam ao tribunal imperial uma *supplicatio* pedindo um julgamento ou um *rescrito* do soberano. Constituições imperiais regulamentavam os recursos à suprema instância a fim de se evitarem os inevitáveis abusos.

Os principais chefes de serviço exerciam jurisdição sobre o pessoal subordinado. De suas decisões não cabiam recursos.

Justiniano criou tribunais de apelação que se situavam entre as cortes de justiça dos governadores das províncias e as dos Prefeitos do Pretório e do Questor. Os governadores de província proferiam sentenças no cível e no crime solenemente no pretório, cercados de seus assessores (*consilarii*).

A criação dos exarcados de Ravena e de Cartago deu a seus titulares importantes atribuições judiciárias acarretando a extinção dos cargos de Prefeito do Pretório.

O que se depreende da legislação do século VI «é o cuidado com que os imperadores, em particular Justiniano, procuraram tornar o exercício da justiça regular e não escolher para juízes senão juristas de competência e integridade comprovadas. Os mais notáveis juízes saíam do corpo de advogados».³²

Note-se que os advogados usufruíam então de boa situação econômica e social. Para o exercício da advocacia exigiam-se, no tempo de Justiniano, cinco anos de estudo de direito. Os causídicos não podiam exercer outra profissão e usavam como insígnia a toga.

IIº Período: De Heráclio aos Comnenos

Como o leitor já observou no capítulo sobre a estrutura político-administrativa, esse período está marcado por profundas transformações das instituições que se refletem evidentemente na organização judiciária. A escassez das fontes, entretanto, não favorece o estudo da mesma.

O imperador continua evidentemente como juiz supremo e, se dermos crédito a certas anedotas contidas em crônicas contemporâneas, passa a distribuir justiça pessoal e sumariamente à imitação dos califas. Fato digno de nota é o importante papel do eparca de Constantinopla na organização judiciária: torna-se, de acordo com a Écloga, o primeiro juiz do Império. O mesmo código menciona o *Quaesitor* (κοάιστωρ) criado por Justiniano e cujas atribuições foram ampliadas: podia até mesmo citar os governadores de província perante o imperador. — Os soberanos da dinastia macedônica procederam a uma reorganização do aparelho judiciário como complemento à obra legislativa realizada. Basílio I procurou escolher juizes competentes, íntegros e independentes na prolação de suas sentenças. Para os pobres foi organizada uma assistência judiciária especial que lhes possibilitasse reagir contra a opressão dos poderosos. Leão VI exigiu que os juizes ao ingressarem na carreira e no início de cada processo fizessem o juramento de preferir a verdade à mentira.

O antigo *Consistorium Principis* transformara-se no *tribunal imperial* (βασιλικὸν κριτήριον) que conhecia as apelações procedentes de todo o Império e julgava em primeira instância os crimes de alta traição. As apelações à mais alta corte se processavam de três modos diferentes:

1) Após um julgamento provisório, processava-se por ato de um funcionário.

2) Por uma apelação propriamente dita, quando o processo já fora julgado definitivamente em primeira instância.

3) Por uma súplica entregue a um funcionário, sem que tivesse havido julgamento prévio.

No século IX aparecem jurisdições novas que ultrapassam os limites da capital. Assim, por exemplo, o já citado *Quaesitor* de Justiniano recebe o antigo título de Quaestor (κοάιστωρ) e tem suas funções ampliadas, herdando as atribuições dos antigos pretores urbanos. Estão-lhe afetos os casos referentes a sucessões, testamentos, assuntos matrimoniais, etc. Essas atribuições adquirem ainda maior extensão no século XI.

Os *juizes do Véu* (o nome provinha da cortina suspensa na sala do trono) possuíam jurisdição sobre os casos relativos ao protocolo.

Os *juizes do Hipódromo* (funcionavam sob os pórticos do Circo) julgavam os processos de direito comum surgidos entre os palatinos (dignitários, funcionários e até mesmo marinheiros da frota particular do imperador). No século XI cabia a esses juizes decidir se as apelações ao imperador deveriam ou não ser recebidas.

Como a criação dos temas, a justiça das províncias sofre uma nova organização. A jurisdição criminal estava reservada ao estratega. A jurisdição civil era exercida pelo pretor que, entretanto, integrava o *officium* do estratega e a este se subordinava. O pretor tomava co-

nhecimento de processos de direito comum ou administrativo e podia corresponder-se diretamente com o imperador. Os advogados e notários formavam duas corporações distintas e desempenhavam papel relevante no funcionamento da organização judiciária.

IIIº Período: A Justiça sob os Comnenos

Em 1166 Manuel I realizou importante reforma judiciária visando a tornar mais fácil a tramitação dos processos. Essa reforma atingiu principalmente a justiça da capital. Encontramos aí tribunais formando quatro secções, cada uma das quais com um presidente e assessores.

O *grande drongário da Vigília*, chefe do corpo da guarda exterior do palácio e com jurisdição sobre a segurança palatina, passou, no século XII, a ser um juiz ordinário competente em matéria atinente ao cível.

O *presidente dos tribunais públicos* possuía competência em matéria correcional e criminal.

O *protoascretis*, chefe da chancelaria imperial, e o *dikaiodótes* presidiam secções civis.³⁹

Manuel procurou restringir os casos afetos ao tribunal imperial a fim de impedir que o mesmo se visse impedido de funcionar em virtude do acúmulo de processos que poderiam ter plena solução em instâncias inferiores. O imperador já proibira o encaminhamento de um processo à corte mais alta por meio da súplica e considerava sem validade todo o rescrito que impedisse um juiz de prosseguir no processamento de uma causa.

Assim é que no cível o tribunal imperial só funcionaria como corte de apelação para revisão de uma sentença que houvesse sido proferida em primeira instância. O mesmo tribunal poderia também tomar conhecimento da consulta de um magistrado ao imperador em questão de direito. No crime o tribunal imperial continuava a julgar em primeira instância.

Deve ser mencionada também a designação de tribunais especiais para o julgamento de processos em que figuravam entre as partes súditos do Império e estrangeiros. Essa jurisdição especial teve sua causa no estabelecimento de colônias italianas no Império.

IVº Período: A Justiça sob os Paleólogos

A tomada de Constantinopla pelos cruzados em 1204 teve evidentemente funestas conseqüências para a organização judiciária. Não dispomos de muitas fontes para sabermos como a mesma funcionou no império de Nicéia. Restaurada a sede do governo em Constantinopla, restabelecem-se as quatro secções da época dos Comnenos bem como o tribunal imperial. Note-se que nas províncias, no século XIV, as causas cíveis são freqüentes confiadas ao julgamento de altos dignitários e até mesmo de bispos, cujos tribunais gozam de grande prestígio.

Andronico II tentou uma reforma da justiça substituindo o antigo tribunal do Hipódromo por uma corte de doze juizes escolhidos entre bispos e outros personagens de categoria. O mesmo imperador criou novos juizes dos quais exigiu o juramento de fazer justiça imparcial sem acepção de pessoa.

A guerra civil entre Andronico II e seu neto viria prejudicar a reforma judiciária.

Andronico III promoveu uma reforma radical. Substituiu o tribunal imperial e os quatro antigos tribunais de Constantinopla, criando uma corte composta de quatro jurisconsultos designados como «juizes universais dos Romanos». Cabia a esses magistrados julgar todas as causas de Constantinopla e os recursos provenientes dos tribunais provinciais. As sentenças dessa nova corte eram irrecorríveis. E' interessante notar que esses juizes eram itinerantes. Percorriam as províncias e aí deviam ser alvo do mais profundo respeito por parte do funcionalismo civil e militar. Como fosse humanamente impossível a esses quatro juizes tomar conhecimento de todas as causas do Império, criaram-se nas províncias grupos de quatro juizes subordinados ao grupo central de Constantinopla. Além dessa centralização judicial deve-se sublinhar outro importantíssimo aspecto da reforma de Andronico III: a participação de eclesiásticos nos tribunais leigos. Podemos avaliar a consequência dessa participação quando consideramos que, após a queda de Constantinopla, o sultão Maomé II atribuiu ao patriarca Genádios jurisdição civil sobre a nação grega. Tal fato só foi possível graças à longa prática judiciária dos eclesiásticos nos tribunais leigos, em virtude da organização estabelecida por Andronico III.

¹ Matos Peixoto, Curso, p.158.

² Giffard, Précis, p.23.

³ Os autores não estão acordes quanto às datas.

⁴ Matos Peixoto, Curso, p.131.

⁵ Giffard, Précis, p.68.

⁶ Matos Peixoto, Curso, p.133.

⁷ Runciman, A Civilização, p.62.

⁸ Baynes, El Imperio, p.156.

⁹ Consultar a propósito Matos Peixoto, Curso, p.136.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Idem, ibidem, p. 137.

¹² Giffard, Précis, p.75.

¹³ Idem, ibidem, p.76.

¹⁴ Idem, ibidem, p.77.

¹⁵ Idem, ibidem, p.80.

¹⁶ Idem, ibidem, p.80.

¹⁷ Citado em Margadant, El significado, pp. 16-17.

¹⁸ Margadant, El significado, p.17.

¹⁹ Idem, ibidem, p.16.

²⁰ Baynes, El Imperio, p.156.

²¹ Idem, ibidem, p.158.

²² Zulueta, La Ciencia del Derecho en "El legado de Roma", p.241.

²³ Matos Peixoto, Curso, p.139.

²⁴ Idem, ibidem, p.159.

²⁵ Vasiliev, I, p.305.

²⁶ Idem, ibidem, p.312.

²⁷ Nossa principal fonte, nesse item, é Vasiliev, I, pp.417 ss e o excelente estudo de Ménager, Notes sur les codifications byzantines et l'Occident.

²⁸ Vasiliev, I, p.420.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ Ménager, Notes, p.247.

³¹ Matos Peixoto, Curso, p.160.

³² Ménager, Notes, p.247.

³³ Matos Peixoto, Curso, p.161.

³⁴ Vasiliev, II, p.355.

³⁵ Matos Peixoto, Curso, p.162.

³⁶ Bréhier, Le Monde, II, p.219.

³⁷ Seguiremos a divisão adotada por Bréhier.

³⁸ Idem, ibidem, p.223.

³⁹ Idem, ibidem, p.232.

CAPÍTULO XIII

As Artes

COMO outros aspectos da Civilização Bizantina, as realizações artísticas do Império do Oriente foram mal conhecidas, mal interpretadas ou simplesmente ignoradas durante séculos.

Estava enraizada a idéia de que a arte bizantina se revestia de um caráter de monotonia, de rigidez, de uniformidade e de imobilidade hierática, incapaz de evolução e renovação. Só com o alargamento dos horizontes dos estudos históricos e num movimento semelhante ao que reabilitou a Idade Média, processou-se também a reabilitação da Civilização Bizantina, em geral, e de sua arte em especial.

Essa arte foi antes de tudo uma arte viva «e, como todas as coisas vivas, conheceu épocas de grandeza e de decadência, evoluindo, transformando-se. No século VI, teve sua primeira idade de ouro; depois, passada a crise que assinala a época dos imperadores iconoclastas, sobretudo sob influência da Antiguidade, essa arte conheceu, nos séculos X e XI, uma segunda idade de ouro, não menos brilhante que a primeira, mas de aspecto bastante diverso; e, enfim, nos séculos XIV e XV houve uma última e magnífica renascença, em que se mostrou quase que completamente renovada e transformada».¹

No presente capítulo vamos estudar preliminarmente as origens, a evolução e os traços característicos gerais da Arte bizantina. Em seguida, focalizaremos em particular cada um dos principais ramos dessa arte.

1. Origens e evolução

O triunfo do Cristianismo no século IV aponta novos rumos para a arte cristã que florescera nas catacumbas. Em todo o Império elevam-se suntuosos templos cujos interiores se cobrem de rica decoração de mosaicos em que se repetem os motivos ornamentais já encontrados no período anterior. Tais motivos são substituídos, a partir do fim do século IV, por outros que buscam inspiração em cenas bíblicas, vidas de santos e mártires. A arte sacra possui, então, a finalidade de instruir e edificar os fiéis. Percebe-se, claramente, a influência marcante na evolução da arte dos grandes problemas dogmáticos debatidos e definidos nos primeiros concílios ecumênicos.

Constantinopla, capital política do Império, vai-se tornando a capital da vida artística que passa a sofrer uma influência decisiva do Oriente. Convém chamar a atenção, aqui, para a contribuição da Velha Roma à evolução artística de Bizâncio. Como observa Diehl² «seria pueril acreditar que Roma não exerceu sobre ela nenhuma influência». O que se deve, entretanto, evitar é o exagero de considerar a arte bizantina como mera continuação da arte romana. O que possivelmente se pode apontar como uma influência direta da arte romana em Bizâncio situa-se no terreno da arquitetura urbana. Mas a grande contribuição para as origens e evolução da arte bizantina provém do Oriente. E aqui convém, desde logo, distinguir duas áreas: uma em que predominou o helenismo, outra constituída por populações fundamentalmente orientais, cuja civilização resistiu à penetração helenística, mas que sofreu profundamente influências iranianas e semíticas.

Se quisermos determinar cronologicamente a época em que se originou a arte bizantina, devemos escolher os séculos que medeiam entre Constantino e Justiniano. Encontramos aí os três elementos que em maior ou menor escala, conforme o evoluir dos acontecimentos, vão contribuir para a síntese artística bizantina: Cristianismo, Helenismo e Orientalismo.

E' sobretudo em Constantinopla que se opera essa síntese. Como centro político, comercial, industrial e religioso para aí convergem as influências dos mais remotos e diferentes pontos do Império: do Norte da África, da Anatólia, do Irã, dos Balcãs, do Ocidente. «Constantinopla escolhe, ordena, harmoniza. Por seu passado, pela geografia, pela própria língua de seus habitantes, ela era uma cidade grega, e é a ela que a arte cristã do Oriente deverá em breve o que conserva ainda do helenismo, com um certo espírito de medida que tempera os excessos da arte provincial ou oriental. Constantinopla adota a cúpula iraniana e dela faz o elemento essencial da nova arquitetura, mas recusa a basílica abobadada do planalto anatólico. Ela toma do Oriente suas técnicas, a decoração policrômica, os elementos da iconografia, o estilo histórico e monumental: mas conserva no ornamento e nas figuras uma elegância e uma dignidade em que se vê um último reflexo do espírito antigo».³

No reinado de Justiniano a Arte Bizantina atinge um de seus pontos mais altos. Aparece então como verdadeira *arte imperial*, traduzindo as idéias de autoridade e de unidade que presidem a política justiniana. E' a expressão da grandeza e do prestígio de um reinado que parece ter quase restaurado em sua prisca magnitude o Império de Roma.

No século VII os acontecimentos perturbadores da política externa e interna rebaixam consideravelmente o nível das atividades artísticas.

Na época da heresia iconoclástica a atividade artística apresenta múltiplas características: a destruição de importantes obras do passado, a substituição dos antigos elementos de decoração por motivos ex-

traídos do mundo vegetal, animal, por pinturas de caráter profano ou histórico ou ainda por novos elementos puramente ornamentais.⁴ Percebe-se, então, a nítida influência da antiga tradição alexandrina e, sobretudo, das grandes realizações dos califas de Bagdá.

O triunfo dos iconófilos vai emprestar às produções artísticas um caráter profundamente teológico e oriental em virtude da influência predominante dos mosteiros. Pode-se dizer que a arte bizantina se transforma então em verdadeira arte da ortodoxia e é como tal que ela vai atingir, sob a dinastia dos Macedônios e dos Comnenos, um elevado nível.

Uma análise das obras artísticas dessa época revela-nos duas tendências distintas: «A grande arte oficial e aristocrática, fiel às técnicas de luxo, testemunhando um gosto vivo pela antiguidade grega e acolhendo de boa mente os temas profanos que os iconoclastas haviam posto em relevo; a arte da Igreja, de espírito monástico, de inspiração oriental, que tende a fixar uma vez por todas, e em função do dogma, a arte religiosa. A partir dos Comnenos é a Igreja que leva a melhor».⁵

No século XII o prestígio da arte bizantina pode ser avaliado pela extensão de sua influência: Veneza, Itália Meridional, Sicília normanda, Rússia dos príncipes de Kiev, Bulgária e Sérvia.⁶

A tomada de Constantinopla pelos cruzados teve funestas consequências sobre os tesouros artísticos de Constantinopla. No século XIV, entretanto, sob os Paleólogos, produz-se um verdadeiro renascimento artístico que marca a última grande época da Arte Bizantina. Percebe-se, então, a nítida influência da decadência política do Império. Nas atividades artísticas já não predominam tanto as idéias de grandeza e de dominação: surge um novo estilo mais livre, mais natural, «mais acessível ao sentimento e mesmo ao patético». Tais características encontrariam sua inspiração num nostálgico sentimento de patriotismo e numa exaltação do misticismo.⁷

2. Traços característicos.

Expostas sumariamente as origens e a evolução histórica da Arte Bizantina, tentemos, agora, apontar-lhes os traços característicos fundamentais que, naturalmente, encontram sua explicação no desenrolar dos eventos históricos.

Arte Religiosa — A primeira característica da Arte bizantina é a sua inspiração religiosa. Explica-se essa influência facilmente se considerarmos que o triunfo do Cristianismo coincidiu praticamente com a fundação de Constantinopla e o conseqüente desenvolvimento de um novo estado em que a religião cristã iria desempenhar papel preponderante. Na religiosidade é que encontramos um dos aspectos mais originais da arte bizantina que teve o grande mérito de «haver dado ao cristianismo sua expressão artística própria».⁸ A Igreja soube aprovei-

tar-se da arte para transmitir as verdades sublimes da fé, falando aos homens, e procurando complementar a doutrina transmitida pela palavra, com uma representação visual correspondente. Assim é que os mosaicos e os afrescos que se encontram nos templos bizantinos não têm por finalidade constituir um espetáculo para os olhos: «São a expressão da fé ou do dogma, o comentário das palavras pronunciadas do alto do púlpito, ou da liturgia que se desenrola no altar».

Arte impessoal — A preocupação de fazer obra de caráter essencialmente religioso teve como resultado, em Bizâncio, apagar qualquer preocupação de ordem pessoal no trabalho do artista. A ambição deste, com efeito, não é levar à sua obra algo de novo, mas, ao contrário, reproduzir humildemente um tipo já impregnado com o sentido do divino.¹⁰

Arte tradicional — O tradicionalismo da arte bizantina está intimamente relacionado com sua inspiração religiosa. Esse tradicionalismo é visível sobretudo na reprodução dos ícones, figuras sagradas, na qual o artista se preocupava em seguir traço por traço o modelo, o protótipo. Evidentemente esse apego à tradição dava à produção artística um inevitável cunho de monotonia.

Arte imperial — Diehl¹¹ acentua esta característica da arte bizantina: «Mas, ao lado dessa arte religiosa, há a profana, que se dedicou a representar os retratos dos soberanos, as grandes cenas da História, os episódios famosos da mitologia, e que teve lugar de destaque na decoração dos palácios imperiais, entre os séculos X e XII. Sem dúvida os monumentos dessa arte chegaram até nós mais raramente, e talvez não os conheçamos mais a não ser por alguns mosaicos famosos, como os de São Vital, e pelas miniaturas dos manuscritos. Mas é um fato essencial a assinalar a existência, ao lado da arte religiosa, dessa arte imperial e profana, que, pouco a pouco, lhe cedeu o lugar, mas que não mostra menos a variedade de inspiração da arte bizantina».

Arte Oriental — Pôr a arte a serviço de Deus e do príncipe, eis o que já por si só seria suficiente para caracterizar a arte bizantina como oriental.¹² O orientalismo reflete-se também na técnica e nas formas das produções artísticas de Bizâncio. E' sob a influência oriental que os artistas bizantinos substituem a forma modelada no espaço pelo desenho liso colorido. Enquanto os gregos emprestavam grande valor à forma como critério de beleza, os bizantinos apreciavam sobretudo o luxo e a abundância da decoração. A policromia dessa ornamentação revela bem um gosto oriental.

Arte transcendental — O transcendentalismo da arte bizantina transpõe a representação do corpo humano que, ao contrário do que acontecia com os gregos, não desperta interesse por si mesmo e sim como «a moradia de um pensamento ou de uma fé». «Arte essencialmente espiritual, que se preocupa com o divino e com o eterno, não com o terrestre e com o transitório; com o geral, não com o individual; cuja grandeza está nesse esforço místico para ultrapassar a humanidade,

para apreender pelo espírito uma verdade mais elevada e nela absorver-se com uma humilde submissão». ¹³

Arte grega — As técnicas, a iconografia, o espírito que preside a produção artística, a própria concepção do que seja uma obra de arte constituem elementos que afastam a Arte bizantina da Arte grega. Seria, entretanto, exagerar ao extremo se a desvinculássemos totalmente desta. Autores entendidos chegaram a caracterizar a arte bizantina «como um casamento entre a decoração do Oriente e o helenismo das grandes cidades mediterrâneas: Alexandria, Antioquia ou Éfeso». Pode-se aceitar essa fórmula sob a condição de não ser esquecido que, desses dois elementos, o segundo foi bem mais deformado, modificado que o primeiro e que este empresta o acento essencial àquela. ¹⁴ Embora restrita, podemos encontrar a influência grega sobretudo nas obras em que o artista bizantino dá um toque de seu estilo pessoal. Como as concepções da Antiguidade grega estavam bastante enraizadas em boa parte dos habitantes do Império, especialmente da capital, e como muitas obras da arte clássica permaneciam constantemente ao alcance dos artistas, não é para admirar que, de quando em vez, o artista bizantino tentasse obedecer aos cânones das proporções justas, da elegância delicada, do senso da medida que se encontram em tantas produções da antiga Hélada.

Dualidade — Quando se fala da contribuição grega à arte bizantina, costuma-se mencionar o dualismo helênico-oriental. A tradição grega seria a tradição profana enquanto que a tradição oriental (bem mais importante) revestiria um caráter religioso. Além dessa dualidade já acentuada nas linhas antecedentes, existe outra de grande importância. É que a arte bizantina apresentou durante séculos um duplo aspecto: oficial e popular. A arte oficial, grandiosa, refinada, erudita e admiradora do helenismo, aparece sobretudo nas técnicas luxuosas do mosaico, do marfim, do esmalte. A arte popular, desenvolvida principalmente após o término da questão iconoclástica e sob a influência dos monges, é mais espontânea, mais emotiva, mais mística. ¹⁵

3. Arquitetura

Encontramos as raízes da Arquitetura bizantina na febre de construção de edifícios com finalidade religiosa que caracteriza a época que segue ao triunfo do Cristianismo. Esses edifícios classificam-se então em dois tipos distintos: edifícios de planta central ou irradiante e edifícios de planta basilical. Entre os primeiros figuram os *martyria* e os *batistérios*. *Martyria* eram construções em torno do túmulo de algum mártir ou de um local que, por uma razão especial, merecera permanecer na lembrança dos cristãos. Compreende-se que o plano circular ou poligonal atendesse plenamente à finalidade dessas construções. Nos batistérios (cujas dimensões visavam a atender às solenida-

des da cerimônia e ao grande comparecimento de pessoas) percebe-se a influência da planta de salas de termas greco-romanas.

Para a reunião de um maior número de fiéis a fim de celebrar o culto cotidiano, preferiu-se um novo tipo de edifício bem mais complexo: a *basílica cristã* que, de um modo geral, compreendia as seguintes partes: um pátio cercado de pórticos, o *atrium*, em que se reuniam todos os fiéis (inclusive os não-batizados) e no qual existia uma fonte para abluções; a leste do *atrium* e ligada a este por diversas portas se encontra o *nártece*, galeria alongada que separa o *atrium* da *basílica* propriamente dita. O *nártece* era o local de permanência dos catecúmenos e dos penitentes. Após o *nártece* encontra-se a *basílica* propriamente dita constituída por uma ampla sala oblonga dividida por meio de colunas em três naves e terminada por uma abside semi-circular. Perpendicular às naves e separando-as da abside situa-se o *transepto*. A cobertura da nave central é formada por uma armação de madeira com duas vertentes. O teto da abside é abobadado.

Eis uma sumarássima descrição da *basílica cristã primitiva*. A essa *basílica* chamada por uns *Constantiniana* (porque os templos construídos pelo primeiro imperador cristão seguiram mais ou menos esse plano), e por outros *helenística* (porque esses monumentos se difundiram em regiões de influência helenística mais duradoura) opõe-se a *basílica bizantina*, edifício abobadado ou com cúpula, de que passaremos a tratar. E', sem dúvida, um dos traços mais característicos da arquitetura bizantina a adaptação da cúpula ao antigo plano basilical. Note-se que os romanos já haviam colocado cúpulas sobre rotundas. Tais cúpulas não apresentavam maiores problemas de equilíbrio pois formavam blocos monolíticos que descansavam em planos circulares, fazendo apenas pressão vertical. Os arquitetos bizantinos iam equilibrar uma cúpula sobre uma construção quadrada por meio de engenhosa combinação de peças distintas. Note-se, nesse tipo de construção, a nítida influência oriental da arquitetura mesopotâmica e iraniana.

A combinação da cúpula com o antigo plano basilical ia proporcionar aos arquitetos diferentes possibilidades de construções que podem ser resumidas em dois tipos distintos. No primeiro, a cúpula e os pilares maciços, que a sustentam, intercalam-se entre a *basílica* propriamente dita e a ábside. A cúpula situa-se, então, sobre o santuário como se fosse imenso cibório.

No segundo tipo, a cúpula é deslocada para o centro da *basílica* à qual se sobrepõe sem interrompê-la. A colunata da nave continua entre os pilares sobre que se apóia a cúpula. As naves laterais continuam acompanhando em toda a extensão a nave central e estão cobertas por meio de abóbadas.

No segundo tipo se enquadra a famosa igreja de Santa Sofia de Constantinopla, que, aliás, apresenta soluções arquitetônicas bem originais e constitui «a obra-prima da arquitetura justiniana como de toda arquitetura bizantina, o monumento em que o espírito dessa ar-

quitetura se deixa reconhecer mais claramente». ¹⁶ Inaugurada solenemente em 27 de dezembro de 537 por Justiniano, o imponente templo (dedicado à Santa Sabedoria, à Sabedoria Divina) fora construído no local em que um incêndio, por ocasião da revolta da Nica, destruíra a pequena basílica de Santa Sofia edificada outrora por ordem de Constantino. Dez mil trabalhadores sob as ordens de dois arquitetos gregos originários da Ásia, Antêmio de Trales e Isidoro de Mileto, concluíram a construção em cinco anos (532-537). Justiniano não poupou esforços para revestir de toda a magnificência o novo templo. Assim é que mandou vir das províncias mármore das mais diferentes cores e matizes. Ouro, prata, pedras preciosas e marfim foram também transportados em profusão para a ornamentação de Santa Sofia.

As dimensões do templo são excepcionais. Precedida de um vasto *nártece*, a igreja propriamente dita se inscreve num amplo retângulo que mede 77 metros de comprimento por 71,70 de largura. O retângulo se divide em três naves separadas por meio de colunas. Na extremidade da nave central encontra-se uma abside saliente.

A cúpula sobre pendentes, situada exatamente no meio da grande nave, mede 31 metros de diâmetro e se eleva 54 metros sobre o solo. Essa enorme cúpula tem como contrafortes a leste e a oeste duas semicúpulas do mesmo diâmetro que prolongam o efeito daquela e ampliam consideravelmente o espaço coberto. Cada uma dessas semicúpulas se apoia em dois grandes nichos esféricos.

A primeira cúpula central ruiu em virtude de um terremoto no ano de 558. Refeita em 562 teve a mesma sorte em 989 quando foi construída a cúpula atual por Tiridates, arquiteto armênio.

Santa Sofia, encarada sob o ponto de vista estritamente arquitetônico, encerra profundas lições que atestam a ciência e o gênio criador dos construtores bizantinos. «A igreja bizantina abobadada é um sistema vivo, elástico, de forças combinadas para se anularem mutuamente. Tudo aí é cálculo e raciocínio, ciência e sutileza. E é por isso que o espírito encontra igual satisfação em estudar em detalhe e no refinamento oculto em sua construção uma igreja como Santa Sofia e um templo como o Partenão. ¹⁷

A combinação do plano basilical com a cúpula criara um sério problema arquitetônico, pois o primeiro não se prestava bem para a superposição da segunda. A solução racional e harmônica encontrada pelos construtores bizantinos foi a criação de igreja em cruz grega que é um desenvolvimento orgânico e lógico da basílica de cúpula. Não se deve confundir a igreja em cruz grega com a em cruz livre. A primeira se caracteriza por uma planta cruciforme inscrita num quadrado. Na segunda os braços da cruz desenvolvem-se livremente. A cruz grega transformou-se no plano arquitetual típico da Arte bizantina através de longos séculos e predomina desde a época da dinastia macedônica até a queda de Constantinopla. Esse plano atinge sua perfei-

ção a partir do século X em grande número de igrejas de Constantinopla (hoje transformadas em mesquitas) e de Salonica.

Mas convém aqui chamar a atenção do leitor para a extrema variedade da arquitetura bizantina, que não apresenta em nenhuma época uma rígida uniformidade. Assim é que notamos em certas regiões do Império (especialmente na Grécia) o desenvolvimento de tipos de igrejas em que se faz sentir a influência oriental (provavelmente armênia). Em Mistra encontramos uma curiosa combinação do plano basilical com o plano em cruz grega. Nas construções do Monte Ato percebemos a adoção do plano da cruz grega com modificações.

Da arquitetura profana bizantina infelizmente são relativamente escassas as fontes de que dispomos. Os grandes monumentos de caráter militar, pela solidez com que foram construídos, deixaram até hoje vestígios às vezes bem imponentes, tais como as grandes e impressionantes ruínas da Muralha de Constantinopla construída por Teodósio II. Outros monumentos (tais como aquedutos e cisternas) conservaram-se através dos séculos, graças à sua permanente utilidade. Das cisternas convém lembrar a que os turcos chamam de *Bin-bir-Direk* (mil e uma colunas) e que foi construída em 528. Trata-se de um imenso reservatório d'água com dois andares sustentados por uma floresta de duzentas e doze colunas de mármore e cobertos por abóbadas esféricas.

As descrições dos viajantes permitem-nos imaginar as inúmeras e grandiosas realizações da arquitetura civil bizantina. Entre essas realizações ocupavam lugar de destaque os suntuosos palácios imperiais de que o *Livro das Cerimônias* nos dão uma idéia. Somente as escavações arqueológicas é que poderão revelar-nos com precisão detalhes dessas majestosas construções que testemunharam outrora o poder, a riqueza e a majestade dos orgulhosos basileus.

4. Escultura

A estatuária clássica de três dimensões sobreviveu em Constantinopla com a finalidade de engrandecimento da pessoa do imperador. Na capital do império foram erigidas numerosas estátuas de imperadores e imperatrizes. Entre elas a mais famosa foi a estátua equestre em bronze de Justiniano. Pertence a essa série de produções o colosso de bronze existente em Barletta, na Itália. Não se sabe ao certo qual o imperador que aí foi retratado. Como observa Lemerle,¹⁸ reconheceram-se nessa estátua «sucessivamente quase todos os imperadores de Bizâncio, de Teodósio a Heráclio». Essa indecisão dos especialistas revela bem o convencionalismo do escultor que, antes de mais nada, procurava retratar a grandeza imperial. O iconoclasmo deu um golpe mortal à escultura tridimensional em Bizâncio não só porque acarretou a destruição de inúmeras obras de arte mas também porque incentivou

o clima de desconfiança e aversão à representação tridimensional de personagens sagrados. A escultura tornou-se, então, «uma arte do baixo-relevo, pouco mais do que a pintura, onde as sombras tomavam o lugar dos efeitos de cor».¹⁹ Prevaleceu, assim, uma esmerada técnica bidimensional. Os relevos históricos (característicos do Antigo Oriente e, por intermédio da Grécia, legados a Roma) do tipo dos existentes na famosa coluna de Trajano e nos arcos de triunfo, continuaram sendo empregados para a perpetuação de certos acontecimentos. Na arte sacra o relevo desempenhou papel importante na decoração do interior dos templos. Tais relevos podem ser estudados principalmente em lajes de mármore que se empregavam em grande número nas igerjas, com diversas finalidades, como, v.g., parapeitos das tribunas, antepa-ros dos santuários, etc. Entre os motivos ornamentais encontrados nessas peças estão losangos, cruzes, monogramas de Cristo, figuras simbólicas já empregadas pelos cristãos dos primeiros séculos, etc...

— A escultura decorativa só existia em função da arquitetura e era aplicada em determinadas partes da construção com a finalidade de pôr em destaque as grandes linhas do edifício. Esses trabalhos esculturais quebravam a monotonia das grandes superfícies verticais e distribuíam-se em diferentes níveis. E' sobretudo o capitel que nos fornece excelentes detalhes para um estudo da evolução da escultura arquitetural em Bizâncio. O capitel coríntio foi, por excelência, o capitel da Arte bizantina através de sua mais que milenar história. Note-se contudo que esse famoso capitel sofreu modificações não só em sua decoração mas na própria estrutura. Com efeito, enquanto o coríntio clássico fora concebido para suportar uma arquitrave, o que não exigia uma superfície de apoio demasiado larga, o coríntio usado pela arte bizantina (que também empregou a arquitrave pelo menos até o século VI) teve que adaptar-se à introdução do arco, cuja base exigia uma superfície de apoio bem mais ampla que a pedida pela arquitrave. A solução para esse problema foi encontrada mediante a intercalação de uma *imposta* (cubo de pedra maior e menos frágil que o capitel) entre o capitel e o arco. A superposição da imposta poderia enfraquecer a estrutura da construção com um possível deslize da mesma por sobre o capitel em virtude da grande pressão exercida pelos arcos. Para evitar esse inconveniente, alguns arquitetos resolveram tallar em um mesmo bloco o capitel e a imposta, o que praticamente transforma o capitel coríntio num capitel semelhante ao jônico (por causa das volutas) e que passou a ser conhecido como capitel *jônico-imposta*. Outros arquitetos optaram por uma solução que teve ampla aceitação: deu-se ao capitel uma forma mais simples e mais compacta, quase cúbica, despojada das esculturas salientes e frágeis. Esse tipo de capitel recebeu a designação de capitel-cesto e seu emprego foi difundido por todo o Império no século VI. Com o correr do tempo houve naturalmente grande variação na ornamentação dos capitéis.

Quando as igrejas passaram a ser construídas sem as colunatas características do antigo tipo basilical, o emprego do capitel foi gradativamente diminuindo. A própria escultura decorativa cedeu lugar à decoração pintada, aos afrescos e aos mosaicos.

5. Pintura e outras atividades artísticas

O desaparecimento dos grandes monumentos da arquitetura civil acarretou naturalmente uma lacuna imensa nas fontes de que dispomos para o estudo da pintura bizantina. Os documentos escritos atestam-nos o alto grau de desenvolvimento atingido pela pintura imperial que se caracterizou em boa parte como uma pintura histórica dedicada à glorificação do basileu. Percebe-se aí a nítida influência da mentalidade oriental. Monarcas como Justiniano, Maurício e Constantino V tiveram pintores à sua disposição para imortalizarem episódios de suas vidas. O imperador Teófilo, sob a influência muçulmana, procurou decorar as paredes de suas inúmeras construções com mosaicos representando animais, árvores e plantas. Basílio I fez-se representar em companhia de seus generais vencedores ou ainda em pleno combate. Manuel Comneno enriqueceu as paredes do palácio de Blachernes com a reprodução de seus feitos militares e dos grandes acontecimentos de seu reino. Já Andronico Comneno deu preferência ao velhíssimo tema oriental em que o monarca manifesta seu prestígio e sua força em atividades cinegéticas.²⁰

Mas passemos da fonte indireta dos textos para a fonte direta das próprias realizações pictóricas que ainda hoje podem ser admiradas nas igrejas bizantinas. Bréhier²¹ acentua os traços essenciais que emprestam uma certa unidade a toda a produção pictórica de Bizâncio: «A busca da harmonia de tons, em geral de grande doçura, mas raramente baços; perda gradual da noção de espaço pela redução dos fundos de paisagem a notações por vezes esquemáticas, pela aderência ao fundo das figuras chatas e sem relevo; desenho muitas vezes convencional do corpo humano, mas expressão individual das fisionomias, cujo tipo étnico é por vezes reproduzido com exatidão. No momento em que, do século VI ao VIII, a figura humana quase desaparecia das artes do Ocidente e do Islã, Bizâncio soube conservar-lhe a tradição, e esse não é um dos menores serviços que prestou ao mundo».

Note-se que no estudo da gênese da pintura bizantina devem ser levadas em consideração duas influências importantes: a aramaica e a helênica. A primeira predominou nos mosaicos e afrescos. A técnica e a influência helenística de tradição alexandrina fizeram-se sentir nas iluminuras dos manuscritos.

«A pintura helênica havia degenerado numa graciosidade superficial. Os arameus deram-lhe nova força, com sua visão concisa e a inten-

sidade de seu sentimento. O impacto foi saudável, particularmente porque a influência helênica não desapareceu totalmente. Os dois estilos existiram lado a lado, cada qual procurando falhas no outro». ²²

Nos séculos X e XI, após a crise iconoclástica, observa-se ainda a atuação em conjunto desses dois estilos. Impossível escrever, mesmo resumidamente, sobre a arte bizantina sem mencionar os mosaicos cuja beleza e esplendor ainda hoje nos causam profunda admiração. A grande época dos mosaicos monumentais situa-se entre os séculos IX e XIV. «E' entre os séculos IX e XIV que o mosaico monumental produz suas obras-primas. Os limites estreitos que o simbolismo litúrgico impunha aos artistas de modo algum dificultaram sua inspiração, baseada numa admiração pelos modelos antigos, mas, também, em observações diretas da natureza, como o mostram os traços bem individuais dos retratos de ascetas quase contemporâneos dos artistas, na igreja de S. Lucas, na Fócida. O gosto do antigo se revela na nobreza das atitudes, na majestade das vestes, na ciência do desenho, no caráter ao mesmo tempo brilhante e harmonioso do colorido». ²³

Merecem um capítulo especial na História das Artes Bizantinas as miniaturas com que, em cores brilhantes, os artistas ilustraram milhares de manuscritos que podem ser observados ainda hoje nas melhores bibliotecas européias e nos mosteiros do Oriente. E' curioso notar que, segundo Kondakov, especialista russo em miniaturas bizantinas, estas constituem verdadeiras famílias cujos componentes provêm de um protótipo comum. Essa observação é importante para o estudo comparativo dessas obras-primas da arte bizantina. As miniaturas não só reproduziam temas da pintura monumental, mas serviam, muitas vezes, de inspiração para essa atividade.

A julgarmos pelas obras de que dispomos atualmente, podemos afirmar que a grande época da miniatura bizantina foi a dos Macedônios e dos Comnenos. Entre as obras que com mais cuidado eram ilustradas por meio de miniaturas, figuram os saltérios.

— «O artista desenhava o trabalho primeiro em papiro, pergaminho ou véu com um pincel muito fino ou pena, fazia um fundo geralmente dourado ou em cor azul; passava depois as tintas e decorava o fundo e as bordas com formas graciosas e delicadas. A princípio fazia apenas a letra inicial de um capítulo ou página; às vezes esboçava o retrato do autor e fazia ilustrações para o texto; finalmente, à medida que se ia aperfeiçoando em sua arte, esquecia-se do texto e entregava-se a decorações exuberantes, seguindo um motivo geométrico ou floral ou mesmo um símbolo religioso, repetindo-o de inúmeras maneiras até transformar toda a página numa orgia de cores e linhas». ²⁴

Trabalhos em marfim, em metais, em pedras preciosas, em esmalte e em tecidos constituem outros importantes ramos da arte nos quais o gênio bizantino realizou obras imortais que por si só seriam títulos de glória para qualquer civilização.

6. Música

Vamos encerrar o presente capítulo com algumas observações em torno da música bizantina.

No capítulo sobre a Literatura já aludimos à importância da música na poesia bizantina, pois o estudo daquela é complemento necessário para o conhecimento da poesia rítmica.

O estudo teórico da música integrava o *quadrivium*. Estava, portanto, relacionado com as ciências matemáticas. A música bizantina não conhecia a harmonia: era, antes, melódica e rítmica. Estava intimamente associada à poesia e à dança. A melodia bizantina caracterizava-se por sua riqueza e popularidade. Entre os instrumentos musicais em uso podemos lembrar a título de exemplo a flauta, a lira e sobretudo os órgãos, entre os quais se distinguiram os portáteis e os fixos. Note-se que os órgãos não eram instrumentos de acompanhamento e seu emprego restringia-se quase que exclusivamente às cerimônias imperiais.

¹ Diehl, Os Grandes, pp.189-190.

² Idem, ibidem, pp.190-191.

³ Lemerle, Le Style, p.33.

⁴ Idem, ibidem, p.34.

⁵ Idem, ibidem, p.35.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ Ver, a propósito, Lemerle, ibidem, p.36.

⁸ Idem, ibidem, p.20.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Idem, ibidem, p.21.

¹¹ Diehl, Os Grandes, p.190.

¹² Lemerle, Le Style, p.25. — As observações seguintes são encontradas de forma desenvolvida na mesma obra.

¹³ Idem, ibidem, p.27.

¹⁴ Colombier, Histoire, p.128.

¹⁵ Lemerle, Le Style, p.29.

¹⁶ Idem, ibidem, p.45.

¹⁷ Idem, ibidem, p.47.

¹⁸ Idem, ibidem, p.53.

¹⁹ Runciman, A Civilização Bizantina, p.204.

²⁰ Esses dados foram extraídos de Lemerle, Le Style, p.71.

²¹ Em excelente artigo sobre a arte bizantina publicado na Enciclopédia Delta Larousse, t. VIII, pp.3951 ss. Tradução de Carlos Flexa Ribeiro.

²² Runciman, A Civilização, p.206.

²³ Cf. nota 21.

²⁴ Will Durant, A Idade da Fé, t. 1, pp. 188-189.



O anverso desta medalha representa a efígie de Aléxis Comneno e o reverso a de Cristo.

CAPÍTULO XIV

As Ciências

Introdução

BIZÂNCIO teve uma notável missão na História das Ciências: herdou, conservou, comentou e transmitiu a outros povos o legado científico da Antiguidade Grega. Polígrafos de vocação enciclopédica, tais como um Pselos, um Paquimere e outros já citados nos capítulos anteriores, tiveram, em épocas diferentes, o grande mérito de reconhecer o valor científico de muitas obras de autores como Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, etc..., difundindo e explicando, dentro da mentalidade da época, os conceitos emitidos por esses vultos do passado helênico.

O gosto pelos problemas abstratos (o que explica a importância atribuída à matemática) e a idéia de que as ciências exatas deviam ser estudadas como preparação para a Filosofia, eis dois traços que caracterizam, em parte, a mentalidade científica de Bizâncio.

Encontramos a classificação das ciências exatas no conteúdo do *Quadrivium*: aritmética, geometria, música e astronomia.

Outras disciplinas como a História Natural, a Física, a Química, etc., que não se enquadravam na classificação supramencionada eram associadas sob o nome geral de Física.¹

1. Matemática e Astronomia

Alexandria conserva durante muito tempo o prestígio de metrópole científica do Império e é, portanto, o centro irradiador de homens ilustres que vão comentar e difundir os conhecimentos científicos do passado. Teon (séc. IV), Malcos e Diofante (séc. V) e João Filoponos fazem comentários aos *Elementos* de Euclides, à *Aritmética* de Nicômaco de Gérasa e ao *Almagesto* de Ptolomeu.

Sinésio, bispo de Cirene, inventa um astrolábio que supera a todos quantos até então haviam sido construídos.

Filoponos escreveu um *Tratado do Astrolábio* e uma *Teoria do Mundo*.

E' curioso notar como os astrônomos confundem não raro a verdadeira ciência com as superstições astrológicas. No reinado de Heráclio, Estêvão de Alexandria escreveu uma obra sobre a *Arte Matemática* em que faz uma exposição e um elogio da Astrologia.²

No século XII o imperador Manuel favoreceu os estudos matemáticos visando à astrologia. João Tzetzés escreveu obras de astronomia. Na época dos Paleólogos as ciências exatas despertam interesse especial, provavelmente devido à influência de obras árabes e persas. Blemidas dedicou em 1241 um poema astronômico a João III Vatatzés, relacionado com o eclipse do sol de 3 de junho de 1239. Ainda do mesmo autor é um tratado inédito sobre *O Céu e a Terra, a Lua, o Tempo e os Dias*.

Nicéforo Chumnos estuda a origem do granizo e dos ventos e procura saber por que o ar em movimento é frio, «refutando as teorias dos sábios de outrora».³

O médico *Jorge Quionadés* traduziu para o grego livros persas de astronomia e de matemática.

Teodoro Metoquita, que chegou aos conhecimentos astronômicos através do estudo da música teórica, teve o grande mérito de expurgar a astronomia da superstição astrológica então muito em voga.⁴

Nicéforo Grégoras, discípulo de Metoquita, estudou os eclipses e, por volta de 1330, chegou a prever a ocorrência de dois desses fenômenos. Embora defendendo a astronomia contra os que a confundiam com a astrologia, admitiu contudo a influência dos astros, especialmente da lua, sobre a terra e os homens. Grégoras escreveu também um tratado sobre o Astrolábio mais completo que o de Filoponos. Sua obra mais original foi, entretanto, um estudo sobre a data da Páscoa assinalando as falhas do calendário juliano e suas conseqüências no calendário eclesiástico.

Teodoro Meliteniotés escreveu três livros de Astronomia com base nos estudos de Ptolomeu, de Teon e dos astrônomos persas. Segundo Meliteniotés, a Astronomia tem por objeto a previsão dos movimentos dos corpos celestes, sendo vã qualquer outra previsão.

Pleton (†1452) propôs o estabelecimento de um calendário científico que levasse em consideração os movimentos do sol e da lua. Graças a seus conhecimentos de geografia, admitia a esfericidade da terra.

Ainda da época dos Paleólogos convém lembrar importantes autores que contribuíram para o desenvolvimento da matemática.

Paquimeres (1242-1310) fez uma paráfrase sobre o livro de Diofante, extratos de Euclides e de Nicômaco. Conhecia as cifras indianas e parece ter sido um dos que, por primeiro, resolveu certos problemas indeterminados do primeiro grau. Paquimeres escreveu também sobre o teorema do quadrado da hipotenusa.⁵

Planudo (†1310) deixou um comentário sobre os dois primeiros livros de Diofante; «explica as operações intermediárias que esse autor não dá, e emprega pela primeira vez em seus cálculos o zero, tomado dos hindus, assim como os algarismos árabes. O zero era já usado no Ocidente, em particular na Itália, em contas comerciais. O que há de novidade é ver Planudo aplicar ao comentário de um autor do século VI uma prática comercial usada em seu tempo».⁶

Moscopulos, no reinado do Andronico II, não só é autor de diversos comentários a autores clássicos, mas também escreveu o primeiro tratado conhecido no Ocidente sobre os quadrados mágicos.

Nicolau Rhabdas deixou-nos (1341) um texto interessante sobre a aritmética bizantina no qual estuda a regra de três e 18 problemas inéditos. Ao que parece, Rhabdas não sofreu a influência da aritmética indo-árabe.⁷

O monge calabrês Bernardo de Seminara (o famoso Barlaam, †1350) escreveu em grego uma *Logística* em que aborda diversas questões de aritmética.

2. Física, química e ciências naturais

Antêmio de Trales, um dos arquitetos de Santa Sofia, chegou a imaginar uma máquina a vapor e jogos de espelho inspirados nos famosos espelhos incendiários de Arquimedes.⁸

Mas a grande invenção que teve influência decisiva na História de Bizâncio foi a do fogo greguês aperfeiçoado pelo sírio *Callinicus*. O fato de guardar-se com grande segredo a fórmula desse fogo impediu pesquisas e progressos subsequentes.

«O fogo grego era uma espécie de composição explosiva que se projetava mediante tubos apropriados ou sifões. Inflamava-se ao encontrar-se com as naves inimigas.

A frota bizantina compreendia navios peculiares denominados «sifonóforos», os quais causavam terrível pânico entre os árabes. Havia outros processos para lançar esse fogo artificial sobre o inimigo. A característica de tal fogo era que ardia inclusive sobre a água. Durante considerável tempo o governo guardou zelosamente o segredo da composição dessa nova arma que contribuiu muitas vezes para o êxito das frotas bizantinas». A fórmula do fogo greguês (fogo grego) se conserva em um tratado atribuído a um tal *Marcus Gracchus* escrito talvez no século IX.

A *alquimia* (*chimia* [mistura] mais o prefixo árabe *al*), cuja idéia básica era a transmutação dos metais, foi difundida em Bizâncio através de numerosos tratados que comentavam a obra do alquimista grego Zózimo de Panóplis (séc. IV) e outras. No século VI a alquimia grega tornou-se conhecida dos sírios que a transmitiram aos árabes, que, por sua vez, a levaram para o Ocidente.

Pselos e Blemidas escreveram também sobre a *crisopéia* ou transformação de metais em ouro. Os alquimistas acreditavam que os metais possuíam uma vida subterrânea e que, em virtude de uma lenta evolução, atingiam o estado mais perfeito, isto é, transformavam-se em ouro.

— Em mecânica, o gênio bizantino produziu obras de grande alcance prático: «Executaram e desenvolveram o sistema romano de abastecimento de água e drenagem, produzindo belas obras de engenharia.

Os relógios e brinquedos, os leões uivantes e o trono que se elevava, que tornavam o Palácio tão impressionante para os bárbaros, constituem exemplos de seu crescente engenho mecânico». ¹⁰

Em matéria de ciências naturais, os bizantinos limitaram-se a repetir os antigos ou a exercer um empirismo meramente prático. Assim é que tratados de Botânica bizantina mencionavam plantas medicinais já conhecidas e experimentadas na Antiguidade Clássica. O que realmente encontramos de original e de valor científico na Botânica bizantina são as ilustrações feitas por artistas do século VI para as obras de Dioscóride. ¹¹

Lembremos ainda a descrição de plantas orientais feita por Indicleustes e uma coleção de extratos de autores antigos relativos à agricultura organizada no reinado de Constantino Porfirogênito.

Em Zoologia temos uma obra de Timóteo de Gaza (séc. V) que, entretanto, reproduz, apenas, os autores antigos.

Cosme Indicleustes descreve em sua *Topografia Cristã* animais da Índia, da Etiópia e de Ceilão.

Manuel Filés (1275-1345) deixou-nos uma descrição em verso de vários animais. Para terminar lembremos ainda a existência em Constantinopla de inúmeros tratados de cinegética que nos dão informações às vezes bem precisas a respeito da morfologia e do comportamento de certos animais.

3. Medicina

A cultura médica dos bizantinos era sobretudo livresca e encontrava suas raízes no que haviam escrito os grandes autores da antiguidade, tais como Hipócrates, Asclepiades Herófilo, Dioscórides e Galeno.

Compreende-se, assim, que a Medicina não houvesse feito grandes progressos no Império do Oriente e a atividade dos médicos se limitasse ao diagnóstico, ao conhecimento dos sintomas e ao tratamento farmacêutico. ¹²

A medicina bizantina, observa Runciman, ¹³ «era admirável mais pelo seu bom-senso do que pelas suas teorias». O mesmo autor observa: «A Medicina era um assunto de grande interesse para os bizantinos. O ensino médico não era restrito aos futuros profissionais, e em consequência amadores como Pselos e Ana Comnena estavam convencidos de que sabiam tanto quanto os profissionais autênticos, enquanto Manuel I foi capaz de medicar seu convidado, o Imperador Conrado. Eram muitos os que se ocupavam da profissão. Hipocondríacos, como Romano III, não faziam nada sem consultar os doutores, mas Cecáumeno diz que estes constituíam uma ameaça positiva e provocavam doenças com o fim de enriquecer».

Vejamos, agora, alguns nomes ilustres da Medicina bizantina.

Oribásio de Pérgamo (325-453) foi o médico favorito de Juliano e o acompanhou em suas expedições. Compôs uma enciclopédia de

medicina em 70 livros que pode ser considerada como uma compilação de Hipócrates e de Galeno. As teorias deste último estão expostas de maneira sistemática. Oribásio fez uma *Sinopsis* em 9 livros de sua obra colossal e escreveu ainda quatro livros sobre dietética e terapêutica dedicados aos leigos.

Tiago, o Psychestra, foi amigo e confidente de Leão I. Costumava prescrever o regime vegetariano acompanhado de banhos frios e purgações aos homens de negócio, aos burocratas e aos intelectuais.¹⁴

Aécio de Amida, natural da Mesopotâmia, estudou em Alexandria e tornou-se médico na corte de Justiniano. Escreveu uma vasta enciclopédia em dezesseis livros na qual reuniu as passagens mais importantes de seus antecessores.

Encontram-se nesses escritos as primeiras tentativas de localização cerebral das doenças nervosas segundo Arquígeno e Possidônio, um desenvolvido estudo oftalmológico e um importante tratado de ginecologia, no qual se indica a maneira de operar o câncer do seio segundo Leonidés.¹⁵

O médico mais famoso do século VI foi *Alexandre de Trales*. Pertencia a notável família de intelectuais: seu pai e seu filho eram médicos. De seus irmãos, um era também médico (Díoscuro), outro foi arquiteto de Santa Sofia (Antêmio), um terceiro era jurisconsulto (Olimpio) e um quarto retor (Metrodoro). Alexandre estudara em Alexandria e fizera numerosas e longas viagens da Armênia à Espanha.

Seu tratado médico em doze volumes alcançou notável difusão. Não hesita em sobrepor suas experiências pessoais às teorias de Hipócrates e de Galeno. Foi um observador consciencioso, ordenado e lógico. Para eles a teoria devia ser provada pelos fatos.

Entre os temas abordados em sua obra figuram: doenças nervosas, doenças das vias respiratórias (descreve a pleurisia e respectivo tratamento), doenças do tubo digestivo e a gota. Note-se que essa última doença era muito comum em Bizâncio.

A terapêutica de Trales recorre a diferentes recursos, além dos remédios propriamente ditos: higiene, alimentação, agentes mecânicos, etc.

Paulo de Egina, médico do reinado de Heráclio, estudou em Alexandria e escreveu diversas obras, das quais só nos resta um tratado de medicina em 7 livros. Um desses (o sexto) trata de cirurgia e revela-nos até que ponto havia chegado a habilidade dos cirurgiões da época. Paulo de Egina faz observações exatas sobre o câncer. É interessante notar que a maneira por ele prescrita para operar a hérnia foi considerada clássica até o fim do século XVII.¹⁶

Ainda do século VII temos Teófilo Protospatário, Estêvão de Atenas, João e Estêvão de Alexandria.

No reinado de Teófilo, Leão, o Iatrosófista, escreveu uma enciclopédia médica.

No século X Teófano Nonos escreve uma enciclopédia médica baseada em Oribásio.

No século XI, Simeão Seth, médico do imperador Miguel VII Duca, escreveu uma obra sobre a propriedade dos alimentos.

Hierófilo, o Sofista, no século seguinte, escreve também um tratado sobre o regime alimentar.

Na época dos Paleólogos temos: *Demétrio Pepagômenos*. Escreveu, por ordem de Miguel VIII, uma obra sobre a gota.

Nicolau Mirepsos, que deixou um tratado em 48 capítulos contendo receitas árabes. *João, o Actuário*, que escreveu, sob Andronico III, uma excelente obra inspirada em Galeno e nos conhecimentos médicos gregos e árabes posteriores.¹⁷

Através das obras médicas é que podemos fazer uma idéia da farmácia bizantina. Trales cita numerosos remédios vegetais e, acessoriamente, também alguns de natureza animal e mineral. A obra de Mirepsos presta-nos boas indicações sobre os remédios usados e foi introduzida no Ocidente. Foi reconhecida no século XVII como *Codex Pharmaceuticus* da Faculdade de Medicina de Paris.

Bizâncio possuía um bom serviço hospitalar em que as instituições de caridade desempenhavam papel relevante. Entre os hospitais figurava o do mosteiro Pantocrátor fundado por João II em 1112. Esse nosocômio «era atendido por dez médicos e uma médica, doze assistentes do sexo masculino e quatro do feminino, oito auxiliares de sexo masculino e dois do sexo feminino, oito serventes do sexo masculino e dois do sexo feminino e três cirurgiões e dois patologistas para darem o diagnóstico em consultórios. Hospitais menores possuíam a mesma organização, em menor escala. A enfermagem era exercida pelos pacientes em estado menos grave — porque os hospitais eram sempre anexos a mosteiros, conventos ou asilos para os desamparados. Não se pode calcular quantos desses hospitais havia, mas os imperadores e nobres piedosos costumavam fazer doações a essas instituições. Embora sem dúvida grande número de miseráveis sofresse sem socorro em seus tugúrios, ainda assim qualquer um tinha a possibilidade de ser admitido nessas enfermarias».¹⁸

4. Geografia

Vamos encerrar este breve estudo das Ciências em Bizâncio com algumas anotações a respeito dos conhecimentos geográficos aí existentes.

O *Périplo do Grande Mar (Mediterrâneo)*, de autor anônimo, descreve os itinerários de Alexandria às colunas de Hércules: um, seguindo através de Constantinopla e o litoral europeu; o outro, pela costa africana.

Do século XIII temos o *Manual de Geografia* de Blemidas. Este autor, em outra obra, afirma a esfericidade da terra.

Existem também narrativas de viagens feitas em geral por negociantes. Uma das mais famosas é a *Topografia Cristã* do já citado Cosme Indicopleustes.

No século XIV a bússola já era conhecida em Bizâncio onde fora introduzida por navegantes italianos.

Segundo Runciman,¹⁹ «o conhecimento geográfico dos bizantinos era bom. Seus mapas não sobreviveram — será injusto julgá-los pelo mosaico do século VI da Palestina, em Mádaba, embora este possua seus méritos. Constantino Porfirogênito comete pouquíssimos erros geográficos, embora seja freqüentemente obscuro. Ana Comnena é muito bem informada, em geral correta, a respeito de correntes e ventos; Aleixo I, diz ela, possuía um mapa do Adriático, em que esses estavam assinalados».

¹ Bréhier, *Le Monde*, III, p.443.

² Idem, *ibidem*, p.445.

³ Idem, *ibidem*, p.446.

⁴ Théodoridès, *La Science Byzantine*, p.495.

⁵ Idem, *ibidem*, p.494.

⁶ Bréhier, *Le Monde*, III, p.446.

⁷ Théodoridès, *La Science*, p.494.

⁸ Bréhier, *Le Monde*, III, p.449.

⁹ Vasiliev, *História*, I, p.270.

¹⁰ Runciman, *A Civilização*, p.183.

¹¹ Theodoridès, *La Science Byzantine*, p. 497.

¹² Bréhier, *Le Monde*, III, p.452.

¹³ Runciman, *A Civilização*, p.183.

¹⁴ Bréhier, *Le Monde*, III, p.453.

¹⁵ Theodoridès, *La Science Byzantine*, p. 498.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.499.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.500.

¹⁸ Runciman, *A Civilização*, p.184.

¹⁹ Runciman, *A Civilização*, p.182.



Imperador dos primeiros séculos em trajes de aparato.



A Imperatriz Maria, mulher de Nicéforo Botoniates, em traie de aparato.

CAPÍTULO XV

A Igreja

Introdução

COM o presente capítulo atingimos o cerne da civilização bizantina: a religião cristã.

Não cabe, evidentemente, dentro dos estreitos limites da História que ora escrevemos, um estudo completo do papel desempenhado pela Igreja na elaboração da civilização bizantina e nos destinos históricos do Império do Oriente. Limitar-nos-emos, assim, a um resumo dos pontos essenciais da atuação da Igreja no Oriente Bizantino, focalizando-a sob dois aspectos, um mais dinâmico e outro mais estático.

Sob o primeiro, assinalaremos os acontecimentos mais marcantes da História Eclesiástica desde a época de Constantino até a queda de Constantinopla: as grandes heresias, os concílios ecumênicos, o cisma do Oriente, etc.

Sob o segundo aspecto, examinaremos a própria constituição da Igreja com suas instituições características.

Ambos esses aspectos possuem importância decisiva para uma perfeita compreensão da gênese de nossa civilização. Assim, por exemplo, a solene afirmação doutrinária contida nos concílios ecumênicos, constituem a definitiva consolidação de muitos pontos da fé cristã professados hoje por milhões de crentes. Talvez nem todo o cristão, quando proclama solenemente sua crença na SS. Trindade, tenha plena consciência do quanto essa profissão de fé, escoimada de absurdas aberrações, deve aos primeiros grandes concílios ecumênicos realizados no Oriente. Essa afirmação é especialmente válida para aqueles que fizeram *tabula rasa* de muitos séculos da História do Cristianismo, como se a semente lançada por seu Fundador somente houvesse germinado bem mais de um milênio após a passagem de Cristo pela terra. Na realidade, quando se reuniu a magnífica assembléia do Concílio de Nicéia em 325, a Igreja era já uma quase trissecular árvore profundamente enraizada num solo fertilizado pelo sangue dos mártires e com frondosa ramagem que se estendia muito além da bacia mediterrânea.

O estudo das instituições da Igreja no Império Bizantino reveste-se de inegável atualidade, pois nas mesmas encontramos a matriz do que constitui a chamada Igreja Ortodoxa, o mais profundo e vivo legado de Bizâncio aos países da Europa Oriental.

1. Resumo histórico

Neste item limitar-nos-emos a expor alguns dos principais acontecimentos da História Eclesiástica através da milenar existência do Império Bizantino.

a) *As grandes controvérsias doutrinárias*

Cristo dera aos apóstolos a missão de pregar seus ensinamentos e impusera àqueles que tivessem conhecimento da Boa-Nova a obrigação de nela crerem. E' o que se encontra de modo claro e explícito em Marcos 16,15 ss: «Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda a criatura. Quem crer e fôr batizado será salvo; mas quem não crer será condenado». O Cristianismo constituiu-se, desde logo, num corpo de doutrinas que se relacionavam intimamente com uma série de práticas características da vida cristã. Basta, por exemplo, uma simples leitura das epístolas paulinas para a verificação da exatidão dessa assertiva. E' interessante também notar que a pregação cristã, desde o início, apelou não só para o coração, mas, de modo especial, para a inteligência daqueles aos quais era dirigida.

E' fácil constatar tal fato através, por exemplo, da leitura do evangelho de S. Mateus que, endereçado de modo especial aos judeus, procura demonstrar a íntima relação entre a doutrina cristã e o Antigo Testamento. Quando o Cristianismo enfrenta a mentalidade pagã greco-romana, o apelo à inteligência não pode buscar motivação só nas Sagradas Letras. Volta-se, então, para o próprio arsenal dos adversários do Cristianismo, a Filosofia Grega, e nele busca armas para a defesa da fé. Já acentuamos brevemente, em nossa História de Roma, a atuação dos apologistas cristãos dos primeiros séculos. Esse debate deu margem à afirmação e ao esclarecimento da doutrina cristã. Entretanto um perigo interno, mais insidioso que os ataques pagãos, ameaçou a unidade doutrinária da Igreja: a heresia.

Na realidade, desde os primeiros tempos da pregação cristã começaram a pulular as idéias divergentes ameaçando o Cristianismo com uma completa desintegração doutrinária. Só uma autoridade suprema poderia dirimir as dúvidas e proclamar a verdade a ser aceita pelos fiéis. O período da História da Igreja que pretendemos focalizar se inicia com uma das maiores heresias com que a Igreja se defrontou: o Arianismo. O concílio que fulminou esse movimento, o primeiro concílio ecumênico da História, o Concílio de Nicéia, pode ser considerado o ponto de referência inicial de nosso estudo.

Para melhor compreensão do papel desse e dos sete outros concílios ecumênicos realizados, vamos primeiramente sintetizar em poucas palavras as principais características das heresias que nasceram dentro dos limites do Império do Oriente.

Convém, desde logo, chamar a atenção para a profunda diferença existente entre o caráter das heresias surgidas no Oriente e as que se desenvolveram no Ocidente.

As primeiras giram em torno de altos problemas especulativos: são principalmente as heresias trinitárias e cristológicas. As segundas centralizam-se sobre problemas que dizem respeito mais de perto à vida cristã prática: o homem, a liberdade, a graça, a predestinação, a fé e as obras, etc...

Romag¹ dá-nos uma excelente vista geral das heresias orientais e suas soluções: «Os teólogos visaram, como primeiro escopo, a solução do problema trinitário, que na época anterior não se resolvera perfeitamente. Como naquele tempo, assim também neste período, tratava-se primeiro da relação entre o Pai e o Filho. O *arianismo*, última consequência da doutrina ebionítica, ensinava que o Filho era criado pelo Pai. O *macedonianismo* estendeu esta doutrina ao Espírito Santo. Ambos foram condenados pela Igreja; aquele, no Concílio de Nicéia (325); este, no de Constantinopla (381).

Definida claramente a doutrina trinitária, passaram os teólogos a dirigir as suas atenções à *questão cristológica*.

A controvérsia percorreu quatro fases:

1) O ponto de partida é a doutrina da Igreja sobre a divindade de Jesus Cristo, formulada contra o arianismo: Jesus Cristo é, em uma só pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Mas como explicar a união entre as duas naturezas?

2) Nestório, acentuando por demais a dualidade, chegou a dizer que em Jesus duas eram também as pessoas. A sua doutrina foi condenada no Concílio de Éfeso (431).

3) Os *monofisitas*, pelo contrário, acentuando demasiadamente a unidade, vieram a negar a dualidade de naturezas e foram condenados pelo Concílio de Calcedônia (451).

4) Os *monotéletas*, finalmente, aceitando as duas naturezas, como também a unidade da pessoa, querendo explicar a impecabilidade do Homem-Deus, ensinavam que Cristo tinha uma só vontade, doutrina esta que foi condenada no 3º Concílio de Constantinopla (680-681).

— Cessadas as antigas controvérsias teológicas que haviam posto em perigo a pureza da doutrina, surgiu, com a dinastia dos isáurios, a famosa questão das imagens. O estudo das origens do iconoclasmo oferece dificuldades. A mentalidade de Leão III educado em uma seita asiática que condenava o culto das imagens, o desejo do basileu de quebrar a influência dos monges (grandes propagadores e defensores do culto das imagens), os abusos existentes nesse culto, a medida tomada em 723 pelo califa Iezid contra as imagens (Leão III teria iniciado o movimento em 726), eis alguns fatos que podem ser alinhados como possíveis causas desse movimento condenado pelo VII Concílio ecumênico de Nicéia em 787.

b) *Os grandes concílios*

Havia muito que se tornara normal a reunião regional de bispos para debaterem problemas concernentes a suas Igrejas. Essas assembleias encontram suas raízes na célebre reunião dos Apóstolos em Jerusalém narrada em Atos 15,6-29.

— A liberdade adquirida pela Igreja e a amplitude que haviam tomado as idéias de Ario sugeriam a realização de uma grande assembleia em que estivesse representada boa parte do episcopado de toda a *Oecumene*, isto é, das regiões em que predominava a cultura greco-romana.

O Concílio de Nicéia (325) — Coube a Constantino pôr em execução a idéia do primeiro Concílio ecumênico, convocando os bispos do Império para Nicéia, cidade da Bitínia de acesso mais fácil para os ocidentais. Segundo Eusébio de Cesaréia, seriam cerca de duzentos e cinquenta os participantes do Concílio. Outros autores antigos porém dão uma cifra maior. A maior parte dos bispos presentes eram orientais: sírios, cilícios, fenícios, árabes, palestinos, egípcios, mesopotâmicos e outros.

Segundo o pai da História Eclesiástica «o Ponto e a Galácia, a Capadócia e a Ásia, a Frígia e a Panfília enviaram o que tinham de melhor como representantes. E até trácios e macedônios, aqueus e epirotas, e homens que habitavam regiões ainda mais distantes que estes, compareceram ao concílio. Mesmo da Hispânia foi aquele homem de fama mundial (Hósio), um dos numerosos participantes da assembleia. Da cidade imperial (Roma), entretanto, não veio o bispo (Silvestre), por causa da sua idade avançada. Vieram, porém, sacerdotes a fim de representá-lo».²

A primeira reunião dos padres conciliares realizou-se solenemente aos vinte de maio na grande sala do palácio imperial com a presença de Constantino. As sessões se prolongaram até o dia 25 de julho.

A 19 de junho o Concílio aceitou o símbolo de fé que deixava bem clara a doutrina sobre o Pai e o Filho, condenando definitivamente o Arianismo.

Declarava-se expressamente que o Filho é da substância do Pai, Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não feito, consubstancial com o Pai». Em apêndice condenavam-se expressamente as teses principais de Ario.

Entre outros assuntos tratados pelo Concílio figurou a fixação da Páscoa no primeiro domingo após a primeira lua cheia da primavera.

Foram aprovados vinte decretos curtos chamados cânones que tratavam de assuntos disciplinares, da sagração dos bispos e dos direitos patriarcais de Alexandria, Roma e Antioquia.

Primeiro Concílio Ecumênico de Constantinopla (381) — Convocado pelo imperador Teodósio, o segundo Concílio ecumênico instalou-se em maio de 381, com cerca de 150 participantes, todos do Oriente. Va-

mos anotar duas resoluções importantes aprovadas nesse Concílio e ricas de consequências históricas.

Em primeiro lugar o aditamento sobre o Espírito Santo ao símbolo de Nicéia: «Senhor e vivificador, que procede do Pai; juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, e que falou pelos profetas».

«Este símbolo de fé, depois de haver alcançado aprovação ecumênica após o Concílio de Constantinopla, de 381, tornou-se a confissão fundamental da Igreja grega. Impôs-se também à Igreja Ocidental; é usada ainda hoje, na liturgia romana da santa missa, aliás, com um pequeno aditamento, que, historicamente, desempenhou uma tarefa perigosa. Com efeito, os gregos entenderam a fórmula «que procede do Pai» como um processo «do Pai através do Filho», mas os Ocidentais, como «do Pai e do Filho». O aditamento *Filioque* que ocorre primeiro na Hispânia e que também se encontra na profissão de fé rítmica atribuída erroneamente a S. Atanásio *Quicumque vult salvus esse*, tornou-se um ponto de litígio entre a Igreja Oriental e a Ocidental, porque os gregos o consideraram não como uma extensão explicativa, mas como uma falsificação do texto consagrado».

Não cabe na presente obra um aprofundamento do famoso problema do *Filioque*, assunto mais próprio para um Tratado de Teologia dogmática que para um livro de História.

Chamamos a atenção para essa fórmula porque a mesma foi motivo de divergência doutrinária entre o Ocidente e o Oriente. Na realidade tanto a fórmula ocidental segundo a qual o Espírito Santo procede do Pai e do Filho («ex Patre et Filio») e a fórmula grega segundo a qual o Espírito Santo procede do Pai pelo Filho («ex Patre per Filium») não implicam necessariamente em contradição quando compreendidas dentro do respectivo contexto doutrinário e maneira de expressar-se.

— Outra resolução aprovada pelo Concílio dizia respeito à sede episcopal de Constantinopla. Estabelecia-se a precedência do bispo da Nova Roma sobre os outros patriarcas da Igreja Oriental, mas abaixo do bispo de Roma. Vemos aqui estabelecida uma nova hierarquia entre as igrejas e o lançamento das bases que servirão posteriormente para as aspirações ecumênicas do patriarca de Constantinopla.

Concílio de Éfeso (431) — Os dois primeiros Concílios ecumênicos haviam fixado com precisão o dogma trinitário.

Com relação, porém, aos problemas cristológicos propriamente ditos, isto é, aos problemas concernentes ao mistério de Cristo, Deus e Homem, iria surgir debate em torno da maneira como em Cristo estariam unidas as duas naturezas (divina e humana). Duas teses opostas eram defendidas respectivamente pelas Escolas Teológicas de Alexandria e de Antioquia.

A primeira exagerava a união das duas naturezas em Cristo levando ao Monofisismo, isto é, à existência de uma só natureza em Cristo.

A segunda exagerava a dualidade de naturezas em Jesus a ponto de afirmar também a dualidade de pessoas.

Nestório, patriarca de Constantinopla, pregou essa doutrina e a conseqüente negação do título de Mãe de Deus (Theotókos) a Maria que seria somente genitora da pessoa humana de Cristo.

O nestorianismo provocou grande celeuma e levou o imperador Teodósio II a convocar um Concílio ecumênico para reunir-se em Éfeso. Notemos de passagem que a existência das atas dessa assembléia bem como de numerosas cartas com a mesma relacionadas permite ao historiador um estudo mais pormenorizado.

O Concílio reuniu-se aos 22 de junho de 431 na grande igreja da Virgem Maria com a participação, na sessão inicial, de cerca de cento e sessenta bispos. Posteriormente chegam novos padres conciliares, entre os quais os três legados do papa.

Logo na primeira sessão Nestório foi condenado como herege e deposto.

Maria foi então proclamada Mãe de Deus (Theotókos), pois havendo em Cristo uma só pessoa (a divina) e tendo a Virgem gerado a pessoa do Filho de Deus unida à carne humana, competia-lhe esse título com que os fiéis já estavam familiarizados.

Os legados pontifícios ratificaram as deliberações do Concílio tomadas antes de sua chegada.

A última sessão realizou-se provavelmente a 31 de julho.

Concílio de Calcedônia (451) — O quarto Concílio ecumênico foi convocado por Marciano primeiramente para Nicéia onde chegaram a reunir-se mais de quinhentos bispos que, a pedido do imperador, se transferiram para Calcedônia, no Bósforo, nas proximidades da capital. A magna assembléia, que superou em número de participantes todos os concílios anteriores e a maioria dos posteriores até o do Vaticano I, realizou sua primeira sessão a 8 de outubro de 451 na igreja de Santa Eufêmia. Estavam presentes mais de quinhentos bispos, quase todos orientais.

O papa Leão Magno se fez representar por cinco legados (três bispos e dois sacerdotes). Dentre as decisões importantes desse concílio anotemos duas:

1) A aprovação da carta dogmática de Leão Magno sobre as duas naturezas em Cristo. Ficou bem claro que em Cristo existe uma única pessoa em duas naturezas. Foi assim condenado o Monofisismo.

2) Na ausência dos legados pontifícios foi aprovado o cânon 28 do Concílio segundo o qual a sede de Constantinopla gozaria dos mesmos direitos que a Sé Romana. Os legados pontifícios protestaram contra esse cânon e Leão Magno recusou-lhe a aprovação, apesar dos apelos dirigidos pelos conciliares em uma carta redigida com grande respeito e diplomacia.

II Concílio de Constantinopla (553) — Este Concílio convocado pelo imperador Justino, só adquiriu autoridade de ecumênico quando o papa Vigílio o reconheceu como tal. Condenou os chamados *Três Capítulos* considerados como expressão do nestorianismo. Esses três Capítulos eram constituídos pelos escritos de Teodoro de Mopsuéstia, pelos escritos de Teodoreto de Ciro contra Cirilo e o Concílio de Éfeso e pela carta de Ibas de Edessa ao bispo persa Máris.

III Concílio Ecumênico de Constantinopla (680-681) — Esse Concílio foi convocado pelo imperador Constantino IV de acordo com o papa Agatão. A assembléia reuniu-se de 7 de novembro de 680 a 16 de setembro de 681 na sala da cúpula (*Trullos*, daí o nome de Concílio in *Trullo*) do palácio imperial.

A profissão de fé do Concílio baseou-se no que já fora definido nos cinco primeiros concílios, reproduzindo os símbolos de Nicéia e de Constantinopla. Foi sobretudo condenado o monotelismo e seus protetores, entre os quais se inseriu o nome do papa Honório. A condenação do Concílio a Honório foi ratificada pelo papa Leão II, que censurou em seu predecessor uma atitude pessoal de negligência em defesa da doutrina.

Na realidade as famosas cartas do papa Honório, corretamente interpretadas, não contêm nenhum erro dogmático.

Voltaremos ao assunto quando abordarmos o papel do papado na História da Idade Média.

O sexto Concílio ecumênico pôs termo às disputas cristológicas, definindo e confirmando de uma vez por todas as grandes linhas da doutrina sobre a SS. Trindade e o Verbo Encarnado.

Concílio de Nicéia II (787) — O 7º Concílio ecumênico reuniu-se em Nicéia sob o pontificado de Adriano I e a regência da imperatriz Irene. O Concílio definiu, de maneira clara, a doutrina sobre o culto relativo prestado às imagens, sobre as relíquias e a intercessão dos santos. A última sessão realizou-se em 23 de outubro no palácio de Magnaura em Constantinopla e foi presidida pela própria basílica acompanhada de seu filho.

IV Concílio ecumênico de Constantinopla (869-870). — O oitavo Concílio ecumênico reuniu-se na Igreja de Santa Sofia em Constantinopla, de 5 de outubro de 869 a 28 de fevereiro de 870 sob o pontificado de Adriano II e o Governo de Basílio I. A Assembléia depôs e condenou Fócio e fez uma solene reafirmação da primazia dos papas. Note-se que o oitavo Concílio ecumênico não é reconhecido como tal pela Igreja Ortodoxa.

c) O Cisma Oriental

O Cânon 28 do Concílio de Calcedônia continha em germe o Cisma Oriental. A separação definitiva entre a Igreja Ortodoxa e Roma efetuada em 16 de julho de 1054, quando os legados romanos depuse-

ram sobre o altar de Santa Sofia a bula de excomunhão contra o patriarca Miguel Cerulário e seus sequazes (e não contra a Igreja Bizantina e seus fiéis) (cf. *Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, vol. IV, p.742), nada mais foi do que o término de um processo milenar de afastamento em que influíram causas da mais diversa natureza. Não pretendemos, evidentemente, fazer um estudo aprofundado do Cisma Oriental, assunto aliás bastante atualizado em virtude da incentivo do espírito ecumênico na Cristandade. No presente item vamos focalizar brevemente: primeiro, uma simples enumeração de ordem bem geral das principais causas do cisma; segundo, um retrospecto histórico das relações da Santa Sé com os patriarcas de Constantinopla desde o século V até 1054.

Causas gerais do Cisma — Essas causas gerais se distribuem através de mais de um milênio e poderiam ser classificadas em culturais, religiosas e políticas.

Entre as causas culturais, podemos enumerar:

a) Oposição entre a mentalidade oriental influenciada pelo helenismo e a mentalidade ocidental que sofreu a influência direta da civilização romana.

b) Oposição entre o Oriente de civilização refinada e o Ocidente em que as invasões bárbaras deixaram uma profunda marca.

c) Oposição entre a língua grega e a latina.

Entre as causas religiosas, podemos citar:

Diversidade de organização de disciplina eclesiástica, de práticas litúrgicas, de doutrinas ou de conceitos teológicos.

Entre as causas políticas, devem ser citadas:

O absolutismo dos imperadores do Oriente e suas constantes e abusivas interferências na direção da Igreja que encontraram no papa um obstáculo intransponível.

O recuo do domínio bizantino no Ocidente (especialmente na península itálica), a aliança dos papas com os francos, a restauração do Império Romano do Ocidente, a política dos Otões na Itália, etc...

2. Retrospecto histórico das relações entre a Santa Sé e os patriarcas de Constantinopla¹

Vejamos, em ordem cronológica, os principais incidentes que marcaram as relações entre os papas e os patriarcas de Constantinopla a partir do século V até 1054.

1) 405-415 — Crise provocada pela injusta deposição (404) de S. João Crisóstomo e sua reabilitação pelo papa Inocêncio I. Produziu-se um cisma entre o Oriente e o Ocidente até que Ático, sucessor e inimigo de Crisóstomo, consentisse em reintegrar o nome deste nos dípticos.

2) 451 — Relações tensas entre o papa Leão I e o patriarca Anatólio (449-458) que escreveu pessoalmente àquele pedindo-lhe a aprovação ao famoso cânon 28 do Concílio Calcedonense.

3) Sob o patriarca Acácio (471-489) iniciou-se um cisma que durou mais de trinta anos (484-519). Acácio desejava tornar-se completamente independente de Roma e impor-se a todas as Igrejas Orientais. Foi deposto e excomungado pelo papa Félix III. Acácio havia assinado e talvez até mesmo compilado o famoso *Henótico*, decreto do imperador Zenon (482), que pretendia unir em uma fé católicos e monofisitas. Esse documento indiretamente renegava o disposto no Concílio de Calcedônia. O Cisma iniciado sob Acácio só terminou quando o patriarca João, na Páscoa de 519, aceitou solenemente a profissão de fé proposta pelo papa Hormisdas.

4) Sob o reinado de Justiniano houve o sério incidente entre o imperador e o papa Vigílio que foi indignamente tratado em Constantinopla em virtude dos problemas suscitados pela condenação dos escritos de Teodoro de Mopsuéstia, Teodoro de Ciro e da carta de Ibas.

5) O monotelismo determinou um cisma de mais de quarenta anos (640-681). Entre os episódios lamentáveis dessa época figura a perversa atitude de Constante II contra o papa Martinho que morreu no exílio (655).

6) O Sínodo de Trullo (691) (assim chamado em virtude da sala com cúpula (trullo) em que se reuniu) convocado por Justiniano II e reunido sob a presidência do patriarca pretendeu ditar normas à própria Igreja de Roma.

7) O Iconoclasmo provocou a ruptura entre o Oriente e o Ocidente por quase um século (731-787; 815-843).

8) O Cisma fociano durou oficialmente apenas quatro anos (863-867), pois o rompimento com Roma não foi renovado durante o segundo período do patriarca Fócio (877-886). O Cisma foi provocado pela destituição e exílio do patriarca Inácio (que se opunha aos desmandos de Miguel Bardas) e pela designação de Fócio para substituí-lo. O papa Nicolau I recusou-se a reconhecer a deposição de Inácio e sua substituição por Fócio. Em 867 o novo basileu, Basílio, o Macedônio, encerrou Fócio em um convento, reconduziu Inácio à sé patriarcal e restabeleceu as relações com Roma. Após a morte de Inácio, Fócio foi reconhecido novamente como patriarca. Posteriormente, Leão, o Filósofo, depôs Fócio (886) e recolheu-o a um convento. Na época de Fócio acentua-se sobremaneira a oposição entre a Igreja Romana e a Bizantina. Encontramos, então, os principais fatores da separação definitiva:

- a) Interferência do basileu.
- b) Negação do direito divino da primazia da Sé Romana.
- c) Reavivamento das antipatias étnicas.

d) Conflitos de jurisdição a propósito da Bulgária.

e) Divergências disciplinares e litúrgicas.

f) Ataque frontal à doutrina da Igreja Ocidental sobre a procedência do Espírito Santo (Doutrina do *Filioque*).

9) De 912 a 923 temos o cisma provocado pelo problema da tetragamia (quatro casamentos). O papa, contrariando o patriarca Nicolau, o Místico, permitiu as quartas núpcias do imperador (já três vezes viúvo) Leão VI.

10) De 974 a 985 as relações entre Roma e Constantinopla foram outra vez interrompidas quando a corte bizantina tomou partido pelo antipapa Bonifácio VII (974 e de 984-985).

11) No pontificado de João XIX (1024-1032), Basílio II e o patriarca Eustácio enviaram ao papa uma embaixada com a finalidade de conseguir o reconhecimento do título de *patriarca ecumênico* ao patriarca de Constantinopla. Ao que tudo indica, na mente bizantina esse título não implicava na negação da jurisdição do primado universal do bispo de Roma, mas apenas na afirmação do patriarca sobre os demais bispos do Império Bizantino. Note-se que essa jurisdição já era de fato exercida, havia muito. No Ocidente, entretanto, o título de patriarca ecumênico não soava bem e era mal interpretado. A recusa do papa feriu a sensibilidade bizantina.

12) Quando Miguel Cerulário ascendeu ao patriarcado em março de 1043, o Pontificado Romano atravessava uma das mais críticas fases de sua História. E' bom ter presente essa situação, ao estudar o ponto culminante do Cisma Oriental.

A instabilidade da ocupação da *Cathedra Petri*, na época, impedia praticamente quaisquer relações entre Roma e Constantinopla. Um fato de ordem política ia aproximar o papa e o basileu: uma aliança contra as ameaças normandas no sul da Itália.

Cerulário, temeroso de que essa aliança contribuísse para aumentar a influência do papa no Oriente, procurou desencadear uma polêmica religiosa repetindo as velhas acusações contra os latinos já formuladas na época de Fócio. Mandou fechar todas as igrejas e conventos latinos de Constantinopla e fez com que o metropolita búlgaro Leão de Acrida escrevesse uma carta ao bispo João de Trani, da Apúlia, na qual atacava diversas práticas latinas, como, v.g., o uso do pão ázimo, etc...

Leão IX enviou uma embaixada a Constantinopla chefiada pelo cardeal Umberto, dotado de superior erudição teológica.

Note-se que as relações entre os legados pontifícios e o basileu foram boas, mas a hostilidade de Cerulário, ferido em seu orgulho, provocou a ruptura com o papa. Consumou-se assim o Cisma Oriental.

Vamos encerrar êsse item com três observações.

A primeira é referente ao episódio em que foi protagonista Miguel Cerulário.

Tal episódio não apareceu aos contemporâneos como um rompimento definitivo. Foi considerado, antes, como um incidente a mais entre os muitos que haviam pontilhado as relações religiosas entre Roma e Constantinopla.

A segunda observação visa a chamar a atenção do leitor para o fato de que neste item não pretendemos evidentemente apresentar uma gênese completa do Cisma Oriental. Mencionamos aqui apenas alguns dos episódios mais importantes a fim de os mesmos servirem como pontos de referência para um estudo mais aprofundado.

A terceira e última observação diz respeito ao fato incontestável que se depreende do estudo das relações entre a Sé Apostólica de Roma e a Sé Patriarcal de Constantinopla: a Igreja Bizantina manteve sempre em seu subconsciente (se é que podemos expressar-nos assim) a idéia da necessidade da comunhão com Roma.

Pedidos de confirmação de patriarcas, apelos para a solução de questões disciplinares e dogmáticas, tentativas de reunificação (mesmo por razões políticas) constituem, no fundo, reflexos de uma consciência, às vezes latente, de quão artificial e política era a origem dos poderes e da própria instituição do patriarcado bizantino em oposição às incontestáveis origens apostólicas da Sé Romana.

3. As Instituições Eclesiásticas⁵

Antes de estudarmos brevemente as instituições da Igreja Ortodoxa, convém acentuar a importância da atuação do Imperador na vida religiosa do Império. Com efeito, o basileu exercia uma intervenção contínua, não só em assuntos de disciplina, mas até mesmo em problemas de estrito caráter teológico, chegando a promulgar editos dogmáticos que provocaram, não raro, graves perturbações na ordem pública. Embora considerado fundamentalmente simples fiel e, portanto, adstrito à observância das leis canônicas, o basileu, em virtude de sua coroação, tornava-se o protetor oficial da Igreja Cristã, cuja existência estava intimamente ligada à própria existência do Império. Gregório Nazianzeno já exprimira essa concepção quando, a propósito da legislação de Juliano, havia sublinhado que atacar o Cristianismo equivalia a pôr em perigo o próprio Estado Romano.

Essa confusão entre o espiritual e o temporal, cuja expressão viva era o basileu, marcou toda a História Religiosa de Bizâncio e acarretou uma série de crises com graves prejuízos para a conservação e propagação da fé cristã. Apesar de tudo convém evitar os exageros de considerar a Igreja Ortodoxa como uma instituição servil e irremediavelmente ligada ao trono imperial.

Com efeito a História registra, de quando em vez, a oposição de parte do clero bizantino ou de seus altos dignitários às pretensões abusivas do basileu. Essa resistência foi permanente no que tange ao depósito da fé legado pelos Padres e pelos grandes Concílios. A pureza

dos princípios fundamentais do dogma cristão conservou-se intacta e jamais imperador algum, por mais poderoso que fosse, conseguiu fazer triunfar uma doutrina contrária à tradição ortodoxa. A resistência oposta ao Iconoclasmo ilustra bem essa assertiva.

Assim é que, a rigor, não se pode falar sempre, com respeito às relações entre o Basileu e a Igreja Ortodoxa, em verdadeiro Cesaropapismo. Bizâncio foi, na realidade, um estado teocrático em que o Imperador se considerava o primeiro servidor da Divindade e o responsável pela continuação da obra apostólica de propagação da fé. A queda definitiva do poder temporal com a tomada de Constantinopla veio demonstrar a força real da Igreja Ortodoxa capaz de sobreviver à tutela dos basileus.

a) *O Patriarca*

No cimo da hierarquia da Igreja Ortodoxa encontrava-se o patriarca de Constantinopla.

Havia muito que, no Oriente, os patriarcas de Alexandria e de Antioquia gozavam de grande prestígio em virtude da origem apostólica das respectivas igrejas. Esses patriarcados iam sofrer um rude golpe com a expansão muçulmana.

— O bispo de Bizâncio, por ocasião da fundação de Constantinopla, era apenas um sufragâneo da metrópole de Heracléia. Tão diminuto era seu prestígio que seu nome nem sequer figura na lista do Concílio de Nicéia.

Foi por iniciativa da autoridade imperial que o titular da Sé Episcopal da nova Capital do Império iria adquirir o prestígio e o poder de que usufruiu no decurso da longa História Bizantina.

Em 381, por ocasião do segundo Concílio ecumênico, fora proclamado que o bispo de Constantinopla receberia as honras logo após o bispo de Roma porque aquela cidade era a nova Roma.

Note-se, entretanto, que o papa Dâmaso em 382 acentuou que a primazia de honra das sedes episcopais de Roma, de Alexandria e de Antioquia não provinha da importância política dessas cidades, mas sim da origem apostólica das respectivas igrejas.

— O já citado Cânon 28 do Concílio de Calcedônia pode ser considerado como a Carta constitutiva do patriarcado de Constantinopla. Não cabe aqui traçar a História desse patriarcado através dos séculos. Limitar-nos-emos, apenas, a algumas observações sobre o território de jurisdição do patriarca, a escolha e as atribuições do mesmo.

Quanto ao território a que se estendia a jurisdição deve-se notar que o mesmo variou de acordo com as vicissitudes históricas. Já antes do Concílio de Calcedônia o bispo de Constantinopla tivera sua circunscrição jurisdicional ampliada à custa da Metrópole de Heracléia (na Europa) e de Éfeso (na Ásia).

A partir do século VIII o território patriarcal foi grandemente ampliado por motivo do triunfo das armas bizantinas. Entretanto já

no fim do século XI, com a formação do sultanato de Icônio, consequência do funesto desastre de Mantzikert em 1071, o patriarcado ia perder suas ricas metrópoles da Ásia Menor. A conquista otomana reduziu ainda mais o prestígio e a força material do patriarca de Constantinopla. Note-se, contudo, que em certas regiões fora das fronteiras do Império (por exemplo, na Rússia) a autoridade espiritual do titular da Sé Patriarcal de Constantinopla não só se manteve, mas até mesmo se fortaleceu.

— A maneira de escolha do patriarca variou bastante no decurso dos séculos. A eleição era feita inicialmente pelo clero e pelo povo e ratificada pelo poder civil. Uma novela de Justiniano reduziu o corpo eleitoral aos clérigos e aos principais da cidade, que deviam apresentar uma lista tríplice, da qual seria escolhido o melhor.

Na realidade, Justiniano, durante seu reinado, escolheu sempre os patriarcas a seu gosto. Posteriormente foi introduzido o costume de escolha do patriarca pelos metropolitas. Segundo o Livro das cerimônias, os metropolitas apresentavam uma lista tríplice ao basileu que, entretanto, podia escolher um quarto candidato.

Após sua entronização, o patriarca tornava-se o chefe da Igreja Ortodoxa e o segundo personagem do Império.

A pessoa do patriarca era cercada do máximo respeito. Seu poder não se restringia somente aos problemas estritamente eclesiásticos, pois, em virtude da estreita união entre Igreja e Estado, cabia-lhe intervir em assuntos de ordem temporal, auxiliando com sua autoridade o próprio basileu. Basta lembrar, por exemplo, que, na minoridade dos imperadores, o patriarca fazia parte do Conselho Regencial e às vezes chegava a presidi-lo.

No desempenho de suas altas funções, o patriarca era coadjuvado por dignitários que usufruíam de grande prestígio. Depois do século XI, encontramos os seguintes importantes auxiliares do patriarca: o *grande ecônomo* (cuidava dos bens temporais), o *grande sacelário* (supervisionava os mosteiros), o *grande skevophylax* (velava pelo culto e guardava o tesouro patriarcal que continha os objetos sagrados), o *grande chartophylax* (que se tornou, a partir do século IX, o dignitário mais importante do patriarcado, equivalendo a um verdadeiro primeiro ministro, cabendo-lhe a direção da chancelaria do patriarcado).

b) O clero secular

O alto clero bizantino era formado pelos metropolitas, pelos bispos sufragâneos e pelos arcebispos autocéfalos. Sob a jurisdição dos bispos encontrava-se o clero secular dividido hierarquicamente em leitores, subdiáconos, diáconos e sacerdotes. Havia também as diaconisas que não faziam propriamente parte do clero, mas o auxiliavam em determinados setores, como, v.g., a instrução dos catecúmenos e o cuidado dos doentes. Os clérigos se distinguiram pela tonsura e pelo uso da barba. Em princípio podiam contrair matrimônio até a recepção das

ordens maiores. Os clérigos gozavam de certos privilégios que lhes possibilitavam plena liberdade no exercício de suas funções. Assim é que tinham direito a foro especial, estavam dispensados do pagamento de determinados impostos e isentos da prestação de serviço militar.

Uma novela de Justiniano declarava o episcopado aberto a todos os clérigos íntegros. Em geral os bispos eram escolhidos entre os dignitários do patriarcado ou das metrópoles, entre os superiores dos mosteiros ou entre simples monges.

Os membros do episcopado ortodoxo estavam revestidos de grande autoridade que se exercia além do âmbito espiritual.

Justiniano já atribuíra ao clero a missão de intervir na administração civil, especialmente para fiscalizar a atuação das autoridades leigas. Aos bispos, sobretudo, cabia essa missão de vigiar as autoridades opondo-se aos atos arbitrários das mesmas.

c) *Os monges*

Impossível escrever sobre a Igreja bizantina sem mencionar, ainda que brevemente, a instituição do monacato cuja atuação constitui parte essencial da vida religiosa e política de Bizâncio.

Nos primeiros tempos os monges raramente recebiam as ordens sacras. Eram, portanto, simples leigos que, em virtude de votos, levavam uma vida de ascetas.

A história completa dos monges bizantinos exigiria muitos volumes. Essa história assinala uma longa e, às vezes, dramática evolução de costumes e de atitudes, mas com uma constante ascensão de prestígio desses religiosos que, no final do Império, ocupam os postos mais destacados do clero oriental, detendo o monopólio do recrutamento episcopal.

Convém acentuar que no Império Bizantino o Monaquismo apresentou-se sob duas formas: a oriental e a helênica. A primeira revestia sobretudo um caráter contemplativo. E' o monaquismo dos anacoretas que se isolam da comunidade e levam o ascetismo ao exagero. A segunda é sobretudo obra de S. Basílio que, consciente dos inconvenientes do monaquismo oriental, estabeleceu um programa de vida monacal que realizaria o pleno ideal da vida cristã. Em oposição ao quietismo oriental puramente contemplativo, Basílio dividiu o tempo do monge entre a prece, o trabalho (manual e intelectual) e as obras de caridade. O ideal monástico de Basílio inspiraria S. Bento na sua obra grandiosa de desenvolvimento do monaquismo ocidental.

Justiniano criou um verdadeiro estatuto jurídico dos monges. Suas novelas a respeito da vida monacal foram um código em que se percebe a influência das idéias de S. Basílio.

— A maior crise do monaquismo bizantino se processou durante o período iconoclástico quando os monges se afirmaram como os mais irredutíveis defensores do culto dos ícones. A ação dos imperadores iconoclastas contra os religiosos revelou-se contraproducente. Terminada a crise, o monaquismo apareceu mais florescente que nunca.

Uma das mais importantes reformas da vida monacal bizantina foi iniciada por Platão, notário e funcionário do tesouro imperial que se fez monge. Foi intensificada por seu sobrinho Teodoro Studita. Este, inspirado ainda nos ideais de S. Basílio, sublinhou a vida comunitária, a obediência aos superiores e o trabalho obrigatório.

Quanto a esta última atividade, note-se a existência nos mosteiros de uma organização especializada de trabalhos. Encontravam-se monges arquitetos, sapateiros, médicos, calígrafos, etc.

Os monges copistas desenvolveram uma atividade tal que o mosteiro de *Studios* em Constantinopla se tornou no século IX um verdadeiro centro de reforma da escrita, desenvolvendo-se aí o emprego da minúscula cursiva, tipo de escrita que passou a ser empregada nos manuscritos.

— A época áurea dos mosteiros bizantinos situa-se nos séculos que seguiram a crise iconoclástica. Assinala-se então uma nova legislação concernente à vida monástica com a grande inovação de permitir a intervenção do *fundador* no estatuto e na vida do mosteiro.

De 900 a 1200 foram fundados os mais famosos mosteiros de Bizâncio.

Entre essas fundações deve ser mencionada a de Atanásio no Monte Atos, local já importante como centro monástico.

d) *Assistência Social*

Vamos encerrar essas breves anotações sobre as instituições eclesásticas do Império Bizantino, lembrando o notável obra de assistência social da Igreja Bizantina. O clero supervisionava e administrava inúmeras casas beneficentes.

Os *nosokomia* eram hospitais para doentes pobres atendidos por diáconos, viúvas, irmãos leigos e sacerdotes com conhecimentos médicos; os *ptochia* eram abrigos para os pobres e mendigos capazes de trabalhar. Os velhos eram recolhidos nos *gerontokomia*. Os peregrinos e viajantes encontravam alojamento nos *Xenodochia*. Os *orphanotrophia* recolhiam as crianças abandonadas e doentes. Os *brephotòphia* recolhiam as crianças expostas.

¹ Romag, *Compêndio da História*, I, pp. 162-163.

² Iedin, *Concéllos Ecumênicos*, p.14.

³ Idem, *ibidem*, p.22.

⁴ Ver excelente síntese sobre as relações en-

tre Constantinopla e Roma na *Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, vol. IV, p.739.

⁵ O leitor encontrará um bom resumo das instituições eclesásticas bizantinas em Bréhier, *Le Monde*, II, pp.430 ss.

CAPÍTULO XVI

O Legado

Introdução

Terminado o relato de alguns dos principais aspectos da soberba História do Império Bizantino, impõe-se a conclusão de que o conhecimento dessa História é indispensável para a perfeita compreensão da evolução de nossa civilização ocidental. Bizâncio ocupa lugar bem proeminente na História Universal. Em Constantinopla encontramos a chave que nos abre uma vasta perspectiva para o aprofundamento do estudo da vida cultural de diferentes povos da Europa moderna.

No presente capítulo pretendemos fazer um ligeiro balanço da portentosa influência civilizadora do Mundo Bizantino. Claro está que não será possível abordar todos os aspectos desse rico legado. Limitar-nos-emos, primeiramente, a uma *visão geral* do legado bizantino a diferentes nações medievais e modernas. Em seguida, acentuaremos, de modo particular, algumas contribuições específicas respectivamente no terreno da Religião, da Arte, da Literatura, da Filosofia, do Direito e da *Ciência*.

«O que Roma foi na Idade Média para o Mundo Ocidental e Germânico, Bizâncio o foi para o Mundo Grego, Eslavo e Oriental». Essa afirmação de Tatakis¹ já nos dá uma idéia da magnitude do legado bizantino às grandes correntes da Civilização. Como veremos nas páginas seguintes, a influência de Bizâncio não se fez sentir somente dentro dos limites supramencionados. Com efeito o Ocidente europeu em diferentes épocas teve também uma parte não desprezível no benfazejo influxo da refinada civilização bizantina. Volvamos, quase ao acaso, as páginas da milenar e às vezes épica História do Império do Oriente e encontraremos desde logo uma inestimável contribuição para o Ocidente: a defesa dos ataques muçulmanos à civilização cristã. O primeiro e grandioso legado de Constantinopla à nossa civilização foi ter sido durante muitos séculos o bastião contra o qual numerosas vezes se quebraram as ondas ameaçadoras de árabes e turcos. Mas o Ocidente europeu não se beneficiou somente com essa posição de milenar e vigilante sentinela do cristianismo adotada por Bizâncio. A capital do Império constituiu-se, em diferentes épocas, fonte inesgotável

para a formação cultural dos povos ocidentais. Como intermediária entre o Oriente e a Europa, Constantinopla possibilitou a difusão não só de mercadorias mas também de idéias. Assim é que a ciência dos persas, dos árabes e até mesmo dos chineses penetrou no Ocidente. A presença de Bizâncio na Itália, as relações comerciais com as repúblicas da península, as invasões normandas e sobretudo as cruzadas estabeleceram forçosamente um intercâmbio cultural de que se beneficiou grandemente o mundo ocidental europeu. Muitos gregos, por diferentes razões de ordem econômica, política e religiosa, visitaram o Ocidente e aí difundiram suas idéias suas concepções de vida. Ocidentais, sobretudo italianos, não hesitaram em estabelecer-se em Constantinopla com o fim de haurirem nas melhores fontes as lições eternas da Grécia Clássica tão zelosamente continuada pelos humanistas bizantinos. Note-se que a conservação dos manuscritos dos clássicos é por si só um título de imperecível glória para Bizâncio e um motivo de perene gratidão de todos os povos civilizados.

Uma das conseqüências do intercâmbio cultural entre Ocidente e Oriente encontramos na organização das Universidades medievais inspirada na forma que a Universidade de Constantinopla tomou no século XI.

Bizâncio e os árabes

As conquistas árabes do século VII haviam privado o Império de suas províncias orientais e meridionais. Derrotado pelas armas, o Império obteve, não obstante, uma notável vitória cultural. Com efeito, na Síria, na Palestina e no Egito os conquistadores entraram em contacto com a civilização bizantina e não tardaram em sofrer-lhe os benéficos influxos. Runciman² sublinha o legado bizantino aos árabes: «O papel de Bizâncio na evolução da civilização islâmica foi enorme. Os árabes que vinham do deserto eram um povo simples, muitos deles analfabetos, respirando ascetismo. Quase todos os requintes que adquiriram posteriormente foram aprendidos com os povos que lhes eram vassallos, alguns com os persas e muitos outros com a civilização helênica, semita e cristã da Síria e do Egito. Essa civilização, já bizantina, era continuamente revitalizada por influência de Constantinopla, mesmo depois da conquista. Não só os cristãos que viviam na Síria, como o autor dos *Troféus de Damasco* de fins do século VII, consideravam-se súditos do imperador como os califas omíadas de Damasco se viram obrigados a empregar arquitetos, artistas e até estadistas gregos, cristãos tão conhecidos como o próprio João Damasceno. Os antigos edifícios muçulmanos, a mesquita dos Omíadas em Damasco ou o palácio campestre de Q'alat eram de linhas bizantinas e, na medida em que a religião o permitia, bizantina era também a decoração. Mas não só isso: os registros senatoriais do califado eram mantidos em grego até princípios do século VIII».

Bizâncio e os turcos

Os turcos seldjúcidas sofreram a influência de Bizâncio, aceitando a ajuda dos gregos em todos os processos mais complicados de sua vida e imitando a arquitetura bizantina.³

Mas é sobretudo nos turcos otomanos, após a conquista de Constantinopla, que podemos notar a forte influência bizantina. Diehl⁴ assim anota essa influência: «Os turcos não eram administradores nem juristas; pouco entendiam de ciência política sobre o que lhes oferecia Bizâncio. A etiqueta pomposa com que se cercaram os soberanos turcos do século XVI e do XVII tem toda a complicação minuciosa do cerimonial bizantino, e o sultão, como se observou inteligentemente, não passou de 'um basileu muçulmano'. Em volta dele a hierarquia burocrática, tal como a havia constituído Maomé II no Kanun-Nameh, lembra curiosamente os usos do império grego: «Nada se parece mais», diz A. Rambaud, «com dois domésticos das escolas do Oriente que os dois beilerbegues da Anatólia e da Rumélia; com o grande doméstico, que o grão-vizir; com o megaduque, que o capitão-pachá; com o grande logoteta que o reiseferdi; com os outros logotetas, que os defterdares; com o secretário imperial (epi tou kanikleion) que o nichandji. Tudo faz crer que, nas províncias, os sandjaques otomanos corresponderam perfeitamente aos antigos temas bizantinos, o begue do sandjaque ao estretego do tema, e que os otomanos conservaram os quadros que lhes legava a administração imperial».

Bizâncio e os povos eslavos

Um dos mais belos capítulos do Legado Bizantino é a profunda influência de Constantinopla na formação cultural dos eslavos e de outros povos (como os búlgaros), que na região balcânica se colocaram ao alcance da ação civilizadora de Bizâncio. Tatakis⁵ observa que os eslavos se deixaram impregnar tão profundamente pela influência bizantina que ainda hoje é difícil separar na civilização daqueles povos o que é propriamente eslavo do que é bizantino. Quem pretender estudar a fundo a formação e a evolução da alma eslava terá que partir do estudo da própria civilização bizantina. O grande veículo da penetração bizantina foi naturalmente a Igreja Ortodoxa. Graças à religião é que se conservou através dos séculos de dominação turca o espírito de patriotismo dos povos balcânicos. «Durante quatro séculos, no Oriente balcânico, a Igreja ortodoxa manteve o patriotismo cristão, e à sua sombra se preparou, no curso do século XVIII, o grande movimento donde, ao raiar do século XIX, saíram o despertar das nacionalidades oprimidas e sua independência».⁶ Não podemos evidentemente estudar em todos os seus aspectos o legado bizantino aos povos eslavos. Tal estudo resultaria provavelmente em substanciosos volumes. Limitar-nos-emos aqui apenas a citar como exemplo dessa marcante influência a civilização russa. Com efeito, a Rússia dos Czares permaneceu «até

a aurora do século XX em todas as manifestações de sua vida a mais fiel imagem de Bizâncio desaparecida».⁷

Durante séculos os russos haviam sentido o influxo da civilização bizantina, sobretudo através da atuação da Igreja. Quando Constantinopla caiu em poder dos turcos, numerosos emigrados gregos procuraram a Rússia provocando aí um movimento de renovação cultural paralelo ao Renascimento Ocidental. O casamento (1472) de Ivan III, grande príncipe de Moscou, com Sofia, a última dos Paleólogos, selou a convicção de que a capital russa deveria ser considerada a sucessora política de Bizâncio. Com a criação do patriarcado de Moscou em 1589, os russos reivindicaram também a sucessão religiosa de Bizâncio. «Nunca, daí por diante, a Rússia dos czares esqueceu as ambições que lhe impunha essa herança nem deixou modificar-se o espírito que lhe havia instilado sua educação bizantina. Ainda recentemente, se se quisesse fazer idéia do que foi o mundo bizantino, seria para a corte de São Petersburgo e para o Kremlin de Moscou que valeria a pena dirigir os olhos. Em nenhuma parte, mais que na Rússia czarista, se havia conservado a imagem fiel de Bizâncio desaparecida».⁸ Essa imagem era bem visível na concepção russa do poder imperial (o czar era o lugar-tenente de Deus na terra), na etiqueta, no luxo da corte, na íntima ligação existente entre a Igreja e o Estado, no esplendor das cerimônias litúrgicas, no grande número de mosteiros e no prestígio enorme desfrutado pelos monges. Os exemplos da influência bizantina na Rússia poderiam ser multiplicados indefinidamente. A consciência de serem sucessores e continuadores dos basileus levou os czares a orientarem a política externa russa no sentido de Constantinopla. Santa Sofia foi o sonho constante de várias gerações russas: «Substituir na cúpula da grande Igreja o crescente pela cruz de ouro, tal foi o fim ideal que, desde séculos, a Rússia se propôs, ao mesmo tempo que sonhou libertar os povos cristãos do jugo otomano e aposar-se de Tsarigrad, «indissoluvelmente ligada à idéia do czarismo cristão». O dia em que Moscou se fez herdeira de Bizâncio, fixou para séculos a política do império dos czares».⁹

A espiritualidade bizantina imprimiu-se de tal modo no povo russo que a encontramos nas obras de romancistas como Dostoievsky (que pinta magistralmente a alma atormentada pelo vivo sentimento do pecado e pela consciência da imperfeição humana em sedenta busca da perfeição) e de pensadores como Berdiaeff (cuja síntese filosófica pretende focalizar o homem em toda sua espiritualidade).

Bizâncio e a Grécia

De todos os povos que se gloriam da herança bizantina, são certamente os gregos que mais títulos de legitimidade apresentam para se considerarem herdeiros e sucessores da civilização bizantina. Com efeito, a Grécia Moderna está culturalmente muito mais ligada a Bizân-

cio que à Grécia Clássica. A língua, os costumes, os monumentos e sobretudo a religião evocam a cada instante o passado bizantino.

«Para os demais europeus, Constantino Dragases, que tomba heroicamente na defesa de sua capital, Simeão e Samuel, que quase implantam nos Balcãs a hegemonia búlgara, e o grande czar sérvio Estêvão Duchan não são mais que nomes — não muito conhecidos — inscritos nos livros de História. Em Atenas, em Sófia, em Belgrado, são antepassados gloriosos, cuja memória vive no povo, cuja morte é preciso vingar e cuja obra deve ser recomeçada até que se termine. E' porque eles existiram que seus descendentes têm sobre a herança de Bizâncio direitos imprescritíveis e que em volta da cúpula de Santa Sofia adejam tão infinitas e magníficas esperanças».¹⁰

Bizâncio e a Religião

O mais vivo e atuante legado de Bizâncio é sem dúvida a Igreja Ortodoxa cujos quadros hierárquicos sobreviveram à queda do Império e resistiram de modo admirável às vicissitudes históricas de cinco séculos. Na própria Turquia, nos países árabes, na Rússia, nos Balcãs, na Grécia e em muitas outras regiões do globo encontramos a ortodoxia com sua pompa litúrgica, com seus ícones, com sua devoção à Virgem Maria, Mãe de Deus, com seus mosteiros, com toda sua espiritualidade que constitui um eloqüente testemunho da persistência da tradição doutrinária dos apóstolos conservada e admiravelmente desenvolvida e explicada pelos gênios da Patrística Grega e sobretudo pelos solenes concílios ecumênicos que providencialmente impediram a desintegração da fé cristã ameaçada em seus fundamentos trinitários e cristológicos. Quantos cristãos, que hoje possuem uma crença tranqüila na SS. Trindade e na divindade de Cristo, ignoram, à falta de uma sadia perspectiva histórica, o que realmente devem àquelas magnas assembléias reunidas à sombra do poder dos basileus bizantinos.

Bizâncio e as Artes

Depois da religião e com ela intimamente relacionada figura a Arte como um dos mais preciosos legados de Bizâncio. No Ocidente aparece em primeiro lugar a península itálica, especialmente nas regiões que integravam o Império, como lugar em que, ainda hoje, se pode observar a contribuição artística de Bizâncio. Em Ravena, residência do exarca, podemos contemplar o esplendor da arte bizantina, por exemplo, na igreja de São Vital e nos belíssimos mosaicos que a decoram. A própria Roma não foge ao atrativo dessa arte de mosaicos que se encontram nas capelas de Santa Praxedes, São Venâncio, São Zenon, etc... Veneza, e outras regiões situadas fora dos limites do Império, mas com o mesmo ligadas por relações comerciais, tornaram-se centros de atividades de mosaicos bizantinos, entre cujas obras-primas figura, v.g., a ornamentação de São Marcos.

Didier, abade de Monte Cassino, manda executar em Constantinopla, no século XI, trabalhos de ourivesaria e imagens de prata que ornamentariam o famoso mosteiro. Na Sicília o reino normando torna-se um fértil campo de atuação de artistas bizantinos.

Quanto à influência da arte bizantina na França e na Alemanha, há divergências entre os autores. Lemerle¹¹ considera essa influência apenas episódica. No Oriente a arte bizantina influenciou a arquitetura armênia e árabe.

Mas os grandes herdeiros da arte bizantina foram os povos eslavos, principalmente os russos. Entre esses últimos encontramos em diferentes épocas de sua História a presença de artistas bizantinos.

Bizâncio e a Literatura

Devemos à Literatura Bizantina, antes de mais nada, a conservação das grandes obras da Antiguidade Clássica grega. Mas a obra dos literatos bizantinos não foi só conservadora: revestiu também um aspecto criador que teve influência sobretudo entre os povos eslavos. Convém, entretanto, não esquecer o débito do Ocidente para com a patrística grega e para com alguns pensadores bizantinos de que trataremos no item seguinte.

Entre os eslavos, além da tradução de obras teológicas, gozaram de grande consideração e serviram mesmo de modelo as crônicas históricas minuciosas. Assim, por exemplo, a famosa crônica universal de Jorge Hamartolo, o Monge, não só serviu de base para as posteriores Histórias Universais bizantinas mas exerceu preponderante influência no desenvolvimento do gênero entre os eslavos, principalmente entre os russos, cujas primeiras crônicas apresentam estreita vinculação com a obra daquele autor.¹²

As obras da épica russa refletem as baladas populares da epopéia bizantina.

«A literatura russa antiga possui seus «Feitos e Vida de Dígenis Akritas». O historiador russo Karamzim (princípios do século XIX) conheceu-os e tomou-os inicialmente por um conto russo de fadas. Em todo o caso «Os Feitos de Dígenis Akritas» tiveram considerável importância no desenvolvimento da antiga literatura russa, já que a vida e as letras russas foram profundamente afetadas pela influência bizantina tanto eclesiástica como profana».¹³

Bizâncio e a Filosofia

Um estudo das origens da Filosofia Medieval ocidental não pode deixar de levar em consideração as correntes do pensamento bizantino. Durante o período compreendido entre os séculos XI e XIII, observa Tatakis,¹⁴ o pensamento do Ocidente latino gira em torno do mesmo círculo de idéias que o pensamento bizantino. «E' preciso acrescentar que, em quase todos os pontos essenciais dêsse movimento de idéias,

é Bizâncio que precede». Vejamos, a propósito, alguns exemplos. Os escritos reunidos sob o nome de Dionísio Areopágita desempenharam importante papel no desenvolvimento do pensamento medieval no Ocidente. Tais escritos foram lidos, comentados e incorporados às *sumas*. O pseudo-Dionísio exerceu verdadeiro fascínio sobre os teólogos medievais que o consultam a propósito dos atributos divinos, da angeologia e do problema do mal.

As traduções das obras do pseudo-Dionísio e de Máximo, o Confessor, feitas por Escoto Eriúgena constituem um marco importante na difusão do pensamento bizantino no Ocidente.

— Em 1151 Burgúndio de Pisa traduziu para o latim a «*De Fide orthodoxa*» de S. João Damasceno, obra essa que teria enorme repercussão no pensamento ocidental. Basta lembrar que constituiu o modelo para as sentenças de Pedro Lombardo. Foi utilizada com frequência por diversos autores, entre os quais o próprio Tomás de Aquino. Muitas das definições usadas por autores escolásticos dos séculos XII e XIII, especialmente às referentes à natureza de Deus, procedem de Damasceno. Entre as noções empregadas pelo pensador bizantino figuram as de ser, substância, acidente, hipóstase, essência, existência, pessoa, etc. Tatakis anota: «Seria de grande interesse se um estudo minucioso nos permitisse seguir o eco de Damasceno, desde Pedro Lombardo, o *magister sententiarum* que utilizou a tradução do *De fide orthodoxa* do jurista de Pisa Burgúndio, até S. Tomás de Aquino, para quem os padres gregos, e particularmente Damasceno, foram um rico arsenal de conceitos precisos e concisos para a expressão do dogma e do pensamento cristão».¹⁶

Guilherme Moerbecke, arcebispo católico de Corinto, aprendeu no Peloponeso o grego e as doutrinas de Proclo, cujas obras traduziu para o latim, contribuindo assim para introduzir o neoplatonismo no Ocidente.¹⁷ Moerbecke verteu, também, partes do comentário de João Filopon (Iohannes Grammaticus) sobre a obra de Aristóteles a respeito da alma. Tais comentários foram consultados por Tomás de Aquino que neles encontrou a confirmação da interpretação de Aristóteles, a qual ele havia sustentado contra os averroístas. É importante observar que o comentário de Filopon revestia-se de grande valia para o *Doctor Angelicus*, pois o pensador bizantino havia combatido a falsa interpretação de Aristóteles feita por Alexandre de Afrodísia, cujas idéias se assemelhavam às de Averróis.

A tradução dos comentários de Eustrato de Nicéia sobre Aristóteles também tiveram ressonância no Ocidente, tendo sido a mesma consultada por Alberto Magno e Tomás de Aquino.

Bizâncio e o Direito

Em Bizâncio podemos contemplar a longa evolução e adaptação do Direito Romano. Enquanto em certas épocas o Ocidente estava mergulhado num verdadeiro caos legislativo, os basileus procuravam elabo-

rar códigos, quer repetindo, quer adaptando velhos preceitos jurídicos, quer ainda criando um direito novo de acordo com as circunstâncias históricas. Compreende-se, assim, a importância do legado bizantino ao Ocidente no terreno jurídico. Vamos limitar-nos, aqui, apenas a alguns exemplos.

Começemos com o *Codex Theodosianus*. Este código foi introduzido no Ocidente na época das invasões germânicas e teve uma grande influência na legislação bárbara. Assim é que a famosa *Lex Romana Visigothorum*, elaborada para os súditos romanos do reino visigótico, é uma abreviação do Código de Teodósio e de outros monumentos jurídicos da Roma Imperial.

O Código Teodosiano, observa Giffard,¹⁷ «possui uma importância especial para a História do Direito Francês, pois esse Código foi a fonte principal do Direito Romano na Gália até à renascença do Direito de Justiniano nos séculos XII e XIII».

Com o interesse pelo estudo do Direito Romano na Itália despertado em inícios do século XII na Universidade de Bolonha, adquiriram grande atualidade as compilações de Justiniano que haviam sido reproduzidas em numerosos manuscritos e levadas para a exarquia de Ravena pelos bizantinos.

Com a renascença do Direito de Justiniano, as compilações adquiriram fama universal. Diehl¹⁸ acentua esse fato: «Mas quando, no fim do século XI, Irnério introduziu em Bolonha um novo método, quando empreendeu estudar, ao invés de deformá-la como faziam seus predecessores, em toda a sua pureza original a legislação de Justiniano, quando se aplicou em suas glosas a deduzir-lhe as rigorosas conseqüências, a Escola de Bolonha logo conquistou um relevo prodigioso. Frederico Barba Roxa, em uma constituição célebre (1158), testemunhou sua benevolência para com os juristas bolonheses, porque em seu ensino achava o melhor ponto de apoio das reivindicações do direito imperial. No fim do século XII, os estudantes afluíam aos milhares a Bolonha, de todos os países do Ocidente e os glosadores famosos do século XIII, Acúrcio, Odofredo, Rolandino de Romanzi, cujos curiosos túmulos ainda hoje se vêem em Bolonha, em frente à igreja de S. Francisco, davam à Escola um renome mundial».

A difusão das concepções do Direito de Justiniano está intimamente vinculada ao aparecimento do Mundo Moderno: «E' do direito justiniano que procede a concepção que têm do poder real os legistas; é no direito justiniano que eles vão buscar os argumentos para justificar a onipotência real. Em face da idéia feudal da realeza peculiar à Idade Média, desponta um espírito novo, de onde sairá o Estado Moderno em sua forma absoluta e centralizadora. A própria monarquia de Luís XIV procede do direito justiniano; o grande rei como o basileu são investidos de uma autoridade sem limites e de direito divino. Por tudo isso, Bizâncio longínqua difundiu e conservou até a modernidade muitas idéias cuja verdadeira origem não raro se ignora».¹⁹

A *Epanagógé* (compilação do final do reinado de Basílio I) e outros tratados legislativos bizantinos foram traduzidos para o eslavo, refletindo-se na legislação de vários povos. Na Rússia, v.g., encontramos a influência da *Epanagógé* no chamado *Livro das regras* (Código administrativo mencionado desde o século X) e em outros documentos jurídicos posteriores.

Para terminar essa pequena série de exemplos da contribuição de Bizâncio no terreno jurídico lembremos ainda a obra de Constantino Harmenópulo, juiz de Tessalônica, o *Hexábiblos* publicado em 1345. Essa compilação contribuiu muito para a formação do Direito Civil na Grécia após a conquista de 1453, pois Maomé II deixou aos vencidos sua legislação. O *Hexábiblos* teve autoridade igual à da lei «mesmo durante a longa dominação turca e, após o reconhecimento da independência grega (1830), um decreto real (23 de fevereiro de 1834) mandou observá-lo como código civil, salvo nas partes revogadas por costumes longamente usados ou pela jurisprudência».²⁰

Bizâncio e as Ciências

O primeiro legado de Bizâncio no terreno científico foi o haver conservado e comentado as obras da Antiguidade Grega e oriental, contribuindo assim para a difusão da ciência helênica no Oriente entre os sírios, persas e árabes e, no Ocidente, principalmente na época das cruzadas e após a queda de Constantinopla.

Um manual bizantino de medicina escrito pelos fins do século XIII teve grande influência na medicina do Ocidente medieval, pois constituiu livro de estudo da Faculdade de Medicina de Paris até o século XVII.

Bizâncio e a Renascença

E' um fato conhecido que a Renascença teve início na Itália. Entre as diferentes causas que tornaram a península o berço desse movimento, que assinala tão bem a transição da mentalidade medieval para a mentalidade moderna, figura, sem dúvida a influência de Bizâncio. Assim é que vamos encerrar esse capítulo sobre o Legado Bizantino, escrevendo algumas linhas a respeito da contribuição dos intelectuais gregos para a formação dos humanistas italianos.

Havia muito que o sul da Itália (a Magna Grécia da Antiguidade Clássica) vinha sentindo a forte influência bizantina. Justiniano já introduzira nessa região bom número de elementos gregos. Quando os lombardos conquistaram a península, não puderam fugir ao fascínio da civilização bizantina. As conquistas e devastações realizadas por persas e árabes (século VII) no Império motivaram uma forte migração para a Itália Meridional. No século VIII o iconoclasmo fez com que grande número de monges bizantinos buscassem refúgio na mesma re-

gião. Quando, nos séculos IX e X os árabes ameaçaram a Sicília, muitos gregos emigraram para a antiga Magna Grécia.

Compreende-se assim por que a península itálica sofreria com tanta facilidade a influência da civilização bizantina. Foi nesse ambiente helenizado do sul que surgiram dois vultos que podem ser citados no início da História do Humanismo italiano por haverem tido contato com Petrarca e Boccaccio: Barlaam e Leôncio Pilato. O primeiro ensinou grego a Petrarca e exerceu também alguma influência em Boccaccio. O segundo, discípulo de Barlaam, viveu três anos em Florença onde ensinou grego a Boccaccio.

Papel mais importante no impulso dado ao Humanismo Italiano foi desempenhado por três grandes humanistas bizantinos: Manuel Crisólaras, Gemisto Pleton e Bessarion.

Crisólaras, nascido em Constantinopla em meados do século XIV, era disputado com veemência pelos meios intelectuais italianos, tendo ensinado na Universidade de Florença durante alguns anos. Dotado de grande talento e vasta erudição, conhecia, além do grego, o latim, tendo recebido o título de «príncipe da eloquência e da filosofia grega».

Bessarion, de quem já falamos no capítulo da Literatura, teve como amigos alguns dos mais eminentes humanistas, tais como Poggio e Valla. Este último chamava Bessarion «o mais grego dos latinos e o mais latino dos gregos» (*Latinorum Graecissimus, Graecorum Latinissimus*). Com efeito, podemos afirmar que Bessarion pode ser citado como o melhor exemplo da época que sintetizou em si os gênios grego e latino.

Pleton, que também já conhecemos de outros capítulos, influenciou em Cosme de Medicis para que criasse a Academia Platônica de Florença «a primeira fundação que representa as aspirações e as inquietudes dos tempos modernos».²¹

— Com êsses exemplos vamos encerrar o resumo da herança colossal que Bizâncio deixou à Civilização. No volume em que focalizaremos os inícios dos tempos modernos, aprofundaremos o estudo das raízes do movimento renascentista e estudaremos então o papel desempenhado ainda pela cultura bizantina após a trágica queda de Constantinopla.

¹ Tatakis, *La Philosophie*, p.313.

² Runciman, *A Civilização*, p.226.

³ Idem, *ibidem*, p.228.

⁴ Diehl, *Grandeza*, p.442.

⁵ Tatakis, *La Philosophie*, pp.97-98.

⁶ Diehl, *Grandeza*, p.447.

⁷ Tatakis, *La Philosophie*, p. 313.

⁸ Diehl, *Grandeza*, p.450.

⁹ Idem, *ibidem*, p.454.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp.457-458.

¹¹ Lemerle, *Le Style Byzantine*, p.113.

¹² Vasíliev, *História*, I, p.361.

¹³ Idem, *ibidem*, pp.451-452.

¹⁴ Tatakis, *La Philosophie*, p.222.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.126.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.221.

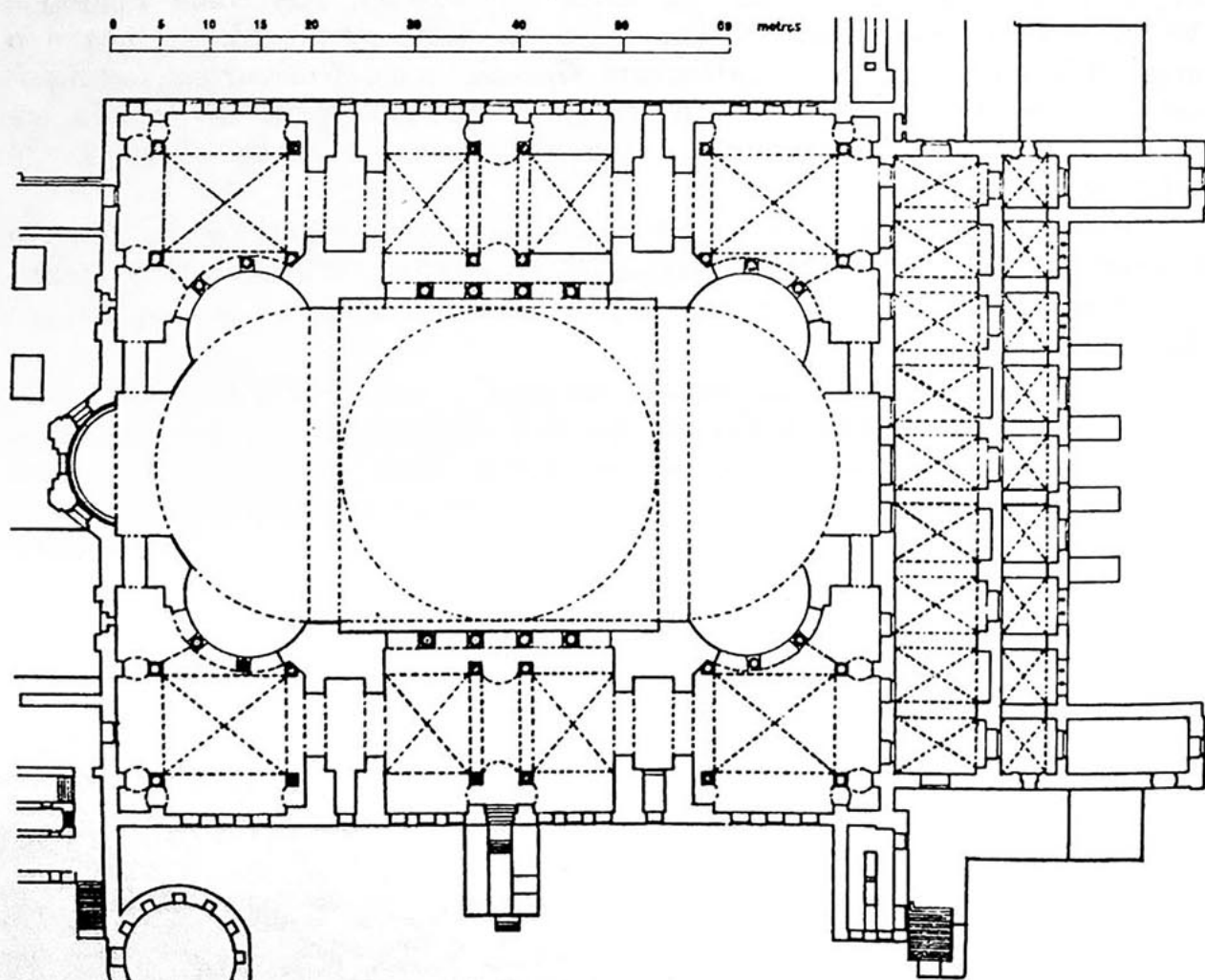
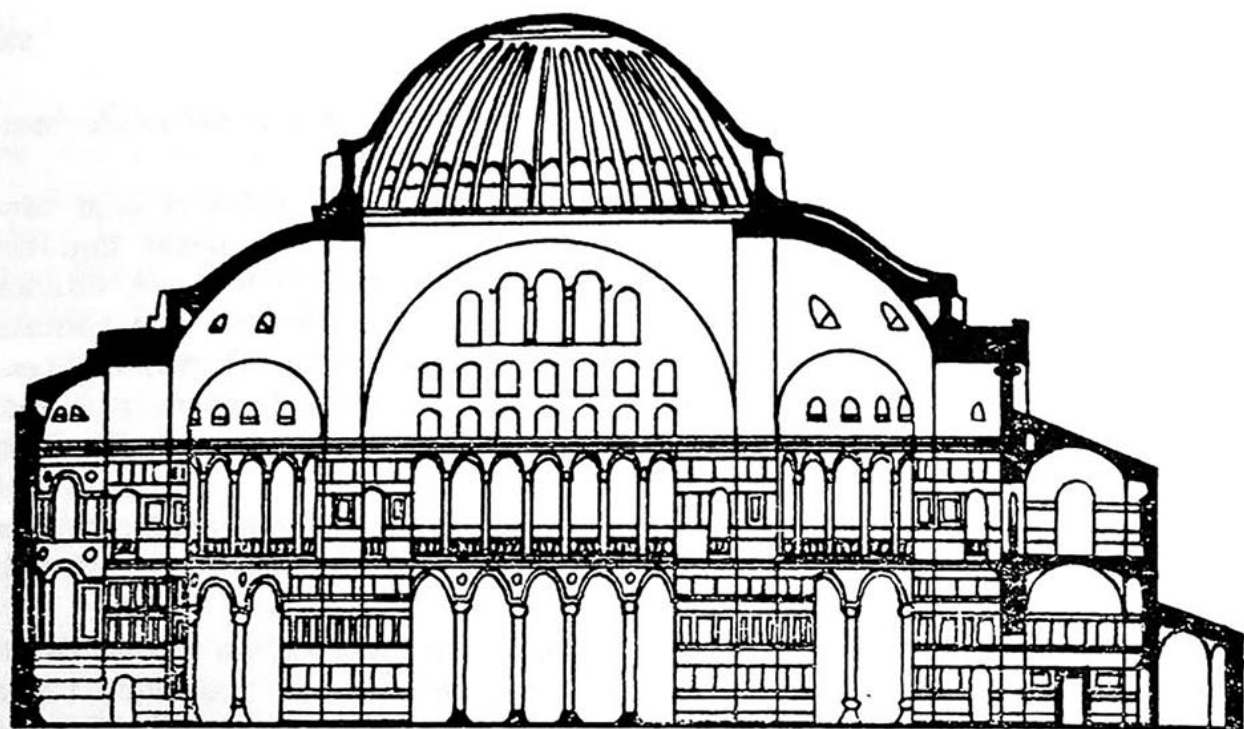
¹⁷ Giffard, *Précis de Droit*, p.68.

¹⁸ Diehl, *Grandeza*, p.434.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.436.

²⁰ Matos Peixoto, *Curso*, p.163.

²¹ Tatakis, *La Philosophie*, p.286.



Cúpula e plano de Santa Sofia (veja p. 256)

Bibliografia

Observação

Citamos aqui, quase exclusivamente, os autores expressamente mencionados no texto. Assinalamos com um asterisco as obras fundamentais utilizadas no estudo da Civilização Bizantina. Para uma bibliografia mais ampla, remetemos o leitor ao que escrevemos a propósito das obras de Louis Bréhier e de Vasiliev.

1. Bark, Carroll W., *Origens da Idade Média* (tradução de Waltensir Dutra). Zahar Editores — Rio de Janeiro.

Um livro indispensável para a Introdução ao estudo da Idade Média. O autor desfaz preconceitos antigos: «Apesar de todos os esforços dos medievalistas para desfazer nas últimas décadas o mal causado pelos autores que usavam óculos de diferentes cores, tem sido extremamente difícil persuadir o mundo moderno a considerar o período medieval sem noções preconcebidas».

- * 2. Baynes, N.H., *El Imperio Bizantino* (traducción de María Luisa Díez-Canedo y Francisco Giner de los Ríos), tercera edición en español 1957. Fondo de Cultura Económica. México-B. Aires.

Norman H. Baynes, colaborador da Cambridge Ancient History, apresenta-nos uma síntese da civilização bizantina. O capítulo III contém a lista dos imperadores distribuídos pelos períodos da História Política. O capítulo XIV estuda a dívida dos eslavos para com Bizâncio.

- * 3. Bréhier, Louis, *Le Monde Byzantin*. Esta obra, editada por Albin Michel na coleção *L'Evolution de l'Humanité*, abrange três volumes: I. *Vie et Mort de Byzance*; II. *Les Institutions de l'Empire Byzantin*; III. *La Civilisation Byzantine*.

Louis Bréhier dedicou quase toda sua vida ao estudo da civilização bizantina. Os livros aqui citados constituem a síntese de dezenas de anos de leitura e pesquisa. Não podem deixar de ser consultadas por quem pretender escrever sobre o Império Romano do Oriente. A obra de Bréhier, contudo, não deixa de apresentar alguns senões que de modo nenhum lhe diminuem o mérito. Remetemos, a propósito, o leitor à *Revue Historique*, t. CCX, Juillet-Septembre 1953, pp. 23 ss, onde encontrará um longo comentário do bizantinista Paul Lemerle a respeito do trabalho de Bréhier. Esse comentário reveste-se de importância pela orientação bibliográfica atualizada. É mencionado, v.g., o trabalho colossal do grego Ph. Koukoulès, que consagrou a vida ao inventário de toda a documentação existente sobre Bizâncio. Parte dessa imensa pesquisa foi publicada (até 1953) em sete volumes.

4. Burns, Edward Mc Nalls, História da Civilização Ocidental. Editora Globo, Porto Alegre, 1948.
5. Calmette, Joseph, Le Monde Féodal par Joseph Calmette. Nouvelle édition mise à jour avec le concours de Charles Higounet. Presses Universitaires de France, Clio.

O leitor encontrará aqui um bom resumo sobre Bizâncio no capítulo II (De Zenon aos Comnenos). O cap. VIII contém um estudo sobre a posição de Constantinopla em face das cruzadas.

6. Calmette, Joseph. Le Moyen Age. Librairie Arthème Fayard.

Trata-se da 1ª parte de uma Trilogie de l'Histoire de France que abrange L'Ere Classique e Les Révolutions.

7. Calmette, Joseph. Textes et documents d'Histoire 2. Moyen Age. (Nouvelle édition refondue et augmentée avec le concours de Charles Higounet) Presses Universitaires de France. Clio.

Obra indispensável para quem quiser ter uma sólida noção da Idade Média. A História se faz sobre bons textos e segura documentação.

8. Cerejeira, D. Manuel Gonçalves. A Idade Média na História da Civilização. Segunda edição revista. Coimbra Editôra, 1953.

Com mão de mestre o Cardeal Patriarca de Lisboa traça um seguro e documentado estudo sobre alguns aspectos da Idade Média. É obra recomendável a todos os que pretendem iniciar-se no estudo dessa fascinante época da História de nossa Civilização. Infelizmente o autor não levou a termo o plano completo que se encontra às pp. 293 e 294.

9. Colombier, Pierre du, Histoire de l'Art. Librairie Arthème Fayard, Paris.
10. Coimbra, Álvaro da Veiga, Noções de numismática. Períodos da História da Moeda Bizantina. Revista de História, n. 30, abril-junho de 1957.
11. Durant, Will, História da Civilização — 4ª parte. A Idade da Fé, t. 1 (tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho, Brenno Silveira e José Yamashiro, Cia. Editôra Nacional).

- * 12. Diehl, Charles. Os grandes problemas da História Bizantina. (Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros). Introdução do Prof. Rioldo Azzi. Editora das Américas. S. Paulo.

O autor estuda os principais problemas com que se defrontam os estudiosos da História do Império Bizantino, traçando as linhas gerais dos diferentes aspectos da Civilização Bizantina. A introdução à obra de Diehl apresenta ao leitor uma bibliografia atualizada.

- * 13. Diehl, Charles, Bizâncio, Grandeza e Decadência (tradução de Rodolfo Coutinho — EPASA Rio de Janeiro 1944).

Diehl, professor da Sorbonne e membro do Instituto da França, um dos maiores bizantinistas de todos os tempos, descreve os principais aspectos da

civilização bizantina, salientando de modo especial os elementos do poder e os elementos de debilidade do Império. A última parte da obra versa sobre os serviços prestados por Bizâncio à civilização.

14. Fliche, Augustin et Victor Martin. Histoire de l'Eglise. 3. (De la paix constantinienne à la mort de Théodose par J. R. Palanque-G. Bardy-P. de Labriolle-Bloud et Gay.
15. V. 4 De la mort de Théodose à l'élection de Gregoire le Grand par P. de Labriolle, G. Bardy, Louis Bréhier, G. de Plinval. Bloud et Gay, 1948.
16. V. 5, Grégoire le Grand, les Etats barbares et la conquête arabe (590-757) par Louis Bréhier, René Aigrain. Bloud et Gay, 1947.
17. V. 6. L'Epoque Carolingienne, par Emile Amann. Bloud et Gay, 1947.
18. Fraile, Guillermo, O.P. Historia de la Filosofía II (Judaísmo, Cristianismo, Islam — Biblioteca de Autores Cristianos), Madrid, MCMLX.
19. Franca, Leonel, Noções de História da Filosofia. 13ª edição revista Agir 1952.
20. Ganshof, F.L., Que é Feudalismo? (tradução de Jorge Borges de Macedo) Publicações Europa-América. Lisboa.

Um estudo do feudalismo (particularmente na França, no reino da Borgonha-Provença e na Alemanha) no sentido estrito, técnico, jurídico do termo.

21. Génicot, Léopold, Linhas de rumo da Idade Média, 3ª edição (tradução de Luís Álvares Ribeiro). Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1963.

Depois de abordar o «problema da Idade Média» (a palavra, a coisa, os limites cronológicos, etc...), o autor apresenta-nos uma visão geral da Idade Média em todos os seus principais aspectos. Estamos diante de um magnífico exemplo de interpretação histórica atualizada e muito bem documentada.

22. Giffard, A.E., Précis de Droit Romain. Tome premier, quatrième édition. Librairie Dalloz, Paris 1951.
23. Gilson, Etienne, La Philosophie au Moyen Age. Payot, Paris, 1952.
24. Guerdan, René, Vie, Grandeurs et Misères de Byzance. Librairie Plon, Paris.

A obra oferece uma leitura amena de divulgação sobre alguns aspectos interessantes da Civilização bizantina.

25. Guiland, Rodolphe. La Fin de l'Empire Romain Universal en Orient (395-632).

Este estudo faz parte do I volume da Histoire Universelle (Encyclopédie de la Pléiade). O autor apresenta um estudo especial sobre a cultura bizantina do século V ao séc. VII.

26. Guiland, Rodolphe, L'Empire d'Orient a l'apparition de L'Islam et l'Empire Byzantin.

Ambos esses estudos sobre Bizâncio encontram-se no 2º volume da Histoire Universelle (Encyclopédie de la Pléiade). Temos aqui uma continuação do que foi escrito no 1º vol.

27. Hayward, Fernand, Histoire des papes. (Troisième édition revue et augmentée) Payot, Paris 1953.
28. Huart, Clement et Delaporte, Louis. L'Iran Antique. Editions Albin-Michel L'évolution de l'Humanité).
29. Humbert, Jules et Henri Berguin, Histoire illustrée de la Littérature Grecque. Didier, Paris 1947.
30. Lapeyre G. e A. Pellegrin, Carthage latine et chrétienne, Payot, Paris 1950.
- * 31. Lemerle, Paul, Le Style Byzantin — Librairie Larousse, Paris.

Um estudo da arte bizantina em que o autor, depois de delinear o quadro histórico (cap. I), e apontar os caracteres gerais, a formação e evolução dessa arte (cap. II), aborda separadamente a arquitetura, a escultura, etc... O último capítulo é dedicado à expansão da arte bizantina.

- * 32. Lemerle, Paul, Histoire de Byzance (Que sais-je? n. 107) Presses Universitaires de France, Paris, 1960.

Um excelente resumo da História (principalmente política) de Bizâncio. Na *Introduction*, o autor sublinha a finalidade de sua obra: «On souhaite montrer dans ce petit volume qu'un empire qui, pendant onze siècles, aux confins de l'Occident et de l'Orient, a su résister aux coups portés par l'un et par l'autre, et remplir auprès de l'un et de l'autre sa mission historique et civilisatrice, mérite mieux que l'indifférence ou le mépris».

- * 33. Lingenthal, Karl Eduard Zachariä von, Geschichte des Griechisch-Römischen Rechts. — Aalen in Württemberg — Verlag Scientia 1955. (Photomechanischer Nachdruck)

Obra fundamental para o estudo do Direito Greco-Romano.

34. Llorca S.J., B., Historia de la Iglesia Católica, t. II. Edad Media (800-1303) por el P. Ricardo García Villoslada S.J. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, MCMLIII.
35. Matos Peixoto, José Carlos, Curso de Direito Romano. 4ª edição revista e acrescentada. Haddad Editor, 1950.
36. Magne, Augusto, História da Literatura Grega Clássica. Editora Anchieta S.A. S. Paulo.
37. Margadant, Guillermo Floreis, El significado del Derecho Romano dentro de la enseñanza jurídica contemporánea. Universidad Nacional Autónoma de México, 1960.
38. Ménager, Léon Robert, Notes sur les codifications byzantines et l'Occident. Estudo publicado em *Varia*, Etudes de Droit Romain, Sirey, 1958.

Trata-se de trabalho indispensável sobre a influência do Direito Bizantino no Ocidente durante a Idade Média.

39. Moscati, S., Histoire et Civilisation des peuples semitiques, Payot, Paris 1955.

40. Pernoud, Régine, *Lumière du Moyen Age*. Bernard Grasset, Editeur Paris.

Como o título indica, essa obra de apenas 264 páginas lança luzes em diferentes aspectos da Idade Média, desde a organização social até as relações internacionais.

41. Pirenne, Jacques, *Les Grands courants de l'Histoire Universelle II* (De l'expansion mussulmane aux traites de Westphalie) 3me édition, Bruxelles 1947.

42. Pirenne, Jacques, *Les grands courants de L'Histoire Universelle. I* (Des origines à l'Islam). Albin Michel, Paris 1950.

43. Rodrigues, José Honório, *Teoria da História do Brasil*. Instituto Progresso Editorial, S. Paulo.

44. Romag, Dagoberto, O.F.M. *Compêndio de História da Igreja. II volume, A Idade Média*. Editora Vozes, Petrópolis.

45. Romag, Dagoberto, O.F.M. *Compêndio de História da Igreja. I volume Antiguidade Cristã*. Editora Vozes, Petrópolis.

- * 46. Runciman, Steve. *A Civilização Bizantina* (tradução de Waltensir Dutra) Zahar, Editores.

O autor apresenta uma visão geral da Civilização Bizantina reservando apenas o II capítulo aos acontecimentos políticos propriamente ditos.

- * 47. Schmidt, Max Georg, *História do Comércio Mundial* (tradução de Lyon Davidovich). Athena-Editora-Rio.

48. Schnürer, Gustave, *L'Eglise et la Civilisation au Moyen Age I* (traduction française de G. Castella et de Mme. M. Th. Burgard).

49. Seignobos, Charles, *História comparada dos Povos da Europa* (tradução de Vivaldo Coaracy) José Olímpio Editora, Rio 1945.

- * 50. Seraphim, Metropolit, *L'Eglise Orthodoxe* (traduction de Jacques Marty) Payot, Paris 1952.

O autor procura apresentar, sem intuítos polêmicos, uma visão histórica, dogmática, litúrgica da Igreja Ortodoxa.

- * 51. Tatakis, Basile, *La Philosophie Byzantine*. — Presses Universitaires de France Paris 1949.

Excelente resumo da História da Filosofia Bizantina. A obra constitui um volume suplementar da *Histoire de la Philosophie* de Emile Bréhier.

52. Taton, René, *Histoire Générale des Sciences. T, I La Science Antique et Médiévale*. (Des origines a 1450) Presses Universitaires de France 1957.

A obra possui numerosos colaboradores. O capítulo reservado à ciência bizantina é de autoria de J. Théodoridès.

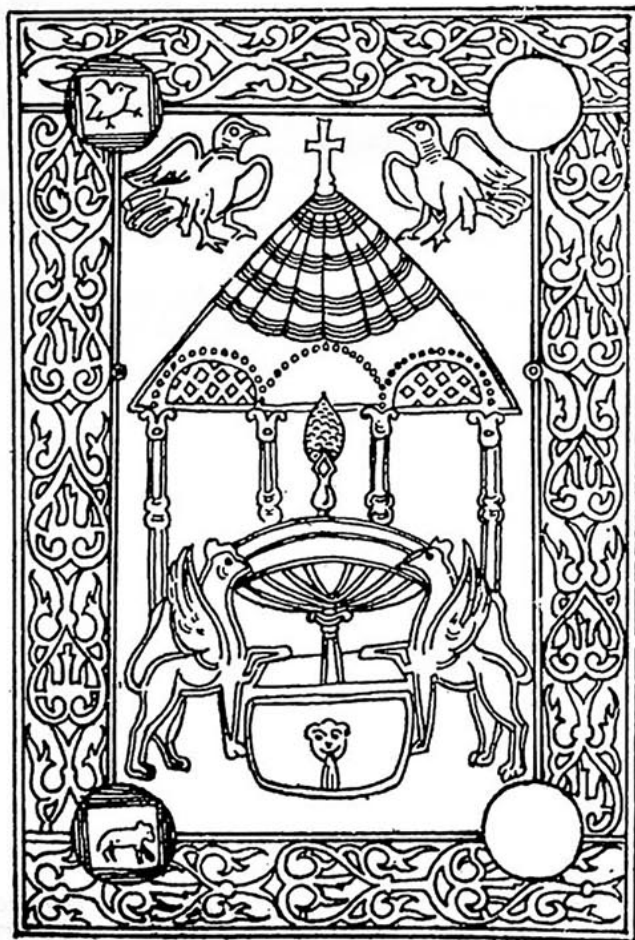
- * 53. Vasiliev, A.A., *Historia del Imperio Bizantino* (traducción de la edición francesa, por expressa indicación del autor, por Juan G. De Luaces. Revisada y anotada por Juan Ramón Masoliver. Iberia, Joaquín Gil, Editores S.A. Muntaner, 180, Barcelona.

Essa notável e conhecida obra de Vasíliev divide-se em dois volumes: o primeiro estuda o Império Bizantino a partir de Constantino até as Cruzadas. O segundo vai até a queda de Constantinopla. A exposição de Vasíliev é clara, simples e bem documentada. O autor divide a História em épocas que coincidem, mais ou menos, com o reinado de uma ou mais dinastias. Em cada época, além dos fatos políticos propriamente ditos, são estudados os demais aspectos da civilização tais como a literatura, as artes, a educação, etc. Chamamos a atenção do leitor para o capítulo I da obra no qual se encontra um substancioso estudo sobre as publicações feitas no Ocidente acerca da História Bizantina. No mesmo capítulo o autor apresenta um breve exame dos trabalhos de História Bizantina escritos na Rússia e dá-nos outras preciosas indicações sobre outras publicações relativas a Bizâncio, tais como periódicos, obras sobre Direito, papirologia, etc.

* 54. Walter, Gérard, *La ruine de Byzance (1204-1453)*. Editions Albin Michel.

O autor estuda exclusivamente a queda do Império do Oriente: «Mon but est de montrer comment marche à sa ruine un Etat jadis puissant et riche, mais qui n'a pas su se servir utilement de sa puissance et de sa richesse». Parece-nos que o autor se prende, não raro, a pontos de vista meramente pessoais. O livro contém interessantes apêndices, v.g., sobre textos históricos antigos e uma numerosa e bem classificada bibliografia.

55. Zulueta, F. do, Autor de «*La ciencia del Derecho*» em *El Legado de Roma*. Ediciones Pégaso, Madrid, 1947.



Porta de bronze em Salerno



Afresco da época final do Império; Mistra

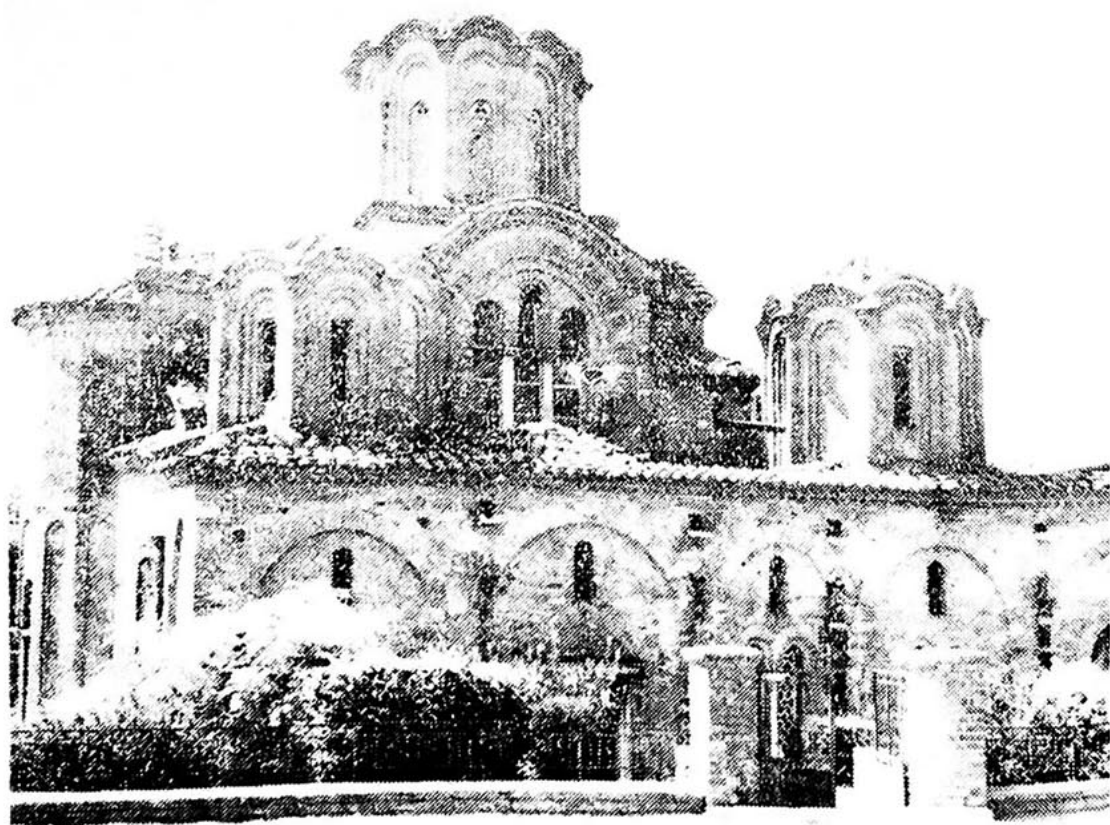


Mosaico bizantino; basílica de São Demétrio, Tessalónica



À esquerda: capitel de
estilo páleo-cristão;
Filipos Macedônia

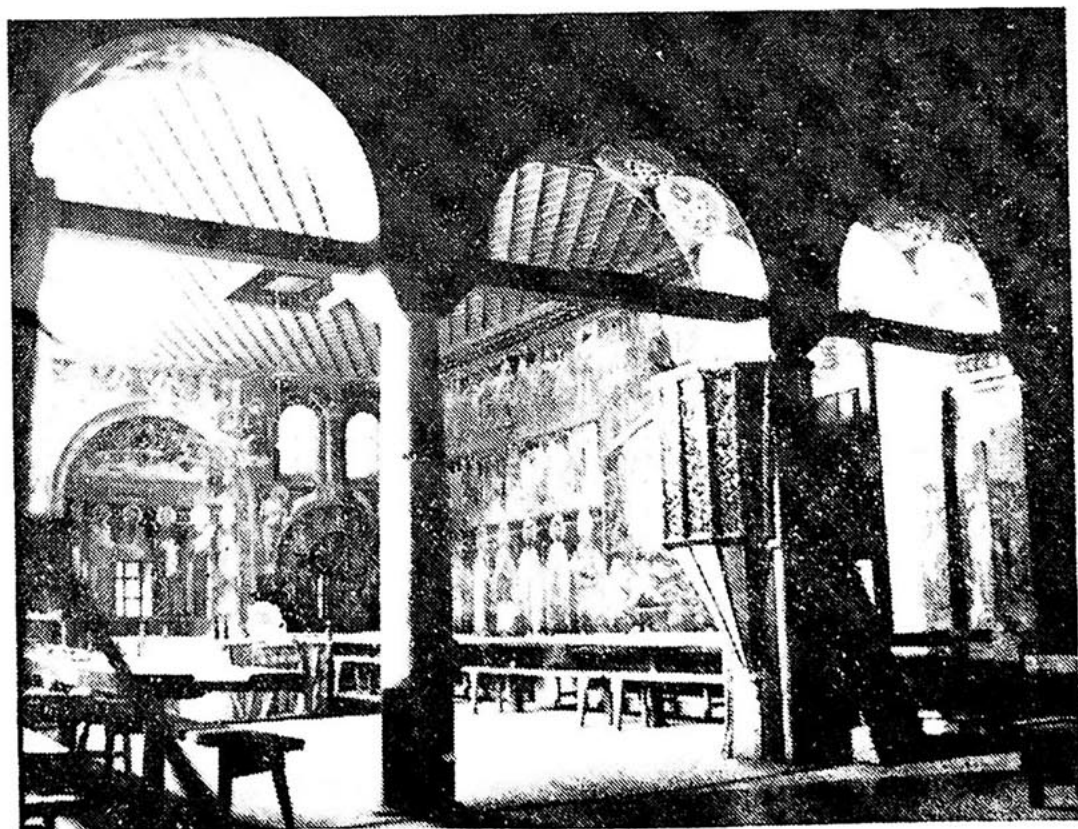
Embaixo: igreja dos
Doze Apóstolos;
Tessalonica



À direita: templo
de Tessalonica;
base da arte bizantina



Embaixo: Mosteiro
de São Dionísio; Monte
Atos; século XIV

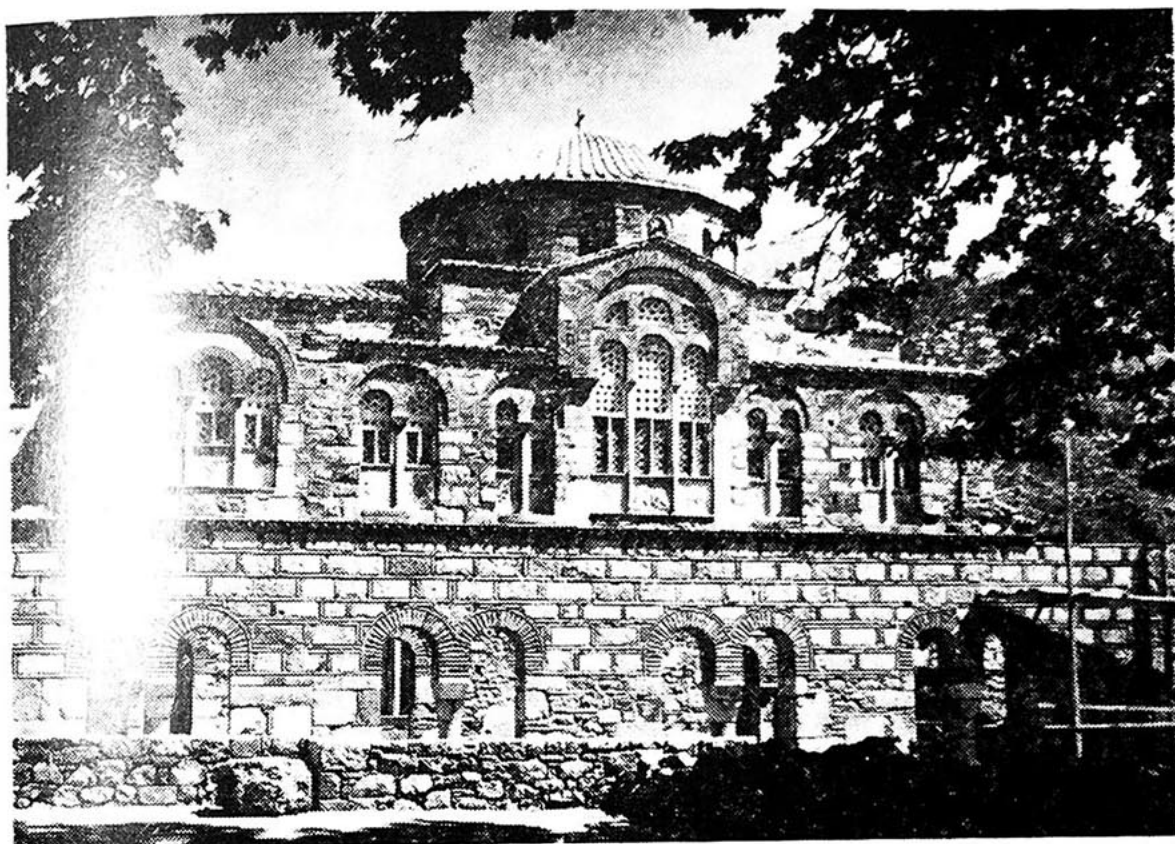




Acima: Mosteiro em Monte Atos, século X

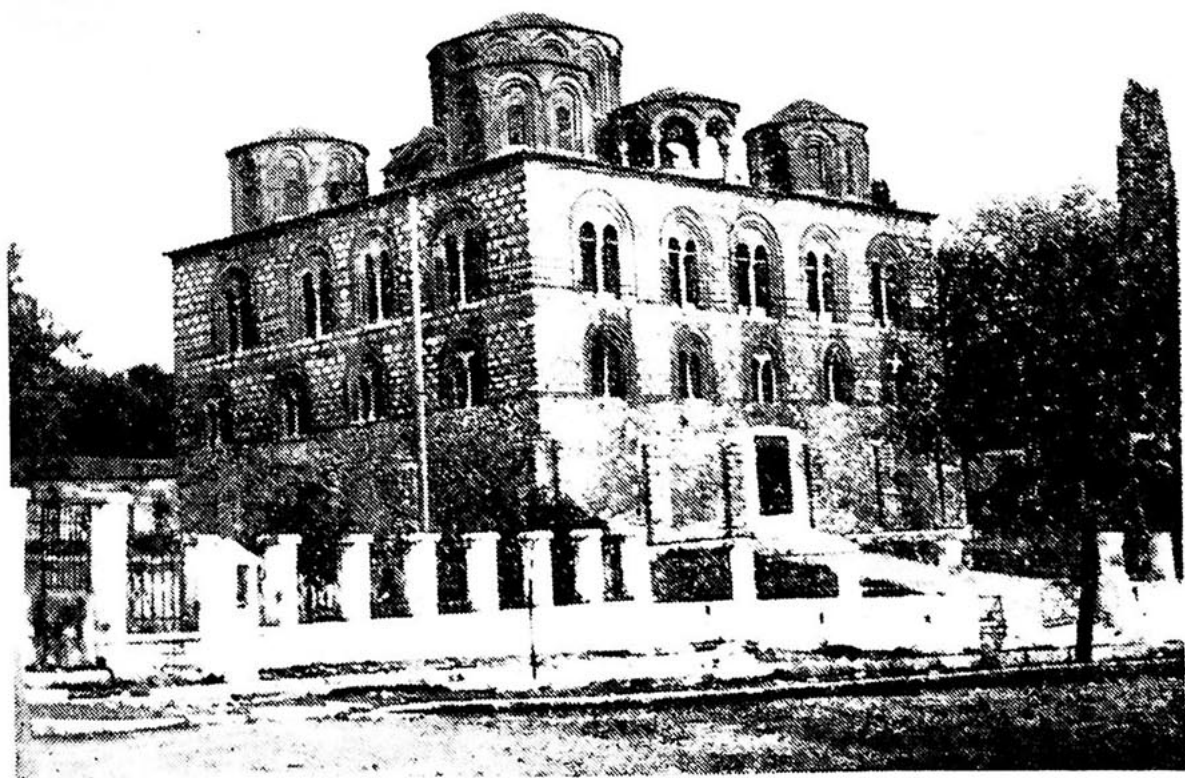
Embaixo: Mosteiro de Chiliandorio, Monte Atos,
construção do século XII





Acima: Igreja do Mosteiro de São Lucas, século XI

Embaixo: Igreja do período final do Império; Artoi, Despotado do Epiro

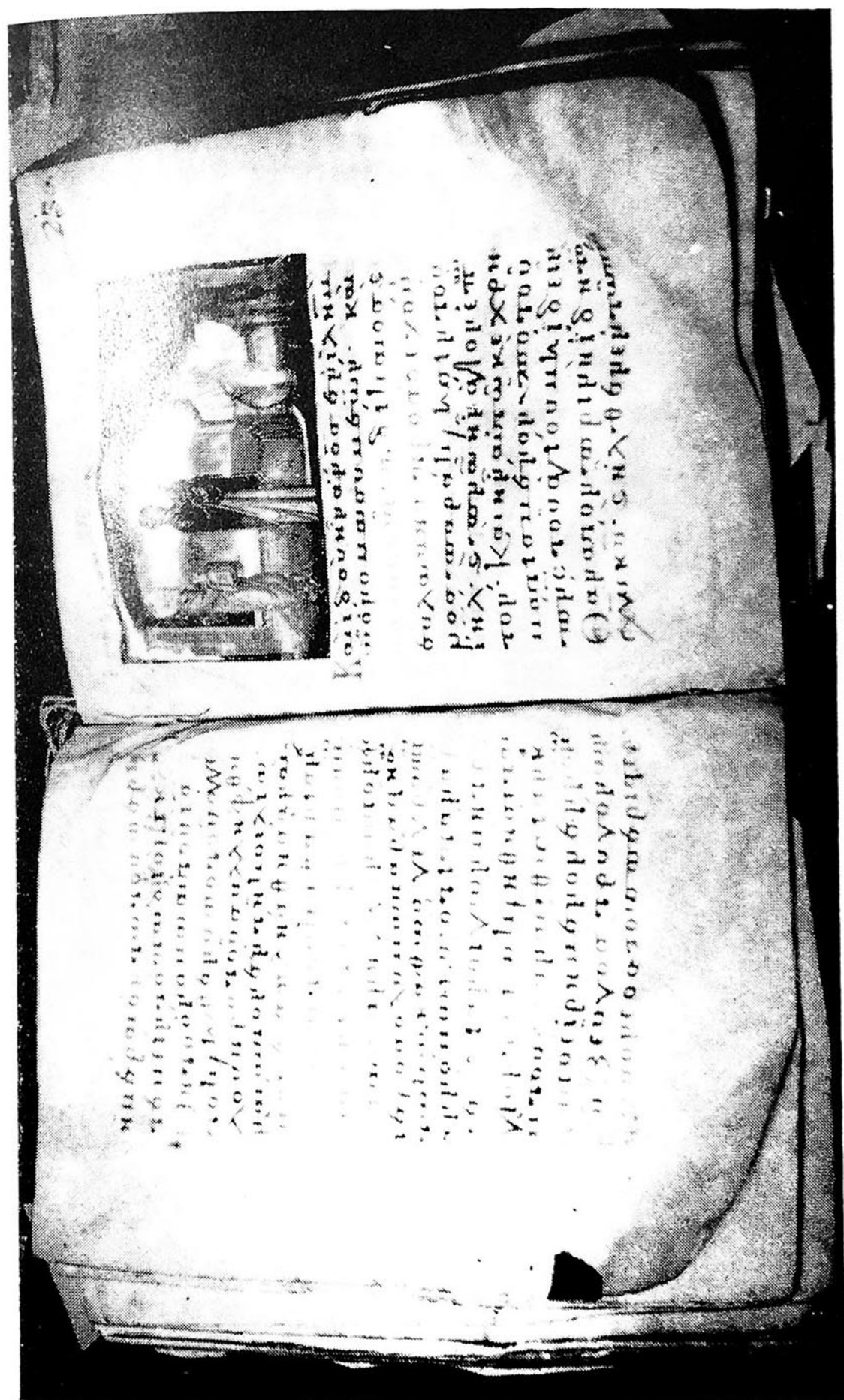




Templo de Mistra,
época final do
Império. Magnífico
exemplo para o estudo
da evolução da
arquitetura religiosa
bizantina



Igreja de S. Teodoro,
Atenas; século XII



Manuscrito do século XII, pertencente a um dos mosteiros do Monte Atos

A iluminura é da apresentação de Nosso Senhor Jesus Cristo no templo, sendo o texto de São Lucas 221-27



Acima: Placa de marfim representando a coroação de Romano IV (1071) e Eudóxia pelo Rei dos Céus e da Terra.

Biblioteca Nacional - Paris.

Na Capa: Moldura de uma arca com uma cena de Josué enviando exploradores a Canaã.

Museu Metropolitano - N.Y.

ISBN 85.326.0847-7

